

An aerial photograph showing a village with numerous small, rectangular buildings made of rusted metal sheets. The buildings are scattered across a green, hilly landscape. In the background, a large, terraced open-pit mine is visible, with its walls showing layers of earth and rock. The mine is situated on a hillside, and the surrounding area is covered in dense vegetation. The overall scene depicts a community living in a region of significant industrial activity and environmental impact.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO DE BENTO RODRIGUES

Belo Horizonte
Maio de 2019

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO BENTO RODRIGUES

BELO HORIZONTE
MAIO DE 2019

PACPS
PÓS-GRADUAÇÃO
EM AMBIENTE CONSTRUÍDO
E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL



UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO DE PESQUISA

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

ALUNOS REDATORES

Anielle Kelly Vilela Freitas
 Claudia Nunes de Lima e Andrade
 Diva Maria Freire Figueiredo
 Guilherme Maciel Araújo
 Luciana Rocha Féres
 Samantha de Oliveira Nery
 Sonale Karla Cordeiro Santos
 Teresa Cristina Guerra de Andrade
 Vilmar Pereira de Sousa

COLABORAÇÃO ESPECIAL CAPÍTULO “HISTÓRIA E MEMÓRIA”

Prof. Dr. Kleverson Theodoro Lima

REVISÃO E FORMATAÇÃO

Samantha de Oliveira Nery
 Anielle Kelly Vilela Freitas
 Guilherme Maciel Araújo
 Luciana Rocha Féres

ALUNOS COLABORADORES

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira
 Angélica Fernandes Azevedo
 Beatriz Maria Fonseca Silva
 Caroline Césari de Oliveira
 Danielle Barroso Caldeira
 Denise Capoani
 Edson Fialho de Rezende
 Eduardo Fajardo Soares
 Fernanda Trindade de Carvalho
 Isabel Nicolielo
 Juliana Gomes Parreiras
 Líliliane Augusta Moreira
 Luana Rodrigues Godinho Silveira
 Lucas Rocha Salgado
 Maria Cristina Alves Pereira
 Taise Travassos Campos Dantes
 Tatiane Pimentel Barbosa

ICOMOS – BRASIL

IEDS – INSTITUTO DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
 PPACPS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
 PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

O passado traz consigo um índice misterioso, que o impele à redenção. Pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? Não têm as mulheres que cortejamos irmãs que elas não chegaram a conhecer? Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente.

BENJAMIN, Walter

Eu e minha irmã estávamos na parte baixa do Bento e vimos muita gente correndo, mas não sabíamos o que estava acontecendo. Quando ouvimos o barulho da lama, já víamos o clarão de água chegando. Fui correndo para casa ver meus filhos, mas tenho asma, pensei que não conseguiria chegar lá. Disse para minha irmã ‘pelo amor de Deus, tira os meus meninos de lá!’. Em minha casa estava tudo tranquilo, mas não sabia a que altura a lama poderia chegar. Então subimos um morro, eu, minha irmã e os meninos. Quando olhei pra trás, a lama já tinha engolido tudo. A gente via uma casa e, no outro segundo, ela já estava enterrada. Foi o pior momento que vivi na vida. Imagina você com criança tendo que correr, sem saber se vai sobreviver. É desesperador. Eu trabalhava como cabeleireira e perdi meus clientes, então hoje eu fico cuidando dos meus filhos. A gente que é adulto se adapta, mas para as crianças é muito mais difícil. Eles não têm mais espaço para brincar, não têm mais liberdade.¹

¹ EDIRLÉIA MARQUES DOS SANTOS, de Bento Rodrigues, Livro *Atingidos*, 2016, em SANTOS, L.C. e KIND, L. 2017

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só se viabilizou graças ao esforço voluntário de dezenas de pessoas que, desde 2016, se debruçaram sobre o maior desastre socioambiental da história do Brasil, que não deve e não pode ser esquecido.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer à Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, através do Dr. Marcos Paulo de Souza Miranda, seu Coordenador à época, de quem partiu o convite para nos envolvermos neste trabalho, atendendo à uma solicitação do Conselho de Patrimônio de Mariana (COMPAT). Incluímos neste agradecimento a Dra. Gisele Ribeiro de Oliveira, sua sucessora, que deu todo o apoio para que desenvolvêssemos este trabalho e toda a dedicada equipe dessa Promotoria, representada pela arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais.

Em seguida, nossos agradecimentos especiais a todos os alunos do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que participaram das diversas etapas deste trabalho, contribuindo com as perspectivas de diversas áreas do conhecimento, que tornaram possível a produção deste documento, interdisciplinar por natureza. Neste agradecimento incluímos a própria Universidade Federal de Minas Gerais, notadamente a sua Pró-Reitoria de Extensão, que nos apoiou, com a concessão de uma bolsa através do Programa “Participa UFMG”.

Gostaríamos de agradecer também aos pareceristas convidados, pesquisadores das mais importantes instituições de pesquisa do nosso país e membros do ICOMOS/ BRASIL, que dedicaram horas de trabalho avaliando este documento e nos brindaram com seus comentários e observações, ampliando e enriquecendo nossas perspectivas iniciais: Raphael Winter Ribeiro

(UFRJ), Yacy-Ara Froner de Oliveira (UFMG), Leandro Benedini Brusadin (UFOP), Luisa Durán Rocca (UFRGS), Letícia Mazzuchi Ferreira (UFPEL), Dione Bandeira (UNIVILLE), Lucas Graeff (Universidade La Salle), Alenice Baeta (MNH/UFMG) e Yussef Daibert (UFG).

Neste processo colaborativo, agradecemos ao Professor Kleverton Theodoro Lima – e sua equipe da Polén Consultoria - que deu sugestões valiosas e colaborou profundamente na redação do capítulo que trata do histórico de Bento Rodrigues, participando conosco de importantes discussões. Aqui cabe destacar o trabalho “Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão” e seus respectivos Relatórios Técnicos (2017), elaborado pela equipe da Pólen Consultoria, os quais foram grande base para a pesquisa.

É necessário destacar o papel central que desempenhou a Cáritas Brasileira - Regional Minas Gerais, através da historiadora Luanna Gerusa e equipe, que intermediaram nossos contatos com os moradores de Bento Rodrigues em todos os momentos deste trabalho e tornaram possível escutá-los, ampliando e referendando nossos conhecimentos através de um processo participativo.

Finalmente gostaríamos de agradecer com especial ênfase aos moradores de Bento Rodrigues, os destinatários principais deste documento, que nos acompanharam ao longo desses anos e que, no decorrer deste longo percurso, compartilharam conosco suas memórias, dores e aflições, mantendo viva a esperança no poder redentor da memória.

Belo Horizonte, maio de 2019.

APRESENTAÇÃO

Tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos. Precisamos nos comportar como atingidos. Não sei. Realidade que me faz pensar em direitos, reuniões, assembleias, acordos, fundação, reconstrução, reassentamento... Confusão que dificulta a apreensão de palavras simples como: pedir, exigir, negociar, lutar, certo, errado. Me sinto atingido por não saber ser atingido. objetos afetivos, sentimento de pertencimento, acolhimento. Não sei, como atingida, contabilizar minhas perdas.

(Autor não identificado, Livro Atingidos, 2016)

Em 5 de novembro de 2015 teve início o pior desastre socioambiental da história brasileira, com o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais, que provocou a destruição da bacia do Rio Doce, um dos rios mais importantes do país, destruindo parte importante do seu ecossistema e afetando profundamente dezenas de cidades, aldeias e assentamentos humanos ao longo do rio. Com a ruptura dessa barragem, cerca de 60 milhões de metros cúbicos de resíduos de ferro fluíram para o Rio Doce e deslizaram em direção ao Oceano Atlântico, onde chegaram 17 dias depois, deixando em seu caminho um rastro de desabrigados, mortes, envenenamento e destruição. Os rejeitos minerários, que percorreram 680 km até o oceano, afetaram profundamente a paisagem e a vida das regiões impactadas por ela, tendo a gravidade do desastre sido reconhecida pelo governo brasileiro, com a então presidente Dilma Rousseff comparando a devastação provocada pelo rompimento da Barragem de Fundão ao derramamento de óleo provocado pela British Petrol no Golfo do México em 2010.

Bento Rodrigues, um antigo povoado originado no século XVII em função da extração aurífera, cercado por montanhas e localizado ao norte do município de Mariana, foi a primeira localidade a ser atingida, sendo devastada pelos

rejeitos minerários provenientes da Barragem de Fundão da empresa Samarco Mineração S.A., que se localizava a montante. Antes do rompimento, Bento Rodrigues apresentava uma paisagem característica de dezenas de povoados daquela região, trazendo resquícios dos diferentes ciclos da mineração no Estado, desde catas de talho a céu aberto do período colonial até a mineração atual em bancadas, com barragens de alteamento. Suas aproximadamente 180 casas se localizavam organicamente ao longo de ruas, vielas e becos, numa morfologia característica dos arraiais setecentistas mineiros, destacando-se do casario as Capelas de São Bento e das Mercês, que ficavam nas extremidades do caminho tronco, principal rua do povoado. Esse caminho, que era antigamente utilizado por tropeiros, era parte da conhecida Estrada Real, importante rota do período colonial que ligava essa região de exploração mineral ao litoral fluminense. Ali vivia uma comunidade de aproximadamente 600 pessoas, que mantinham antigos e profundos laços sociais e de parentesco, e tiravam sua subsistência da agricultura e do turismo em pequena escala, levando uma vida pacata, característica de uma localidade rural.

As imagens do rompimento da barragem e da onda de lama atingindo – sem aviso – Bento Rodrigues, destruindo casas, arrastando árvores e animais e ceifando vidas, se espalharam pelo Brasil e pelo mundo, e vieram a representar para o público em geral o grande desastre socioambiental que destruiu o Rio Doce, o sexto maior rio brasileiro. A lama de rejeitos proveniente da Barragem do Fundão arrasou quase completamente o antigo povoado de Bento Rodrigues, que foi transformado em ruína: das 180 casas ali existentes ficaram em pé apenas 22 após o desastre. A população que vinha ocupando aquele território há trezentos anos, após conseguir fugir, de forma improvisada, do local durante o rompimento, foi transferida para a sede do município de Mariana, e está abrigada, até hoje, de forma dispersa em hotéis e casas alugadas, rompendo-se os laços familiares e de convivência longamente cultivados.

Assim, se Bento Rodrigues, com seu traçado orgânico, casas coloniais, caráter rural e comunidade com fortes laços era apenas mais um povoado de caráter rural no meio das montanhas de Minas Gerais, com aquele evento do dia 5 de novembro de 2015 ele se transformou no símbolo do terrível desastre socioambiental representado pelo rompimento da Barragem e todas as consequências que ele trouxe para nosso país. Da mesma forma que o nome “Verdun” remete não apenas a uma pequena cidade no nordeste da França, mas à longa batalha que aí se travou e aos horrores da 1ª Guerra Mundial, da mesma forma que “Hiroshima” nos remete à destruição nuclear, Bento Rodrigues passou a representar, associativamente, algo que transcende o próprio lugar.

Frente ao desastre e, principalmente, à ameaça de que essa tragédia de proporções nacionais fosse esquecida, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), um órgão local com trajetória de ativa atuação em defesa do patrimônio, resolveu proteger pelo instituto do tombamento

os remanescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, outro vilarejo fortemente atingido. Não obstante, tratava-se de uma proteção apenas temporária e provisória, que visava impedir, naquele momento, uma destruição ainda maior, não se estabelecendo, na rapidez do ato protetivo, o objeto exato da proteção nem as diretrizes para sua preservação. Como sabia que para a preservação efetiva dos sítios protegidos ainda havia muito a ser feito, o COMPAT procurou, então, o Ministério Público Estadual, que, por sua vez, acionou o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS/BRASIL), momento em que começa nossa participação direta nesse processo, que se estende desde o final de 2015.

Ao aceitar tal desafio, que nos colocava frente a um caso inédito no país, o ICOMOS/BRASIL respondia a seu mandato e agia de acordo com a sua Declaração de Compromisso Ético, que declara em seu Artigo 2º:

Os membros do ICOMOS defendem e incentivam a conservação do patrimônio cultural bem como a sua transmissão para as gerações futuras, de acordo com o propósito do ICOMOS.

(...)

Quando o patrimônio cultural é ameaçado por um perigo iminente ou está em perigo, os membros do ICOMOS oferecem toda a assistência possível e apropriada para sua conservação, sem, no entanto, colocar em perigo a sua saúde e segurança ou a dos outros.

O compromisso fundamental do ICOMOS vai ser, então, defender a conservação de monumentos, sítios e lugares para que sua significância cultural seja mantida como evidência fidedigna do passado para as gerações futuras, numa necessária perspectiva de solidariedade intergeracional, que é apresentada como um “imperativo moral” (DE LA TORRE, 2013, p. 162). Esta perspectiva vai requer, como se sabe, uma abordagem abrangente e holística do patrimônio cultural, que só pode ser atingida por uma visão interdisciplinar, que reconheça o papel histórico, social e econômico da conservação do patrimônio no desenvolvimento local, nacional e mesmo mundial.

A conservação baseada em valores

Para se abordar um caso como o de Bento Rodrigues não nos parecia possível se adotar a perspectiva tradicional ainda dominante no campo do patrimônio, aquele da conservação-baseada-na-matéria²: afinal, mais importante que os próprios resquícios materiais do antigo vilarejo de Bento Rodrigues - que se mostravam extremamente frágeis frente à magnitude da tragédia - seria o próprio processo de transformação daquele sítio em referência cultural para a sociedade brasileira, através do qual ele passava a simbolizar um evento significativo na história brasileira. Neste caso, cabia, a nosso ver, ao lado da identificação dos atributos contidos no sítio a ser objeto da conservação, atentar-se para o próprio processo de atribuição de valor ao bem cultural: o seu valor não seria apenas intrínseco a ele, não estaria apenas em sua materialidade, neste caso muito reduzida pela tragédia, mas residiria,

em última instância, no próprio processo de sua patrimonialização através do qual ele se transforma, por associação, numa referência para o país.

Parafraseando o Professor Ulpiano Bezerra de Meneses, em seu memorável parecer sobre a proteção da Casa de Chico Mendes para o Conselho Consultivo do IPHAN, interessaria no caso de Bento Rodrigues identificar como os diversos agentes envolvidos com o sítio e os grupos formadores da sociedade brasileira se apropriaram dele. Neste sentido, aparecia como inescapável neste trabalho a perspectiva da referência cultural, já enunciada na constituição Brasileira de 1988, ideia inovadora a partir da qual pode se superar a dicotomia aparentemente intransponível entre objetividade e subjetividade: a referência vai ser, por um lado, construção e subjetividade, que, no entanto, só poderá ser construída por diversos indivíduos, grupos e intérpretes, porque esses encontram no objeto ou sítio em questão um índice, um sinal. Assim, parecia-nos absolutamente necessário incorporar na avaliação acerca do sítio a ser objeto de proteção essa dupla perspectiva: ao lado da sua dimensão física, em sua materialidade e existência fenomênica, caberia se examinar também a perspectiva dos olhares – que vão construindo coletivamente leituras possíveis do objeto, ensejando o seu reconhecimento social como referência.

Neste sentido, adotamos no trabalho com Bento Rodrigues um outro paradigma que, desenvolvido a partir dos anos 1980, procura ultrapassar a perspectiva tradicional da conservação-baseada-na-matéria: a conservação-

² Como observa Ioannis Poullos, a significância do patrimônio neste paradigma, normalmente definido em termos arqueológico-históricos ou estéticos, é vista como intrínseca e inerente à matéria. O uso do patrimônio (pelas comunidades) é consideravelmente limitado para se assegurar a sua proteção (pelos profissionais da conservação) e é conduzido estritamente com referência aos princípios e práticas da conservação moderna de base científica. A preservação da matéria permite apenas intervenções mínimas no patrimônio, no que se refere à sua

estrutura física, material, sendo a matéria, então, vista como um “recurso não renovável”. (POULIOS, 2014, p. 19.)

baseada-em-valores. Neste novo paradigma, mais que a materialidade, vai ser central a própria questão da atribuição de valor e os diversos agentes nela envolvidos³. Na perspectiva da conservação-baseada-em-valores, o foco vai estar, como o próprio nome indica, nos valores atribuídos pela sociedade, que é compreendida como sendo constituída sempre por vários grupos de agentes e de interesse, compreendendo-se “valor”, neste caso, como “uma série de características ou qualidades positivas” atribuída a um objeto ou sítio e “grupo de agentes e de interesse” como “qualquer grupo com um interesse legítimo naquele bem”. (MASON 2002, p. 27; MASON; AVRAMI 2002, p. 15; DE LA TORRE 2005, p. 5; DE LA TORRE, MACLEAN AND MYERS 2005, p. 77). Considerada hoje, como mostra Ioannis Poulio (2014), como a abordagem preferencial no campo da conservação do patrimônio, esta perspectiva se baseia amplamente na Carta de Burra, documento doutrinário produzido pelo ICOMOS australiano em 1999, em sua primeira versão, tendo sido desenvolvida e defendida principalmente através de uma série de publicações do Getty Conservation Institute desde o final dos anos 1990 (por exemplo, SULLIVAN, 1997; DEMAS, 2002; MASON; AVRAMI, 2002; MASON, 2002; DE LA TORRE, 2005). Resumidamente, podemos dizer que uma perspectiva baseada-em-valores pode ser definida como “uma operação coordenada e estruturada sobre um objeto ou sítio cultural/patrimonial com o objetivo primário de proteger a significância do lugar”, que é “determinada

através da análise da totalidade dos valores” que a sociedade atribui ao objeto ou sítio” (POULIOS, 2010, p. 172).

O relatório da pesquisa do Getty Conservation Institute, Values and Heritage Conservation, resume em algumas fórmulas simples traços importantes desse paradigma da conservação-baseada-em-valores, que vem se impondo no campo do patrimônio:

- Os valores são atribuídos e não intrínsecos;
- Um lugar de patrimônio tem múltiplos valores;
- Os valores do patrimônio são mutáveis;
- Os valores culturais são incomensuráveis;
- Os valores de um lugar estão frequentemente em conflito⁴

Assim, em nosso trabalho, no qual adotamos a perspectiva da conservação-baseada-em-valores para o caso de Bento Rodrigues, procuramos ter esses pontos sempre em consideração, identificando os múltiplos - e muitas vezes conflitantes - valores atribuídos ao sítio e percebendo-os como temporalmente circunscritos e mutáveis.

³ A questão da atribuição de valor, que hoje nos aparece em toda sua complexidade, não parecia ser, no entanto, até algumas décadas, uma questão controversa, nem digna de maior investigação: como já mostramos em outros trabalhos, a conservação constituiu durante muito tempo um campo relativamente fechado, sendo a atribuição de valor feita, via de regra, por experts, que decidiam o que era (ou não era) patrimônio. A maior parte dos conceitos que norteavam, então, as escolhas e opções na constituição do corpus patrimonial derivava do campo das artes, usando-se noções como as de “obra-prima”, “valor intrínseco” e

“autenticidade”, que eram incorporadas sem maiores discussões ou aprofundamento. Nesse caso, mesmo que pudessem ser detectadas variações significativas nas diversas trajetórias nacionais das políticas do patrimônio, o conceito dominante era sempre o da “excepcionalidade”, que terminava por diluir num conceito genérico a complexa matriz de valores envolvida em cada caso.

⁴ AVRAMI; MASON; DE LA TORRE. 2000.

O percurso do trabalho: Declaração de Significância e contribuições para um Dossiê de Tombamento

Coerentemente com a perspectiva da conservação-baseada-em-valores, decidiu-se adotar no caso de Bento Rodrigues uma abordagem pautada prioritariamente pelos preceitos da Carta de Burra, que estabelece um processo específico para a preservação do patrimônio cultural, desde a caracterização dos bens culturais até a definição das ações de intervenção e valorização dos mesmos, baseada na identificação dos valores contidos nessa operação (AUSTRALIA ICOMOS, 1999). Um dos conceitos centrais desta Carta vai ser a ideia de “significância cultural”, que indica a “importância” de um objeto ou lugar como um “todo” e que pode ser determinada através da análise dos valores atribuídos a ele. Neste sentido, a Carta de Burra vai definir a significância cultural como o conjunto dos “valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras” acrescentando ainda que a significância está “incorporada no próprio sítio, sua estrutura, ambiente, usos, associações, significados, registros e diz respeito a lugares e objetos” (ICOMOS, 1999, art.1), ou seja, entendendo que esse conceito engloba os valores do patrimônio cultural em um determinado contexto espacial e temporal.

Para se determinar a “significância cultural” de Bento Rodrigues era necessário, então, compreender e registrar a distribuição de todas as camadas dos

atributos tangíveis e intangíveis do sítio em questão, o que é normalmente realizado através da produção de um tipo de documento conhecido como “Declaração de Significância”, que se colocou como o primeiro passo do nosso trabalho. A Declaração de Significância pode ser definida como “uma declaração de valor que explica brevemente o que é um lugar histórico e porque ele é importante”, identificando aspectos característicos do lugar que devem ser protegidos para que o sítio histórico mantenha a sua importância e significado. A Declaração de Significância vai ser normalmente composta de três seções: uma descrição do sítio histórico, a explicitação dos valores do patrimônio lá existentes e uma descrição dos atributos que definem suas principais características e que devem, portanto, ser conservados. Neste sentido, este documento pode ser considerado uma espécie de síntese que contém todas as categorias de valor identificadas, usadas como um meio de se interpretar o território e propor estratégias de conservação e gestão do mesmo. Este foi o objeto, então, da atuação do grupo durante o ano de 2016, identificando-se, de acordo com a perspectiva da conservação baseada-em-valores, os diversos atores envolvidos e os valores atribuídos ao sítio de Bento Rodrigues. O trabalho foi desenvolvido em estreito contato com os atingidos⁵ pelo desastre e foi apresentado, numa versão preliminar, no 1º Simpósio Científico do ICOMOS/BRASIL, realizado em abril de 2017 em Belo Horizonte, bem como, alguns dias depois, aos atingidos, em Mariana, para validação e aperfeiçoamento.

⁵ Durante os primeiros anos de elaboração deste Dossiê a equipe escolheu chamar aos moradores de Bento Rodrigues de “atingidos”, respeitando o nome que eles próprios se deram ou que acolherem como próprio, característica que transmitia consigo mesma uma história: a história do rompimento da barragem, da perda de seus pertences, entre tantos outros significados. No entanto, no último grupo de encontro realizado com os bento rodrigueses, uma das moradoras expressou que não quer mais ser chamada de “atingida”, porque não quer se sentir “como um animal marcado”, como “mais um número”, em alusão à possível pausterização que este nome possa suscitar. Contudo, escolheu-se manter o nome

“atingidos” no Dossiê pois este é o mais reconhecido e aceito pelos próprios moradores de Bento Rodrigues, tomando-se o cuidado de ressaltar que seu uso mantém o respeito à identidade de cada um dos moradores e não parte desta visão homogeneizante que deve ser evitada.

É importante perceber ainda que com a produção da Declaração de Significância estava apenas se dando início àquele processo recomendado pela Carta de Burra para a conservação de um bem / sítio de interesse patrimonial, que se divide em três estágios: compreender sua significância, desenvolver políticas e administrar o bem cultural de acordo com essa política. Sílvio Zancheti, líder de um grupo de pesquisa brasileiro que tem explorado essa metodologia, nos chama a atenção de que esses estágios prescritos pela Carta de Burra não devem ser “realizados isoladamente um do outro”, mas devem “muito mais interagir: alguns procedimentos devem ser conduzidos de forma repetida, enquanto as consultas com os agentes envolvidos e mais investigação também são necessárias”. (ZANCHETI; HIDAKA, RIBEIRO; AGUIAR, 2009, p. 49)⁶. No caso de Bento Rodrigues, a partir da realização da Declaração de Significância ficou evidente a importância do sítio, que passou a se constituir numa referência nacional que remete ao desastre socioambiental que atingiu o Rio Doce com o rompimento da Barragem de Fundão. Com isso, ficou claro também a importância de se desenvolverem políticas efetivas para a conservação do sítio que, a nosso ver, deveria ser preservado através do instrumento legal do tombamento, que poderá, como mostraremos a seguir, garantir a manutenção da base material desse sítio de memória.

Com o estabelecimento da significância do sítio começamos, então, a segunda etapa do trabalho, desenvolvida a partir do segundo semestre de

2017: construir os subsídios para um tombamento não só municipal, mas estadual e nacional do sítio de Bento Rodrigues. No caso desta pesquisa, tivemos que responder a um desafio teórico-metodológico suplementar: como compatibilizar os modelos de proteção tradicionalmente usados no país para a instrução dos processos de tombamento com a perspectiva da conservação-baseada-em-valores, que incorpora novas abordagens? Para isso buscamos, em primeiro lugar, identificar os modelos de dossiês de tombamentos efetivamente utilizados pelos órgãos brasileiros para a preservação do patrimônio, discriminando as principais informações e análises que os mesmos costumam trazer. A partir dessa análise, estabelecemos a estrutura do documento que iríamos produzir, que procura, numa tentativa de compatibilização das metodologias, trazer os subsídios usualmente utilizados para a análise do sítio e, ao mesmo tempo, incorporar a nova perspectiva dos valores.

Assim, o documento que ora apresentamos, que busca fornecer subsídios para a proteção de Bento Rodrigues traz, em primeiro lugar, seguindo a tradição de preservação em nosso país, as necessárias informações geográficas, históricas, socioeconômicas e culturais sobre o sítio a ser protegido, bem como aspectos sobre o seu patrimônio material e imaterial e seus valores associativos presentes antes do evento. A proposta de tombamento, no entanto, vai ter como elemento central o evento⁷ ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, que transforma Bento Rodrigues num marco da tragédia que atingiu o Rio Doce, a partir da qual ele passa a representar, associativamente,

⁶ Naquele artigo propõe-se ainda uma nova definição de “significância cultural”, que é redefinida como uma “série de todos os valores identificáveis que resultam de um julgamento contínuo (passado e presente) e a validação social dos significados dos objetos”. A partir dessa definição, observa-se que a significância “inclui valores do presente e do passado”, “aqueles que estão em disputa entre os agentes envolvidos, e aqueles que não têm mais significado no presente, mas que ainda estão na memória coletiva, ou documentados em instrumentos de memória”. Assim, o processo de avaliar a significância é sempre muito complexo, e envolve julgamento e contínua validação.

⁷ No nosso trabalho utilizamos a noção de Paul Ricoeur, de acordo com o qual um evento seria “tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa: pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais

o maior desastre socioambiental da história do Brasil. Neste sentido, e coerentemente com a perspectiva adotada, interessa-nos estabelecer como o antigo povoado, devastado pelo rompimento da Barragem do Fundão, vai se transformar numa referência cultural, sendo para isso particularmente importante a descrição do desastre tecnológico⁸ que ali acontece e o pós-evento, ou seja, suas repercussões frente à opinião pública nacional e internacional. Neste ponto é necessário sublinhar, mais uma vez que, ao adotar esta perspectiva, estamos dando consequência lógica ao enunciado da própria Constituição Brasileira de 1988, que estabelece que vai se constituir patrimônio cultural brasileiro aquilo que é referência cultural, ou como ali se registram “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988) (grifos nossos). Com a incorporação da ideia da referência cultural está se reconhecendo, portanto, a crescente importância da dimensão intangível do patrimônio, que vai ser central tanto para os bens imateriais quanto para os próprios bens materiais, que são portadores dessas referências, sendo o seu valor - sempre atribuído e não intrínseco - objeto privilegiado nas políticas de patrimônio.

Lidando com um patrimônio sensível: de “sítio de memória” a “sítio de consciência”

Desde o início do trabalho, com a preparação da Declaração de Significância para Bento Rodrigues, saltava aos olhos que se tratava de um caso especial em que se estava lidando com um lugar social que não existia mais e no qual cabia se preservar basicamente seus remanescentes e as memórias da comunidade. Ao lidar com este caso parecia-nos útil, também desde o início, recorrer-se à distinção proposta pelo historiador francês Pierre Nora entre o que denomina “milieu de mémoire (meio de memória)” e “lieu de mémoire (lugar de memória)”. Segundo seu ponto de vista, um “milieu de mémoire” seria um lugar onde os modos de vida tradicionais existiriam de forma estável, numa continuidade garantida pela existência da própria espacialidade. Assim, um “milieu de mémoire” seria um ponto onde espaço e tempo encontrariam a memória, um lugar de memória viva e constantemente reafirmada. Ao contrário, um “lieux de mémoire” seria outro tipo de sítio, que apresenta apenas traços de circunstâncias interrompidas ou vidas arruinadas. É como Nora coloca:

Nosso interesse no lugar de memória onde a memória se cristaliza e se secreta ocorre em um momento histórico particular, um ponto de inflexão em que a consciência de uma ruptura com o passado está ligada ao sentimento de que a

movimento a um processo em andamento, estancar este processo, ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo...” (Ricouer apud BARROS, 2017)

⁸ A Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, define como desastres tecnológicos “aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes,

procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos” (BRASIL, 2012).

memória foi rompida - mas rompida de tal maneira que coloca o problema da incorporação da memória em certos locais onde persiste um sentido de continuidade histórica. Há lugares de memória, sítios de memória, porque não há mais meios de memória, ambientes reais de memória. (NORA, 1989, p. 7)

O antigo Bento Rodrigues era, sem dúvida, um “meio de memória”, um lugar onde a comunidade vivia em relativo isolamento e mantinha seu ritmo tradicional, preservando seu estilo de vida, hábitos e costumes. Com o desastre, a paisagem foi radicalmente alterada, o povoado quase completamente destruído e o modo de vida de seus habitantes colocado de ponta cabeça. Tudo o que restou fisicamente no local são ruínas e uma terra devastada emoldurada por uma paisagem natural exuberante. Porém, como aponta Nora, quando deixa de existir um “ambiente de memória” esse pode dar lugar a um “lugar de memória”, que, a seu ver, deve ser criado por uma narrativa coerente, que atribua novos significados aos traços materiais e imateriais que podem ser encontrados no local. Esta foi, portanto, a nossa abordagem neste caso: para se pensar em estratégias de preservação para Bento Rodrigues, este deve ser visado como um “lugar de memória”, um lugar que, a

despeito da interrupção da vida cotidiana, preserva seus significados mais importantes e ganha novos significados trazidos pelo próprio evento de sua destruição e a narrativa que se cria sobre ele.

Como apontam vários autores, o conceito desenvolvido por Pierre Nora é muito amplo, centrando-se na identidade de uma comunidade e cobrindo não apenas remanescentes dela, mas também manifestações as mais diversas como bandeiras, canções e mesmo expressões culturais intangíveis⁹. Sabendo que Nora desenvolveu sua ideia de “sítios de memória” num contexto nacional específico¹⁰ e considerando também as potencialidades dessa ideia, adotamos neste trabalho aquela definição proposta pelo documento preparado para a International Coalition of Sites of Conscience, por uma equipe de especialistas contratada pelo World Heritage Center, que define um “sítio de memória” como “uma localidade específica com evidência arquitetônica ou arqueológica, ou mesmo com específicas características de paisagem, que podem ser relacionadas aos aspectos memoriais do lugar” (WHC, 2018, P. 11). E como aquele mesmo relatório coloca num trecho mais adiante: “Sítios de memória para os propósitos deste relatório são lugares que estão revestidos com significado histórico, social ou cultural por causa do que aconteceu ali no passado. Tais lugares podem ser de significado particular, dado o seu papel na formação da identidade de uma comunidade ou nação.” Num sítio de memória os valores associativos vão ter maior importância que os valores

⁹ Neste sentido, como chama a atenção o relatório da International Coalition of Sites of Conscience, os sítios de memória podem ter, em Nora, tanto um aspecto positivo, através de uma perspectiva antropológica e consideração do contexto (passado e presente), quanto um aspecto negativo, na forma de uma perspectiva nacionalista e particularista, fechada para pontos de vista externos ou divergentes. (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p. 11)

¹⁰ O “lugar de memória” foi uma abordagem eminentemente francesa, criado por Pierre Nora e tem sido objeto de muitos debates e reflexões, tendo sido assumido ao redor do mundo por uma série de outros profissionais (historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etc.). A este respeito, confira: MONTAÑO, 2008.

materiais; no entanto, “os remanescentes materiais podem ser vitais para a compreensão dos valores associativos”, conclui-se (WHC, 2018, p. 11).

Este é, sem dúvida, o caso de Bento Rodrigues: o espaço físico (material), os remanescentes do antigo povoado são elementos essenciais, suporte para a formação e transmissão de uma memória coletiva (imaterial)¹¹, cabendo se pensar em estratégias para sua preservação. É como coloca Xavier Roigé:

A memória é um processo que provém do passado, porém que se vive a partir do presente e que se concretiza com frequência em ‘lieux de mémoire’ (lugares de memória), simbólicos ou materiais, espaços onde coabitam a memória e a história oficial. Para se converter em um lugar de memória não só é necessário que dito espaço escape ao esquecimento, mas também que seja reconhecido como tal por uma coletividade e que, ademais, seja musealizado. (ROIGÉ, Xavier, “De monumentos de piedra a patrimonio inmaterial. Estrategias políticas, museológicas y museográficas de presentación de la memoria”. In: URTIZBEREA (ed.), 2016, p. 23)

Durante muito tempo a preservação do patrimônio esteve relacionada à comemoração de uma memória nacional grandiloquente e engendrada pelos governantes e órgãos públicos, destacando-se os objetos e locais relacionados às narrativas oficiais sobre o passado. Não havia nesse campo lugar para aquilo que se relacionasse à tragédia, a opressão, à dor e à vergonha, também presentes na constituição da história. No entanto, essa perspectiva tem mudado recentemente, com a ampliação do conceito de patrimônio e os significativos deslocamentos sofridos pelo campo nas últimas décadas. Com isso, multiplicam-se pelo mundo a proteção de sítios de memória ligados a esses aspectos da história, que são crescentemente classificados como lugares patrimoniais, “muito longe daquela visão de patrimônio que prevaleceu uma geração atrás, quando estávamos quase inteiramente preocupados em proteger as grandes e belas criações, reflexos do gênio criativo da humanidade, e não o contrário - o lado destrutivo e cruel da história” (Logan, William; Reeves, Keir. “Remembering places of pain and shame” in LOGAN, William; REEVES, 2009, p. 1)

Nota-se um interesse crescente em nível internacional e nacional naquilo que ficou conhecido como “patrimônio da dor” ou “patrimônio difícil”: a Ilha de Gorée, no Senegal é listada já em 1978 pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, status que também é conferido à Catedral da Bomba Atômica de Hiroshima (Atomic Bomb Dome) e a Auschwitz-Birkenau em 1997; em 1999 vai ser a vez de Robben Island, o sítio da prisão de Nelson Mandela. Em 2017, o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, se torna o 21º sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, tendo se considerado nessa inscrição o seu grande significado para as gerações passadas,

¹¹ A esse respeito, confira ARÉVALO, 2004.

presentes e futuras no que se refere à história do tráfico atlântico e à escravidão de africanos. A página da UNESCO descreve assim o sítio:

Por sua magnitude, o Cais do Valongo pode ser considerado o lugar mais importante de memória da diáspora africana fora da África. Ele é o maior porto de entrada de negros escravizados na América Latina. As estimativas apontam que entre 500 mil e um milhão de negros chegaram ao continente desembarcando neste Cais. Desde sua construção, em 1811, ele sofreu sucessivas transformações até ser aterrado em 1911. O local foi revelado, em 2011, durante escavações das obras do Porto Maravilha, e se tornou o maior vestígio material das raízes africanas nas Américas. A cidade transformou o espaço em monumento preservado e aberto à visitação pública¹².

Conforme os argumentos apresentados no dossiê de sua candidatura, o Cais do Valongo se encaixaria no critério VI do Guia Operacional para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial - “Estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos e tradições vivas, ideias ou

crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional” - sendo descrito no dossiê como um exemplo de “sítio histórico sensível”, que desperta a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lida com a história de violação dos direitos humanos.

Neste sentido, a importância do Cais do Valongo não se encontra em seus resquícios materiais, mas, associativamente, em seu significado como “resumo da prática que representou quase quatro séculos de opressão e exploração do trabalho de milhões de pessoas”. O dossiê da candidatura resume essa ideia:

Por todas suas características, o Sítio Arqueológico Cais do Valongo não se impõe pelo valor histórico como patrimônio material, apesar dos seus degraus de pedra, preservados ao longo do tempo. Reside no valor simbólico que sintetiza toda a tragédia do tráfico de africanos cativos para as Américas a sua principal dimensão como patrimônio da humanidade.

Da mesma forma, os remanescentes de Bento Rodrigues não se impõem pela sua importância como patrimônio material, mas como contenedores dos significados que passaram a ter pelo desastre tecnológico que afetou profundamente o Rio Doce. Bento Rodrigues, assim como o Cais do Valongo, é

¹²http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/single-view/news/valongo_wharf_is_the_new_brazilian_site_inscribed_on_unesco/

certamente um “sítio de memória sensível”, que desperta a memória de um evento traumático e doloroso, e que guarda em sua materialidade a dor e o sofrimento provocados pelo rompimento da Barragem de Fundão e a destruição de toda a bacia do Rio Doce.

Finalmente, parece-nos importante ressaltar que, desde os anos 1990, tem sido desenvolvido um novo conceito, particularmente útil para se pensar em estratégias de preservação desse tipo de sítio, que envolve os temas do patrimônio e dos direitos humanos: a ideia dos “sítios de consciência”. Os “sítios de consciência” podem ser definidos como lugares que interpretam a história através de um sítio, engajam o público em programas que estimulam o diálogo sobre questões sociais imperiosas, fornecem oportunidades para envolvimento público e ação positiva em relação às questões levantadas no sítio e promovem a justiça e a cultura dos direitos humanos (WHC, 2018, p. 14-15). Como podemos notar, trata-se aqui também de “sítios de memória”, na medida em que estamos lidando com lugares de grande relevância memorial, que remetem a eventos que ali aconteceram; no entanto é importante perceber que nem todo “sítio de memória” vai ser um “sítio de consciência”. Um “sítio de memória” só se torna um “sítio de consciência” se ele “confronta ativamente a história do que aconteceu naquele sítio e estimula os visitantes a refletir e agir sobre as implicações contemporâneas da história”. Assim, os sítios de consciência, ao mesmo tempo que são um dispositivo importante para a memorialização dos lugares podem servir também para se lidar com catástrofes recentes, servindo para se refletir sobre possíveis casos semelhantes e desdobramentos futuros: “Enquanto os sítios de consciência e os sítios de memória estão ambos intimamente conectados com o

passado, os sítios de consciência são distintos em seu firme compromisso com o futuro”, anota o relatório preparado para o Centro do Patrimônio Mundial (WHC, 2018, p. 25).

No site da International Coalition of Sites of Conscience (ICSC), uma organização não-governamental internacional que constitui uma rede global de sítios históricos, museus e iniciativas de memória que conectam lugares do passado aos movimentos atuais pelos direitos humanos, explicita-se essa perspectiva ativa e prospectiva dos sítios de consciência: “Nós somos pessoas, sítios e iniciativas que ativam o poder dos lugares de memória para engajar o público na conexão do passado e do presente, a fim de prever e moldar um futuro mais justo e humano.”¹³ A página continua descrevendo a missão dos “sítios de consciência” e de sua Coalizão Internacional:

A necessidade de lembrar muitas vezes entra em conflito com a forte pressão para esquecer. Mesmo com as melhores intenções – como promover a reconciliação após eventos de extrema discórdia ao “virar a página” – apagar o passado pode impedir que as novas gerações aprendam lições importantes, além de comprometer para sempre as oportunidades de construir um futuro pacífico.

Sem espaços seguros para lembrar e preservar essas memórias, as histórias dos mais velhos, sobreviventes de atrocidades, podem desaparecer

¹³ <https://www.sitesofconscience.org/pt/sobre-nos/>

depois que eles falecerem, as sociedades que superaram os conflitos podem deixar de buscar a justiça por medo de reabrir velhas feridas, e as famílias dos desaparecidos não poderão jamais achar as respostas.

Mas essas memórias pertencem a todos nós. Suas histórias são as nossas histórias e sua História é a nossa História. É por isso que a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência existe. (<https://www.sitesofconscience.org/pt/sobre-nos/>)

Neste sentido, nosso documento fecha com a proposta prévia da instalação de um Museu de Território em Bento Rodrigues, após sua proteção pelo tombamento, estratégia que, a nosso ver, possibilitaria que aquele “sítio de memória sensível” se transformasse num “sítio de consciência”, que confrontasse ativamente o que ali se passou, ajudando a se superar o trauma e estimulando simultaneamente uma reflexão ativa sobre as questões suscitadas pelo evento. Território, comunidade e patrimônio, as bases inescapáveis que sempre definem a proposta de um Museu de Território, parecem-nos os operadores adequados para se pensar na gestão de um sítio como Bento Rodrigues, na medida em que conseguem articular os dois níveis de atores ali envolvidos: os moradores, atingidos pela tragédia, e a sociedade brasileira, para a qual aquela localidade passou a representar uma referência cultural inescapável.

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	iii	7.5. Danos materiais e humanos em Bento Rodrigues	163
AGRADECIMENTOS	ix	7.6. Repercussões	175
APRESENTAÇÃO	xi	7.7. Pós desastre: a construção dos diques	193
SUMÁRIO	1	8. Valores e Atributos de Bento Rodrigues	203
1. Declaração de Significância	3	8.1. Valores e significados do patrimônio cultural	203
2. Metodologia	5	8.2. Sítio Histórico de memória sensível	209
2.1. Declaração de Significância	7	8.3. Bento Rodrigues como Sítio de Consciência	212
2.2. Grupos Focais	9	8.4. Valores e atributos de Bento Rodrigues	214
2.3. Elaboração do Dossiê de Tombamento	11	9. Zonas de proteção	229
3. Localização	14	9.1. Perímetro e justificativa	229
3.1. Acessos	14	10. Diretrizes de Gestão e Intervenção	241
3.2. Limites	17	10.1. Gestão do bem	241
4. História e Memória	19	10.2. Proteção dos valores e características do sítio e do seu entorno.....	241
4.1. Sobre o território	23	10.3. Acesso e gestão dos visitantes	242
4.2. O Estabelecimento do Estado Português nas Minas e características de Bento Rodrigues	35	10.4. Mineração	243
4.3. As narrativas sobre Bento Rodrigues nas crônicas dos viajantes do século XIX.....	52	10.5. Pesquisa e informação	244
4.4. No contexto da Província.....	65	10.6. Gestão de riscos.....	244
4.5. No contexto da República.....	67	11. Museu de Território	245
5. Patrimônio Cultural e Turismo	74	11.1. Um Museu de Território para Bento Rodrigues.....	245
6. Características do sítio natural e socioeconômicas	94	11.2. Reflexões sobre o conceito de “Museu de Território”	246
6.1. Características do sítio natural	94	11.3. Reflexões sobre um Museu de Território para Bento Rodrigues.....	248
6.2. Características Socioeconômicas.....	103	12. Documentação Cartográfica e Fotográfica	253
7. Desastre Tecnológico e Repercussões	112	13. Referências Bibliográficas.....	259
7.1. Rompimento da Barragem de Fundão	130	LISTA DE IMAGENS TABELAS GRÁFICOS	272
7.2. Danos Ambientais.....	134	ABREVIATURAS E SIGLAS	281
7.3. Danos Materiais.....	137	ANEXOS.....	283
7.4. Danos Humanos.....	154		

1. Declaração de Significância

Descrição do sítio histórico

O sítio de Bento Rodrigues inclui as ruínas do antigo povoado originado no final do séc. XVII em função da extração aurífera, em uma área de aproximadamente 50 hectares, cercada por montanhas, ao norte do município de Mariana, Minas Gerais, Brasil. Essa área foi devastada, em 05 de novembro de 2015, na maior catástrofe socioambiental da história do Brasil, pelo rompimento da barragem de rejeitos minerários de Fundão, da empresa Samarco Mineração S.A., localizada à montante do povoado.

Valores do patrimônio

O valor patrimonial de Bento Rodrigues reside em sua paisagem, resultante da interação entre o homem e o sítio natural, onde o revelo, a hidrografia, o potencial minério e a vontade humana condicionaram a ocupação. Nessa paisagem, impactada pelos diferentes ciclos da mineração, podem ser encontrados vestígios relacionados à história da mineração no estado de Minas Gerais, que vão desde resquícios de catas de talho a céu aberto do período colonial até a mineração a céu aberto em bancadas, com barragens de alto-alteamento a montante. Ali, na planície entre os córregos Santarém e Ouro Fino, foi fundado o povoado de Bento Rodrigues, com sua morfologia característica dos arraiais setecentistas mineiros e edificações tipicamente coloniais construídas ao longo de ruas, vielas e becos. Destacavam-se do casario as Capelas de São Bento e das Mercês, localizadas nas extremidades do caminho tronco, principal rua do povoado. Esse caminho, que era antigamente utilizado por tropeiros, constituiu-se na conhecida Estrada Real, importante rota do período colonial que ligava essa região de exploração mineral ao litoral fluminense.

Em 5 de novembro de 2015, Bento Rodrigues foi devastado por uma onda de rejeitos de minério de ferro, oriunda da Barragem do Fundão rompida da mineradora Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e a BHP Billiton Brasil Ltda, que seguiu um longo caminho até seu destino final, o Oceano Atlântico. A lama de rejeitos atingiu diretamente 39 municípios e destruiu parte do ecossistema da bacia hidrográfica do Rio Doce, a sexta maior do Brasil, composta por 230 municípios dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O arruinação prematuro do arraial resultou numa área remanescente que combina valores históricos, culturais, estéticos, arqueológicos, sociais e espirituais.

Os remanescentes do local constituem testemunhos do passado e fornecem expressivo potencial de investigação arqueológica sobre o assentamento de Bento Rodrigues. As ruínas das edificações, com especial atenção para as ruínas da base da Igreja de São Bento, as Campas Mortuárias e os vestígios de técnicas minerárias são atributos desse patrimônio.

Bento Rodrigues provoca uma experiência impactante pelo contraste entre a natureza pujante e as ruínas do povoado, com seu cenário de destruição, com imóveis destruídos e objetos pessoais espalhados e revoltos na lama de rejeitos, evocando a imagem de uma terra arrasada.

A comunidade de Bento Rodrigues possui fortes laços sociais e valores, elevado grau de coesão e continua se conectando ao seu lugar de origem para mantê-los, atribuindo inclusive a esses valores, sua sobrevivência ao desastre. Para a comunidade, a manutenção desse lugar e de suas práticas é condição fundamental para a continuidade dos valores sociais e espirituais que conformam sua identidade e preservam sua memória.

Os remanescentes de Bento Rodrigues são as evidências de uma estrutura outrora existente, testemunho da tragédia ocorrida, elo de ligação entre o que foi e o que ainda é significativo para seus antigos moradores. Além de sua importância para os bento-rodrigueses, o local se tornou uma referência nacional e internacional à ação e aos impactos da atividade minerária.

Elementos característicos

- paisagem resultante do processo que marca a sua fundação até a sua destruição, composta em seu centro por área atingida pela lama de rejeito de minério de ferro, acumulada junto às ruínas das edificações, em um terreno inserido num vale plano circundado por morros e delimitado pelos córregos Ouro-Fino e Santarém;
- traçado irregular do povoado, com ruas estreitas, organizado através de um eixo principal, e lotes com pomares, em cujas extremidades encontram-se as Capelas de São Bento e das Mercês;
- Praça da Igreja de São Bento, que era coberta por grama e local significativo de encontro comunitário, da qual remanescem duas árvores que se destacam no meio das ruínas;
- ruínas das edificações em geral, com especial atenção às ruínas expostas da base da Igreja de São Bento e seu entorno;
- ruínas dos muros de pedra;
- vestígios do “rio de lama” que deixou sua marca nas edificações, nos objetos pessoais e na vegetação;
- vestígios de mina e catas de talha a céu aberto;
- Igreja das Mercês, edificação autêntica do período colonial, preservada do desastre devido à sua localização na parte alta do terreno, juntamente com o Cruzeiro e o Cemitério existente em seu entorno;
- bens culturais móveis oriundos das edificações religiosas
- celebrações religiosas, tais quais casamentos, batizados, sepultamentos e Festas de São Bento, Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida;
- festas populares, como o torneio de truco, campeonato de futebol;
- produção de alimentos típicos, como geleias, galinhada, coxinha, vinhos, queijos
- cachoeira;
- Estrada Real, antigo caminho de tropeiros e destino de turismo ecológico com a visita de trilheiros e outros desportistas.

2. Metodologia

A presente proposta¹⁴ de Dossiê de Tombamento de Bento Rodrigues foi sendo construída de maneira exploratória, paulatinamente e sua metodologia espelha esta forma de trabalho, que incluiu inúmeros estudos e reflexões, buscando entender continuamente o significado de Bento Rodrigues para seus antigos moradores, para o Brasil e para o mundo, em meio a valores e significados divergentes e, em alguns casos, conflitantes.

Para o desenvolvimento do trabalho foi realizada extensa pesquisa bibliográfica e documental, buscando-se materiais produzidos pelas instituições envolvidas no processo e materiais divulgados pela mídia. Além disso, foram realizadas visitas ao local do desastre, grupos focais com a população atingida e reuniões com a Cáritas Arquidiocesana de Mariana¹⁵ e com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana, Compat Mariana.

Foram estudadas Cartas e Documentos sobre o tema do patrimônio cultural, nacionais e internacionais, relativos ao processo de preservação dos bens materiais e imateriais, no intuito de constituir-se um documento que respeite a população local de Bento Rodrigues, as suas perdas e compreendesse seus valores associativos com o lugar e, ao mesmo tempo, mantenha e reforce o significado que o desastre de 05 de novembro de 2015 teve para a população brasileira, que assistiu uma vez mais as consequências do

processo econômico praticado prioritariamente sob o viés financeiro, que terminou em uma tragédia socioambiental sem precedentes.

O tombamento proposto se baseia nos valores e significados de Bento Rodrigues para sua comunidade e no significado do desastre para o Brasil, no intuito de constituir-se um Sítio de Consciência, que atue como uma lembrança e um alerta para que a atividade minerária no Brasil assuma novas posturas responsivas que coloquem acima de qualquer propósito o respeito às populações locais e ao meio ambiente onde atuam.

O processo de elaboração do Dossiê constituiu-se, cronologicamente, pelas seguintes etapas:

- Levantamento de dados, estudos e reflexões sobre o povoado de Bento Rodrigues, pesquisa e análises de documentos, referências patrimoniais, entre outros;
- Visita de campo a Bento Rodrigues;
- Grupo Focal 1 com os atingidos (dezembro/2016);
- Elaboração da Declaração de Significância;
- Elaboração da primeira versão do Dossiê de Tombamento;
- Leitura da Declaração de Significância em Mariana;

¹⁴ Trabalho desenvolvido a partir de estudos realizados no período de agosto de 2016 a abril de 2018, como projeto de extensão coordenado pelo professor Dr. Leonardo Barci Castriota, no Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, da Universidade Federal de Minas Gerais, no âmbito das seguintes disciplinas: ACP810 E Conservação e Valores: uma Declaração de Significância para Bento Rodrigues, ACP810B Paisagem Cultural: um futuro para Bento Rodrigues, ACP810 C Um Futuro para Bento Rodrigues II: Museu de Território, ACP810C Museu Territorial para Bento Rodrigues

¹⁵ A Cáritas Arquidiocesana de Mariana faz parte da Regional Minas Gerais, da Rede Cáritas Brasileira: “é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. A Cáritas Brasileira faz parte da Rede Caritas Internationalis, presente em 165 países e territórios. Reconhecida como entidade de utilidade pública federal, ela também é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)”. Disponível em: < <http://caritas.org.br/> > Acesso em: maio de 2017.

- Revisão do Dossiê de Tombamento;
- Grupo Focal 2, nova leitura da Declaração de Significância e delimitação do perímetro de tombamento junto aos atingidos (agosto/2017);
- Pedido e recebimento de feedbacks de avaliadores membros comitê brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios / ICOMOS Brasil, com a subsequente incorporação de novas reflexões e estudos no Dossiê de Tombamento;
- Apresentação do Dossiê de Tombamento em Simpósio Científico do comitê brasileiro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios / ICOMOS Brasil (maio/2018), para público em geral e para os atingidos, em um grupo de trabalho, para a constituição da versão final do Dossiê de Tombamento.

Do ponto de vista jurídico, esse documento baseia-se na Constituição Federal de 1988, que propõe o conceito de “referência cultural”. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro é formado pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. A noção de referência cultural ajuda a compreender e problematizar a representatividade dos bens culturais na prática da preservação do patrimônio pressupondo, cada vez mais, a participação ampla e irrestrita da sociedade. Além disso, a atividade de preservação do patrimônio cultural deve pautar-

se na identificação dos significados dos lugares e nas suas relações com a população.

Do ponto de vista metodológico, buscou-se adotar neste trabalho uma abordagem pautada prioritariamente pelos preceitos da Carta de Burra, elaborada pelo ICOMOS Austrália. A Carta de Burra estabelece um processo específico para a preservação do patrimônio cultural, desde a caracterização dos bens culturais até a definição das ações de intervenção e valorização dos mesmos (AUSTRALIA ICOMOS, 1999).

A Carta de Burra traz alguns conceitos importantes, como o de “significância cultural”. A significância cultural indica a “importância” de um objeto ou lugar como um “todo”, e pode ser determinada através da análise dos valores atribuídos a ele. Assim, a significância cultural refletiria sempre o grau de importância de um objeto ou lugar e está relacionada ao conjunto de valores e significados a ele atribuídos através das associações realizadas entre determinados grupos e um bem ou lugar em questão (AUSTRALIA ICOMOS, 1999) e a avaliação dessa significância cultural é vista por muitos autores como parte do processo de planejamento e gestão da conservação do patrimônio (MASON, 2002; AUSTRALIA ICOMOS, 1999 e 2004)

A Carta australiana sugere, assim, um processo de gestão da conservação do patrimônio cultural baseado principalmente na identificação do lugar ou objeto e dos seus valores e significados, permitindo a compreensão e a avaliação da sua significância (WALKER, 2014; JEROME, 2014). Dentre suas propostas está a elaboração de uma Declaração de Significância (DS), um documento sintético que tem como objetivo expressar a “essência” do lugar para os grupos envolvidos, através da descrição de seus valores e significados, que justificam a importância do bem e orientam diretrizes de preservação do patrimônio material e imaterial.

2.1. Declaração de Significância

A Declaração de Significância (DS) é definida como “uma declaração de valor que explica brevemente o que é um lugar histórico e porque é importante”. Além disso, a DS identifica aspectos característicos do lugar que devem ser protegidos para que o sítio histórico mantenha a sua importância e significado. A DS é composta de três seções:

- Descrição do Lugar Histórico: explica os aspectos físicos do lugar, onde está localizado e quais são seus limites físicos;
- Valor do Patrimônio: explica porque o lugar possui valor para uma determinada comunidade, província, território ou nação;
- Descrição dos elementos que definem suas principais características: estes devem ser conservados para que o local mantenha o seu valor.

Portanto, a Carta estabeleceu um novo marco na gestão do patrimônio cultural, onde a “declaração de significância passou a desempenhar um papel determinante na preservação de um bem, registrando significados e valores; funcionando como um instrumento de memória” (HIDAKA, 2011, p.39).

A Carta de Burra define a significância cultural como o conjunto dos “valores estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, presentes ou futuras” e acrescenta que a significância está “incorporada no próprio sítio, sua estrutura, ambiente, usos, associações, significados, registros e diz respeito a lugares e objetos” (ICOMOS, 1999, art.1), ou seja, esse conceito engloba os valores do patrimônio cultural em um determinado contexto espacial e temporal.

Como referencial teórico e metodológico para a elaboração da Declaração de Significância, utilizou-se a publicação do Getty Conservation Institute, intitulada “Um estudo de caso didático do Sítio Arqueológico de Jarash, Jordânia: atores e valores do patrimônio na gestão do sítio” (2010), coordenada pelos pesquisadores David Myers, Stacie Nicole Smith, e May Shaer. Esta metodologia recomenda a adoção de quatro atividades sequenciais, que são realizadas com a presença de grupos sociais distintos, indo desde a identificação dos valores até as recomendações para a gestão.

Outra publicação utilizada na presente pesquisa foi o Registro Canadense de Lugares Históricos do Parks Canada, intitulada “Escrevendo Declarações de Significância” (2006), que também se apoia na abordagem baseada nos valores para a preservação do patrimônio cultural. Como mencionado, nessa abordagem a preservação dos aspectos materiais deve aliar-se à preservação dos aspectos imateriais. Assim, a elaboração de uma DS passa pela identificação dos valores que tornam o lugar significativo e pela identificação das características do lugar, tangíveis e intangíveis, que expressam esses valores.

A Declaração de Significância foi entendida como um valioso instrumento para o reconhecimento do significado cultural de Bento Rodrigues, sendo um “ponto de partida” para se pensar a respeito de seu futuro após o desastre. A construção da Declaração de Significância (DS) para Bento Rodrigues passou pelas seguintes fases:

- a) identificação dos grupos sociais diretamente envolvidos;
- b) utilização de diferentes metodologias científicas e fontes de conhecimento (triangulação de métodos);
- c) identificação dos valores atribuídos a este bem cultural;

Para a elaboração da Declaração de Significância, uma primeira atividade consistiu na pesquisa documental e bibliográfica (MARCONI; LAKATOS, 2003, 2006 e 2007). Tal pesquisa abrangeu inúmeros materiais produzidos a respeito de Bento Rodrigues, sob diferentes aspectos, o que incluiu a identificação dos grupos sociais envolvidos no processo.

Buscando essa identificação de valores, uma necessidade apontada nas pesquisas recentes é a integração de métodos quantitativos e qualitativos, que derivariam de diferentes metodologias. Segundo Mason (2002), as duas abordagens podem ser utilizadas para aferir o mesmo valor, a partir de diferentes perspectivas, com diferentes instrumentos e discursos e, consequentemente, podendo alcançar resultados distintos. Neste contexto, mesmo que os paradigmas utilizados sejam incomensuráveis, as informações geradas por eles poderiam ser vistas como complementares. Assim, Mason propõe uma abordagem que chama de “caixa de ferramentas”, da qual podem ser extraídos os instrumentos de pesquisa adequados para casos determinados, com o claro objetivo de explicitar os valores ali presentes. As informações são utilizadas para delinear as tomadas de decisão nas políticas de preservação e constatando-se a variedade de tipologias de valores em jogo, perceber-se-ia também nesta abordagem a necessidade de utilização de métodos e instrumentos de pesquisa diversos, articulados segundo a noção de “triangulação” (MARCONI; LAKATOS, 2006 e 2007).

A Carta de Burra também estabelece uma tipologia de valores que podem ser evidenciados na construção do significado do patrimônio cultural. Na análise do caso de Bento Rodrigues utilizou-se uma tipologia de valores do patrimônio proposta por Mason (2002) e baseada na Carta de Burra (1999), que possibilita decompor a significância cultural em tipos constituintes de valores do patrimônio, onde a significância cultural de um bem seria dada pelo conjunto dos valores atribuídos a Bento Rodrigues. Nesta classificação

tipológica parte-se do pressuposto de que os valores socioculturais estão, tradicionalmente, na origem das ações de conservação, entendendo-se que os valores relacionados a um objeto, edificação ou lugar apresentam um significado para pessoas ou grupos sociais com relação à sua beleza, idade, ou sua associação com pessoas ou eventos significativos, contribuindo sobremaneira para a criação da identidade cultural de um grupo. Portanto, é central para a avaliação de Bento Rodrigues a compreensão de sua significância cultural refletida em um conjunto de valores.

FIGURA 1 Apresentação da Declaração de Significância no 1º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil Foto: Sonale Cordeiro, 2017.



A Declaração de Significância foi apresentada no 1º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil em 2017, posteriormente na Prefeitura Municipal de Mariana e, como comentado, no segundo grupo focal, observando-se sempre as contribuições dos presentes para o seu conteúdo final.

FIGURA 2 Apresentação da Declaração de Significância em Mariana, maio de 2017.
Foto: Guilherme Araújo , 2017



FIGURA 3 Apresentação da Declaração de Significância em Mariana, maio de 2017.
Foto: Guilherme Araújo , 2017



2.2. Grupos Focais

A terceira atividade consistiu na realização de um Grupo Focal (MARCONI; LAKATOS, 2006 e 2007), realizado em dezembro de 2016, participando os antigos moradores do povoado de Bento Rodrigues e alguns funcionários da Cáritas Brasileira, Regional Minas Gerais, Mariana, permitindo uma aproximação às referências culturais locais, antes e depois do desastre e delineando valores significativos para os “atingidos”, além de apontar para algumas diretrizes sobre o sítio em questão e sobre os objetivos remanescentes no lugar.

Tal resultado foi complementado posteriormente com a realização de outro grupo focal, em agosto de 2017, com o objetivo de apresentar a Declaração de Significância para os “atingidos”, bem como a primeira versão do Dossiê de Tombamento, visando receber críticas e sugestões que pudessem incrementar o trabalho e trocar novas informações, através de um processo circular de validação. Nesta oportunidade foram esclarecidas também algumas questões contidas no Dossiê e foi realizado juntamente com o grupo a delimitação do perímetro de tombamento, que já havia sido estudado e discutido anteriormente no grupo de trabalho.

A intenção central em realizarem-se os grupos focais foi buscar uma compreensão aprofundada dos valores e da significância de Bento Rodrigues para seus moradores, buscando-se entender ainda os impactos do desastre para eles, considerando-se seus patrimônios materiais e imateriais. Esta contribuição foi fundamental para entender-se a “essência” do lugar e suas conexões com o território, como proposto na Carta de Burra (1999), subsidiando o processo de elaboração da Declaração de Significância e o próprio Dossiê, em vários momentos diferentes.

A pesquisa de campo envolveu a realização de visita técnica realizada até as ruínas do povoado de Bento Rodrigues, em outubro de 2016 e permitiu ao grupo um importante contato com a situação do local, possibilitando uma vivência impactante com potencial de suscitar empatia entre os pesquisadores e a condição dos moradores, considerando o desastre, além de auxiliar na compreensão de seus aspectos físicos, do próprio evento e de possíveis dinâmicas futuras para o território.

Os grupos focais foram transcritos *ipsis literis* a partir das gravações dos depoimentos orais e algumas falas foram transcritas ao longo do Dossiê¹⁶, buscando revelar a conexão entre os valores e ideias dos atingidos e o trabalho realizado.

FIGURA 4 Grupo de Pesquisa PPGACPS na visita a Bento Rodrigues Foto: Lucas Salgado, 2016.



FIGURA 5 Panorâmica do povoado, dezembro de 2016. Foto: Lucas Salgado, 2016.



¹⁶ As falas transcritas estão de acordo o seguinte padrão: a cada fala antecede um travessão; a fala do atingido se redigiu em texto normal; enquanto as falas do moderador estão em

itálico; quando um participante falava ao mesmo tempo que outro, sua fala era transcrita no mesmo parágrafo, entre parêntesis.

2.3. Elaboração do Dossiê de Tombamento

Após a etapa de síntese das informações que resultaram na construção da Declaração de Significância, iniciou-se o processo de elaboração da proposta de tombamento. Para tanto, buscou-se identificar os modelos de dossiês de tombamentos utilizados pelos órgãos brasileiros de preservação e proteção do patrimônio. A partir de um modelo prévio, definiu-se a estrutura do documento. Uma vez definida a estrutura, deu-se início à etapa de análise de inúmeros aspectos de Bento Rodrigues. Tais análises buscaram fornecer informações geográficas, históricas, sócio econômicas e culturais sobre o lugar, bem como aspectos sobre o seu patrimônio material e imaterial e seus valores associativos presentes antes do evento.

A proposta de tombamento tem como elemento crucial o evento ocorrido no dia 05 de novembro de 2015, como um marco na trajetória do povoado. Tal evento teve repercussões nacionais e internacionais, vinculando Bento Rodrigues a um fato de relevância histórica nacional. Após o evento, Bento Rodrigues constitui-se em testemunho do desastre ocorrido, elo de ligação entre o que foi e o que ainda significa o povoado para seus moradores e para todos os brasileiros, que reaviva na memória de todos um evento de destruição socioambiental de grande magnitude.

Bento Rodrigues se tornou aquilo que Pierre Nora (1984) denomina um “lugar de memória”. Para o autor, “os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade”. (NORA, 1984, p. XXIV)

Mais ainda, pode-se dizer que Bento Rodrigues tornou-se um “lugar de memória sensível”. Os lugares de memória sensível são “aqueles que despertam a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lidam com a história tanto de episódios como de processos mais extensos de violação de direitos humanos” (IPHAN, 2016, p.120), são lugares associados à memória de traumas, de violência, de perdas.

Como afirma Elspeth Frew, a preservação de “lugares de memória sensível”, associados a eventos traumáticos e violentos, deve ter por objetivo possibilitar a rememoração de tais eventos em honra daqueles que ali morreram, mas também para validar a memória dos sobreviventes e lembrar do peso e da necessidade de vigilância, para que eventos como esses não mais aconteçam (FREW, 2012), o que reflete com clareza a elementar intenção de resguardar o território de Bento como um lugar que guarda as narrativas da história de seu povo, e ainda, enquanto amostra da destruição que a atividade minerária descomprometida e irresponsável pode causar ao meio ambiente e às populações humanas.

A proposta de tombamento destaca os valores e significados de Bento Rodrigues para entender a significância deste lugar que está imbuído de uma memória sensível. No que diz respeito ao valor histórico de Bento Rodrigues, destaca-se, primeiramente, o reconhecimento do local como símbolo nacional e internacional dos impactos dos desastres tecnológicos na vida humana. Além disso, também pode-se destacar seu *valor estético*, que se refere às qualidades do bem cultural e ao seu potencial de evocar experiências estéticas e de possibilitarem a fruição do bem, oferecendo ao observador uma impactante experiência estética. Como fonte de *valor científico*, entende-se que os remanescentes do povoado constituem testemunhos do passado e fornecem expressivo potencial de investigação arqueológica.

Essa proposta buscou delimitar também os perímetros de tombamento e da zona de amortecimento, preservando os vestígios de Bento Rodrigues, que possui prerrogativas ímpares pelo fato acometido no local. Nesse sentido, definiram-se três diferentes perímetros, dois deles limitam tombamentos e um abarca o entorno relevante à proteção dos perímetros justificados. Como a lama de rejeitos oriunda da tragédia devastou a maioria das estruturas físicas edificadas e esvaiu o traçado do local, sua organização urbana e inúmeras referências identitárias do povoado e do seu entorno, a identificação dos perímetros se amparou principalmente nos parâmetros físicos geográficos, incluindo a participação da própria comunidade, no segundo grupo focal realizado e no 2º Simpósio Científico do Icomos, em abril de 2018.

Por fim, elaboraram-se as diretrizes de gestão e intervenção que deverão guiar as ações futuras, de forma a garantir a preservação e conservação dos valores e significados encontrados no sítio tombado e descritos neste dossiê. As diretrizes serão elencadas em grupos de ação, de modo a facilitar a compreensão geral e os objetivos almejados, lembrando que estas são diretrizes guias, portanto, aquelas de caráter prático e operacional deverão ser discutidas, escolhidas e implantadas através de um Comitê Gestor, que deve buscar através de suas ações ganhos mútuos a todos os atores envolvidos com o sítio em questão.

Após uma primeira versão do Dossiê, alguns especialistas do Icomos foram convidados a ler o texto e tecer suas críticas, o que foi fundamental para o resultado final, tendo contribuído sobremaneira para o trabalho. O conteúdo do Dossiê também foi apresentado e discutido no 2º Simpósio Científico do Icomos 2018, em um grupo de trabalho junto aos atingidos, onde foram sugeridas algumas mudanças, com destaque para a discussão do perímetro de tombamento proposto.

Em julho de 2018 houve novo encontro para apresentação e discussão do Dossiê, com a presença do professor Rafael Winter, membro do Icomos Brasil e um dos pareceristas do documento, de uma representante do Ministério Público, juntamente com o grupo de trabalho. Ao longo do segundo semestre de 2018 o Dossiê foi entregue à Cáritas Mariana e as diretrizes foram compartilhadas com os atingidos, para sua apreciação, resultando na entrega, em janeiro de 2019, de um documento que questionava alguns pontos do Dossiê e apresentava mudanças para a gestão do território, que está presente no texto das Diretrizes, ao final do documento.

Em abril de 2019 os pesquisadores se reuniram em Mariana com dois membros da Cáritas e atingidos para conversarem sobre sua devolutiva do Dossiê e acordaram todas as questões ainda pendentes, ressaltando-se que todas as mudanças propostas pelos bento rodriguenses no quesito das Diretrizes foram acatadas e adicionadas ao texto final do Dossiê.

FIGURA 6 Apresentação do Dossiê de Tombamento durante o 2º Simpósio Científico do ICOMOS, em Belo Horizonte, abril de 2018. Foto: Teresa C. Guerra de Andrade, 2018.



FIGURA 7 Apresentação do Dossiê de Tombamento do grupo com os atingidos, Jornal A Sirene e Cáritas Mariana, em Belo Horizonte, abril de 2018. Foto: Teresa C. Guerra de Andrade, 2018.



FIGURA 8 Reunião entre pesquisadores, atingidos e Cáritas para a devolutiva das observações dos moradores sobre o Dossiê de Tombamento, Mariana, abril de 2019. Fonte: João Pedro Otoni, abril de 2019.



3. Localização

Bento Rodrigues é um povoado de Santa Rita Durão, distrito do município de Mariana, Estado de Minas Gerais, Brasil. O povoado está localizado à Noroeste de Mariana e ocupa a porção sul de Santa Rita, fazendo divisa com Camargos e Antônio Pereira. O distrito de Santa Rita Durão, por sua vez, está localizado à noroeste do município de Mariana, na vertente sul da Serra do Espinhaço, na região denominada Quadrilátero Ferrífero (PREFEITURA DE MARIANA, 2017) a 704 metros de altitude (SILVA; BOAVA; MACEDO, 2017).

Bento Rodrigues dista 10 km de Santa Rita Durão (GOOGLE MAPS, 2017) que, por sua vez, está a 32 km do Município de Mariana (PREFEITURA DE MARIANA, 2017).

3.1. Acessos

O acesso à Bento Rodrigues é realizado a partir da MG-129, que liga Conselheiro Lafaiete à Itabira, passando por Mariana. A partir desta rodovia é possível chegar-se ao povoado, passando pelo trevo de acesso à Santa Rita Durão e seguindo em direção sul pela antiga Estrada Real, Caminho dos Diamantes (acesso 01) **Erro! Fonte de referência não encontrada.** Também é possível acessá-lo passando por Camargos, cujo acesso é realizado pela estrada para a Mina Del Rey (acesso 02)(FIGURA 11).

Há ainda um caminho alternativo, a partir de Antônio Pereira, Ouro Preto, seguindo pelo prolongamento da Rua Ônix e que contorna o reservatório, representado na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** abaixo, na qual o curso d'água visível é o antigo Bento Rodrigues, atualmente chamado de Santarém.

FIGURA 9 Localização de Mariana em relação à Minas Gerais. Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Mariana.svg



FIGURA 10 Localização de Bento Rodrigues, e demais distritos e povoados de Mariana . Fonte: Mapa elaborado pelos autores a partir do mapa disponível em <https://i.pinimg.com/originals/65/e1/6a/65e16aa08ff1f6e11e230a48cda0b6b7.jpg>

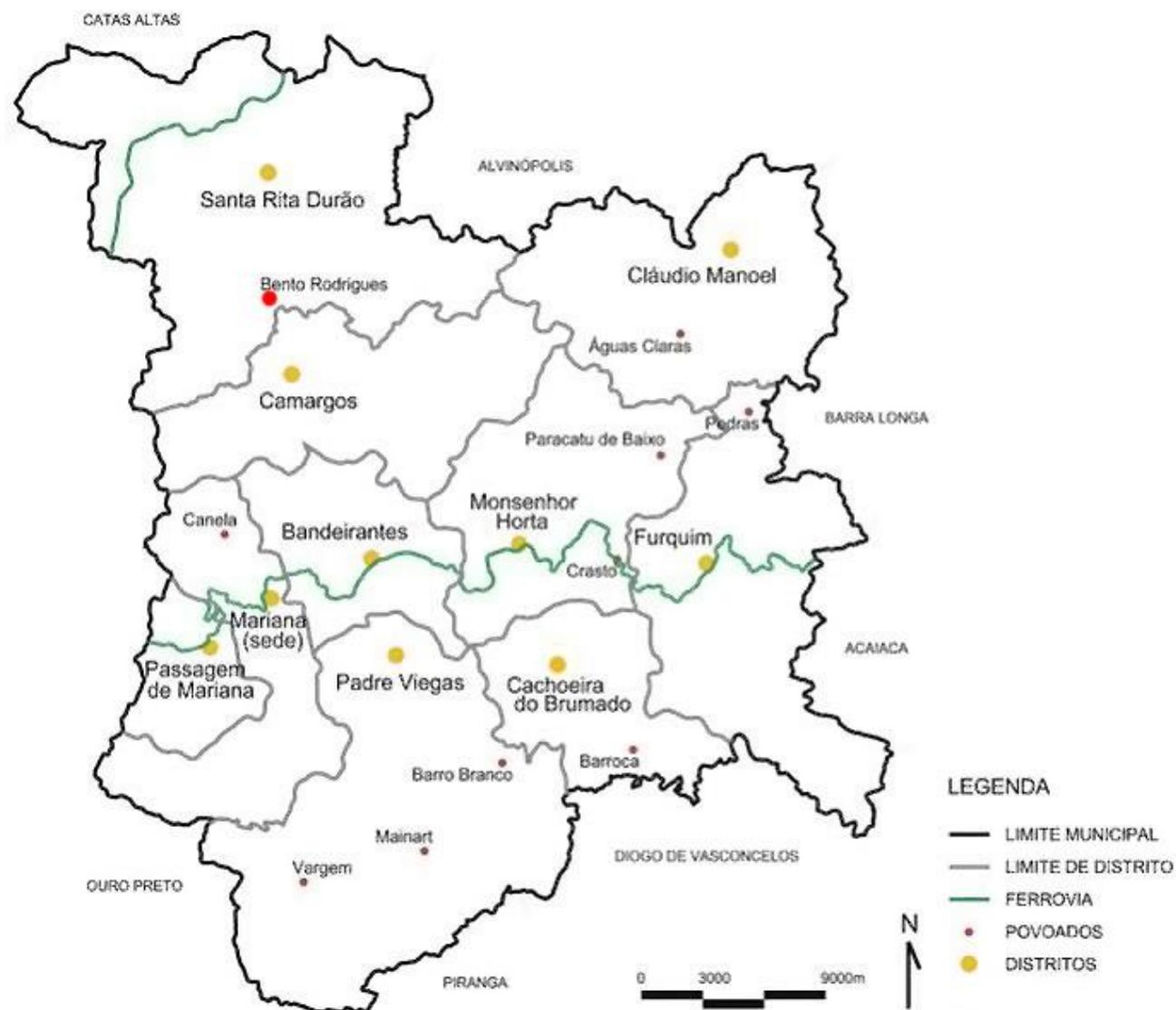


FIGURA 11 Principais acessos à Bento Rodrigues. Fonte: Google Earth, editado pelos autores, 2017.



3.2.Limites

FIGURA 12 Visada 1: Modelo digital de elevação demonstrando a localização de Bento Rodrigues e da barragem de Fundão – Data da Imagem: 20 de julho de 2015. Fonte: Google Earth, editado pelos autores, 2017.



FIGURA 13 Visada 2: Modelo digital de elevação demonstrando a localização de Bento Rodrigues - Data da Imagem: 20 de julho de 2015. Fonte: Google Earth, editado pelos autores, 2017.



4. História e Memória

Bento Rodrigues não existe mais, ou, pelo menos, é assim que muitos verão aquele lugar arrasado pelos rejeitos advindos do rompimento da barragem de Fundão, da empresa SAMARCO. Contudo, ele ainda vive na memória de seus antigos habitantes, que mantêm e cultivam vínculos com aquele lugar, e lutam para manter suas propriedades, independente de indenizações.

O histórico poderia parecer um culto saudosista, um tributo póstumo a um ente que por não estar mais presente tem suas qualidades exaltadas. Mas o objetivo deste trabalho é, de fato, encontrar evidências das razões para um vínculo tão forte da população com o local, que os motivam a pular cercas, andar pelo meio da mata a noite para celebrar suas festas, e quererem ali casar, batizar seus filhos e enterrar seus mortos; e entender os diferentes valores atribuídos pelos atingidos a este sítio de memória sensível.

Ordem

*Quando a folhinha de Mariana
exata informativa santificada
regulava o tempo, as colheitas,
os casamentos e até a hora de morrer,
o mundo era mais inteligível,
pairava certa graça no viver.*

Hoje quem é que pode?

Carlos Drummond de Andrade, 1968

-... Porque o Bento, o antigo, o Bento verdadeiro, ele foi construído do nada, né? Porque tipo assim, chegou uma família construiu aqui...

-Era o charme dele, né?

-Era caminho de tropeiro, né, gente?

-É, era caminho de tropeiro. Na minha casa então os tropeiros chegavam e dormiam, ficavam lá e depois no outro dia iam embora. Então tinha aqueles becos, a gente não vai ter mais... A gente vai ter as ruas mais largas

O conhecimento sobre os processos de ocupação e de continuidade da vida social em Bento Rodrigues é, até o momento, insatisfatório, se considerarmos que entre o seu surgimento e arruinamento transcorreram cerca de três

séculos. Pouco se sabe sobre a trajetória histórica do território cortado pelo Rio Gualaxo do Norte, que abriga localidades como Bento Rodrigues, Ponte do Gama e Paracatu de Baixo, e que foi duramente atingido pelos milhões de metros cúbicos de rejeito provenientes da empresa Samarco S.A. Este parco conhecimento é o ponto de partida para a observar-se os alcances e limites presentes no texto histórico que se segue e que tem como objetivo colaborar com os fundamentos do ato de tombamento.

É possível destacar três evidências que ajudam a explicar este conhecimento escasso sobre a História de Bento Rodrigues. A primeira refere-se ao perfil dos trabalhos acadêmicos produzidos sobre a própria História de Mariana. Eles apresentam duas nuances: os recortes temporais tendem a se concentrar entre o século XVIII e o início do XIX, impossibilitando uma visão mais consistente sobre os períodos posteriores; e nos recortes temáticos (referentes a um determinado objeto de estudo) prevalece a reunião de casos coletados em diferentes localidades e não em uma específica, como Bento Rodrigues. Exemplifica tal apreensão a tese defendida pela historiadora Renata Romualdo Diório, em 2003, sobre o processo de legitimação dos direitos civis e políticos dos libertos que viviam em Mariana entre o final do século XVIII e o início do XIX. Apesar de encontrarmos mulheres forras e comerciantes de Bento Rodrigues entre os casos selecionados por Diório, o foco de seu estudo não se prende a este povoado (DIÓRIO, 2013, em LIMA, 2017).

Se os estudos que possuem como tema um mesmo lugar são raros nas monografias, dissertações, teses e livros relacionados à produção da História de Mariana, por outro lado há uma recompensa pela possibilidade de criar-se a partir dos trabalhos existentes visões gerais sobre o município, já que os processos de ocupação e de continuidade da vida social nos povoados marianenses apresentam vários aspectos semelhantes. Enfim, é possível imaginar

as experiências culturais vivenciadas em Bento Rodrigues a partir do que já se conhece sobre a História de Mariana.

A segunda evidência que permite comprovar este pouco conhecimento acumulado sobre a História de Bento Rodrigues é a documentação técnica produzida pela Prefeitura Municipal de Mariana sobre o patrimônio cultural de Bento Rodrigues. Em 2004, durante a elaboração do Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana (IPAC), foram inventariadas as capelas de São Bento e Nossa Senhora das Mercês. Para estes inventários foram produzidos, como é de praxe, textos históricos sintéticos que versam mais sobre estes dois templos que sobre a localidade.

FIGURA 14 Capela Nossa Senhora das Mercês. Foto: Anielle Freitas, 2019.



Após 2004, uma nova documentação técnica sobre o patrimônio cultural de Bento Rodrigues foi elaborada somente em 2016, influenciada pelos efeitos causados no povoado pelo rompimento da Barragem de Fundão. Neste ano, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT) aprovou em reunião o tombamento da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. No final deste mesmo mês, mediante a possibilidade de construção de um grande dique em Bento Rodrigues pela empresa Samarco S.A., o Dique S-4 (fato este que será detalhado adiante), o COMPAT aprovou também o tombamento do núcleo urbano e do entorno deste povoado. Devido a diferentes fatores e interesses políticos e econômicos, o tombamento da Igreja das Mercês foi concluído, mas o do núcleo urbano ainda permanece inconcluso. Não parece difícil imaginar o motivo: o tombamento municipal de Bento Rodrigues criaria regras que tornariam a possibilidade de novos impactos na localidade, como a construção de um novo dique, uma tarefa mais difícil (LIMA, 2017).

Enfim, a análise dos textos históricos produzidos para o inventário de 2004 e para o dossiê de tombamento das Mercês, de 2016, deixa claro como foi dito a persistência do pouco aprofundamento sobre a trajetória histórica de Bento Rodrigues.

A terceira (e última) evidência sobre este parco conhecimento encontra-se na documentação técnica elaborada entre o final de 2015 e meados de 2017 pelas empresas contratadas pela Samarco S.A e pela Fundação Renova, ambas responsáveis, em momentos distintos, pelo gerenciamento das ações de reparação na região de Mariana. Seguindo o acordo estabelecido entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Samarco S.A., que originou o Termo Complementar Provisório de 30/11/2015, as ações de reparações

realizadas em Bento Rodrigues neste período focalizaram somente a cultura material e imaterial relacionada à Igreja de São Bento, destruída pela passagem do rejeito, e à Igreja de Nossa Senhora das Mercês. A leitura dos trabalhos técnicos resultantes deste acordo, presente no *Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão*, demonstra que o avanço feito por estes trabalhos técnicos para o conhecimento da História de Bento Rodrigues também foi pouco significativo. Ele foi mais pontual, sobre os templos, que sobre a localidade (*ibid*).

É possível vislumbrar tal avanço a partir de quatro entradas investigativas que devem ser consideradas pelos pesquisadores interessados: 1ª) a análise da paisagem do núcleo urbano e do seu entorno, que guarda em sua materialidade evidências de épocas distintas 2ª) a coleta dos depoimentos dos moradores desterritorializados 3ª) os estudos acadêmicos sobre a História de Mariana, que permitem criar (por analogia) uma visão sobre os processos de ocupação e de continuidade da vida social em Bento Rodrigues 4ª) a leitura das fontes primárias presentes nos arquivos públicos, como a Casa Setecentista de Mariana, o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, o Arquivo Público Mineiro e o Arquivo Histórico Ultramarino.

Portanto, é a partir destes limites que o leitor deve considerar a produção deste histórico produzido para o dossiê de tombamento de Bento Rodrigues. As informações se apresentam em ordem cronológica, apresentando dados naturais, econômicos e censitários básicos sobre o povoado, desde a formação do arraial e durante os últimos três séculos, até as vésperas do rompimento da Barragem de Fundão.

FIGURA 15 Capela de São Bento a direita e “Bar da Sandra” a esquerda. Foto: Gratiae Urbs Consultoria, julho de 1999. Disponível em <https://direitourbanismo.wordpress.com/2015/11/23/sobre-o-rio-de-lama-e-os-moradores-de-bento-rodrigues/>



4.1. Sobre o território

O território recortado pelo Rio Gualaxo do Norte localiza-se no norte do município de Mariana. Do oeste para o leste, seguindo o fluxo deste curso d'água, encontram-se as localidades de Camargos, Bento Rodrigues, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas. Após este último povoado, já nos domínios do município de Barra Longa, os rios Gualaxo do Norte e o Gualaxo do Sul, que também atravessa o município de Mariana, se fundem ao Ribeirão do Carmo. Quilômetros abaixo, este ri-beirão encontra-se com o Rio Piranga para formar o Rio Doce.

O território do Gualaxo do Norte situa-se na Serra do Espinhaço, que se estende entre os estados de Minas Gerais e Bahia, e apresenta variações de altitudes ao longo do seu trecho, marcando 752m em Camargos, no Alto Gualaxo do Norte, e cerca de 400m em Campinas, no Baixo Gualaxo do Norte. Ele faz parte também do Quadrilátero Ferrífero, área de aproximadamente 7.000km² localizada na região Centro-Sul de Minas Gerais, que possui importantes depósitos de minério de ferro, ouro e manganês (GODOY, 2017).

FIGURA 16 Serra do Espinhaço. Fonte: <http://www.serradoespinhaco.com.br>



FIGURA 17 Quadrilátero Ferrífero. Fonte: <https://seliganageologia.wordpress.com/2014/05/13/estratigrafia-do-quadrilatero-ferrifero/>



Sobre a cadeia de montanhas do Espinhaço se encontra o divisor de águas de três importantes bacias hidrográficas, assim como seus biomas próprios: o Jequitinhonha, onde prevalece a caatinga; o rio Doce, onde prevalece uma vegetação de Mata Atlântica e a do Rio São Francisco, onde prevalece o cerrado, representando assim, um importante marco geográfico.

O território do Goulgou do Norte está inserido no Bioma Mata Atlântica, um dos mais ricos conjuntos de ecossistemas do planeta, e a proximidade com o Bioma Cerrado faz com que sua área seja classificada como de tensão ecológica (zonas de transição entre sistemas ecológicos que possuem características singulares). Nele predominam a Floresta Estacional Semidecidual, que apresenta “maior incidência de indivíduos arbóreos e copas das árvores formando um dossel fechado”, e as Matas de Galeria, caracterizadas por uma vegetação florestal que acompanha cursos d’água de pequeno porte formando corredores fechados. Neste território ocorre também, como em Bento Rodrigues, a Savana Parque (GODOY, 2017) (dados sobre suas características físicas serão expostos posteriormente).

É neste cenário marcado por diferentes tipos de formações geológicas, relevos, solos, vegetações e cursos d’água que as expedições paulistas desembarcaram entre os anos finais do século XVII e iniciais do XVIII, lançando, assim, as bases para a formação dos primeiros povoados no Goulgou do Norte, como Camargos e Bento Rodrigues.

Eles não foram os primeiros a pisar nesta região. Muito antes dos bandeirantes chegarem aos Sertões dos Cataguases, a cordilheira posteriormente batizada por Eschwege¹⁷ de Espinhaço era um importante marco de orientação para os grupos nômades que viviam na região e que nela deixaram alguns registros já conhecidos como o Sítio da Pedra Pintada em Cocais e o de Mirandinha, nos arredores de Bento Rodrigues. O Abrigo Mirandinha, situado no povoado de Camargos, a aproximadamente 6km de Bento Rodrigues, possui registros de pinturas rupestres que, segundo os arqueólogos Alenice Baeta e Henrique Piló, podem ser classificados dentro da Tradição Planalto. Esse padrão de pintura se caracteriza como “a mais antiga expressão gráfica e de longa duração, com suas devidas fases estilísticas, na região central de Minas Gerais” (BAETA, A. e PILÓ, H. 2017, p.197). O vínculo entre os registros do Abrigo Mirandinha e a Tradição Planalto permite inferir que grupos humanos já se deslocavam pelo território do Gualaxo do Norte há milhares de anos, e que tais deslocamentos encontram-se na base da formação das tribos indígenas que viviam em Mariana no período em que as expedições paulistas avançaram sobre sua região. Este sítio, entre outros abertos em municípios próximos atestam a possibilidade de compreensão de parte da história da presença humana na região através de estudo mais aprofundado e sistêmico, tanto nos espaços baixos por onde carrou o rejeito da empresa Sarmarco S.A. quanto nos setores mais altos desta região (LIMA, 2017, P. 31).

Foi trilhando caminhos indígenas milenares que os bandeirantes penetraram o sertão, principalmente pelos cursos d'água, orientados por morros, cristas e picos que sobressaíam em meio a densa Mata Atlântica. Encontraram nas entranhas das serras que compõem a Espinhaço e seus talvegues metais que levaram à grande corrida do ouro. A chegada dos paulistas mudou a paisagem e os modos de vidas das tribos indígenas que viviam na região central de Minas Gerais, as pressionando rumo às diferentes estratégias: o embate direto, onde se calcula que muitos índios da região, integrantes dos grupos Cataguás e Guarachués, do tronco lingüístico Jê (José 1965, p. 19 e 28 apud MOURA, 2009, p. 6) foram dizimados; o deslocamento para regiões ainda não colonizadas; e a adaptação dos autóctones à nova sociedade que passou a se formar a partir da exploração aurífera. O historiador Renato Pinto Venâncio, ao analisar o imposto de captação (estipulado pelo número de escravos de cada proprietário) e os inventários de post-mortem produzidos em Mariana durante as primeiras décadas da colonização, verificou que o uso do indígena como escravo foi comum na localidade entre 1696 e 1716, tornando-se residual a partir das décadas de 1720 e 1730 (VENÂNCIO, R.P., 1997)

¹⁷ Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777 - 1855) geólogo, geógrafo e metalurgista alemão. Foi contratado pela Corte Portuguesa para realizar estudo sobre o potencial mineral da colônia. Ficou no Brasil entre 1810 e 1821. Foi convidado para dirigir o Real Gabinete de Mineralogia

no Rio de Janeiro e ensinar técnicas avançadas de extração mineral aos mineiros, contribuindo para o início da siderurgia em Minas e escreveu *Pluto Brasiliensis*, publicado na Alemanha, em 1833.

FIGURA 18 Território do Gualaxo do Norte: Floresta Estacional Semidecidual, Matas de Galerias e Savana Parque. Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy, 2017.



FIGURA 19 Território do Gualaxo do Norte: Floresta Estacional Semidecidual, Matas de Galerias e Savana Parque. Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy, 2017.



FIGURA 20 Território do Gualaxo do Norte: Floresta Estacional Semidecidual, Matas de Galerias e Savana Parque. Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy, 2017.



Não é claro como os primeiros exploradores chegaram ao local depois conhecido por Bento Rodrigues. Se subiram o rio Gualaxo do Norte em direção ao Espinhaço a partir do Rio Casca, onde foram registrados os primeiros achados do precioso metal, passando pelo Rio Doce, ou se partiram de Ouro Preto, em cujas proximidades se encontram as nascentes tanto do Rio Piracicaba, como do Gualaxo do Norte, e do Rio das Velhas. Mas sua localização, no sopé de Serras do Complexo Espinhaço, sempre foi privilegiada e logo encontraram ouro nos cursos d'água naquele entorno, atraindo muitos aventureiros.

Em distância de meia légua do ribeiro de Ouro Preto, achou-se outra mina, que se chama a do ribeiro de Antônio Dias; e daí a outra meia légua, a do ribeiro do Padre João de Faria; e, junto desta, pouco mais de uma légua, a do ribeiro do Bueno e a de Bento Rodrigues. E, daí a três dias de caminho moderado até o jantar, a do ribeiro de Nossa Senhora do Carmo, descoberta por João Lopes de Lima, além de outra, que chama a do ribeiro Ibupiranga. E todas estas tomaram o nome dos seus descobridores, que todos foram paulistas (ANTONIL, 1982).

O que é possível afirmar é que o grosso da ocupação em Mariana ao longo do século XVIII concentrou-se em torno de três rios: Ribeirão do Carmo, Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul, como demonstra o mapa produzido pelo Padre Diogo Soares em 1734/1735 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**) (COSTA, A.E. et al. 2002).

O Ribeirão do Carmo foi palco para a formação do Arraial de Nossa Senhora do Carmo (elevado à condição de sede da Vila do Carmo em 1711 e assinalado no mapa pelo círculo verde) e das localidades de Passagem de Mariana, São Sebastião (atual Distrito de Bandeirantes), São Caetano (atual Distrito de Monsenhor Horta), Furquim e Acaiaca. No Gualaxo do Sul, nesta mesma época, surgiram as localidades de Cachoeira do Brumado, Mainard e Vargem. E às margens do Gualaxo do Norte apareceram as localidades de

Antônio Pereira (região onde nasce esse curso d'água), Camargos, Bento Rodrigues (assinalado no mapa pela elipse azul), Gama, Teixeira (atual subdistrito de Paracatu de Cima e Paracatu de Baixo) e São José de Matias Barbosa (atual município de Barra Longa). Outros povoados, apesar de não serem cortados diretamente pelo Rio Gualaxo do Norte, também se formaram ao norte deste curso d'água, como Inficcionado (atual Santa Rita Durão), Paulo Moreira (atual município de Alvinópolis) e Águas Claras do Lobo (atual Águas Claras) (PIRES, M.C., 2012).

FIGURA 21 Sítio Arqueológico de Mirandinha, Mariana. Fonte: IPHAN/Henrique Piló. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/639/> acessado em 04/04/2018.



FIGURA 22 Carta da Capitania de Minas Gerais entre o rio Paraopeba e Ribeirão do Carmo, elaborada por Padre Diogo Soares (1684-1748) em 1734/1735. É possível visualizar os nomes dos povoados de (Ribeirão do) Carmo (atual Mariana), Camargos, Bento (Rodrigues), Inficionado e Antônio Pereira. Fonte: Rede Memória, 2018, recorte feito pelos autores. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/301451>



As localidades situadas no eixo do Ribeirão do Carmo se destacavam economicamente em relação às situadas no Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul. Essa superioridade pode ser fotografada em diferentes momentos do século XVIII, como demonstram os dados presentes no estudo feito pela historiadora Simone Faria sobre a arrecadação dos Reais Quintos e na pesquisa do historiador Moacir Maia sobre o abastecimento dos moradores marianenses. Alguns dados destes trabalhos foram condensados na **Erro! Fonte de referência não encontrada.** (FARIA, S.C., 2012).

TABELA 1 Mariana: número de escravos, lojas e percentual dos Quintos Reais. Fonte: FARIA, 2010 & MAIA, 2012.

Distrito	Escravos	Lojas	Quintos Reais (1721-1733)	Região
Sede de Mariana	1.193	84	10%	Ribeirão do Carmo
Passagem	2.078	77	9%	
São Sebastião	1.098	24	8%	
São Caetano	1.023	22	8%	
Furquim	1.262	10	8%	
Bento Rodrigues	355	18	2%	Gualaxo do Norte
Camargos	542	12	3%	
Antônio Pereira	712	23	4%	
Brumado	558	9	3%	Gualaxo do Sul
Gualaxo do Sul	301	2	3%	

Em todos os aspectos expostos fica clara a superioridade econômica dos povoados situados no eixo do Ribeirão do Carmo sobre as outras regiões, quer seja pelo número de escravos, pela quantidade de lojas ou pelo percentual de arrecadação dos Quintos Reais. O número de cativos permite criar uma escala referente à dimensão dos distritos marianenses na década de 1720: grandes (entre 1.001 e 2.100 escravos), médios (entre 501 e 1.000 escravos) e pequenos (entre 1 e 500 escravos).

Bento Rodrigues, seguindo essa escala, poderia ser classificado como um dos povoados pequenos de Mariana na década de 1720, e as informações disponíveis sobre os períodos posteriores não sugerem que tal condição tenha se alterado até o início do XIX: em 1831, por exemplo, Bento Rodrigues possuía cerca de 454 habitantes livres e escravos (APM, 1833). A análise do tamanho deste povoado e dos dois templos nele ativos às vésperas do rompimento da Barragem de Fundão reforça a impressão presente nos dados de 1720 e 1831 de que Bento Rodrigues era um povoado pequeno no quadro geral das localidades de Mariana.

Tal percepção permite criar um contraponto com a ideia de lugar de abundância e riqueza criada pelas narrativas de dois personagens dos Setecentos: o jesuíta italiano André João Antonil, que publicou em 1711 o livro *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, e o paulista Bento Fernandes Furtado, que redigiu (ou ditou), em meados do século XVIII, o texto *Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas pertencentes a estas Minas*

Gerais – pessoas mais assinaladas nestas empresas e dos mais casos acontecidos dos seus princípios. Segundo Antonil:

*Das Minas Gerais do Cataguás as melhores e de maior rendimento foram, até agora, a do ribeiro do Ouro Preto, a do ribeirão de Nossa Senhora do Carmo e a do **ribeiro de Bento Rodrigues, do qual, em pouco mais de cinco braças de terra, se tiraram cinco arrobas de ouro (cerca de 73kg).** Também o rio das Velhas é muito abundante de ouro, assim pelas margens como pelas ilhas que tem, e pela madre ou veio da água, e dele se tem tirado e se tira ainda, em quantidade abundante. (ANTONIL, A.J., 1982)*

Furtado (1999) foi mais descritivo em sua narrativa:

Seguindo o mesmo morro, à margem pela parte oriental, mais chegado, porém, à serra, caminhou Bento Rodrigues, taubateano, e descobriu o lugar também hoje chamado Bento Rodrigues, havido de seu próprio descobridor, distante do Ouro Preto quatro para cinco léguas (cerca de 25km), que deu grosso cabedal, e ainda hoje está dando, com povoação de uma famosa capela, continuando

seus haveres pela mesma serra, onde hoje há várias lavras, como são as do coronel João Rodrigues Fraga, o capitão João Favacho, transferido no capitão Caetano Ferreira Fialho por venda que lhe fez por 50 mil cruzados, e outros vários, que estão descavando os montes, minando penhascos e cortejando o coração da terra para haver os seus haveres.

A leitura destes relatos confirma a impressão de que o paulista Bento Rodrigues - ao chegar na região cortada pelo Rio Gualaxo do Norte - identificou uma paragem promissora para a exploração aurífera. A extração de cerca de 73kg de ouro durante a primeira década do século XVIII, como apontou Antonil, a destacava entre os principais garimpos mineiros deste período. Em 1750, meio século após a chegada de Bento Rodrigues, Furtado relatou que ainda se arrancava “grosso cabedal” das lavras na localidade, principalmente na parte alta onde os mineradores escavavam os montes (usando a técnica do talho aberto), mineravam os penhascos e cortejavam o coração da terra (abrindo galerias).

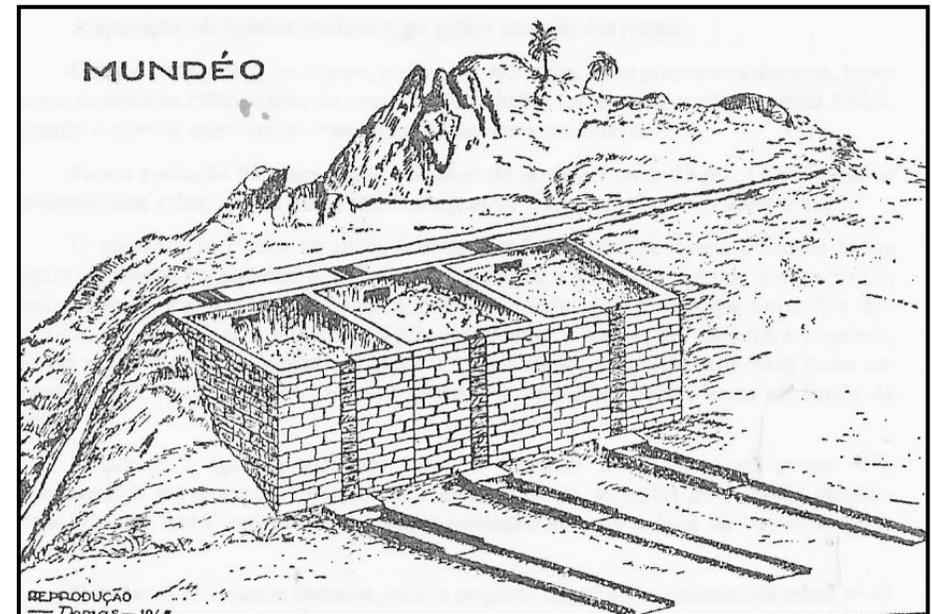
Cabem duas observações sobre as informações acima apresentadas. Primeira: parece nítido que existiam algumas lavras significativas na localidade, mas que a produção aurífera de Bento Rodrigues não era tão expressiva no quadro geral de Mariana, como se percebe na TABELA 2 (pág.41) . Individualmente, portanto, é possível que um proprietário do povoado pudesse rivalizar com outro da vila, mas no conjunto (somando todos os mineradores de Bento Rodrigues) que isto não ocorresse. Segunda observação: em Bento Rodrigues, como era comum nessa época, as lavras se iniciaram na parte baixa

do povoado, tendo os cursos d'água e as demarcações das datas minerais e dos patrimônios (concessões de terrenos para construção de templos religiosos) como ações norteadoras do loteamento e da constituição das trilhas e caminhos que passaram a desenhar uma feição inicial para o povoado. A apropriação de novas técnicas de mineração, como a talho aberto (FIGURA 23), que chegou em Minas por volta de 1707 e a extração subterrânea conduziram a exploração para as partes altas da localidade. Então é possível deduzir que no tempo de Bento Furtado, por volta de 1750, estavam em atividade tanto as lavras situadas nas áreas elevadas (talho aberto e subterrânea) quanto os serviços informais exercidos pelos fiscadores na parte baixa, próximo aos cursos d'água.

Apesar de atrair pessoas até de além-mar e dos cursos d'água terem suas margens divididas em datas minerais¹⁸, distribuídas conforme descobertas e a capacidade de exploração do descobridor, a ocupação inicial dos talwegues não chegou a configurar um povoado. Em parte pelo tipo de exploração do ouro, de aluvião, retirado do leito e barranco dos cursos d'água, aplicado em função da maior facilidade de extração empregando técnicas rudimentares dada a falta de equipamentos dos sertanistas, cujo acesso às minas se dava por picadas, o que dava à atividade um caráter intermitente, dependente das

condições climáticas. Assim eram erguidos abrigos temporários e improvisados chamados ranchos,¹⁹ (VASCONCELLOS, 1977) que eram deslocados em direção a novos achados.

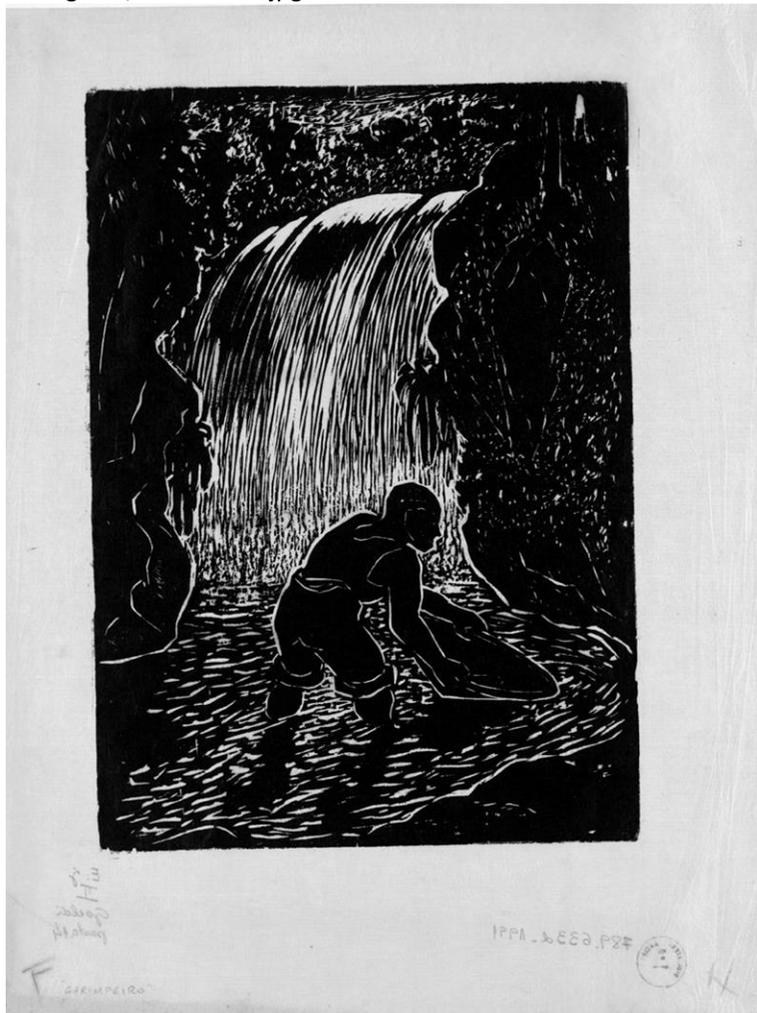
FIGURA 23 Mineração: técnica do talho aberto. Fonte: ESCHWEGE, 1979.



¹⁸ Conforme 1º Regimento das Terras Minaeras do Brazil (1603), "4º A descobridor de beta de metal, ouro, ou prata se lhe dará nella hua Mina de oitenta varas de comprimento, e quarenta em largo medidas pela vara de cinco palmos de comprimento, de que se uzará neste Reyno, e se lhe dará mais na mesma beta outra mina de mina setenta varas de comprimento; e trinta em largo, e logar apartado que elle escolher, havendo porem entre hua e outra distancia de duas Minas de setenta varas cada hua; e querendo o dito descobridor, ou outra pessoa a que se der repartição e mina, tomar mais em largura que cumprimento, o poderá fazer, começando de hum, e outro e pelo dito modo, se repartirão as Minas entre as pessoas que na dita beta descoberta as vierem pedir para nellas trabalhar.". Explica Antonil que o pioneiro teria direito a duas datas: uma como descobridor e outra como mineiro; estas estariam intercaladas por uma que cabia ao Rei e outra destinada ao guarda-mor. As demais seriam distribuídas por sortes em proporção ao número de escravos ou índios que serviriam nas catas.

¹⁹ "O rancho era uma peça única e servia de abrigo coletivo. Nele moravam o chefe e seus servidores. Havia ranchos com cobertura de uma água ou de duas águas. Os de uma água, geralmente, tinham um de seus lados apoiados sobre barrancos altos e, o outro, sobre esteios rústicos, de forma cilíndrica. Os ranchos maiores eram de duas águas. Todo o madeiramento era roliço e tosco. A cobertura feita de fibras vegetais como o sapé, folhas de palmeiras ou outros tipos de fibra. O piso era de terra batida; no centro havia uma trempe sobre braseiro; nos cantos, eram colocados os jiraus para dormir. Quando havia muitos ocupantes, esses se espalhavam pelo chão sobre esteiras e couros, pois em Minas não foi muito difundido o uso da rede." (VASCONCELLOS, 1977, p. 21)

FIGURA 24 Garimpeiro. Gravura de Oswaldo Goeldi, 1895-1961. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon789633.jpg



As dificuldades de abastecimento dos sertões por via fluvial na região mineira, onde há várias quedas d'água e corredeiras, faziam necessárias, além da abertura de rotas terrestres que permitissem o comércio regular de gêneros, plantações de roças para subsistência. Há indícios de que às margens dos contribuintes do Gualaxo do Norte foram plantadas roças de milho ainda no século XVII, como se infere da informação sobre as plantações do assentamento de Camargos²⁰ (TRINDADE, 1945), limítrofe a sul de Bento Rodrigues, arrasadas pelo rigoroso inverno de 1698, mas tendo a atenção voltada para a possibilidade de enriquecimento rápido e a corrida pela comunicação dos achados garantindo a concessão de datas minerais, essas roças não acompanharam em número ou extensão o crescimento populacional, o que ocasionou desabastecimento.

Os primeiros anos após a descoberta das minas se caracterizam por um dos maiores deslocamentos de indivíduos para um interior remoto. Pessoas de diversas condições sociais, oriundas da Colônia e de Portugal, repentinamente migraram para o sertão, movidas pela ambição da riqueza proporcionada pela extração do ouro. Várias medidas foram tomadas pela Coroa para conter o fenômeno emigratório, mas, nem os trajetos ásperos, nem a falta de mantimentos nos caminhos, em que

²⁰ "Segundo a tradição e os assentos da Freguesia, a sua fundação foi pelos anos de 1698, começando a ser parochia de instituição episcopal desde aquele tempo" (TRINDADE, 1945, p.73.)

morreram muita gente, contiveram o surto demográfico cujas consequências iniciais foram a carestia de mantimentos, a alta vertiginosa dos preços, a fome e os conflitos sociais. O rápido crescimento da população, a riqueza estratégica da área, as possibilidades de acumulação, o senso de liberdade, a ausência de justiça e de ordem “pública”, a criação de poderes paralelos, os conflitos entre paulistas e forasteiros e dos colonos com a Coroa motivaram a metrópole a implantar o Estado nas minas (CARNEIRO, 2013. p.138).

Assim, é possível especular que a paisagem no entorno de Bento Rodrigues, como no restante daqueles Sertões se mantivesse pouco alterada pela ação antrópica muito além dos veios d'água e suas planícies aluvionares, onde tanto os leitos quanto os ribeiros foram revolvidos e alterados.

Da mesma forma, a proximidade e direcionamento hidrográfico sugerem que a ocupação daquele território se deu em direção às nascentes dos contribuintes do Córrego de Bento Rodrigues, como os córregos Santarém, Fundão e Mirandinha, cujos nomes foram alterados já no século XX e que antes, como pode ser visto no mapa abaixo datado de 1911, eram conhecidos pelos nomes dos detentores das datas minerais como Teodosio Moreira, que

posteriormente foi cobrador de quintos na primeira metade do século XVIII, Enrique Dias, Moreira Serra, entre outros.

FIGURA 25 Caravana de tropeiros descansando em um rancho. Rugendas (c.1824). Fonte: BNDigital. Disponível em objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_143.jpg . Editada pelos autores.

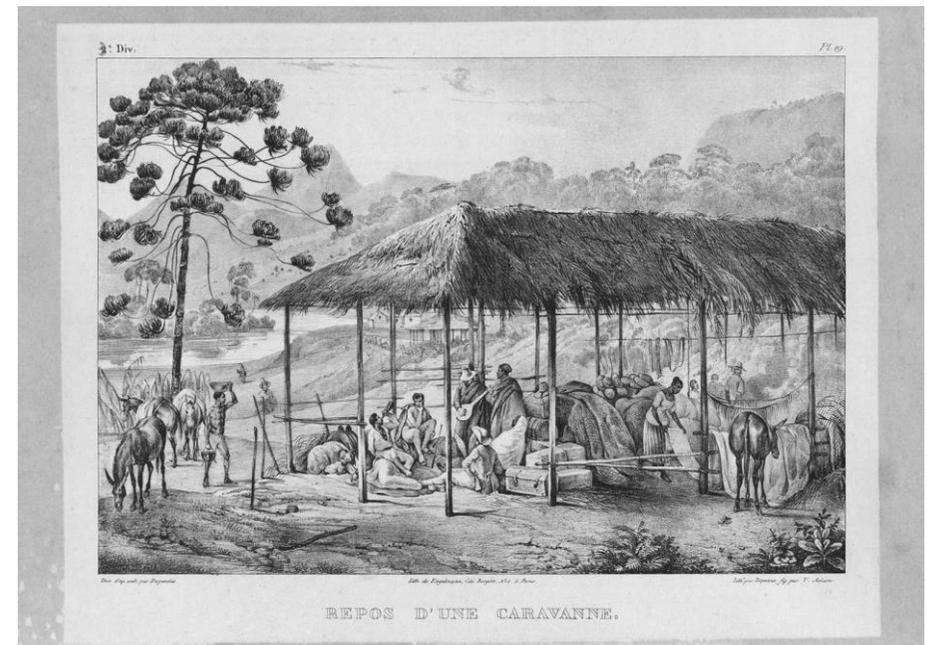
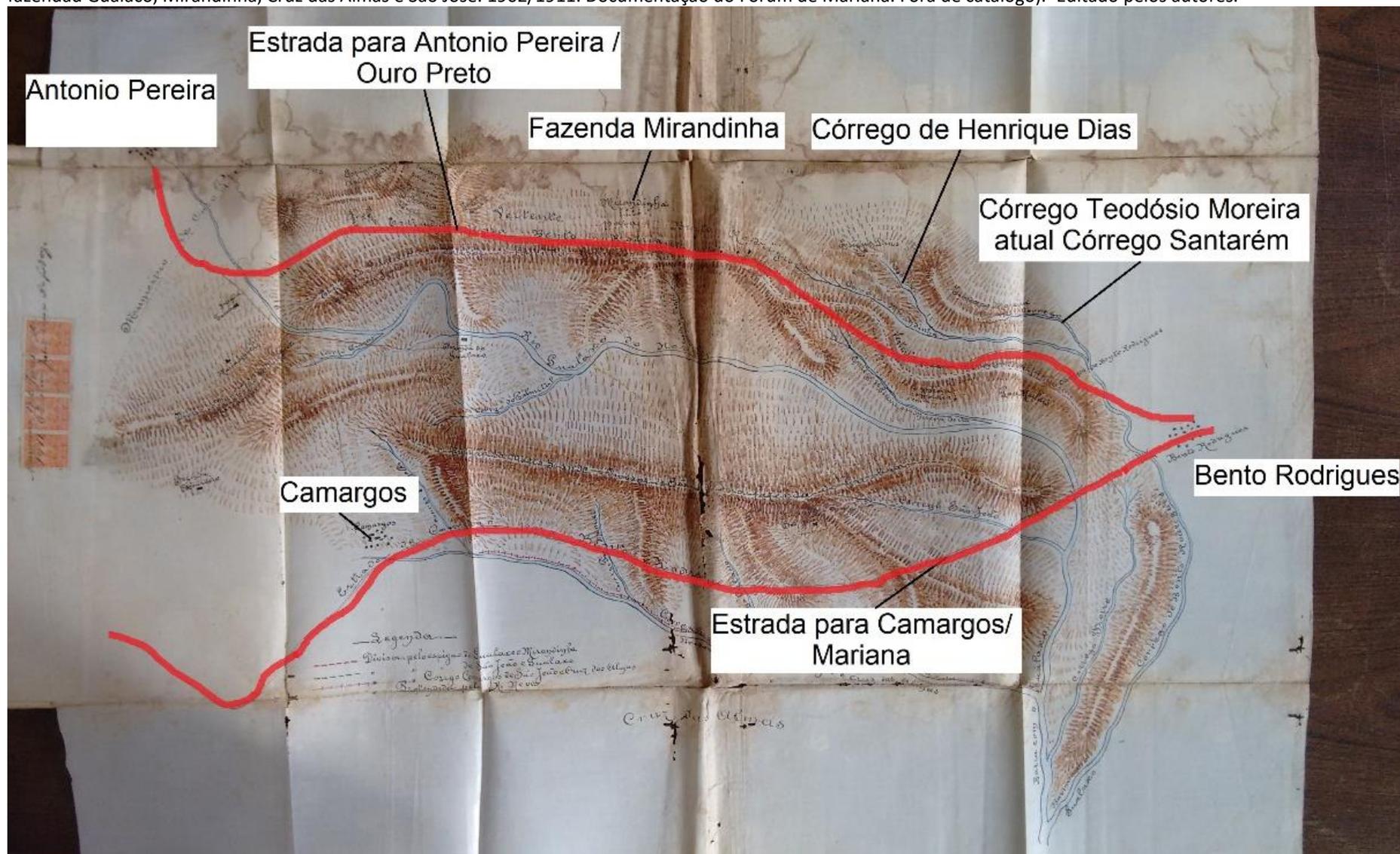


FIGURA 26 Mapa das divisas de fazendas em Bento Rodrigues e Camargos (1911). Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (ACSM. Processo de demarcação das fazendas Gualaco, Mirandinha, Cruz das Almas e São José. 1902/1911. Documentação do Fórum de Mariana. Fora de catálogo). Editado pelos autores.



4.2.O Estabelecimento do Estado Português nas Minas e características de Bento Rodrigues

O século XVIII teve um grande impacto na paisagem dos Sertões. Com a migração maciça para aquela região, o Estado Português interveio, buscando conter o fluxo migratório e os conflitos, ordenar o espaço e regular os impostos. Foram abertos caminhos, distribuídas terras, divididas capitânias, criadas vilas e câmaras. Foi nesse contexto que se configurou o arraial de Bento Rodrigues.

(...) a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordens os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo e, amotinada lá por dentro, é como no inferno (ASSUMAR, apud ÁLVARES, 2003, p.52)

Ao inaugurar do novo século, a Coroa se via com uma difícil questão. Se por um lado era necessário manter o controle das minas e, portanto, coibir a entrada descontrolada de pessoas e a abertura de caminhos por onde poderia haver fuga de riquezas (CRUZ, 2010, p. 24), por outro, a ampliação da atividade mineraria geraria aumento de receita tributária, mas isso requeria

assegurar o escoamento da produção até os portos para o embarque para metrópole e uma rede de abastecimento capaz de permitir a concentração dos esforços no minerar. Entre as medidas tomadas estava a abertura de caminhos oficiais, onde foram estabelecidos os registros, postos de controle do trânsito de pessoas e mercadorias e pagamento dos impostos, como o Caminho Geral do Sertão, Caminho dos Currais (Bahia), Caminho Novo de Minas para o Rio de Janeiro (1704) e o Caminho para o Tejuco (1707), que segue pela serra do Espinhaço até a atual Diamantina. “O método de construção, visando melhor orientação e economia estava determinado por dois condicionantes geográficos básicos: direcionamento pelas gargantas de serras e acompanhamento de rios” (CARNEIRO, 2013, p.172).

A situação econômica e o reduzido contingente populacional português impeliram o Estado para se fazer presente naquela inóspita região, a delegar a particulares o que deveria ser de sua competência (CRUZ, 2010, p.26). Assim, “os manifestantes de lavras, seus sócios e agregados foram providos nas principais patentes militares das tropas de ordenanças e de auxiliares, nos cargos fazendários e na provedoria das minas, que lhes dava competência para a partilha das lavras e prerrogativas judiciárias” (ROMEIRO, 2013, p. 16). Com o aumento da produção, no intuito de regulamentação das datas, solução de conflitos entre mineiros, fiscalização das trilhas e cobrança do quinto se tornaram necessárias novas regulamentações, como o Regimento das Minas²¹, seguida da deliberação do "Regimento dos superintendentes, guarda-móres, e officiaes deputados para as minas do ouro"²², que tiveram como

²¹ No Regimento das Minas criou-se o cargo de guarda-mor, cargo administrativo, cuja responsabilidade era a de distribuição de datas minerais, a resolução dos conflitos surgidos da exploração do ouro, a fiscalização dos caminhos e a cobrança dos quintos.

²² Este Regimento foi promulgado em 19 de Abril de 1702, no intuito de controlar o poder excessivo dos guarda-mores (particulares), através da criação do cargo de superintendente (oficial português), que se tornou responsável pela escolha e nomeação dos guarda-móres.

consequência o empoderamento das elites que, além de favorecerem seus pares na concessão de terras minerais, detinham o monopólio de gêneros.

Vários autores concordam que apesar das proibições, em menos de uma década a região das Minas dos Cataguás recebeu um contingente enorme de pessoas, das mais diversas origens. “Mais de trinta mil almas [que] se ocupa[va]m, umas a catar, e outras a mandar catar nos ribeiros do ouro, e outras a negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar”. (ANTONIL, 1982, p.68-69).

Esse crescimento populacional gerou maior pressão para mudanças no ordenamento social, que levaram à Guerra dos Emboabas. Em decorrência desse conflito, no qual os paulistas saíram desapoderados, perdendo o controle sobre o comércio de gêneros e a primazia na distribuição de datas minerais, a Corôa não só apartou os Sertões dos Cataguás da Capitania do Rio de Janeiro, fazendo surgir a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, como também nomeou Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que se estabeleceu no povoado de Ribeirão do Carmo em dezembro de 1710, tendo como ordem a “criação de vilas para que nelas e em seus termos os povos vivessem em sociedade segundo as leis”(CARNEIRO, 2013. p. 163). Fundou a Câmara Municipal de Mariana,²³ com a elevação do arraial à Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Tendo por objetivo um crescente controle da região, Dom Braz Balthazar da Silveira, quando assumiu a administração da Capitania de São Paulo e Minas

do Ouro, procurou organizar e descentralizar a máquina judiciária e fiscal, restrita à zona central dos primeiros descobertos e assim, em 1714 o território mineiro, primeiramente dividido em três (1711), foi redividido em quatro comarcas: do Rio das Mortes, Vila Rica, de Sabará e do Serro Frio. Eram convidados os habitantes nobres de reconhecido respeito entre os colonos, casados e de sangue “limpo” para ocuparem cargos administrativos, jurídicos e elegerem os oficiais da Câmara.

O fluxo e transporte de mercadorias continuava sendo um problema para o Estado Português. Era necessário ocupar os espaços, transformar as picadas que se apagavam em cada período chuvoso em vias de circulação terrestre permanente, as estradas reais, propiciando melhor controle do trânsito, combate ao contrabando do ouro em pó e o escoamento da produção mineral. A partir da segunda década dos setecentos foram concedidas sesmarias, ou seja, terras destinadas ao cultivo da agricultura e pecuária ao logo dos caminhos “para o abastecimento dos viandantes, de ranchos para o descanso e proteção dos caminhantes e de estalagens para troca e alimentação das bestas de carga.”(CARNEIRO, 2013 p. 193), sendo os sesmeiros obrigados a manter os caminhos trafegáveis, comprovar sua capacidade de produção e iniciá-las dentro de determinado prazo para que não perdessem a concessão, contribuindo para a ocupação dos sertões e expansão do território

O sertão era algo que se movia continuamente; era empurrado cada vez mais para longe, cedendo lugar ao território devidamente tributado. Assim

²³ “Entre as várias funções da câmara destacam-se: orientar/reordenar o espaço urbano, construir estradas e pontes, zelar pelo abastecimento de gêneros e água, iluminação, saneamento, sossego público. As câmaras municipais tornaram-se o principal espaço da

defesa dos interesses locais como também o meio de incorporação dos mesmos à jurisdição do Império português”. (ANDRADE, 2011. p.5).

transformava-se sertão em território. (CRUZ, 2010. p.26)

Em Bento Rodrigues outras atividades econômicas somaram-se à extração aurífera e passaram a desenhar uma rede local de negócios nas décadas iniciais do século XVIII. Os altos preços cobrados pelos comerciantes ambulantes que conectavam a região central mineira aos litorais baiano, paulista e carioca, bem como as crises de abastecimento vivenciadas em dois períodos (1697/1698 e 1701/1702) deixaram importantes lições para uma população ainda em processo de adaptação ao novo ambiente e aos seus perigos. A colonização de Bento Rodrigues, como ocorreu em diferentes regiões de Minas Gerais, foi alimentada também pela procura de terras para o cultivo de plantas, beneficiamento de produtos e criação de animais. Percebeu-se, ainda cedo, que a continuidade da exploração aurífera estava diretamente relacionada à necessidade de diminuir, dentro do possível, a dependência dos colonos em relação às mercadorias que vinham de outras praças e capitânicas (PIRES, 2012).

Nesse contexto aparece o primeiro registro conhecido de sesmarias em Bento Rodrigues, concedida a Manoel Mendes de Souza e outros.

D. Bras. B.ar da Silveira &. Faço saber aos que esta minha Carta de Sesmaria virem que tendo confederação ao que me representarão M.el Mendes de Souza, Antonio Henriques, e Antonio Francisco Sobre possuhirem hum Sitio que tinham

fabricado mato dentro na parage²⁴ chamada Bento Roiz e porque querem continuar com as Suas Lavouras para o que necessitam de mais terras me pediram lhe fizesse merce de lhe conceder meya Legoa²⁵de terras em quadra na mesma paragem Servindo de piam o mesmo Sitio, e attendendo a que he conveniente se povoem e cultivem as d.as terras; hey por bem de conceder aos supp.tes meya Legoa de terras em quadra servindo de piam o seu Sitio tudo na forma que pedem, sem prejuizo de terceiro nem de alguns moradores e acaso se acharem nas d.as terras, aos quaes se reservarão os Seos citios com as vertentes que tocão e os supp.tes serão obrigados a cultivarem nestas terras dentro de dois annos e não o fazendo se devolveram e daram a quem as possa cultivar, e as terem tambem com a condição de nellas nam soccecerem Relligiois por algum titollo, e acontecendo e nellas possuindo-as serão com o encargo de dellas deverem e pagarem disimos como se as possuicem seculares, e faltando sse ao referido se daram a quem as denunciar, e qualquer

²⁴ Parage(m): parte acessível à navegação; parada; lugar

²⁵ 3Km x 3km= 9 km²

official a que tocar dará posse das d.as terras ao supp.te na forma do estillo, e por firmeza de tudo lhe mandei dar esta Carta de sesmaria por mim assignada e sellada com o sinete de minhas armas, que se cumprirá como nella se contem, registando sse nos L.os da Secretaria deste Governo e nos mais a que tocar. Dada nesta Leal V.a de N. S.ra do Carmo a 20 de Agosto de 1717. - O secretario Manoel da Affonseca a sobscreevo. D. Bras B.ar da Silveira (Extrahidas de entre fl.s 69 v. a fl.s 264, do livro de registro, sob n° 8 da nova catalogação, referente a 1713 - 1717)

Pode-se verificar que a concessão foi a forma de regularizar e ampliar a área da qual já haviam se apossado e trabalhado. Também é possível compreender a partir do documento acima que, naquela propriedade, já eram realizadas atividades agrárias, apesar de não haver informações sobre a produção da lavoura. No entanto, em documento de compra por João Pacheco de Andrade e Gaspar de Faria, em maio de 1729, quando Antonio Henriques vende três roças localizadas em Bento Rodrigues, havia em uma delas “uma casa de vivenda, 7 ranchos, moinho e um serviço de água metida²⁶ sobre terras mineiras. Nas demais roças havia uma pequena criação de gado vacum, terras plantadas, mantimentos colhidos, diversos bens de uso pessoal e de casa,

bem como ferramentas de mineração e roça. Também entravam na negociação outros serviços minerais que o vendedor, Antônio Henriques, tinha sociedade com outros mineradores aos quais os compradores automaticamente se associavam” (Lopes, 2015. p. 361) além de 29 escravos. Caso ambas as notícias se refiram a mesma pessoa e a mesma propriedade, percebe-se que houve uma diversificação das atividades.

Não foi possível encontrar mais informações sobre a localização precisa das terras concedidas, que não fosse a inferência da proximidade de um curso d'água, mas além de Manoel Mendes de Souza, Antonio Henriques, e Antonio Francisco, foram encontrados registros de outros moradores contemporâneos em Bento Rodrigues, como o Capitão Gaspar Dias de Azevedo, mineiro, proprietário de escravos e de duas vendas; Diogo Gonçalves, lavrador e também proprietário de dois escravos; João Ribeiro da Silva, que obteve a licença para a construção da capela fundada em 1718 (TRINDADE, 1945. p.56).

Vila de Nossa Senhora do Carmo, seis de novembro de 1718. O provedor dos quintos reais, Sargento-mor Rafael da Silva e Souza, no ato da cobrança do quinto real do Capitão Gaspar Dias de Azevedo, dava o Juramento dos Santos Evangelhos conforme o Regimento que lhe havia sido declarado e recebido. Esse mineiro, morador de Bento

²⁶ "Serviço de água" ou "água metida" se referia aos diferentes trabalhos de desvio de leito de rios, de canalização de água com o objetivo de disponibilizar água para a mineração, tanto de aluvião quanto de morros minerais.

Rodrigues, distrito da referida vila, declarava ao dito provedor que possuía os escravos Antônio Mina, Bernardo Mina, Sebastião Congo, Domingos Banguela, Manoel Banguela e Maria Conga, além de duas vendas. Sobre esses incidia o famoso direito do quinto. E o provedor assinava no fim do registro. Alguns dias depois, em 12 de novembro do mesmo ano, outro morador de Bento Rodrigues, Diogo Gonçalves, declarou ao mesmo provedor dos reais quintos seus dois escravos, Caetano Cabo Verde e Jorge Mina. Esse homem que vivia de sua lavoura, também cumpria a mesma tarefa de declaração que o primeiro, ainda que não desenvolvesse a atividade mineradora. E também assinava junto ao provedor e o escrivão, mas por não saber ler e escrever fazia a marca de uma cruz, como era de costume nesses casos (FARIA, 2010. p. 28).

A ereção de uma ermida com a constituição do seu patrimônio favorecia a fixação da população e a formação de um arraial, pois era a partir do

patrimônio da capela que se erguiam as principais construções, onde surgia um lugar público e se delineava o traçado original das primeiras ruas, com o crescimento progressivo de habitações no seu entorno. O reconhecimento do templo religioso pela igreja ocorria com sua elevação ao título de capela curada, representando a inclusão da área ao governo colonial e garantindo a visita periódica de um pároco (cura), que seria responsável por auxiliar na tarefa de civilizar a população e convencê-la do pagamento de impostos para a manutenção do poder régio. A subsequente promoção do local à condição de Freguesia permitiria o acesso aos sacramentos do batismo, casamento, registros de nascimento, matrimônio e óbito e assim, a elite local, tendo como justificativa as dificuldades e perigos possíveis para deslocamentos até as paróquias mais próximas, principalmente durante o período chuvosos, quando a travessia de cursos d'água a vau²⁷ se tornava ainda mais perigosa, tentava convencer os bispos da necessidade de elevação de suas capelas. Embora a criação de capelas e a colação²⁸ dos párocos tornava-se uma das formas de aumentar o controle sobre as vigarias, bem como da própria população, as necessidades espirituais também dependiam do equilíbrio da balança orçamentária.

Apesar de não se saber quando se tornou Freguesia, ou o que fundamentou sua promoção, sabe-se que a Paróquia de Bento Rodrigues, com número reduzido de fiéis, foi rebaixada ao status de capela curada em 1721 - apenas três anos após sua fundação - conforme relatório de dom Pedro de Almeida,

²⁷ Vau se refere a um trecho de rio, lago ou mar, raso o suficiente para ser transposto a pé, a cavalo ou em um veículo.

²⁸ O vigário colado era o sacerdote provido pelo rei, após ser sabatinado pelo bispo, para ser provido perpetuamente para uma vigararia, à qual se tornava inamovível.

Conde de Assumar, ficando subordinada à de Catas Altas, assim como as vizinhas de Camargos e Inficionado (DIAS, 2010).

Por analogia, supõe-se que o arraial teve sua morfogênese no início do século XVIII, no entorno da capela primitiva e de algumas propriedades onde, associadas à exploração minerária, eram exercidos o comércio²⁹, a lavoura e a pecuária, que permitiram a fixação do homem à terra mesmo após a produção de ouro (número oficial utilizado para o pagamento do quinto) ter dado os primeiros sinais de esgotamento, ainda no primeiro quartel do século XVIII. Se nas descrições de Antonil, publicadas em 1711, Bento Rodrigues era o terceiro mais importante ribeiro, em 1723 o rendimento havia caído para apenas 2% do total extraído em Minas com 1.072¼ (mil e setenta e duas oitavas de ouro e um quarto), perdendo para os distritos vizinhos de Camargos (1.459), Inficionado (4.057) e Catas Altas (5.501)³⁰, caindo para 530 oitavas 4 quilates de ouro em 1731. É possível que a queda na arrecadação tenha sido circunstancial, uma vez que 1726 foi o ano de inauguração das casas de fundição, onde passaria a ser realizada a cobrança dos quintos.

O monopólio por reinóis do sal, gado, fumo e aguardente, que elevava os custos de vida na colônia; as mudanças na forma de se taxar a lavra do ouro, com a criação das casas de fundição onde seria cobrado o quinto e a

proibição da circulação do ouro em pó, usado como moeda provocaram a revolta conhecida como Revolta de Vila Rica. Para conter os rebeldes, o Conde de Assumar contou com os potentados locais que, findado o conflito, cobraram reconhecimento. Como consequência, a Câmara Municipal que havia perdido a prerrogativa de cobrança dos quintos reais em 1718, retomou a incumbência desses lançamentos e foram novamente nomeados os Cobradores dos Quintos, o que perdurou até 1734, quando a cobrança voltou a ser realizada nas casas de fundição.

Em Bento Rodrigues, entre os cobradores se destacou Teodósio Moreira da Cruz³¹ (1721 a 1725 / 1729 / 1731 / 1733) quando comparado a João Pacheco de Souza³² (1730) e João Favacho Roubão (1732), que veio a ser listado entre os homens mais abastados de Minas em 1756, vindo a se tornar Familiar do Santo Ofício³³. Os cobradores eram reconhecidos por um perfil específico: “esses homens eram membros de um grupo local com poderio e influência, estavam entre os indivíduos principais de suas localidades, se designavam como” homens bons”” (FARIA, 2010. p.66)

Sobre a arrecadação, percebe-se que Teodósio Moreira da Cruz conseguiu praticamente duplicar a arrecadação entre 1721 e 1722, tendência repetida nos demais arraiais vizinhos. Esse aumento talvez se justifique pela

²⁹ Em 1723, havia 18 lojas em Bento Rodrigues, o que correspondia a aproximadamente 4% do Termo de Mariana (CHAVES et al, 2012. p. 111).

³⁰ Vendas, lojas e escravos do Termo de Mariana (1723). FONTE: AHCM. Reais quintos e lista dos escravos do Termo da Vila do Carmo de 1723, cód. 166, [fl. 157] in CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal

³¹ Teodósio Moreira da Cruz era proprietário em Bento Rodrigues, possuindo terras em um tributário do Córrego de Bento Rodrigues (Santarém / Fundão). Também acumulou o cargo de vereador em 1725. Em 1756, o tenente Teodósio arrematou duas obras públicas. (EUGÊNIO, 2013)

³² Não se sabe se este homem seria o mesmo João Pacheco de Andrade que adquiriu a propriedade de Antonio Henriques.

³³ Na listagem apresentada por Faria (2010) no Anexo 5 (pag. 158-162) do seu trabalho, intitulado Posse de Escravos dos Cobradores de Quinto do Termo de Mariana em 1725, consta, além de Teodósio Moreira Cruz, com 39 escravos; nomes como o de Antonio da Costa, com 36 peças e Antonio de Gouveia Pinto, com 34.

arrecadação ser referente ao período de apuração anterior e por 1720 ter sido um ano marcado por revoltas. Mas também é possível que tenha contribuído o fato dos cobradores dos distritos de Camargos, Antônio Pereira, Bento Rodrigues e Catas Altas terem contado naquele ano com a colaboração de Paulo Rodrigues Durão³⁴, cobrador dos quintos do Inficionado que, por esse feito, além do auxílio na repressão do levante de 1720, foi nomeado sargento-mor de Mato Dentro, tendo carta patente passada por Dom Lourenço de Almeida (MATA, 2008. p.10). A partir deste momento nota-se uma tendência de redução na arrecadação em todos os distritos, apontando para o esgotamento do ouro de aluvião.

De forma incipiente, na primeira metade dos setecentos, a exploração dos morros iniciou um novo ciclo de extração aurífera. Esta nova forma de lavra, no entanto, exigia investimentos maiores, assim como mais profissionalização e maior predisposição ao risco. Não é possível precisar quando esta mudança teve início nos arredores de Bento Rodrigues mas, nos relatórios de arqueologia dos diversos empreendimentos da Vale e suas sucursais aparecem menções a estruturas associadas, datadas entre o século XVIII e XIX, como canais de adução formados por muros de pedra, canais cortados na pedra, tanques de pedra e mundéus³⁵ (VALE, 2009. p. 15-18), principalmente junto ao córrego do Ouro Fino e no Morro do Fraga (em alguns relatórios e mapas este local aparece com o nome de “Morro do Braga”) onde, junto aos canais, foi encontrado um conjunto de cavernas.

TABELA 2 Tabela de Arrecadação dos Reais Quintos no Termo de Mariana por Distrito 1721 – 1733 Fonte: Faria, 2010. p.41. Arrecadação dos Reais Quintos de Bento Rodrigues e arraiais vizinhos, Integrantes do Termo de Mariana por Distrito 1721- 1733 (Valores em oitavas de ouro³⁶)

Ano	Bento Rodrigues	Camargos	Antonio Pereira	Inficionado
1721	906 12	925 4	1610 1/4	2959 1/2
1722	1636 ¾	1920 1/4 4	2918 3/4	5954 1/4 8
1723	1072 1/4 2	1459 4	2000	4057 2
1724	1107 ½	1129 1/2 6	1635 3/4 2	3255 2
1725	651 1/2 2	698 1/2	858 4	1967 1/4 4
1726				
1727		1643 4	843 1/4 6	1307 3/4 2
1728		1667 1/2 2	830 3/4	1300
1729	656 3/4 6	650 1/2	876 1/2	1279 1/2
1730	555 ¼	649 6	858 1/4 2	1540 1/2
1731	530 4	650 4	906 3/4	1605 4
1732	578 ¾	725 3/4	888 2	1525 1/2 6
1733	695 ½	665 1/4	1024 3/4	1533 1/2
Total	8391 2	12784 1/4 2	15251 1/2	28285 1/2 4

³⁴ O Sargento-mor Paulo Rodrigues Durão era pai do poeta Frei Santa Rita Durão, que foi homenageado na mudança de nome do antigo arraial de Inficionado, onde se construiu a capela de Nossa Senhora de Nazaré, benzida em 28 de maio de 1729.

³⁵ Mundéu era uma espécie de reservatório ou tanque para represar a água e a areia aurífera.

³⁶ Medias em oitavas de ouro e vinténs. Uma oitava de ouro correspondia a 3,5856 kg. Assim, por exemplo, foi quintado em Bento Rodrigues no ano de 1723 1.072 1/4 2 - (Mil e setenta e duas oitavas de ouro, um quarto e 2 vinténs), que corresponderiam a pouco menos de 3.850 kg de ouro.

Segundo relato de um dos atingidos, no grupo focal, eram vários os muros de pedra em Bento Rodrigues e no século XX a extração do ouro ainda era praticada no povoado:

-O muro de pedra é na propriedade do senhor?

- (-Não, tem em várias propriedades) (-várias propriedades). Eu, semana passada fui na Cúria pra ver se resolvia, a Cúria resolvia fazer algum trabalho lá, que eles vão pedir a Samarco pra fazer. Porque eles entupiram uma mina de ouro que era o local onde a comunidade de lá, os homens trabalhavam pra produzir ouro. Então essas proporções era transportar em tropa, lá da mina para o Ouro Fino. E o ouro que sobrava lá do Ouro Fino o pessoal do córrego ficava garimpando e lá era muita gente. Eu fui criado lá, dessa maneira (- senhor foi criado nessa época que vinha o resto do ouro?) É, eu fui criado lá. Nem só eu como o povo todo da época era assim. O que eles fizeram agora com o S4, não, o S3? Simplesmente entupiram a mina. Eu fui na Cúria pra ver se eles... (-eles entupiram a mina vocês sabem porque?)

-Pra pegar material, brita, pedra... brita, pedra? (-porque?) Pra depósito, né? Eles ampliaram os depósito lá de material e foram empurrando, não tá nem aí....

-.... eu só não entendi direito a história da mina... A mina tava debaixo do S3 hoje ou...?

-Não, a mina era perto do S3

-Perto do S3

-Aonde tem o moinho...

-Sim, tá debaixo daquelas terras

-A mina era perto do S3 ... ela saía lá do lugar por onde a gente falava Cascalho e passava debaixo do moinho do pai dele. É tanto que quando parou essa mina por causa que ... parou essa mina, ela funcionava mas com bomba retirando água, porque ela já estava, já tinha passado por debaixo do moinho e já estava debaixo do córrego que veio da... e então atrapalhava ...

Em 1729, com a descoberta de diamantes em Serro Frio houve um esvaziamento da Comarca de Vila Rica e, quando o caminho ao Tejuco ganhou importância, Bento Rodrigues pode ter encontrado um novo significado para sua existência, integrando o principal caminho dos diamantes até Vila Rica, e de lá até o porto do Rio de Janeiro.

Há relatos de que nessa época, em função do rápido crescimento populacional, os arraiais começavam a expandir-se perpendicularmente aos cursos d'água e ribeiros e ao longo do caminho do Mato Dentro, que ainda naquele tempo era de difícil penetração, com os rios a serem trespassados a vau. A atividade rural com vistas ao abastecimento dessa crescente população, mais certa e também lucrativa, passou a ganhar gradativamente mais interesse entre os proprietários (como Diogo Gonçalves, lavrador em Bento Rodrigues) do que a mineração, atividade intermitente ora decadente nos arredores daquele arraial e, portanto, mais arriscada.

Antigos mineradores e negociantes se transformam em fazendeiros; artesãos e empregados se fazem posseiros de terras devolutas. Cidadinos ruralizados espalham-se pelos matos, selecionando a terra já não pela riqueza aurífera mas por suas qualidades para moradia e cultivo. [...] muitas parentelas antes ricas, mas de bens minguantes, emigraram com sua escravaria para sesmarias conseguidas em territórios ermos. Aí reconstituem núcleos de vida autárquica, novamente orgulhosos de só dependerem do comércio para o provimento do sal, mas escondendo, atrás dessa vaidade, a sua penúria. (RIBEIRO, 1995 apud CRUZ, 2010 p 27)

A instalação de sítios e fazendas em Bento Rodrigues visou, num primeiro momento, resolver o problema emergencial de alguns mineradores em relação à alimentação de suas famílias, dos agregados e dos seus plantéis de escravos. A produção excedente destas unidades agropecuárias passou a garantir a entrada de um recurso extra através de sua negociação no mercado local e regional tornando-se, com o tempo, uma fonte de renda importante para os proprietários, transformando-os em mineradores-fazendeiros. Gregório Pereira Lima e João Gonçalves Fraga representam essa primeira geração de aventureiros que fizeram da parte alta de Bento Rodrigues um espaço dedicado à mineração e às atividades agropecuárias. O senhor Fraga, como demonstra a historiadora Quelen Ingrid Lopes (2015, p.448)

[...] era um agente econômico muito ativo no mercado de terras rurais de Mariana. Fixado na região há décadas, negociou sítios, sítios com engenho e também roças na paragem do Gama, no arraial de Bento Rodrigues (ambas, freguesia de Camargos), e no Rio Turvo entre 1721 e 1738. Além da produção de aguardente, de alimentos e da extração aurífera (flagrada nas negociações mencionadas) João Gonçalves Fraga também investia na criação de gados em seis fazendas que possuía —no sertão||. As fazendas, —todas místicas umas as outras||, iam do —rio Pardo caminhando rio abaixo|| até —fazer barra no rio São Francisco|| daí em direção ao —rio do Peixe e correndo por este acima até o riacho da Areia||. Pela descrição das divisas das propriedades com as vias fluviais temos uma noção de quão extenso era o domínio das seis fazendas (grifo nosso)(LOPES, 2015).

Gregório Pereira Lima, como informa a escritura de dote e hipoteca da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento³⁷ registrada em 1732³⁸, residia em um sítio³⁹ localizado no “tapuanhuacanga de Bento Rodrigues”. Neste espaço, marcado por “matas virgens” e pela ausência de “senhorios” (proprietários) nos quatros pontos cardeais, Gregório produzia “mantimentos” (alimentos) e possuía “lavras de minerar” (LIMA, 2017.p. 53-54). Além de formalizar o patrimônio da capela, Gregório Lima informava que “durante a sua vida e mesmo nas gerações futuras (seus sucessores), o templo teria uma dotação periódica de 6 oitavas de ouro para a sua “fábrica”, termo que se refere à sua manutenção”. (LIMA, 2017.p. 54) No entanto, no ano seguinte, “o Sargento-mor Gregório Pereira Lima vendeu a João Gonçalves Fraga um sítio no arraial de Bento Rodrigues com seu serviço mineral e várias faisqueiras, além de 65 escravos⁴⁰” (AHCSM, 1733, em LOPES, 2015. p. 57) que acredita-se ser da mesma propriedade.

O historiador Ângelo Alves Carrara, em seu estudo sobre as *Paisagens rurais do Termo de Mariana*, apresenta um quadro sobre a diversidade produtiva existente nas unidades agropecuárias locais do século XVIII, onde prevalecia o cultivo do milho e do feijão, seguido pela cana-de-açúcar, mandioca, o amendoim e “um pouco de arroz”. As hortas, onde era comum encontrar couve, alface, agrião, quiabo, cebola, alho e gengibre e os pomares, onde sobressaiam as bananeiras, laranjeiras, limeiras, limoeiros, parreiras e figueiras, que ajudavam a complementar a dieta dos moradores dos sítios,

fazendas e residências. Quanto aos víveres se destacava a criação de porcos, amplamente disseminada, bois, cavalos, bestas, galinhas e patos (CARRARA, A. 2004)

FIGURA 27 Ruínas da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento . Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy, 2017.



³⁷ As ruínas deste templo, o único em Bento Rodrigues que possui paredes levantadas em alvenaria de pedra, ainda podem ser avistadas na parte alta da localidade.

³⁸ CASA SETECENTISTA. Patrimônio (Escritura de dote e hipoteca) da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento. Livro de Notas 41 (1731-1733), 1º Ofício, p.11. apud PÓLEN, 2017

³⁹ Os sítios e as roças encontrados em Mariana não apresentavam diferenças extremas quanto à sua estrutura produtiva. Nos dois tipos de propriedades havia casas de vivenda, senzalas,

equipamentos de beneficiamento de alimentos (fábricas de farinha de milho e/ou de mandioca), paióis, roças plantadas e mantimentos colhidos, capoeiras e matos virgens, além de escravos. Eram produções agropecuárias comuns nas propriedades rurais daquele Termo: o plantio de milho, feijão, mandioca e arroz, e a criação tanto de suínos quanto de bovinos. Contudo, aliada ao sistema agrário também se exercia a atividade mineradora (LOPES, 2015)

⁴⁰ AHCSM, 1o Ofício, Livro de Notas 40, datado de 12/05/1733.

Algumas estruturas se destacavam no mundo dos sítios e das fazendas marianenses: a de mineração, com as suas rodas d'água e pilões (não muito comuns nos Setecentos); a de engenho e engenhocas, onde se produzia o açúcar e a aguardente (esta última era uma mercadoria que possuía um excelente rendimento na região); a de olaria, presente em algumas fazendas junto com os fornos de telha; a de produção artesanal, onde sobressaiam os teares para a produção de panos grossos e as pequenas forjas para a elaboração de peças de ferro; a de transporte, composta pelos cavalos, bestas e os bois com seus respectivos carros e carretões; a de conservação de grãos, representada pelos paióis e a de guarda e manutenção dos plantéis de escravos: as senzalas. Na região leste de Mariana, descendo pela bacia do Rio Doce, se destacava também a plantação de fumo, outro produto que possuía boa penetração no mercado regional. No pano de fundo destes setores de plantação e produção existiam as matas e capoeiras, espaços que poderiam ser utilizados ao longo do tempo para a expansão das atividades rurais (CARRARA, A. 2004).

Uma comparação entre os dados apresentados por Ângelo Carrara e os depoimentos presentes no Jornal A Sirene, elaborado por um dos moradores da região após o desastre, permite identificar uma série de continuidades e discontinuidades nas práticas de plantio e criação de animais concretizados nos quintais de Bento Rodrigues ao longo dos últimos três séculos.

Em 1747, o coronel João Gonçalves Fraga, cavaleiro da Ordem de Cristo e morador no Morro de Bento Rodrigues era mineiro e negociante de terras dos mais abastados. Além das lavras de ouro e roças que possuía no Termo de Mariana, tinha fazenda de gado em Sabará; negócios em Pernambuco,

Rio de Janeiro e Bahia e investimentos no comércio de seda chinesa (RIBEIRO, 2012, p.145). Produzia aguardente, sobre a qual os antigos moradores de Bento ainda contam que circulava entre a sua propriedade no Morro e o núcleo do povoado uma "caçambinha", que abastecia com a bebida as lojas e empórios do local.

Estevão Gonçalves Fraga, seu sobrinho, natural da região do Minho, teria vindo para Minas para servir na sua companhia, ficando responsável pela administração das lavras e engenhos de tirar ouro, os quais não tardou a lhe vender. As que não comprou, acabou herdando do Coronel João em 1754, pois que o mesmo faleceu solteiro e não possuía herdeiros diretos. Estevão foi sargento-mor e depois coronel das Ordenanças de Mariana, tendo se habilitado para ingressar na Ordem de Cristo.

O terceiro na linha sucessória a chegar em Mariana, por volta de 1770, foi Domingos Pereira Fraga, que se ordenou padre. Em 1803, com a morte do tio Estevão, também solteiro, herdou todo seu patrimônio, incluindo a "Fazenda do Morro" que passou a ser conhecida na região por Fazenda do Padre Fraga, principalmente pela "Capela do Padre Fraga"⁴¹, vindo todo o morro a ser reconhecido posteriormente como "Morro do Fraga", nome que permanece até hoje, servindo como referencial geográfico na demarcação de limites de distritos e freguesias.

"[Vimos] a grande e bela fazenda pertencente ao padre Domingos Pereira Fraga, situada numa elevação. Esse fazendeiro é tido como uma das

⁴¹ Supõe-se que se trate da mesma capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento para qual obteve licença de construção Gregório Pereira Lima, em 1732.

maiores fortunas do país” (POHL apud RIBEIRO, 2012, p.144)

O antigo Sítio do Morro de Bento Rodrigues foi ganhando importância e monumentalidade ao longo da segunda metade do século XVIII e da primeira metade do século XIX, se tornando referência na paisagem para viajantes e até em leis na delimitação de território, sendo então já reconhecido como Morro do Fraga

Cheguei finalmente ao Morro do Fraga. Raramente vi um casarão tão bonito quanto esse: uma fazenda solitária situada em cima de uma colina verde, composta da casa principal e muitas habitações secundárias de tamanho menor e que ladeavam um terreiro quadrado muito limpo. Do lado oposto da casa havia, nos cantos, duas guaritas e, ao centro, um grande portão de ferro. A fazenda fica perto do arraial Bento Rodrigues e próxima à estrada, dominando os arredores. Desse modo pude avistá-la já de longe (HESENCKLEVER, 2015. p.161).

Ainda é desconhecida a data de abertura de uma estrada calçada que ligava a propriedade do Morro ao arraial de Bento Rodrigues e ao Inficionado, mencionada por Hasenclever durante sua passagem por em 1840. Também não foi possível determinar o trajeto da mesma, uma vez que se encontra dentro da área das mineradoras e tomada por matos. Seria possível conceber que a

estrada seguia paralela a um curso d'água, como era o costume, porém, sendo a propriedade em questão localizada em um promontório, divisor entre os Córregos atualmente conhecidos como Fraga e Ouro Fino, ambos tributários do Bento Rodrigues, haveria ao menos duas possibilidades. Analisando a carta topográfica (Cartas Topográficas Catas Altas, 1976) vê-se as trilhas junto a ambos os regatos sem, contudo, ser possível determinar qual corresponderia à antiga estrada calçada.

É possível que essa estrada seja a mesma que se refere o auto de arrematação das calçadas do caminho de Bento Rodrigues para o Inficionado, que arrematou João de Caldas Bacelar, em 24 de março de 1759 (Figueiredo, 2017. p. 50), ou poderia ser ainda um trajeto alternativo.

A formação de povoados próximos a Bento Rodrigues na virada para o século XVIII, como Antônio Pereira, Camargos, Gama, Inficionado e Catas Altas, levou à derrubada de trechos da mata fechada e à abertura das estradas vicinais responsáveis pela conexão entre esses lugares. O mosaico viário local, como era comum em outras regiões de Minas, passou a contar também com as rotas clandestinas para o desvio da produção do ouro e com alguns caminhos que recebiam um número maior de circulação de pessoas e mercadorias, denominados à época como Estradas Reais (figura 11).

A situação geográfica de Bento Rodrigues colocou o povoado em um dos braços da Estrada Real que conectava Mariana à Vila de Sabará, contornando a Serra do Caraça. Esse caminho atravessava as localidades de Camargos, Bento Rodrigues, Inficionado (Santa Rita Durão), Catas Altas, Santa Bárbara e a Vila de Caeté. Assim, é a partir desta localização que se pode compreender a instalação dos ranchos e de uma estalagem em Bento Rodrigues no século XVIII, que serviam para abrigar os viajantes e as tropas comerciais.

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela queda na produção de ouro; aumento de impostos para financiar tanto as obras para transformar a Villa do Ribeirão do Carmo em Leal Cidade de Mariana, sede do Bispado da Capitania, quanto a reconstrução de Lisboa, arrasada pelo terremoto e incêndio de 1755, conforme descrito no Termo de Mariana. Além dos quintos, das contribuições para a construção de igrejas, da casa de câmara e cadeia, redes de água, foram criados subsídios “voluntários” para a reconstrução de Lisboa. E por acreditarem que a diminuição da arrecadação de impostos devia-se aos descaminhos do metal e menos pelo esgotamento das jazidas, medidas mais drásticas foram tomadas. Entre elas, foi instituída uma nova forma de arrecadação, que obrigava o pagamento de uma quantidade fixa, chamada capitação, de 1.500 kg de ouro à metrópole, independente do obtido através da extração, cada vez mais a míngua. A diferença era acumulada e, na cobrança dos atrasados, chamada “derrama”, as rendas, bens e propriedades dos devedores eram confiscados⁴².

Extrações auríferas ativas, estruturação de sítios e fazendas e a conexão com estradas que ligavam o centro de Minas às regiões litorâneas criaram as condições ideais para que a ocupação de Bento Rodrigues não se transformasse apenas num fato efêmero. No rastro destas atividades surgiu um núcleo urbano composto por residências, lojas, trilhas, ruas e três templos edificadas em momentos distintos: a Igreja de São Bento já se encontrava construída em 1718; a Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento, que já

fazia parte da paisagem do povoado no início de 1730 e a igreja dedicada à Nossa Senhora das Mercês, erigida na segunda metade do século XVIII.

Este panorama vicejou durante grande parte dos Setecentos, no entanto, a expressiva queda da produção aurífera verificada na capitania de Minas Gerais a partir da década de 1760 mudou este cenário. Conforme o historiador Francisco Eduardo Andrade, em alguns povoados marianenses, sobretudo onde a mineração se enfraqueceu significativamente, ocorreu mais rapidamente a acomodação da economia local ao novo contexto aberto pela crise. Em outras localidades, onde a prática minerária ainda ser fazia presente, tal adaptação se deu de forma mais lenta. Essa acomodação assentou-se na continuidade dos investimentos nas atividades que surgiram no rastro da mineração e que se fortaleceram ao longo do século XVIII, como a comercialização de gados ou a venda de bens manufaturados (aguardente, panos grossos de algodão, peças de ferro, entre outros) no mercado regional e mesmo em outras capitanias. (ANDRADE, F.E., 2008)

Além das pressões econômicas, houve uma série de conflitos com os índios Botucudos que habitavam a região, que se viam cada vez mais acuados. Para conter esses ataques e os descaminhos do ouro, foram instituídos entrepostos militares nos sertões do rio Doce, o que veio a promover intensas explorações, mapeamento e conhecimento dos Sertões. Foram abertos caminhos sobre as trilhas indígenas e entre eles um que chegava ao presídio do Cuieté partindo de Santa Bárbara, o qual tinha um ramal que passava por Paulo Moreira (Alvinópolis, MG) e que se bifurcava, chegando a Bento Rodrigues.

⁴² Seria interessante aprofundar os estudos sobre os Termos de Juramento nas devassas da matrícula de 1740, de Camargos, Bento Rodrigues, Catas Altas, Inficionado, Gonçalo do Norte, Furquim, e São Caetano; na Lista dos devedores da segunda matrícula de 1741 nas freguesias de Bento Rodrigues, Antônio Pereira, Catas Altas e Gama; na Lista das testemunhas para

juramento na devassa da primeira matrícula de 1789 de Catas Altas, São Miguel, Inficionado, Bento Rodrigues, Camargos e Bonfim, disponíveis nos arquivos da Casa Sessentista de Mariana, no intuito de buscar mais informações sobre os moradores de Bento Rodrigues e suas condições sociais.

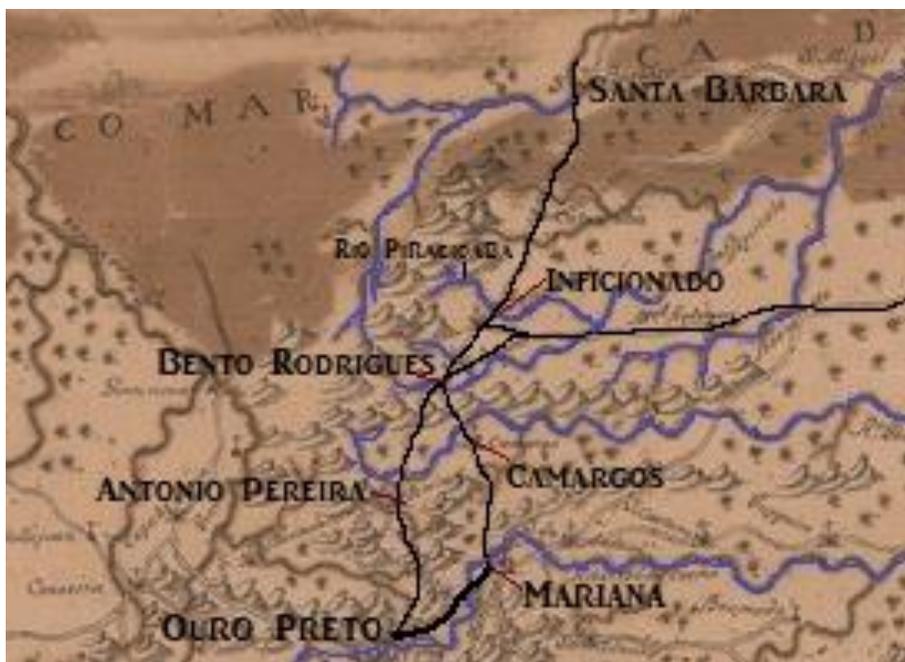
FIGURA 28 Recorte do Mapa do Termo de Vila Rica e demais regiões, 1766. Fonte: SIAAPM. Arquivo Público Mineiro, 2018. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=740



FIGURA 29 Mapa da Comarca de Vila Rica. José Joaquim da Rocha, 1779. Fonte: Biblioteca Digital mundial. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/854/>



FIGURA 30 Detalhe do mapa da Comarca de Vila Rica por José Joaquim da Rocha, iluminado por Cláudia Andrade, em 2018, onde é possível observar Bento Rodrigues na bifurcação do caminho dos Diamantes, podendo passar por Camargos para se chegar em Mariana ou por Antônio Pereira. Fonte: Biblioteca Digital mundial. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/854/>. Editado pelos autores.



Especula-se que esta seja uma das razões para a instalação da 6ª Companhia do Regimento Auxiliar⁴³ da Cidade de Mariana, em Bento Rodrigues. Apesar de não ser possível precisar quando a mesma foi instituída, encontramos entre os manuscritos da coleção Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro –

APM listas das companhias do regimento auxiliar da cidade de Mariana aquarteladas em Furquim, Mariana, São Sebastião, Arraial do Pinheiro, Arraial de Bento Rodrigues de Camargos, Arraial do Sumidouro e São Caetano em 1777. Neste período também houve intensificação dos conflitos luso-espanhóis em que foram solicitados reforços da força militar de Minas para proteger o Rio de Janeiro e a Ilha de Santa Catarina, lugares mais ameaçados de invasão. Partiram para o palco de batalha 1.333 homens. Porém não foi possível verificar se os homens da 6ª Companhia do Regimento Auxiliar a eles se juntaram.

[...] os Corpos Auxiliares formem a principal deffensa das mesmas Capitánias por que os habitantes de que se compoem os mesmos corpos são os que em tempo de paz cultivão as terras, crião os gados, e enriquecem o Paiz com o seu trabalho e industria: E em tempo de guerra são os que com as armas na mão defendem os seus bens, as suas casas, e as suas famílias das hostilidades e invazoens inimigas (MELLO, 2009. p. 145).

⁴³ Enquanto os Corpos Regulares eram recrutados em Portugal, entre os reinóis ou nascidos na América Portuguesa e recebiam, soldo, fardamento, armamento, farinha, azeite, capim, cavalos e assistência médico-hospitalar; Os Corpos Auxiliares, “aproveitando todas as possibilidades das capitánias”, seriam armados, exercitados e disciplinados, não somente para operar com a tropa regular, mas também para substituí-la quando aquela fosse chamada para

fora de seu território. Na prática, devido à insuficiência de corpos regulares, os auxiliares desempenhavam atividades internas e externas. Eram compostos por vassalos em tempo parcial, não assalariados e arregimentados segundo seu lugar de origem, uma lógica que também se estendeu à América Espanhola. (COTTA, s/d)

Lista da 6ª Compª do Regim.to Auxiliar da Cid.ª Mar.nas do quartel no Arraial de Bento Roiz de Camargos da Capitania de Minas Geraes deq' He Cr.el Bernardo Vasco Cardozo e da mesma

Capitam – Jacintho Pinto da Motta

Tenente – Joam Marques da Sylva

Alferes – Antonio Fernandes de Azevedo

Nome	Idade	Ocupação	Escravos	Lavra	Casas	estado civil
João Lopes da Rocha	35	Negócios	8	L	X	Casado
Cabo Ignacio Ferreira da Rocha	23	Negócio ferreiro	1			solteiro
Cabo Jozé Dias Passos	30	Negocio	1	R	X	solteiro
Cabo Manoel da Silva	23	Caixeiro	1		X	Casado
Manoel Coelho da Fonseca	18	Oficio alfaiate			X	solteiro
Soldados						
Filipe de Abreu e Silva	23	Negocio mineiro	20	L R	X	solteiro
Manoel Roiz Vaz	46	Negocio serra	2		X	solteiro
Jeronino de Castro Guimarães	23	Negocio	1		-	solteiro
Jozé Coelho da Fonseca	53	Oficio	1		X	Casado
João Roiz Lima	67	Oficio	2	L	X	solteiro
Silvestre da Silva Pereira	22	Oficio	1	R	X	solteiro
Joaquim Joze da Silva	24	Oficio mineiro	1	L R	X	solteiro
Manoel Pereira da Silva	26	Negocio roceiro	1	L R	X	solteiro
Jacinto Coelho da Fonseca	30	Oficio	1		X	Casado
Manoel da Rocha Vieira	50	Negocio roceiro	5	L R	X	Casado
Manoel Dias Passos	27	Negocio roceiro	1	R	X	solteiro
Silvestre Glz da Silva	40	Negocio roceiro	8	R	X	Casado
Joaquim Francisco da Costa	35	Negocio roceiro	6	R	X	Casado

Manoel Francisco da Costa	50	Negocio roceiro	3	R	X	Casado
Francisco Gomes de Meirelles	50	Negocio roceiro	3	R	X	solteiro
João Manoel	60	Engenho roceiro	10	R	X	Casado
Manoel Alz Coelho	40	Negocio mineiro	86	L R	X	Casado
Joze da Rocha Vieira	60	Negocio roceiro	5	L R	X	Casado
Antonio e Barros	40	Negocio roceiro	5	R	X	Casado
Vicente Ferreira dos Santos	24	Negocio	-	R	X	Casado
Joauim Pereira Grijó	25	Negocio roceiro	1	R	X	solteiro
Francisco Dias Franco	30	Oficio carpinteiro	2		X	Casado
Joauim dos Santos	20	Oficio carpinteiro	-		X	solteiro
Gaspar Fernandes	40	Oficio alfaiate	-		X	solteiro
Luiz Teixeira da Rocha	40	Negocio mineiro	5	L	X	solteiro
Bonifacio Gomes Franco	20	Oficio celeiro	1		X	solteiro
Pedro Teixeira	40	Oficio mineiro	2		X	solteiro
João Roiz Braga	18	Oficio pedreiro	1		X	solteiro
Domingos Roiz Braga	50	Oficio pedreiro	2		X	Casado
Joze Luciano	20	Oficio alfaiate	1		X	Solteiro

TABELA 3 Listas das companhias do regimento auxiliar da cidade de Mariana aquarteladas em Furquim, Mariana, São Sebastião, Arraial do Pinheiro, Arraial de Bento Rodrigues de Camargos, Arraial do Sumidouro e São Caetano. Fonte: Manuscrito da coleção Casa dos Contos. Disponível em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/286204>

Esta listagem traz informações sobre a condição social dos habitantes de Bento Rodrigues e permite um vislumbre da vida naquele lugar. Dentre os 35 homens elencados, há uma predominância de proprietários de roças (17) sendo que, desses, seis também teriam uma lavra mineral, metade dos quais, apesar de terem a lavra, se declaravam ocupados em negócio “roceiro”. Apenas três se declararam proprietários apenas de lavra mineral. Somente 4 deles não tinham ao menos um escravo, sendo dois alfaiates, um carpinteiro e um negociante. Metade deles tinha apenas um escravo. Um ferreiro e um negociante, ambos solteiros e com 23 anos, ainda não possuíam casa. Naquele momento, considerando apenas os homens aquartelados relacionados, havia em Bento Rodrigues pelo menos 33 casas, sendo uma grande propriedade com senzala para 86 escravos.

Também se observa a diversidade dos negócios existentes em Bento Rodrigues naquele período, demonstrando que além das atividades agrárias e minerárias, se ofereciam serviços de construção como serraria, pedreiros, carpinteiros, ferreiro, e outros, como alfaiataria e caixeiros.

4.3. As narrativas sobre Bento Rodrigues nas crônicas dos viajantes do século XIX

A virada do século XVIII para o XIX foi uma fase de transformação da economia mineira e coincidiu com um importante momento de transição política que ocorreu dentro e fora da América Portuguesa. Internamente, era visível que o eixo econômico da colônia havia se deslocado do Nordeste para o sudeste, levando à mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763. Externamente, as revoluções norte-americana (1776) e francesa (1789-1815) acabaram alimentando movimentos contestatórios entre o final do século XVIII e o início do século XIX, colocando em risco o mando português. O evento francês, que teve repercussão em vários lugares do mundo foi fundamental para o rompimento dos laços de dependência entre a colônia americana e o Reino, em 1822, ao forçar a transferência da Corte Portuguesa e a consequente abertura dos portos brasileiros, em 1808. O marco da Independência simboliza este momento, desenhado pela crise do Antigo Sistema Colonial e pelo desafio de se criar “das cinzas da colônia” uma nação.

Após um hiato temporal nos documentos encontrados, Bento Rodrigues reapareceu nos relatos de viajantes que percorreram o interior do Brasil, escrevendo suas impressões e crônicas. Com a vinda da Família Real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, houve um incremento da navegação e consequente aumento no número de estrangeiros no país, alguns em missões de reconhecimento, outros buscando novos mercados. Vários desses viajantes percorreram o Caminho dos Diamantes, que ligava Villa Rica (Ouro Preto) ao Tejuco (Diamantina), passando por Bento Rodrigues (também grafado como Bento Roiz), Inficionado (hoje Santa Rita Durão) e Catas Altas.

Alguns desses viajantes apenas contaram as distâncias percorridas, sem muitas informações sobre o arraial; outros descreveram detalhes da pedologia e formação geomorfológica, da fauna e flora, do seu estado de pobreza. Seus relatos permitem idear aquele lugar, durante um período de grandes mudanças estruturantes como foi o século XIX.

O primeiro relato encontrado foi do Dr. José Vieira Couto apresentado ao Príncipe Regente em novembro de 1801 que, a princípio, parecia estar mais interessado em relatar as riquezas minerais e o tipo de solo encontrado no caminho do Mato Dentro.

O Inficionado também esta fundado no sobpé da serra: tem mais gente que Catas Altas, e melhores casarias; suas visinhanças se observam todas barrancosas com as lavras. Pouco depois de se dar costas a este arraial, a serra serpejando à direita desaparece. Desaparece também aquella nunca vista e incrível quantidade de cobre: o terreno se muda, domina uma área branca, em partes acompanhada de quartzos, e uma terra esbranquiçada. D'esta maneira continua o terreno por duas léguas até ao pequeno arraial de Camargos, ficando uma légua atrás Bento Rodrigues, outro pequeno arraial, porém algum tanto melhor (COUTO, 1842, p 20).

Entretanto, após pormenorizar o itinerário, o mesmo fez considerações importantes sobre a vida de mineiros e agricultores, explicando as razões para a decadência em que se encontravam os arraiais ao longo de todo o trajeto, salvo poucas exceções. Os mineradores “empenhados ou falidos” pelo grande custo de sua empreitada para extrair ouro de pontos cada vez mais profundos, com uma carga tributária muito alta, foram comparados a Atlantes que sustentavam “envergados” a grande máquina sobre a qual estava fundada toda a Capitania. Assim, diante deste quadro, Couto sugeriu incentivos para a agricultura, a melhoria dos caminhos e, acima de tudo, uma nova forma de tributação mais equânime.

O equivalente do quinto do ouro seja preenchido por impostos estabelecidos sobre todos os gêneros, que entrarem para dentro do território do mesmo ouro, isto é, para Minas; e cada oitava de ouro corra pelo valor de mil e quinhentos (COUTO, 1842, p 25).

No entanto, pouco parece ter mudado em Bento Rodrigues ao longo de uma década, quando John Mawe, mineralogista inglês que passou pelo “lugarejo pobre” no seu caminho de Vila Rica ao Tejuco (1809) não teceu grandes comentários. Também não o fez o Barão Eschwege, durante suas viagens de prospecção

Camargo, Bento Rodrigues, Inficionado, Catas Altas, Brumado, Itambé, Morro do Pilar, Conceição, Congonhas do Serro, Paraúna, Congonhas do Campo, Sabará, Pitangui e Paracatu falam

bastante, pois a maioria da população caiu na pobreza e os serviços de mineração, outrora importantes, estão agora no abandono (ESCHWEGE, 1979, p. 155-6, v. 2, apud OLIVEIRA, 2015).

Mas sua descrição do caminho corrobora a ideia de que a esse tempo, a estrada entre Camargos e Inficionado passava pelo Morro do Fraga

De Bento Rodrigues chega-se ao alto de uma serra apresentando o itacolumito em formas grotescas, a qual separa os dous rios Gualaxo e Piracicaba, banhando este último o valle do Inficionado, e, depois de um curso de algumas leguas, indo fazer barra com o rio de Santa Barbara. Perto do Inficionado acha se a celebre labra da Catta-Preta (...) (ESCHWEGE, 1897.p.618-619).

Ambos os alemães Carl Friedrich Philipp von Martius, médico, botânico e antropólogo e o cientista naturalista Johann Baptiste von Spix receberam a incumbência da Academia de Ciências da Baviera de pesquisarem as principais províncias do Brasil. Chegaram com a comitiva da grã-duquesa Leopoldina e em dezembro de 1817 partiram do Rio de Janeiro em direção às Minas Gerais, coletando espécimes botânicos, minerais e zoológicos. Quando passaram por Bento Rodrigues, se surpreenderam por não encontrarem ali qualquer sinal de riqueza, como em outros arraiais e também relataram a miséria

de seus habitantes, das casas em ruínas e dos poucos vestígios de uma opulência vivida anteriormente.

É possível que isso se deva ao fato da queda na produção aurífera em Bento Rodrigues ter ocorrido antes das construções em pedra e adobe cobertas por telhas se tornarem mais comuns, sendo encontradas em apenas algumas grandes fazendas.

[...] seguimos na direção N.E. para o Arraial de Bento Rodrigues, distante duas léguas e meia. A região é montanhosa, e a superfície do solo em grande parte coberta com a formação de minério de ferro contendo ouro, e dá indício da atividade dos falcadores pelos numerosos fossos e trincheiras ali abertos. Muito singular nos pareceu o fato de se encontrar nesta aldeia, assim como em muitas outras, poucos vestígios de riqueza. As casas estão em ruínas, muito pobres no interior, e seus moradores têm aparência pobre. Tudo demonstra que a florescência deste distrito já passou e mal aparecem alguns restos da antiga opulência (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 247 e 250, apud OLIVEIRA, 2015).

Já Saint-Hilaire, que percorreu o mesmo caminho entre 1816 e 1822, parece ter se encantado com a paisagem local

A distância pouco considerável de Camargos, passamos por Bento Rodrigues, outra povoação situada à margem de um córrego, entre morros pouco elevados, e que apresenta aspecto bastante pitoresco com a presença de numerosas bananeiras plantadas pelos habitantes em torno de suas casas (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 87-8, em OLIVEIRA, 2015)⁴⁴.

Johann Baptist Emanuel Pohl, médico, botânico, geólogo e desenhista austríaco que também passou pelo caminho dos diamantes entre 1817 e 1821 não parece ter tido a mesma percepção. Apesar de ter cruzado Bento Rodrigues na mesma época que os naturalistas alemães e o francês, ele foi o primeiro a informar sobre a existência de exploração de minério de ferro e de fornos de fundição, que também ocorriam nos arraiais de Cocais, Catas Altas, Santa Bárbara e Inficionado e deu mais detalhes sobre o vilarejo.

Vai-se ao Arraial de Bento Rodrigues por uma estrada, aliás, calçada, mas difícil de passar, de uns 300 passos, em declive. Este pequeno arraial de umas sessenta casas está edificado sobre terreno muito acidentado e possui duas pequenas igrejas e

duas estalagens bastante mediócras, numa das quais tivemos hospedagem sofrível (POHL, 1976, pg. 382-4, apud OLIVEIRA, 2015).

FIGURA 31 Rancho na região da Serra do Caraça. Spix & Martius, 1823. Fonte: BNDigital. Disponível em http://obdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_08.jpg



⁴⁴ Texto original: “A une distance peu considérable de Camargos, nous trouvâmes Bento Rodrigues, autre village situé sur le bord d'un ruisseau, entre des mornes peu élevés, et qui emprunte un aspect assez pittoresque des nom breux bananiers que les habitants ont plantés autour de leurs maisons. Au-delà de Bento Rodrigues, nous aperçûmes tout à coup la Serra do Caraca, l'un des points les plus élevés de la chaîne occidentale, et bientôt nous arrivâmes

à Inficionado. Ce village, situé à quatre lieues nord de Marianna, est considérable et bien bâti. Il est le chef-lieu d'une paroisse, et Ton y compte trois églises¹. Ce fut à Inficionado que naquit le P. Jozé de S. Rita Durão, auteur du poème intitulé Caramuru.”

Nesse tempo (1823), segundo Cônego Raimundo Trindade, a capela curada de São Bento, cujo vigário era Manoel da Costa Azevedo, teria 1.000 habitantes e a poucos passos dela era possível encontrar uma capela do Rosário dos Pretos (TRINDADE, 1998. p.81-82), para qual a preta forra Adriana Maria de Meireles, Rainha da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos havia conseguido, em 1802, permissão para angariar esmolas para sua construção (ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, 1802), ambas com paramentos em estado precário.

Essa informação apoia a suposição de que a atual Igreja das Mercês tenha sido erguida entre os anos de 1802 e 1821, sob a evocação de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Mas registros datados de 1815 no livro de recibos de pagamento de sermões, missas e de serviços de capelães prestados à Irmandade de Nossa Senhora das Mercês de Bento Rodrigues atestariam a associação da Irmandade das Mercês ao templo. Seria possível que Mariana não tivesse conseguido angariar os fundos suficientes para a construção do templo e que a Igreja das Mercês fosse anterior a 1802, havendo datações de muitos estudiosos para a sua construção na segunda metade do século XVIII. O Frei da Santíssima Trindade pode ter se confundido com relação ao nome do Templo e uma possível razão para esta confusão seria a Festa Anual do Reinado, que faria com que muitos tenham se referido à capela como sendo do Rosário. Ou ainda, que as duas irmandades tenham se associado para ereção de um templo comum às duas, como a Capela de Nossa Senhora das Mercês e Rosário⁴⁵ no Arraial de São Gonçalo; e com o tempo ela pode ter sido referenciada apenas como Capela das Mercês ou a mesma teria sido construída após a passagem do Frei da Santíssima Trindade pelo arraial em

1821, tendo a Capela do Rosário dos Pretos desaparecido antes dos tempos recentes.

Apesar do Frei da Santíssima Trindade não se referir especificamente à Capela do Padre Fraga - possivelmente a antiga capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento - foi em sua fazenda em que ele se hospedou entre os dias 3 e 7 de julho de 1821 (TRINDADE, 1998. P. 325), no caminho entre Camargos e Inficionado (que se encontrava a apenas 1/2 légua de distância) e na volta da visitação, em 1º de novembro daquele ano, a caminho do arraial de Antônio Pereira. Também informa que o padre coadjuvava o pároco colado Lourenço Antônio Pereira da Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Inficionado em sua fazenda, a meia légua de distância.

A Independência do Brasil parece ter trazido novos ares a Bento e em setembro de 1824, o Barão George Heinrich von Langsdorff, naturalista, explorador e diplomata russo deu um primeiro testemunhal positivo sobre o arraial e sua descrição foi bem diferente daquelas por onde passaram outros naturalistas antes do Grito de Independência.

De madrugada, segui para Bento Rodrigues através de bosques e montanhas, grande parte delas com hematita. Vi vários bandos de cavalos em Bento Rodrigues. O local parece próspero, com boas casas, distante 2 pequenas léguas de Timbopeba⁴⁶. Cheguei ao lugar antes da tropa, que veio ontem de

⁴⁵ É interessante mencionar que o Juiz de Paz Francisco Gonçalves Ferreira Bastos fazia parte tanto da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês quanto da de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

⁴⁶ Timbopeba ficava próximo a Antonio Pereira. Hoje município de Ouro Preto, é uma mina explorada pela Vale.

Mariana para cá (LANGSDORFF em SILVA, 1997, p. 185-186).

É possível que a sua percepção tenha sido influenciada devido a ele ter realizado um trajeto diferente da maioria, passando por Antônio Pereira, portanto fazendo uma aproximação diferente. No entanto, parece mais provável que o lugarejo, tendo encontrado uma nova aptidão, estivesse dando os primeiros sinais de recuperação econômica. As produções agropecuárias para abastecimento da Capital da Província, da própria Corte e dos mercados vicinais, dinamizaram as áreas rurais e fortaleceram alguns núcleos urbanos como interpostos comerciais.

Rugendas⁴⁷ reuniu-se ao grupo do Barão Langsdorff em Água Quente, pintando algumas imagens da vida nos arredores da Serras do Caraça e Espinhaço naquela época. Na gravura “Catás Altas” observa-se uma casa aparentemente coberta ainda de palha, o caminho acidentado e a paisagem; na gravura “Família de Mineiros indo para missa” vê-se a família de mineiros se deslocando para a missa em capela caiada no sopé da serra.

Em 1833, o naturalista inglês Charles James Fox Bunbury também descreveu em detalhes a paisagem no entorno de Bento Rodrigues.

No dia seguinte, continuei a viagem para a aldeia de Bento Rodrigues, a princípio caminhando pelo vale pantanoso de um pequeno riacho que corre para o Carmo entre montanhas cobertas de mato

de moderada altura; mas dentro em pouco, a estrada, virando para a direita, sobe uma dessas colinas e continua durante muitas milhas sobre terreno elevado. No vale e nas partes mais baixas das montanhas os rochedos são compostos de ardósia de ferro e mica, que onde quer que uma face nova apareça exposta brilha o sol como aço polido. Nas alturas o rochedo de quartzo aparece em grandes extensões. Muitas partes da região entre Mariana e Bento Rodrigues são cobertas de espessas florestas que, no entanto, não têm o exuberante desenvolvimento das matas da Serra do Mar, e contêm uma maior proporção de árvores decíduas, porém se assemelham mais com estas do que os pequenos bosques dos campos. Outras partes são desprovidas de árvores e cobertas do grande feto (samambaias) que já mencionei antes, ou de uma gramínea viscosa, Capim melado. Estas duas plantas (para empregar a expressão de Humboldt) são eminentemente sócias, espalhando-

⁴⁷ Rugendas era como o pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802 - 1858), pois assinava suas obras. Como desenhista documentarista acompanhou a Expedição Langsdorff pelo interior do Brasil entre 1821 e 1824, quando decidiu continuar a registrar a fauna, flora,

paisagem e costumes brasileiros de forma independente até 1828, retornando ao Brasil em 1845 para a Exposição Geral de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

se por grandes trechos de terreno e dizem que só dão onde antigamente existiam florestas. Com efeito, não é sem probabilidade que toda essa região a leste da serra do Caraça tenha sido outrora coberta de matas. Aquela maravilhosa cadeia de montanhas era um objeto muito notável visto da região alta onde viajávamos, subindo muito acima de todas as montanhas vizinhas com a sua crista íngreme e dentada. Quase todos os riachos dessa parte do país trazem para baixo ouro e em todos os seus vales veem-se montes de pequenas pedras, restos das operações dos lavandeiros de ouro. Este é o meio mais empregado no Brasil para a procura do precioso metal, exigindo muito menos despesa e trabalho do que qualquer outro, mas é muito destrutivo e prejudicial ao país. Frequentemente quase todo o solo da superfície, ao longo do fundo de um vale que, se fosse cultivado, poderia produzir ricas colheitas, é inundado com essas operações, e nada fica senão montes de pedras soltas. As águas dos riachos auríferos são invariavelmente carregadas de ferro-ocre, a tal ponto que ficam grossas e opacas e quase da cor de ruibarbo.

O termo Arraial, que propriamente dito significa um acampamento, é aplicado às aldeias desta parte do Brasil, que, ao tempo das primeiras explorações, eram, sem dúvida, realmente, acampamentos. O arraial de Bento Rodrigues, um miserável agrupamento de choupanas, é situado em terreno baixo e um tanto pantanoso, cercado de colinas lindamente matizadas de bosques, pastagens e rochedos, acima dos quais se eleva a serra do Caraça com seus ásperos penhascos cinzentos. Imediatamente depois desta aldeia a estrada sobe uma colina íngreme, escabrosa, com pitorescos rochedos de ardósia de quartzo, que de repente se eleva no meio de espessas matas.

A ardósia de quartzo é uma rocha que muito se presta a produzir efeitos pitorescos; pois devido à sua dureza desigual e estrutura laminada, se transforma pela ação do tempo numa grande variedade de formas angulosas e irregulares, e sua côr cinzenta ou esbranquiçada contrasta bem com o verde da folhagem. Inficionado, uma aldeia de aparência muito mais respeitável do que Bento Rodrigues e do qual dista pouco mais de uma légua,

é situada ao pé da bela serra do Caraça. Seu nome, que significa manchado ou infectado, dizem ter sido dado por causa da impureza do ouro obtido nas suas proximidades (BUNBURY, 1942. p.73-74).

Apesar dos sinais de estagnação econômica descritos por tantos viajantes e de seu crescimento vegetativo negativo houve melhorias locais, como uma recente recuperação e a suspensão de concessões de sesmarias (1822) (permanecendo apenas as reconhecidas), que podem ter motivado a nomeação de um Juiz de Paz⁴⁸

Num recenseamento verificado em 1831, o “Distrito de Paz de Bento Rodrigues” apresentava 318 laves, 136 cativos, num total de 545 habitantes e 91 fogos (Avulsos A.P.M.)

Quando o padre Domingos Pereira Fraga faleceu, em 1831, foi herdeiro e testamentário José de Souza Cunha, casado com sua filha Maria Cândida. Na descrição dos bens constavam, além de um sobrado no Inficionado, “terras de cultura com matta que partem com Manoel Francisco de Serra e com terras do finado Theodosio Moreira e com o Alferes Jozé Peixoto de Souza”,

“Três sesmaria de terras de cultura sitas no [...] parte em capoeira e parte em capim e samambaia com cazas de [...] de paiol e senzalas, moinho, engenho de farinha tudo coberto de telha com árvores [...] que partem por um lado com o Padre Jozé Vieira da Silva, Antônio Martins Marques e João Vieira e [...] e o Alferes Jozé Teixeira e por outro lado com o a Catta Preta e Maria dos Santos, Francisco Dias e com quem mais haja e deve de

⁴⁸ Com a Lei Orgânica de 15 de Outubro de 1827 foi criado o cargo de Juiz de Paz para realizar a conciliação das partes nos processos judiciais. O Juiz de Paz também passou a ser responsável por funções que antes eram exercidas pelos Juizes Ordinários e Almotacés. Poderia exercer o cargo “todo aquele que pudesse ser eleitor”, ou seja, soubessem ler e escrever, fossem maiores de 21 anos (exceto se bacharel formado ou clérigo de ordens sacras), que tivessem renda líquida anual não inferior a 200\$000 (duzentos mil réis) por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. Eram de sua atribuição “conciliar as partes antes da demanda, processar e julgar as causas cíveis cujo valor não excedesse a dezesseis mil-réis; manter a ordem nos ajuntamentos (reuniões públicas), dissolvendo-os no caso de desordem; pôr em custódia os bêbados durante a bebedice; corrigi-los por vício e turbulência e as prostitutas escandalosas, obrigando-os a assinar termo de bem viver, com a cominação de penas; fazer destruir os quilombos; fazer autos de corpo de delito; interrogar os delinquentes, prendê-los e remetê-los ao juiz competente; ter uma relação dos criminosos para fazer prendê-los; fazer observar as posturas policiais das câmaras; informar o juiz de órfãos sobre incapazes desamparados e acautelar suas pessoas e bens, enquanto aquele não providenciasse; vigiar sobre a conservação das matas públicas e obstar nas particulares ao

corte de madeiras reservadas por lei; participar ao presidente da província quaisquer descobertas úteis que se fizessem no seu distrito (minas); procurar a composição das contendas e dúvidas sobre caminhos particulares, atravessadouros e passagens de rios ou ribeiros, sobre uso das águas empregadas na agricultura ou na mineração, dos pastos, pescas e caçadas, sobre limites, tapagens e cercados das fazendas e campos, e sobre os danos feitos por familiares ou escravos; dividir o distrito em quarteirões que não contivessem mais de vinte e cinco fogos. No crime, a sua competência para impor penas ia até o máximo de multa de trinta mil-réis ou um mês de prisão ou três de correção, havendo casa para isso ou oficinas públicas. A lei de 1º de outubro de 1828, dando nova forma às Câmaras Municipais, atribuiu ao juiz de paz competência privativa para conhecer das multas por contravenção às posturas municipais (Art. 88, em RUDYCZ, em VON MÜHLEN, 2014)

*partes no valor, digo por ter que farão vistas e avaliados pelos louvados Francisco Lopes de Freitas Guimarães, Francisco Moreira da Cruz na quantia de quatro contos de reis*⁴⁹

FIGURA 32 Catas Altas, Rugendas, 1834. Ao fundo, avista-se trecho da Serra do Caraça, pertencente a cadeia da Serra do Espinhaço. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_051.jpg

FIGURA 33 Família de camponeses, Rugendas, 1834. Ao fundo, avista-se trecho da Serra do Caraça, pertencente a cadeia da Serra do Espinhaço. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_141.jpg



⁴⁹ Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Auto 2149. Ano 1831. Testamento: Padre Domingos Pereira Fraga. Testamenteiro José de Souza Cunha. Trecho da Descrição de Bens. Página 7.

O jovem, que havia tentado a sorte na política anteriormente, após receber a herança, aumentou a fortuna já herdada de seu pai, o negociante Domingos de Souza Cunha, residente em Bento Rodrigues e conseguiu ser eleito nos anos de 1832, 1833, 1836, 1837.

Em 1835 foi Juiz de Paz daquele distrito o Alferes Bernardino Afonso Diniz, enquanto o português Capitão Francisco Gonçalves Ferreira Bastos foi o Juiz em 1831, 1834 e 1838⁵⁰. Nota-se que em 1837, dos sete juízes eleitos, quatro serviriam em Bento Rodrigues e apenas três na matriz Camargos, fato este sem explicação em ata da eleição bastante acirrada. (NASCIMENTO, 2010, p.94)

Ao longo de todo o século XIX a região das Minas passou por grandes transformações. Apesar da queda na produção de ouro, após a Independência, houve um grande esforço para deixar os traços de colônia no passado. Em 1831, o Império do Brasil possuía diferentes problemas, entre eles a ausência de dados confiáveis sobre as vilas, freguesias e arraiais do país. Como eram e viviam essas comunidades? Quantas pessoas eram livres ou escravas? Quais eram suas profissões? O Censo de 1831, apesar de apresentar uma série de problemas ocorridos durante sua aplicação, começou a responder algumas destas perguntas relacionados à Província de Minas Gerais. As informações coletadas especificamente sobre o município de Mariana e o distrito de Bento Rodrigues permitem uma aproximação até então impossível a partir de outras fontes.

O Censo de 1831 indica que Bento Rodrigues possuía 91 domicílios e 454 habitantes neste povoado, o que representa uma população pequena, quando comparada a outras localidades de Mariana nesta mesma época. Os habitantes classificados como “brancos” representavam apenas 6% (29) dos 454 moradores. Os mulatos e negros, assim como também em Camargos, formavam a maioria da população (94%). O grupo de “africanos/pretos” (15% da população) se apresentou menor em Bento Rodrigues do que em Camargos, mas a sua existência também é um aspecto importante quando se considera a renovação dos plantéis de cativos nesta fase marcada pela “crise da mineração”.

Infelizmente, as informações sobre a categoria “condição” (branco, livre, libertado ou cativo) são quase inexistentes neste censo, o que impede de verificar o percentual de moradores alforriados neste período. Mas supõe-se, considerando os dados existentes para Mariana, que eles também tenham sido expressivos nesta época, na localidade: em geral, no início do século XX, a população alforriada e livre marianense respondia a cerca de 2/3 dos moradores, índice comum em outras regiões de Minas Gerais. Em Bento Rodrigues, destacavam-se os seguintes plantéis de escravos em 1831: o do negociante José de Souza Cunha, que possuía 23 cativos; do Padre Domingos Pereira Fraga, que possuía 20 cativos; de Tereza Emeréciana Pereira, que possuía 15 cativos; do negociante alferes Francisco Lopes de Freitas, que tinha 11 cativos; do negociante Capitão Francisco Gonçalves Ferreira Bastos, que tinha 9 cativos; do negociante Alferes Bernardino Afonso Diniz, que possuía 9 cativos e da negociante Ana Rodrigues, que tinha 7 cativos.

⁵⁰ Francisco Gonçalves Ferreira Bastos fez parte das Irmandades das Almas em Portugal, Nossa Senhora das Mercês em Mariana e Nossa Senhora do Rosário dos Pretos também em Mariana. No total, foram pedidas 280 missas por este juiz de paz.

Entre as “ocupações” listadas em Bento Rodrigues estão os ofícios de pároco, negociante, caixeiro, inútil, jornaleiro, costureira, venda, viver de soldo, mineiro, tropeiro, fiadeira, faiscador, carpinteiro, latoeiro, estalagem e empregados de chácara. Como esta categoria foi melhor recenseada em Bento do que em Camargos, nota-se que a função de “mineiro” era pouco expressiva nesta localidade em 1831. Ela apareceu somente em 4 domicílios: de Jerônimo, que não possuía escravo; de Joana Ribeiro, que tinha 3 escravos; de José Francisco Guimarães, onde aparece um escravo; e de Domingos José Lima, que possuía 7 escravos.

Esses plantéis de cativos, como se percebe, tinham pequena dimensão. A função de fiadeira, no entanto, estava presente e disseminada em 32 (35%) dos 91 domicílios de Bento Rodrigues, demonstrando a força desta atividade naquela época. O setor comercial local também destacou-se: foram identificados 9 domicílios voltados para os “negócios”, 4 vendas, 5 tropeiros, 5 caixeiros viajantes e 1 estalagem. Esta última pertencia a Antônio Jorge Machado, que era branco, tinha 71 anos, sendo que 9 moradores residiam em seu domicílio: 6 pardos, 2 crioulos e 1 africano/preto (apenas um foi classificado como escravo).

Desde uma perspectiva ampliada, como resposta aos estudos realizados sobre a realidade socioeconômica mineira e das suas potencialidades, que

diagnosticou a incapacidade de aproveitamento dos depósitos auríferos subterrâneos pela elite local em função da sua dificuldade de recursos, foram estabelecidas⁵¹ as condições para formar sociedades de mineração e regulamentar a entrada de capital estrangeiro para minerar. Essa entrada de capitais permitiu estabelecer um novo mercado de imóveis urbanos e rurais, aquecendo a economia local. As companhias inglesas, por empregarem muita mão de obra, contratavam toda sorte de insumos e gêneros de primeira necessidade, ampliando o mercado interno.

Ernst Hasenclever foi um comerciante alemão que morou no Brasil entre 1837 e 1844, durante este segundo surto de mineração, tendo passado por Bento Rodrigues em 25 de agosto de 1839, conforme seu diário.

Logo parti para atravessar Mariana, Bento Rodrigues e o Morro do Fraga em direção à fazenda do Peixoto, para cujo administrador tinha uma carta de recomendação (HASENCLEVER, 2015).

⁵¹ Carta Régia de 1817

Pouco mais de um ano depois, George Gardner pernitoou no rancho público em Bento Rodrigues entre os dias 27 e 28 de setembro de 1840, tendo partido no dia 27 do arraial da Barra passando por Brumado, Catas Altas e Inficionado. Seguiu no dia seguinte em direção a São Caetano (atual Senador Firmino, MG), onde encontraria o tropeiro que o levaria ao Rio de Janeiro⁵². Segundo ele, havia pouco solo propício para plantações, sendo argiloso entremeadado por um cascalho ferruginoso já bastante revolvido na busca do metal precioso. Gardner observou, no entanto, uma única mina funcionando entre Inficionado e Bento Rodrigues (1836 – 1841), que poderia se tratar da propriedade do Padre Fraga, ou da Ouro Fino.

FIGURA 35 Capela de São Bento em 1969. Foto: Demerval Pimenta, 1969.



⁵²Texto original: “Leaving Catas Altas, the road takes a southerly direction, along the foot of the Serra de Caraca; and after travelling about two leagues, we passed through the Arraial de Inficionado, another long narrow village, about the same size as Catas Altas, and, like it, in an obvious state of decadence. About a league further on, we arrived at the Arraial de Bento Rodrigues, where we took up our quarters for the night in the public rancho. The road, on this journey, was far from good, being both hilly and stony; I saw but little soil fit for plantations,

it being generally of a clayey nature, intermixed with a coarse ferruginous gravel, or the debris of the schistose rocks of the Serra; and everywhere this soil has been turned up in search of gold, but with the exception of a small mine between Inficionado and Bento Rodrigues, I saw no workings being carried on.”

4.4. No contexto da Província

Em meio ao movimento mais amplo de demarcação do campo de atuação político-administrativa da província, definiu-se que prover o espaço mineiro com estradas, caminhos e pontes transitáveis seria também atribuição do Governo Provincial. Após o Ato Adicional de 1834, foi estabelecida em Minas Gerais a Secretaria de Obras Públicas, com a função geral de administrar todas as obras realizadas pelo Governo Provincial, responsabilidade que, a partir de então, foi sistematicamente cumprida. Como parte de um plano de integração regional ligando cidades e vilas, nesse período ampliou-se a malha de estradas carroçáveis. Além da abertura de novas estradas, as antigas eram melhoradas constantemente, principalmente após o período chuvoso, quando essas ficavam intransitáveis. Com o crescimento do arraial vizinho, Antônio Pereira, a Assembleia Legislativa Provincial aprovou as obras de melhoria da Estrada de Bento Rodrigues a Antônio Pereira, tendo por argumento a redução em uma légua do caminho até a capital da província, Ouro Preto; a utilização de terreno mais apropriado e a redução dos custos de manutenções frequentes, necessárias no caminho que atravessa Camargos e Mariana. Bento Rodrigues passou a estar no entroncamento da Estrada do Serro para Ouro Preto com estrada que ia para Mariana, passando por Camargos e ligação com os arraiais e vilas que se formavam ao longo do rio Gualaxo do Norte e o Doce. A secretaria de obras públicas construiu pontes, pontilhões e paredões, de forma que as estradas fossem consolidadas e se mantivessem carroçáveis ao longo de todo o ano.

Acredita-se que foi neste momento em que o percurso da Estrada Real começou a tomar feições mais próximas do trajeto atual. Conforme se vê no Mapa de Hasenclever, já havia dois caminhos ligando Bento Rodrigues ao Inficionado. E assim, em 1848, ao longo dos 20,6 km de distância entre Mariana e Bento Rodrigues, já estavam concluídos três paredões, um pontilhão,

três pontes, restando concluir uma de pedra sobre o rio Gualaxo. (CRAVO, 2013)

Apesar de que as obras da Estrada do Serro (Caminho dos Diamantes) já estivessem concluídas, a Capela de Bento Rodrigues estava em obras e seus habitantes pediram auxílio pecuniário para a sua continuação, o que foi levado à Assembleia Legislativa Provincial na sessão de 20 de maio de 1853 (O BOM SENSO, 1853).

Naquela década, as demarcações de terras ainda estavam sendo realizadas e a Lei nº 472 de 31 de maio de 1850 fixou, dentre outras medidas, as divisas da Freguesia de Camargos seguindo ao lado do Inficionado pelo espigão da Fazenda do Morro do Fraga, vertente para Bento Rodrigues, e prosseguindo sempre pelo espigão, tudo que deságua para o lugar chamado – Pai José – e para o Rio Gualaxo, Gonçalo Rodrigues, João Pereira, e Lauriano em rumo à ponte do Gama, que faz fecho; e ao lado de S. Sebastião pela estrada em direitura ao morro das Pedras, Córrego Grande acima até o alto da Pedra Branca, e pelo espigão em rumo à porteira da Fazenda de Antônio José Lopes Camello, cortando rumo ao Mirandinha com as respectivas vertentes.

No mesmo ano, a chamada Lei 601 ou Lei de Terras, apresentou novos critérios com relação aos direitos e deveres dos proprietários de terra. Os posseiros foram obrigados a tirar títulos definitivos dos terrenos, sem os quais não poderiam hipotecar ou alienar os mesmos. Várias propriedades foram vendidas naquela região, como aparecem nos anúncios publicados nos jornais da época entre as quais, pela descrição semelhante à propriedade herdada por José de Souza Cunha, esta que poderia ser a Fazenda do Morro (do Fraga):

Vende-se a vista ou a prazo, por muito diminuto preço, uma fazenda de cultura e de criar sita no districto de Camargos, no centro das povoações seguintes; cidade de Marianna, Camargos, Bento Rodrigues, Inficionado, S. Sebastião, S. Caetano, na margem do rio Gualacho: tem 3 sesmarias pouco mais ou menos, grande e nova caza de sobrado envidraçada, paiol, senzalas, estribarias, curraes de pedra, moinho perto da cozinha e pasto feixado. Ja teve fabrica de ferro, e tem grande abundancia desse mineral, que se tira do rio que passa em frente da caza: é muito propria para criar, e para engordar boiada e tropas, e mesmo para negociar com a Ccompanhia Ingleza em madeira e carvão. Quem a pretender dirija-se ao capitão Francisco Ferreira Alves na cidade de Marianna. (CONSTITUCIONAL, 1868)

É possível que com a entrada de novos atores no cenário político, outros interesses tenham contribuído para que em junho de 1868, a Assembleia elevasse a povoação de Bento Rodrigues à categoria de distrito, subordinado à freguesia do Inficionado, permanecendo as divisas com o distrito de Antônio Pereira e Inficionado e tendo o rio Gualaxo do Norte como divisa entre

Camargos e o novo distrito⁵³. Consequentemente, foi necessária a nomeação de autoridades policiais, sendo criada ali uma subdelegacia de polícia.

Porém, sendo Manuel Teixeira de Souza agraciado com o título de Barão de Camargos por D. Pedro II, o mesmo conseguiu, através de sua influência política, que as Leis nº 1.477 de 9 de Julho e nº 1.552 de 20 de Julho de 1868 fossem revogadas, de forma que Bento Rodrigues, as fazendas do Gualaxo, Fundão e Mirandinha foram reincorporadas à Freguesia de Camargo. O novo barão também conseguiu que fosse reconstruída uma ponte sobre o córrego, resultando em alteração no seu leito, chamada Fábrica Nova. Pouco depois da morte do Barão, por razões ainda desconhecidas, em 26 de outubro de 1880 a sede da Freguesia de Camargos foi transferida para Bento Rodrigues por decreto da Assembleia Legislativa (A ACTUALIDADE, 1880), o que parece ter trazido algum progresso para o local.

No ano seguinte, por ali passou o Imperador. Três anos depois foi feita a ligação do fio telegráfico da capital a Bento e a Morro d'Água Quente; seis anos após, conforme noticiado em jornais da época, havia educação pública na freguesia de Bento, tendo sido nomeado Francisco de Assis Ferreira Torres professor público. Também foi transferido para lá o professor do distrito de Batêas, João Zozimo Ferreira e para a cadeira do sexo feminino foi nomeada D. Rita Teixeira da Fonseca. Sete anos mais tarde abriu as portas o Hotel de Antônio Borges de Magalhães com aposentos com todas as comodidades para famílias e escoteiros, além de pasto fechado para os animais (A PROVÍNCIA DE MINAS, 1887).

Porém, nesse ínterim, também houve alguns retrocessos, como o fechamento em 1887 dos correios com a exoneração do respectivo agente, Sr.

⁵³ Lei nº 1.477, de 9 de Julho de 1868.

Joaquim Francisco Alves, sendo restaurada em abril de 1892, quando foi nomeada a agente D. Anna Claudina Soares Ferreira (A ORDEM, 1892).

Algumas dessas mudanças podem ser constatadas pelo primeiro censo de alcance nacional, que ocorreu quatro décadas depois do censo de 1831. A comparação entre os dados de 1831 e 1872 aponta para um crescimento positivo da população de Bento Rodrigues ao longo deste período. Somando as populações de Bento (454) e de Camargos (352), chega-se a um total de 806 habitantes, em 1831. No censo de 1872, onde estas duas localidades foram lançadas juntas, a soma chegou a 1.422 moradores. Deduz-se - partindo-se do pressuposto de que os dois povoados tenham guardado entre si as mesmas proporções - que suas populações quase duplicaram neste intervalo. Tal crescimento é coerente com a tendência presente nos municípios da região central de Minas Gerais, já que eles também apresentaram um aumento positivo de suas populações nesta época. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 1921, 1926).

As causas que levaram a esse efeito positivo ainda precisam ser analisadas em diferentes escalas, mas dados do censo de 1872 sugerem que os negócios existentes em Bento Rodrigues tenham sido eficazes o suficiente para garantir a continuidade da vida social nesta localidade. O crescimento da população, por lógica, infere que neste período houve também um aumento do número de edificações no povoado (surgindo, assim, uma nova geração de imóveis) e da ocupação do espaço no núcleo urbano do povoado.

Quando tomados em separado, vê-se que os números de habitantes dos povoados de Mariana cresceu ao longo do século XIX porém, quando observa-se a quantidade de moradores do município percebe-se uma queda e a explicação encontra-se nas revisões territoriais e administrativas feitas pelo governo da província de Minas Gerais: entre 1839 e 1891, Santa Bárbara,

Piranga, Ponte Nova e Alvinópolis foram elevados à condição de municípios, reduzindo o território, o número de moradores e a renda de Mariana (IBGE, HISTÓRICO DE MARIANA) e esta situação teve repercussão direta no destino do município, no século XX.

4.5.No contexto da República

O final do século XIX foi bastante complexo em todo o Brasil. A sociedade brasileira passou por mudanças fundamentais nos campos políticos e sociais. Além das mudanças na forma de governo, a promulgação da Constituição, a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e a instalação das primeiras indústrias brasileiras forçaram a população a acomodar-se a um novo tempo.

Muitas das propriedades, sem se adaptarem ao trabalho assalariado, perderam valor de mercado. Houve um êxodo rural e o conseqüente crescimento das cidades, além de um surto de febre tifóide. Esta talvez seja a conjuntura que explique o fechamento da escola de Bento Rodrigues, em 1897.

Atenção

No arraial de Bento Rodrigues, municipio de Marianna, vende-se uma situação nas seguintes condições: - casa de vivenda, arejada e de optimas accommodações, tendo não só bom quintal, convenientemente cercado e com diferentes arvores fructiveras, agua abundante, pateo & como também, contiguo, um excellente rancho de

tropas, novo, espaçoso e bem constuído, o qual oferece grandes vantagens pecuniarias, visto como acha-se na estrada geral das importantes localidades do norte da provincia.

Quem pretender, dirija-se nesta capital à J. O. da Silveira Palhares ou em Marianna ao abaixo assignado. Cidade de Marianna 30 de Setembro 1880. Ovidio Ferreira da Costa.

O Século XX se inicia com a perspectiva de novos tempos. A busca pela modernização e industrialização movimentou o mercado e surgem várias sociedades capitalistas. Mas, ao mesmo tempo, a falta de recursos para a pesquisa nacional e a exploração mineral, a instabilidade política e reviravoltas no poder se configuraram como desafios para um país que está buscando recuperação econômica.

Durante as primeiras décadas, o ambiente cultural se modificou lentamente no município de Mariana, influenciado pela atmosfera modernizante, simbolizada pela instauração da República (1889) e pela instalação dos trilhos ferroviários (1914) e de pequenas fábricas. No entanto, a velocidade dessas transformações era bem mais lenta que as vivenciadas em outros municípios do país: para muitos visitantes, a sede municipal e as localidades situadas na zona rural de Mariana ainda lembravam os núcleos urbanos dos períodos anteriores, colonial e imperial, e não as cidades modernas, como Belo Horizonte, inaugurada como a nova capital de Minas, em 1897 (LIMA, K.T., 2007).

Os dados dos recenseamentos disponíveis para o século XX ajudam a compreender a situação de Bento Rodrigues nesta centúria. É importante lembrar que desde 1872 os levantamentos adotaram a prática de lançar os dados desta localidade junto aos de Camargos, já que o primeiro povoado faz parte do território do segundo. Por isso, apesar da ausência de dados específicos sobre Bento Rodrigues, é possível construir algumas projeções.

Dois cenários se apresentam visíveis. Se, ao longo do XIX, como visto, a região de Camargos (que inclui Bento Rodrigues) seguiu a tendência regional de praticamente duplicar sua população (um efeito positivo, portanto), nos Novecentos essa tendência se reverteu. Comparando os censos produzidos nas décadas de 1920 e 1950 percebe-se que a sede de Mariana perdeu neste período cerca de 25% dos seus habitantes, fruto das oportunidades de negócios limitadas oferecidas na cidade. Neste intervalo, conforme estes censos, a população de Camargos apresentou uma queda de 70% (passando de 718, em 1920, para 196 habitantes, em 1950). Monsenhor Horta (antigo São Caetano), que sempre foi um dos mais populosos distritos de Mariana ao longo dos séculos XVIII e XIX também apresentou nesta mesma época uma perda de 45% de população, passando de 1.854 para 1.011 habitantes. (PMM, 2016).

Estes três casos (sede de Mariana, Camargos e Monsenhor Horta) revelam o mesmo padrão: entre 1920 e 1950 ocorreu uma perda geral de habitantes no município, fenômeno que se apresentou mais atenuado na sede e mais acentuado na zona rural. (ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE 1921). O efeito deste fenômeno para Bento Rodrigues (tomando como referência o índice para Camargos) é previsível: a queda do número de habitantes desdobrou-se no fechamento de residências, pontos comerciais e espaços de produção e no consequente arruinamento de parte importante do acervo edificado do povoado. Foram fundadas algumas sociedades voltadas para a exploração

mecanizada das minas nos arredores de Bento Rodrigues, como a Sociedade de Mineração Morro do Fraga (1915) e a da Fazenda Mirandinha (1932).

Devido às duas Grandes Guerras, surgiu a necessidade de dirigir-se mais uma vez à mineração, em especial para a produção do minério de ferro. Em 1934 foi criado o Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e assinado o Código de Minas. A partir de então, foram desenvolvidos vários estudos para avaliar as reservas minerais e o mapeamento das áreas potenciais no país, que foram posteriormente publicados pelo grupo de geólogos do DNPM e do U.S. Geological Survey, constituído em 1945. Porém, as pequenas sociedades existentes demonstravam extrema dificuldade para se manterem ativas, o que gerou uma oportunidade para a instalação de grandes mineradoras, inclusive com recursos advindos do capital estrangeiro, não só em Bento Rodrigues, como em todo o Quadrilátero Ferrífero⁵⁴.

Minas Gerais foi o estado pioneiro na produção de alumínio primário no Brasil, a partir da fundação de sua primeira indústria, na época a Elquisa, que começou a operar em meados de 1940, na cidade de Ouro Preto. A Elquisa passou ao controle acionário da Alcan Inc., em 1950 e em 1958 mudou sua razão social para Alumínio Minas Gerais S.A. Cinco anos mais tarde, a Alumínio Minas Gerais foi autorizada, através de decreto do Conselho de Ministros nº 1.165, de 8 de junho de 1962, a fazer prospecções e a pesquisar bauxita e quartzo nos terrenos de propriedade da Sociedade Mineração Morro do Fraga.

FIGURA 36 Mariana, início século XX. Fonte: IBGE. Histórico de Mariana. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=314000>> Acesso em: 20/12/2017.



numa área de noventa e sete hectares e sessenta e um ares (97,61ha) delimitada por um polígono irregular que tem um vértice a oitenta e dois metros (82m), no rumo verdadeiro setenta e um graus e trinta minutos nordeste (71º30'NE), do centro do bloco de concreto de montante do boeiro da estrada Fundão - Santa Rita, sôbre o córrego

⁵⁴ Essa designação foi utilizada pela primeira vez em 1933, pelo geólogo Luiz Flores de Moraes Rego, para definir a área onde estão concentradas as jazidas de ferro do centro de Minas Gerais. (AZEVEDO et al, 2007)

Fundão e os lados, a partir dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: trezentos e oito metros (308m), vinte um graus e quarenta minutos sudoeste (21°40'SW); duzentos e setenta e nove metros (279m), vinte e seis graus sudeste (26°SE); duzentos e sessenta e cinco metros (265m), quarenta graus e vinte e cinco minutos sudoeste (40°25'SW); cento e vinte metros (120m) seis graus e cinqüenta e cinco minutos noroeste (6°55'NW), duzentos e setenta e sete metros (277m), vinte e quatro graus e trinta e cinco minutos noroeste (24°35'NW); cento e setenta e seis metros (176m), trinta e quatro graus e vinte e cinco minutos noroeste (24°25'NW); duzentos e vinte metros (220m), setenta graus e trinta minutos noroeste (70°30'NW); cento e sessenta e três metros (163m), onze graus e dez minutos nordeste (11°10'NE); trezentos e quatro metros (304m), treze graus e vinte minutos noroeste (13°20'NW); duzentos e cinqüenta e quatro metros (254m), vinte e dois graus noroeste (22°NW); duzentos e setenta e sete metros (277m), vinte e cinco graus e vinte e cinco minutos nordeste (25°25'NE); trezentos e noventa e sete metros

(397m), oitenta e nove graus e cinqüenta e cinco minutos sudeste (89°55'SE); duzentos e noventa e dois metros (292m) oitenta e dois graus e quarenta e cinco minutos nordeste (82°45'NE); quatrocentos e dezenove metros (419m), oitenta e quatro graus e quarenta e sete minutos sudeste (84°47'SE); duzentos e cinco metros (205m), treze graus e trinta e um minutos sudeste (13°31'SE); duzentos e sessenta e cinco metros (265m), sessenta e oito graus e quarenta minutos sudoeste (68°40'SW); quinhentos e quarenta e oito metros (548m), vinte e quatro graus sudoeste (24°SW) (BRASIL, 1962).

Em 1971 a Alumínio Minas Gerais passou por mais uma mudança, transformando-se na Alcan Alumínio do Brasil Ltda., cujo controle acionário foi assumido pela Novelis do Brasil Ltda., em 2005. A Novelis do Brasil obteve a concessão, junto ao DNPM, do denominado Grupamento Mineiro de Ouro Preto (GMOP) no 055/1983 – DNPM 930.587/1982, para a exploração de bauxita em oito áreas distintas, entre elas o Morro do Fraga, (processo 2680/1963 e portaria de lavra 82.513/1978). Porém, no Parecer Único Nº 0585411/2015 (SIAM) constava a exaustão de tal mina, que atualmente é operada pela Vale S.A., que detêm todos os direitos minerários.

Com a chegada do capital estrangeiro no Quadrilátero Ferrífero, além das mineradoras, as siderúrgicas receberam investimentos, como por exemplo a criação da Belgo Mineira a partir da aquisição da Companhia Siderúrgica Mineira em João Monlevade, a qual dependia de carvão para alimentar seus

fornos. Além do corte de florestas da região, foram plantados eucaliptos para abastecer os altos-fornos. Nesse contexto a CAF - Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara⁵⁵ foi fundada, em 1957 e teve grande importância na região, substituindo parte da vegetação natural por plantações de eucalipto.

Para a passagem dos caminhões que transportavam eucalipto, bauxita e outros minérios das mineradoras da região, realizou-se a melhoria do traçado da estrada entre Bento Rodrigues e Santa Rita Durão, antigo arraial do Inficionado.

A empresa que mais se destacou na localidade foi a Samarco, fundada em 1977 como uma empresa brasileira de mineração, de capital fechado, controlada em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Ltda. e Vale S.A - antiga CVRD (SAMARCO, 2016) e explora as minas de Alegria e Germano, antigas Fazendas nos arredores de Bento Rodrigues (site VALE, 2016).

Para atender às mineradoras e a população foi aberto um novo traçado da antiga MG-129, entre Ouro Preto e Santa Bárbara, passando por Antônio Pereira e por fora da sede do distrito de Santa Rita Durão e dos povoados de Bento Rodrigues e Camargos, por onde as minas passaram a ser alcançadas. Se por um lado a estrada que serve ao tráfego de caminhões de minério, com o novo trajeto encurtou distâncias, evitou a poluição do ar e reduziu os riscos de acidentes de trânsito no povoado, por outro, ela contribuiu para o isolamento de Bento.

Como medida compensatória para a instalação de uma das barragens de rejeitos, o povoado de Bento Rodrigues conseguiu, na gestão do então prefeito

de Mariana Jadir Macedo (1976-1982), a sua eletrificação. Posteriormente, chegou o telefone e em 2003 o asfaltamento de suas principais ruas.

Nesta época, das três Minas de Ouro que constavam em Bento Rodrigues: Morro do Fraga, Ouro Fino e Santo Antônio, segundo o relatório sigiloso do CPRM de 1983, encontrado no site do CPRM, houve exaustão da lavra Ouro Fino, enquanto que a mina Morro do Fraga seguia ativa produzindo tanto ouro quanto minério de ferro e o acesso a essas minas passou a ser feito pela MG-129, que liga Antônio Pereira a Santa Bárbara.

Apesar da presença dessas empresas explorando minas em Bento e contribuindo para o desenvolvimento econômico do município de Mariana, através da geração e recolhimento de impostos e royalties, proporcionalmente estas tiveram pouca influência no povoado, uma vez que o município aplicou os recursos em outros locais que julgou mais importantes.

O segundo cenário perceptível a partir dos dados censitários disponíveis refere-se ao período recortado entre as décadas de 1960 e 2010 e apresenta dois fenômenos. Primeiro: até a década de 1980, fruto da instalação de três mineradoras em Mariana - S.A. Mineração Trindade (Samitri), Companhia Vale do Rio Doce e Samarco S.A. - a tendência de queda da população da sede municipal entre 1920 e 1950 se reverteu, passando de 6.387 para 12.853 habitantes. Entre 1960 e 1980 verifica-se outro aumento: a população da sede praticamente duplicou novamente a sua dimensão. Entre os anos 1990 e 2010, ainda sob os efeitos positivos da economia mineraria, o crescimento populacional foi ainda mais expressivo, passando de 12.853 para 37.706, cerca de 300% de aumento.

⁵⁵ Atual Arcelor Mittal Bio Florestas (2003).

No entanto, um dos efeitos visíveis deste “boom” populacional na sede de Mariana entre 1980 e 2010, além da ampliação dos negócios, foi a ocupação desordenada que hoje se apresenta no seu núcleo urbano. Por sua vez, na zona rural ocorreu um fenômeno um pouco mais complexo. O olhar dos moradores de Bento Rodrigues, como o do Sr. Filomeno da Silva, ajuda a compreender melhor esse cenário. O aquecimento da economia municipal entre 1960 e 1980 continuou a alimentar a tendência de migração verificada no período anterior (1920-1950), realizada por moradores que saíam em busca de oportunidades de trabalho e estudo mas, ao mesmo tempo, verificou-se a construção de novos imóveis nos povoados, edificadas pelos moradores que optaram por continuar nestas regiões⁵⁶.

Entre 1990 e 2010 os efeitos positivos da economia mineraria marianense também permitiram à zona rural reverter os índices pouco expressivos de crescimento verificados durante boa parte do século XX. O número de habitantes e de imóveis aumentou nestas localidades, ampliando suas manchas urbanas e a ocupação de novos setores. Bento Rodrigues é um exemplo claro deste fenômeno: a FIGURA 38 e a FIGURA 39, que recortam o setor próximo à Igreja de Nossa Senhora das Mercês, expressam tal ampliação, a partir da inclusão de novos elementos urbanos entre 2005 e 2015.

Essa mudança ocorrida na zona rural neste período permite projetar os perfis dos proprietários que possuíam imóveis em Bento Rodrigues, pouco antes do rompimento da Barragem de Fundão. Eles pertenciam à famílias:

- que permaneceram nesta localidade durante o intenso processo de migração experimentado no século XX;
- que migraram de Bento Rodrigues, mas que herdaram ou adquiriram posses nesta localidade retornaram ao povoado, reforçando, assim, seus laços identitários;
- originárias de outros povoados da zona rural marianense;
- que não possuíam laços identitários com estes povoados antes da aquisição de suas propriedades, mas adquiriram imóveis no povoado a fim de nele residir ou para utilizá-los nos fins de semana.

FIGURA 37 Sr. Filomeno, um dos atingidos, em visita ao território de Bento Rodrigues, na esquina de sua casa. Foto: Lucas Salgado, 2016.



⁵⁶ SILVA, Filomeno da. [maio de 2017]. Entrevistador: Kleverson Lima. Sede municipal de Mariana, 2017. 1 arquivo. MP3.

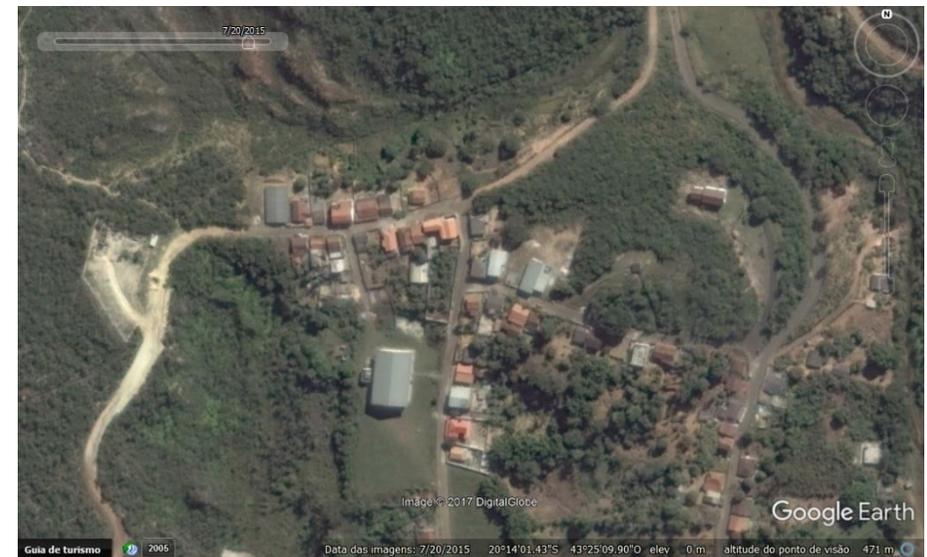
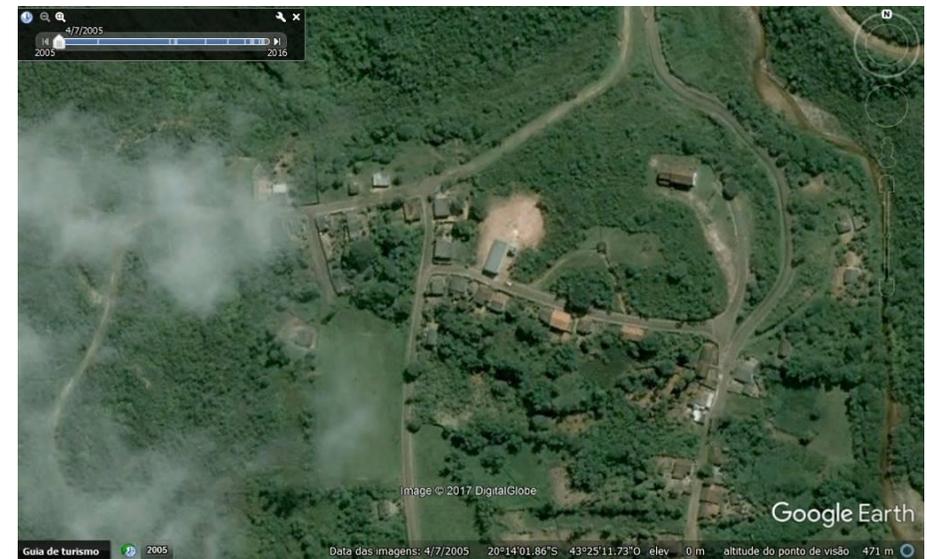
Em 2002 foi fundada a Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues que com o auxílio da EMATER/MG e da Universidade Federal de Ouro Preto Campus Mariana, abriu a Fábrica de Pimenta Biquinho, no mesmo ano. O Projeto Estrada Real também começou a atrair para o lugarejo o turismo cultural e de aventura, reforçado pelo projeto de implantação do Geoparque Quadrilátero Ferrífero, em 2002.

Em levantamento expedito realizado por meios eletrônicos, também foi verificado um crescimento do povoado a partir da implantação da SAMARCO, primeiramente ao longo da própria rua São Bento e, mais recentemente, com um maior adensamento na parte oeste, onde estavam localizadas as ruas Carlos Pinto, Cônego Veloso e Rua Nova.

O evento que solapou Bento Rodrigues o fez conhecido em todo o país e internacionalmente, transformando-o em símbolo dos riscos da mineração em áreas de entorno de comunidades, dando outra dimensão a sua história, atingindo dramaticamente a continuidade das histórias destes diferentes grupos familiares e dos seus modos de vidas, sobretudo daqueles que possuíam fortes relações identitárias com a localidade.

FIGURA 38 Setor norte do povoado de Bento Rodrigues 2005. Fonte: Google Earth, 2018.

FIGURA 39 Setor norte do povoado de Bento Rodrigues 2015. Fonte: Google Earth, 2018.



5. Patrimônio Cultural e Turismo

Assim como cultura e tradição formam um par integrado de significâncias, da mesma forma cultura e territorialidade não são apenas sinônimos de herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e seu meio, resultado obtido por meio do processo de viver e de suas experiências. Incluindo o processo produtivo e as práticas sociais, a cultura é o que dá a consistência de pertencimento ao homem. Cada lugar é definido pelo que se acredita ser sua própria história, ou seja, pela soma das influências acumuladas provenientes do passado e dos resultados daquelas que conservam ou interessam maior relação com as forças do presente e poderiam dar suporte ao desenvolvimento do grupo (BRUSADIN, 2011).

Portanto, o Patrimônio Cultural, de natureza material e imaterial, representa um componente significativo dos modos de vida dos moradores de Bento Rodrigues e revela relações profundas entre homem e meio, promovendo-lhes um senso de pertinência ao seu território. Como aponta Brusardin, é importante trabalhar o conceito de patrimônio por meio do conhecimento histórico produzido sobre inúmeras manifestações da cultura popular brasileira, considerando que todos os sujeitos sociais são agentes no tempo histórico e suas experiências e práticas culturais, modos de vida e representações contribuem e ampliam a noção de diversidade cultural no país (BRUSADIN, 2011) e refletem os bens e valores do lugar.

Constituem este patrimônio os bens que expressam estes modos de vida e possuem importância coletiva para a comunidade. “A sua existência, como demonstram diferentes estudos, provoca situações para o compartilhamento, reprodução e reelaboração das experiências sociais e dos sentimentos de identidade e pertencimento” (LIMA; ANDRADE, 2017, p. 5).

Em diálogo com o histórico e com observações sobre as tipologias arquitetônicas e a configuração urbana da localidade às vésperas do rompimento da barragem de Fundão, se evidenciam os bens culturais materiais e imateriais que existiam nesta localidade antes do desastre, a partir do mapa amostral elaborado pela empresa Pólen Consultoria, em 2017, dentro do Diagnóstico Preliminar dos Bens Culturais Identificados no Território Atingido em Mariana pelo Rompimento da Barragem de Fundão e também utilizando-se as referências citadas pelos próprios moradores nos grupos focais realizados.

O relatório da arqueologia (BAETA & PILÓ, 2017, p.33, apud LIMA; ANDRADE, 2017, p.47) ressalta evidências deste rico entrelaçamento de bens culturais que pontuavam seu território e permeavam as práticas sociais cotidianas como as “antigas moradias construídas por tecnologia vernacular de terra, adobe e/ ou pau a pique, pedras e madeira” e os diversos locais voltados para a “produção de gêneros alimentícios, áreas de plantio e outras atividades, aí incluídas as atividades minerárias do ouro.

Segundo este trabalho, havia sítios arqueológicos de inúmeras épocas na região, apresentando grande diversidade:

Tendo em vista a vocação mineradora da região desde o século XVIII é de fácil identificação os estigmas que remetem às primeiras explorações auríferas, tais como, canais, catas, mundéus, barragens e desvios no leito do rio. Há também outros sítios arqueológicos, inclusive pré-colonial, além de inúmeros vestígios de fazendas antigas e estruturas a elas associadas, como áreas de

trabalho voltadas a produção de gêneros alimentícios, muros, valos de divisa, caminhos, dentre outros. Essa diversidade tipológica não pode ser desconsiderada no âmbito do patrimônio Cultural

Dentre esse acervo, Baeta e Piló (2017) realçaram a importância dos muros de pedras construídos nos séculos XVIII e XIX, elaborados a partir da utilização de placas de pedras inseridas na paisagem de forma vertical e o curral e cocho de pedras que pertenciam a um rancho que funcionou nesta localidade nos séculos XVIII e XIX, presentes no povoado. Estes muros eram utilizados para o cercamento dos currais e o confinamento de animais domésticos, áreas de plantio e divisas de propriedades, revelando uma tipologia rara em Minas Gerais de uso de placas verticais, que infelizmente estão submersas no Dique S-4, como descreveu um atingido

-... vou falar, é retirar todo o barro, a lama lá de minha residência e também na chácara, porque eu tenho um muro de pedra lá...

- Ah! O muro de pedra é na propriedade do senhor?

-Não, tem em várias propriedades (-várias propriedades) ...

Há evidências, segundo contam alguns atingidos, de práticas de mineração em locais de interesse histórico e arqueológico no território de Bento Rodrigues, a exemplo do conjunto de ruínas da antiga Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento (provável capela do Padre Fraga, como foi

conhecida posteriormente) e galerias das proximidades (BAETA & PILÓ, 2017, p.98-99 apud LIMA; ANDRADE, 2017, p.48)

- ...Eu, semana passada fui na Cúria pra ver se resolvia, a Cúria resolvia fazer algum trabalho lá, que eles vão pedir a Samarco pra fazer. Porque eles entupiram uma mina de ouro que era o local onde a comunidade de lá, os homens trabalhava pra produzir ouro. Então essas proporções era transportar em tropa, lá da mina para o Ouro Fino. E o ouro que sobrava lá do Ouro Fino o pessoal do córrego ficava garimpando e lá era muita gente. Eu fui criado lá, dessa maneira (- senhor foi criado nessa época que vinha o resto do ouro?) É, eu fui criado lá. Nem só eu como o povo todo da época era assim. O que eles fizeram agora com o S4, não, com o S3? Simplesmente entupiram a mina. Eu fui na Cúria pra ver se eles...

.... eu só não entendi direito a história da mina... A mina tava debaixo do S3 hoje ou....?

-Não, a mina era perto do S3 (-era na área ali)

Perto do S3

Aonde tem o moinho...

Sim, tá debaixo daquelas terras

-A mina era perto do S3 ... ela saía lá do lugar por onde a gente falava Cascalho e passava debaixo do moinho do pai dele. É tanto que quando parou

essa mina por causa que ... parou essa mina, ela funcionava mas com bomba retirando água, porque ela já estava, já tinha passado por debaixo do moinho e já estava debaixo do córrego que veio ... e então atrapalhava ...

Se você quiser ver é só cê pega um vídeo de antigos iron bikes aí que eles passavam dentro da mina (-passavam dentro da mina). O iron bike passava dentro da mina! De bicicleta!

-Nós fizemos uma matéria pro jornal Sirene. (-bicicleta, sabe?) Tinha foto... Foi até exposto naquele varal.

-Eles passavam voando dentro da mina. De bicicleta. Tudo doido... O povo é tudo louco de bicicleta! Nossa Senhora! -O pessoal de iron bike passava lá... trilhas de moto.

Outros três sítios arqueológicos históricos associados às atividades de mineração são identificados nas imediações de Bento Rodrigues, conforme Relatório Final do Diagnóstico Arqueológico da Expansão da Mina Fábrica Nova, que foram localizados na área de influência direta do empreendimento (MOURA et al, 2009, p. 21-22):

-O sítio arqueológico Morro do Fraga, referenciado equivocadamente como do “Braga”. Trata-se de parte de um sistema de adução formado por um extenso canal usado para o transporte de água, provavelmente durante um processo de extração aurífera no período histórico (), construído próximo a um conjunto de cavernas, e que se encontra em processo de degradação por mudanças na paisagem provocadas pela exploração do minério de ferro.

- o sítio arqueológico Louça Azul, cavidade natural onde foram encontrados quatro fragmentos de louça histórica do tipo inglês Shell Edge Blue, de uso popular;

- o sítio arqueológico Cruz das Almas, que se compõe por extenso canal de adução e três galerias conhecidas, de extração aurífera do período histórico.

FIGURA 40 Galeria de exploração subterrânea, Bento Rodrigues Fonte: BAETA & PILÓ, 2017, apud LIMA; ANDRADE, 2017.



FIGURA 41 Muro de pedra “fincada”, tipologia de cercamento excepcional de currais e propriedades do povoado de Bento Rodrigues. Mariana, MG. Este local foi atingido pelos rejeitos e submerso pelo dique S4. Fonte: Artefacto Consultoria. A. Baeta, 2013. P.47



FIGURA 42 Muro de pedra “envelopado”, no limite com o dique S4. Fonte: João Pedro Otoni, abril de 2019.



FIGURA 43 Sítio arqueológico Morro do Fraga, foto que mostra o canal de adução cortado na Rocha e, no plano do fundo, a cavidade natural subterrânea. Foto: Márcio Albano, 2009.



FIGURA 44 Sítio arqueológico Louça Azul, foto de fragmentos de louça na superfície do interior da cavidade natural. Foto: Márcio Albano, 2009.



FIGURA 45 Sítio arqueológico Cruz das Almas: Foto de parte do canal de adução cortado na rocha. Foto: Márcio Albano, 2009.



FIGURA 46 Foto de uma das entradas da galeria vertical, construída ao lado do canal de adução. Foto: Márcio Albano, 2009.



FIGURA 47 Horta cultivada em Mariana por Antônio Cabeção, da comunidade de Bento Rodrigues. Fonte: Pólen Consultoria. K. Lima, maio/2017.



Os quintais arborizados criavam uma grande massa verde, fornecendo parte significativa da alimentação local, com os moradores se servindo de produtos de suas hortas e pomares. A produção familiar e comunitária, resultante de seu modo de vida de origem ancestral conformam “a ocupação dos núcleos e a paisagem do lugar” (FERREIRA, 2017, p. 48 apud LIMA; Andrade, p.50), como relata um dos moradores:

FIGURA 48 Vista geral do povoado de Bento Rodrigues. Predomínio das árvores frutíferas e das hortas existentes nos quintais das residências. Fonte: Autor desconhecido. Grupo WhatsApp Memórias das Casas Bento, década de 2000.



- Antes de eu ir morar no Bento meu pai já tinha essa propriedade lá, e já tinha o pomar. Aí quando eu vim pra lá o pomar tava doente, eu fui, troquei, reformei o pomar todo (- nossa, era mais de 300 pés de mexerica) Aí tinha banana, mexerica, mas banana lá a gente comia era muito (-é) (-jaboticaba era bom demais!) Jaboticaba os pés lá era centenário. Mexerica, aquela quantidade... os amigos meus de Mariana não pode contar não que eles gostavam de dar prejuízo. Eu chegava lá, abria no portão e falei – toma, dá prejuízo agora, vão vê a quantidade que cê vai conseguir chupar (-é!) o cara ia lá e chupava 3, 4 mexerica...

O traçado urbano de Bento Rodrigues, formado pelo “eixo da Rua São Bento, ligava a Capela de mesmo nome à Capela de Nossa Senhora das Mercês, implantada no ponto mais alto do terreno”. As outras vias lhe eram perpendiculares “como Rua Raimundo Muniz, surgida como beco no período setecentista, Rua Dona Olinda e Rua Nossa Senhora das Mercês, que já fazem parte do arruamento aberto a partir do século XX”. O conjunto edificado destacava-se, “pela harmonia, havendo exemplares bem preservados dos séculos XVIII e XIX e início do XX, concentrados na Rua São Bento” (FERREIRA, 2017, p. 54 apud LIMA; Andrade, p.51).

A Igreja de São Bento, o padroeiro do lugar, construída em 1718, foi arrasada pelos rejeitos, ficando os remanescente das fundações e dos pisos, além de outros elementos arquitetônicos e de arte aplicada, sendo que estes bens culturais foram resgatados durante o trabalho emergencial do Ministério Público de Minas Gerais, logo após o desastre e hoje se encontram arquivados na Reserva Técnica, no centro de Mariana. Esta Igreja possuía relevante valor histórico e valorização significativa dos moradores, onde ocorria a maioria de batismos e casamentos da comunidade, além de várias de suas festas religiosas. Sua importância é revelada no grupo focal.

-O que vocês pensam sobre a ruína da igreja, já falamos um pouco da capela, vocês concordariam que seria uma reconstrução, uma capela...

- Essencial! Essencial

-Mas aqui que tá, né? Mas aí que tá, X, nós temos que olhar, pensar bem, pelo seguinte... A capela, a capela que foi destruída... a Igreja de São Bento, parte dela eles tão conseguindo achar os pedaços. Aí cogitou em levar essa nova igreja, montar no novo Bento

-Leva o que? (-o resto dessas peças)

-Essas peças que elas foram pra lá com certeza elas vão ser roubadas, né?

-É, se for lá pro Bento, provavelmente elas vai ser roubadas. Porque no novo Bento nós não vamos tá habitando lá, aí não tem como

-É simples! É simples, o resto da ... leva pro novo Bento (-isso). O que não impede de construir uma igreja lá. Levanta parede, sobe o telhado. Claro que eu ... (-é porque a base, a base já está lá) quem foi batizado lá, os meus meninos eu vou batizar lá. Agora eu decidi que eu foi ter uma filha, eu vou batizá ela lá.... (risos)... Vou ter um monte de menino

-É porque a base já está lá....

Você quer batizar na Igreja de Bento?

-Não, os meus meninos (risos)

-.... Do jeito que tá lá? Do jeito que tá lá dá um casamento maravilhoso... (-dá mesmo) Um casamento maravilhoso!...

- Cê quer casar lá?

-A base da igreja já está lá

-A base tá lá, a base ficou

-O piso, o assoalho dela tá perfeito

-A casa paroquial que nós fizemos está até o assoalho lá, que é de tábuas. Tá de tábuas e de cerâmica, tá tudo lá

-A gente precisa fazer essa capela, monta isso lá, porque muita gente só casa lá, então se não... precisa fazer essa capela lá

-É importantíssimo! (risos)...

- Aqui ó, aqui ó, vai ter helicóptero não! (risos) ...

- Que isso... Ô menino! E ó, com direito a festa no quintal da casa de vó, onde eram todas as festas

-Tem um piso de pedra lá, ué, eles tem que limpar lá, ué. Não pode ficar daquele jeito não.

A Igreja de Nossa Senhora das Mercês, poupada da destruição pela sua localização em cota mais elevada, também construída no século XVIII, é igualmente valiosa. Além de suas características arquitetônicas, a Igreja das Mercês possui em sua lateral um cruzeiro constituído por uma estrutura de pedras que o sustenta, sendo esta ladeada por outra edificação em pedras que caracteriza um túmulo e, também, uma extensa área sedimentar com valor científico e arqueológico subsuperficial, sendo associada a sepultamentos e atividades da prática religiosa e cotidiana.

Destaca-se ainda do relatório de arquitetura da Pólen, alguns atributos das edificações antigas no local:

[...] preservaram a tipologia original, bastante simplificada, de características coloniais. Na fachada, predominavam os cheios sobre os vazios. Na cobertura de duas destas casas, coroamento dos beirais é acachorrado, com guarda-pó. A verga reta dos vãos, com esquadrias simples, em folhas cegas de madeira, sendo que uma delas apresentava caixilharia e vidro. Verificou-se o uso de vários sistemas construtivos em uma mesma edificação, podendo coexistir alvenarias de adobe ou pau a pique e alvenaria de tijolo queimado sobre embasamento de pedra (FERREIRA, 2017, p. 55 apud LIMA; ANDRADE, 2017. p. 51).

Este mesmo relatório descreve às edificações mais recentes que substituíram as antigas, caracterizando-se por “beirais simples, sem contrafeito e cachorro, apenas em caibro corrido, sem guarda-pó, construídas com tijolinho”. Outras características são a liberação dos limites dos lotes e as dimensões diminutas, emprestando à paisagem o aspecto de horizontalidade.

São também de valor no traçado urbano as praças, destacando-se a praça central localizada na frente da Igreja São Bento, que apresentava usos cotidianos para a população, além de ser cenário para festas e torneios desportivos.

FIGURA 49 Capela de São Bento externamente, antes do rompimento. Fonte: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana, MG



FIGURA 51 Base da Capela de São Bento no momento das escavações em 2015/2016. Fonte: MPMG, maio 2016.



FIGURA 50 Interior da Capela de São Bento, antes do rompimento. s/d. Foto: Autor desconhecido. Grupo WhatsApp Memórias das Casas Bento, década de 2000.



-Ah... nas praças, por exemplo, era gramado, por isso que eu falo... em retirar, porque? Qué coisa melhor que a gente ouvia? Quantas vezes eu ouvi de colega: - Nó, fui lá no Bento (-limpinho, né?), soltava as crianças lá, as crianças poderia brincar na praça... juntava com as outras criança lá, brincava. Eu ficava ali no Bar da Sandra, tomando a cervejinha, a esposa tomando um refrigerante lá... Então é isso que tem (-almoçava, comia lá) ... é a lembrança mesmo... (-então a praça é que vocês querem que reconstrua no novo Bento?) (- com certeza!) É, deixar lá a praça lá (-gramada ainda, do jeito que era), gramado

-Gramado

-Iqualzinho

-É, e se possível, e se possível, limpar as praças do Bento. Porque igual o X falou (-é verdade), o X tá falando, limpar as casas, concordo também! Agora, principalmente, a praça. Porque a praça eles tiraram a terra toda de dentro da Igreja e jogaram... na praça. Cê chega lá tá aquele monte de terra na praça. E ali não era assim. Ali tinha um marco da Estrada Real. Era uma praça bonita...

-Ali eu cuidava da vida de X lá do outro lado, uai? Agora eu não cuida da vida dela mais

-Ficou difícil, né, criança... -Eu também escutava você...

FIGURA 52 Igreja de Nossa Senhora das Mercês Fonte: Fundação Renova, s.d. Disponível em <http://www.estilonacional.com.br/web/?p=814>



FIGURA 53 Edificação à Rua São Bento nº 107 – Bento Rodrigues, Mariana. Época: Século XVIII. Sistema construtivo: estrutura de madeira, vedação empau a pique. Fonte: Grupo WhatsApp *Memórias das Casas Bento*, década de 2000.



As práticas culturais foram identificadas dentro dos segmentos da culinária, usos da terra, usos dos rios, produção artesanal e ofício da benzeção.

Quanto à culinária, “os pratos normalmente consumidos nas comunidades atingidas são os tradicionais da cozinha popular mineira, incluindo arroz e feijão, verduras, carnes e angu.” “O costume de criar galinhas, para abate e postura de ovos, porcos e gado caracteriza-se aspecto relevante nas localidades pesquisadas”. Nesse sentido, “a culinária e os saberes relacionados a esta prática cultural se mesclam ao modo de vida rural mantido por essas comunidades em mais de três séculos de ocupação do território, podendo ser assinalado como continuidade da experiência entre a população e os usos da terra e dos rios”. Os cursos d’água, como o Rio Gualaxo do Norte e os córregos situados nas proximidades dos núcleos urbanos, participavam “da

forma alimentar identificada ao servirem, além de fonte d’água para abastecimento e irrigação, de local para a pesca nas comunidades pesquisadas” (PATARO, 2017, p. 33-34 apud LIMA; ANDRADE, 2017. p.58).

Além disso o povoado, por ter sido um importante centro de mineração no século XVIII, (Prefeitura Municipal de Mariana) integrava o Caminho dos Diamantes da Estrada Real, que interligava os distritos de Santa Rita Durão e Camargos, realizando a rota de Minas Gerais ao Rio de Janeiro (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016).

FIGURA 54 Edificação de D. Efigênia Fernandes, à Rua São Bento, nº 322 – Bento Rodrigues, Mariana. Época: década de 1980. Sistema construtivo: tijolinho. Casa original de pau a pique, provavelmente dos Séc. XVIII a XIX. Fonte: Grupo WhatsApp *Memórias das Casas Bento*, década de 2000.



O Programa Estrada Real sinalizou a estrada em Bento através de três totens dispostos no antigo caminho, localizados sobre a ponte do Córrego Santarém e nos arredores da Capela de São Bento, ambas destruídas pelo desastre, restando apenas o totem próximo à Capela das Mercês. Este circuito recebia visitantes ao longo do ano.

As falas de moradores de Bento reforçam a função antiga de entreposto de apoio aos viajantes, agora ligada à exploração turística da estrada real, que se praticava em Bento, antes de ser devastada pela lama de rejeitos de Fundão. Da mesma forma, as atividades agrárias foram muito mais citadas como as atividades econômicas centrais da população do que as ligadas à mineração.

- Uma coisa que ninguém tinha comentado ainda aqui é o seguinte. É a Estrada Real, que passava dentro do Bento

- É, a Estrada Real que passava lá...

- Vocês tinham visitas, de vez em quando?

- De vez em quando? Sempre...

-Direto!

- Sempre, sempre...

- A pé, de carro, de moto, tudo

- Eu mesmo acompanhei três turmas de tropa que vieram... Uma turma veio lá de, pra baixo de João Monlevade. A outra veio do Serro e a outra veio de, perto de Piracicaba (-porque eles iam pra Diamantina e passavam por lá) Todo mundo, ó... Uma turma dessa passou, chegou, subiu depois do Bento, subiu a serra de Antônio Pereira, passou por Antônio Pereira. Porque a Estrada Real ela tem dois, dois ramos. Tem uma turma que passa por dentro do Bento e a outra que passa dentro de Mariana, sobre a Serrinha, sai no Salto. Eu acompanhei esse pessoal daqui até Ouro Branco. Todas as três vezes

- Lá tinha gente de muito lugar...

-Chegava a pé...

-... só mulheres (-é, só mulheres...)... deixou um placa lá, é, “mulheres caminhantes”, deixou uma placa lá em casa pregada na parede lá, que ela hospedava com minha irmã

- Dormiam lá, comiam lá

-As pessoas iam e acampavam lá... Barraca, desses... Ah! Tô pela Estrada Real. É, cabanas, não é cabana, é... (-barracas). É, barracas. Já aconteceu, ter dia eu tá chegando lá em Bento, uma hora, duas horas da manhã, tô vendo um rapaz lá na porta da sacristia, passei direto. Opa! Esse camarada tá com mau intenção, deixa eu voltá aqui... Voltei. - Ô, companheiro, tá precisando de alguma coisa aí? - Não, não, não. Eu só sai da barraca pra fazer uma

necessidade. Aí eu olhei, barraca dele tava lá. -Ah, então tá tranquilo aí, né? Mas a minha preocupação qual que era, né? Ah, desse ser ladrão... Mas era o que? Pessoas que tava andando, andando pela Estrada Real e acampava lá (-é)

- Pois é, as vezes a gente vai lá acampar, né?

-As vezes eles colocavam barracas, eles colocavam barracas em frente à porta principal da igreja e dormiam aí (- no gramado)

-O X, tinha três marcos pra Estrada Real. Tinha um na entrada, no meio da Rua São Bento tinha outro e lá perto da Igreja, tinha, na praça tinha outro

-Na saída do Bento...

-Marco, aqueles marco, de marco, marco pequenos, na estrada do Camargos tem vários. Lá na entrada do meu terreno tem. Inclusive eu tirei uma foto, o menino tirou. Porque o marco que tá lá, tá no meio do mato e tá a propaganda da Coca-Cola. Foi a Coca-Cola que patrocinou... agora deixou abandonado

-E sem contar que vai virar um ponto turístico e hoje já (-é, já é) (-e vai continuar). Não falo que é, mas quantas pessoas vem aqui, quer ir a Bento pra ver. Mas aí se vai ter um ponto de tá circulando lá (como é que vai organizar isso...) É, vai virar um ponto turístico ... e acaba que pra nós que tamo na lavoura também, é, vai acabar gerando fonte de renda (-é, ué) Ah,

eu tô ali eu vou ter um queijo, vou ter um doce... (-cê faz de guia turístico também....) a X com um bar lá, né?

-Tinha pão de queijo

-Geleia de pimenta

-Requeijão

-Tinha tudo

FIGURA 55 Mapa da Estrada Real, na parte alta de Bento Rodrigues. Foto: Samantha Nery, 2016.



Assim, o povoado apresentava também vocação para o turismo e o ecoturismo, devido à própria existência da Estrada Real, com a presença de trilheiros, iron bikers, caminhantes, além de ter como outros atrativos seu povo hospitaleiro, as comidas e frutas de qualidade, atrativos naturais como suas cachoeiras, entre outros. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo de Mariana, a Cachoeira de Ouro Fino, formada a partir do Rio Gualaxo do Norte, por exemplo, apresenta uma queda d'água de 15 metros, com lago de 5x3 mts e profundidade máxima de 1,5 m.

A localidade atraía inúmeros visitantes para suas festas, dentre as quais destacam-se as manifestações culturais e religiosas como a Festa de São Bento, realizada no último final de semana do mês de julho; a Festa de Nossa Senhora das Mercês, realizada no mês de setembro; a Festa de São Sebastião, de São José, de Nossa Senhora das Dores, Maria Concebida, do Sagrado Coração de Jesus, de São Benedito e do Menino Jesus.

-Com festas, as nossas festas, tinha a Festa de São Bento, tinha a Festa Nossa Senhora das Mercês

-Vocês podem contar pra gente das festas?

-Uai, a última mesmo foi dia 12 de outubro.

-Ano passado, ano passado eu não sei não. Mas é, assim... 2015 as festas foram todas perfeitas, entendeu? Eu nunca vi tanta gente... Foi assim, parecia uma despedida mesmo. Porque geralmente as festas eram fracas e esse ano, a Festa de São Bento, gente, lá lotou, lá lotou, lá tava cheio de gente

do Bento que tinha vindo embora que retornou lá pra festa, que tinha muitas anos que não ia lá... e ela foi perfeita!

-E acho que Nossa Senhora das Mercês foi a mesma coisa, entendeu? Foi a mesma coisa

-Nossa Senhora da Aparecida então, nó!

-....

-.... Nossas coroações lá eram maravilhosas!

-A Festa de Santo Antônio

-Tinha de tudo lá, tinha a Festa de Santo Antônio

-Aí no final da Coroação, no último dia da Coroação a gente tinha doce, tinha...

-Os leilões também

-Os leilões...

-Ah, é, os leilões

-Antigamente tinha os leilões (-é, dentro da escola...) levava as crianças, as famílias das crianças... Levava as crianças da escola... (-feijoada, torresmo...) ia tomar o café na casa da vó dela... a gente tomava o café e o pão, rezava

primeiro, né, reunia todo mundo, rezava, depois rezava a reza de Santo Antônio e a gente ia tomar café... Ih, era bom demais!!

-Tinha uma tradição das pessoas levarem um pedaço de pão e colocar na lata de mantimento pra nunca faltar

-Na minha lata tem ainda.... mas é a de Bento não, é daqui

-Como é que funcionava isso?

-Partia um pedacinho...

-Partia um pedacinho e colocava dentro da lata de mantimento, ali no arroz...

-Igual aquela da força romã

-É o mesmo estilo, só que coloca um pedaço de pão

-Só que aí um pedaço de pão na lata de mantimento...

- Isso é porque as pessoa tinha fé. As pessoas tinha fé. Não, se eu colocar esse pão dentro da minha lata de mantimento não vai faltar... (-não vai faltar) (-e realmente nunca faltou, mesmo na dificuldade...) (-e nunca faltou, graças a Deus!)

As festas "do Bento" representavam celebrações de fé da comunidade como elemento norteador de sua cultura, em sentido simbólico. Ainda assim, eram frequentadas por visitantes de outras localidades dado o seu caráter

genuíno. As relações sociais estabelecidas nestes ambientes proviam encontros hospitaleiros em sintonia com a simplicidade do espaço rural e a espiritualidade do povo mineiro (BRUSARDIN, 2018).

Além das festas de cunho religioso havia as festas populares, tais como o torneio de truco e o campeonato de futebol.

-Tinha torneio de truco também.... Truco. Futebol, né, pessoal? Muito bem. O campo de futebol hoje é o S3... (-é o S3) É o S3, entendeu?

-Tem um campinho lá... futebol society

De acordo com o Ministério Público (2016), são consideradas características culturais os encontros comunitários realizados na praça da Igreja de São Bento e no "Bar da Sandra", próximo à praça. Além de sua importância para a população local, o bar era também um ponto de parada e descanso para os trilheiros da Estrada Real.

Bento Rodrigues também produzia alimentos típicos da região, como as geleias, a galinhada, coxinha, vinhos e queijos.

-Além das festas, o que tinha lá que vocês falavam assim: -Ah! Isso aqui é a cara de Bento?

-Ué, a família, todo mundo conhecia todo mundo e aqui, acabou...

-As comidas!

--As comidas!

A coxinha de X... a galinhada... (-As suas coxinhas? Famosas já... E você tá fazendo elas aqui?)

- É, desde que eu saí da... é, cheguei no hotel, me cederam uma cozinha, não parei não. Hoje já deixei 600 prontas lá, congelando e levando pra feira. E a vantagem da feira é que você vende mais a dinheiro, muito bom, né? Então tá bom.

- ... estão falando de comidas, que mais que tinha lá?

-Cachaça

-Cachoeira

-A coxinha

--Cachoeira (-cachoeira era boa!)

As comida lá do meu restaurante era famosa demais (risos)

-....

-A pimenta biquinho

-A pimenta biquinho era pro churrasco. Qualquer churrasco tem que ter pimenta biquinho (-hummmm...)

-Era uma família que fazia?

-Não

--Era uma associação

Não, era uma Associação que tinha criado, que a Samarco criou... Aí depois a Associação decaiu, fracassou, aí o pessoal aproveitou uma vertente dessa primeira e montou a associação deles e vieram com a geleia de pimenta biquinho, aonde que bombou

-E quantas famílias mais ou menos eram... ?

-Acho que são sete mulheres

-São sete mulheres, mas cada uma são primas, irmãs

-São sete famílias separadas, sete mulheres...

-Que produz muito!

-Não era totalmente separada, minha casa era duas pessoas

-É, Sr. X e a esposa dele

-É, verdade

-Que produz demais...

-Mas o estoque que sobrou lá porque a, o lugar (-a horta, a horta acabou...). É, a casa não foi atingida. A horta que foi embora. A horta foi toda embora,

mas tinha um estoque lá. E eles, né, deixaram eles pegar antes do pessoal invadir e roubar. Então o estoque deles tá dando até hoje. Mas a Samarco ficou de arrumar um lote pra eles plantar. Não é época de plantio. Tudo tem sua época... Aí eles tão produzindo

-Mas tá produzindo muito!

- Ela é importada ... é de fora do país, entendeu?

FIGURA 56 Festa junto a Capela de São Bento. Foto Autor desconhecido, s.d.a



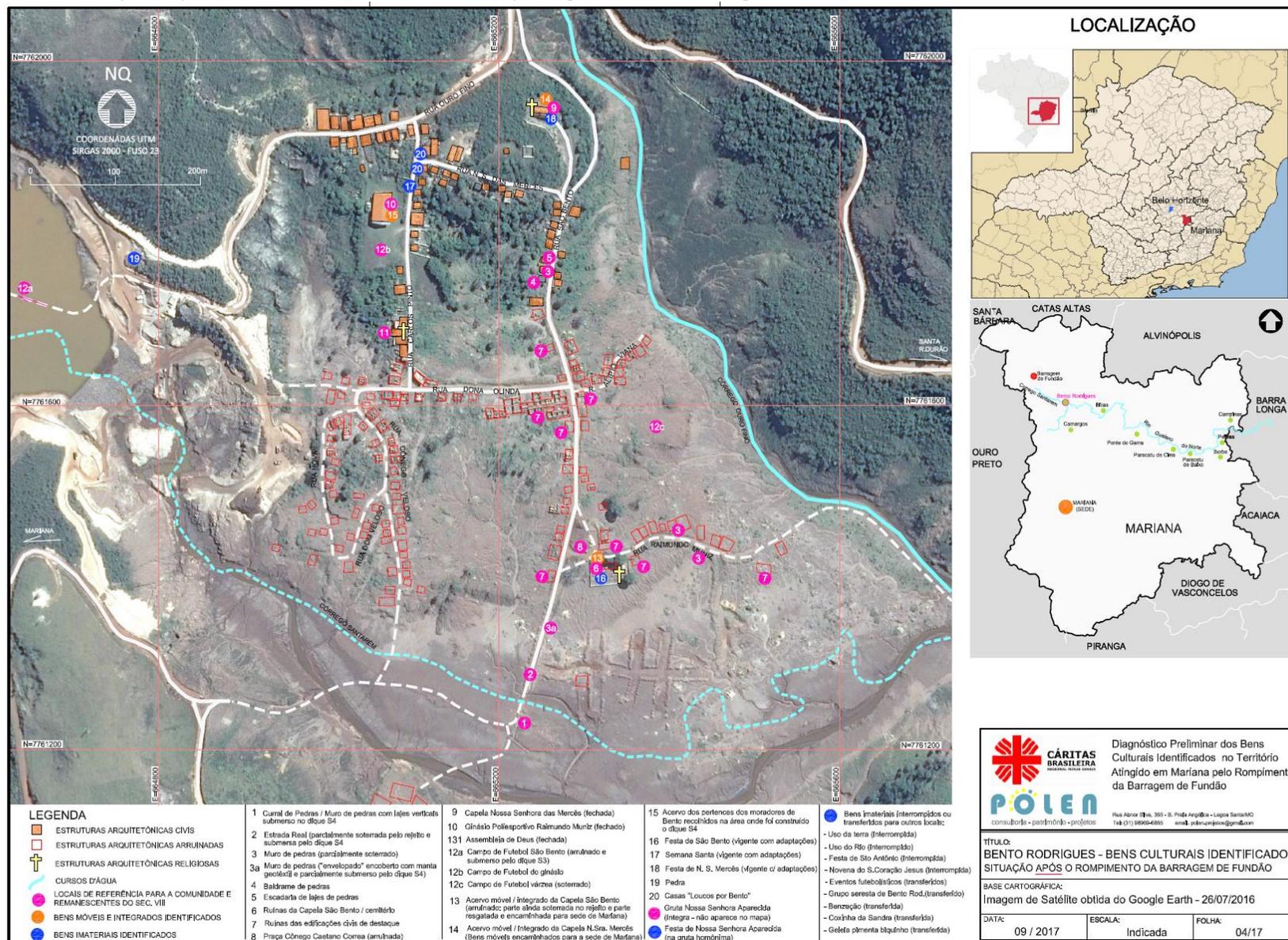
FIGURA 57 Festa na praça em frente a Capela de São Bento. Foto Autor desconhecido, s.d.a



FIGURA 58 Bar da Sandra a esquerda e Capela de São Bento ao fundo. Foto www.penaestradaareal.tk, s.d. Editada pelos autores



FIGURA 59 Mapa dos pontos de interesse cultural e sítios arqueológicos de Bento Rodrigues. Fonte: Pólen, 2017.



6. Características do sítio natural e socioeconômicas

6.1. Características do sítio natural

O sítio natural pode ser entendido como o suporte físico que também condicionou a sua ocupação, e assim, compõe a paisagem de Bento Rodrigues. A relação dessas comunidades com sua paisagem não pode ser reduzida apenas aos seus aspectos permanentes. [...] Desprezar essas características é não levar em consideração especificidades que moldaram os modos de vida dessas populações (p.26), portanto, alguns aspectos físicos relevantes do sítio serão apresentados a seguir.

6.1.1. Geomorfologia

O município de Mariana é regido por duas unidades geomorfológicas principais, o quadrilátero ferrífero em sua porção mais oeste, culminando na Serra do Caraça, e os planaltos dissecados na porção restante do território (CPRM, 1993).

A unidade geomorfológica “quadrilátero ferrífero” é caracterizada por possuir altitudes médias em torno de 1.400 a 1.600 metros de altitude (CPRM, 1993), tendo seu ponto culminante na Serra do Caraça (2.064m). Considerada uma das mais significativas regiões minerais do mundo, o Quadrilátero Ferrífero concentra, além de depósitos de ferro, expressivas jazidas de ouro e manganês (GODOY, 2017),

As rochas metamórficas pré-cambrianas contêm as jazidas de ferro “sendo a Formação Cauê, de idade paleoproterozóica, a que oferece maior interesse econômico, devido aos seus importantes depósitos ferríferos de elevado

teor e pureza”. (GODOY, 2017, p.21) Segundo o autor, percorrendo-se este território em sentido oeste-leste, pode-se identificar os “compartimentos geomorfológicos estruturais, cujas características expõem relações diferenciadas entre unidades geológicas, pedológicas e a organização do relevo em associação com a da rede hidrográfica”. (GODOY, 2017, p.21)

Já a unidade morfológica planaltos dissecados é conformada por altitudes muito variáveis, que oscilam entre 1.000 e 1.200 metros nas cristas e 500 a 800 metros de altitude nos vales. Apesar da proximidade de Bento Rodrigues com a Serra do Caraça, este se encontra na unidade geomorfológica dos planaltos dissecados e pode ser classificado como um Relevo Suave-Ondulado, por possuir declividade menor que 12%, com altitude entre 660 e 700 (de acordo com a Folha Topográfica (IBGE) - Catas Altas (FS.23-X-B-I-1 / MI -2574-1) 1976, reimpressa em 1992. A Serra do Caraça se destaca na paisagem local, como descreve Godoy (2017)

O Pico do Sol, ponto mais alto da Serra do Espinhaço, é visto de quase todos os pontos do Vila-rejo e, sem dúvidas, é um marco identitário que formou a relação dos moradores com aquele lugar. Seja pela mera contemplação ou pela escalada ao cume, esse importante fragmento da paisagem emoldurou a vida dos moradores do antigo núcleo urbano. É possível sugerir a seguinte analogia:

assim como o Pico do Itacolomi é para os ouropretanos, o Corcovado é para os Cariocas, a vista para a Serra do Caraça é um marco na paisagem para os moradores de Bento Rodrigues. (GODOY, 2017, p.27)

A unidade de relevo suave-ondulado abrange cerca de 37% do território de Mariana. Quanto à distinção litológica, o substrato é conformado por rochas do Complexo Santo Antônio do Pirapitinga e do Complexo Santa Bárbara (gnaisse diversos). Segundo Schafer (2015, em Godoy, 2017, p.21, 22)

as características geomorfológicas desse entorno devem-se à erosão ao longo do tempo geológico, desde a era neotectônica do pós-cretáceo, que contribuiu para a evolução da paisagem da área”. Dessa maneira, a região apresenta a maioria das nascentes dos afluentes dos rios Piracicaba e Gualaxo do Norte, além de muitos afluentes do Rio Doce e muitos desses cursos d’água seguem vales encaixados e formam cânions, o que justifica “a alta velocidade e voracidade com que rejeito proveniente da Barragem de Fundão percorreu a linha traçada por estes cursos d’água nesse primeiro compartimento

No entorno de Bento:

o relevo é bastante acidentado e formado por solos rasos e afloramento de rochas metamórficas como quartzitos e itabiritos... e o minério nesse local é sobreposto por espessa capa de canga laterítica retrabalhada, o que pode caracterizar a inversão do relevo (CPRM, 1993, em Godoy, 2017).

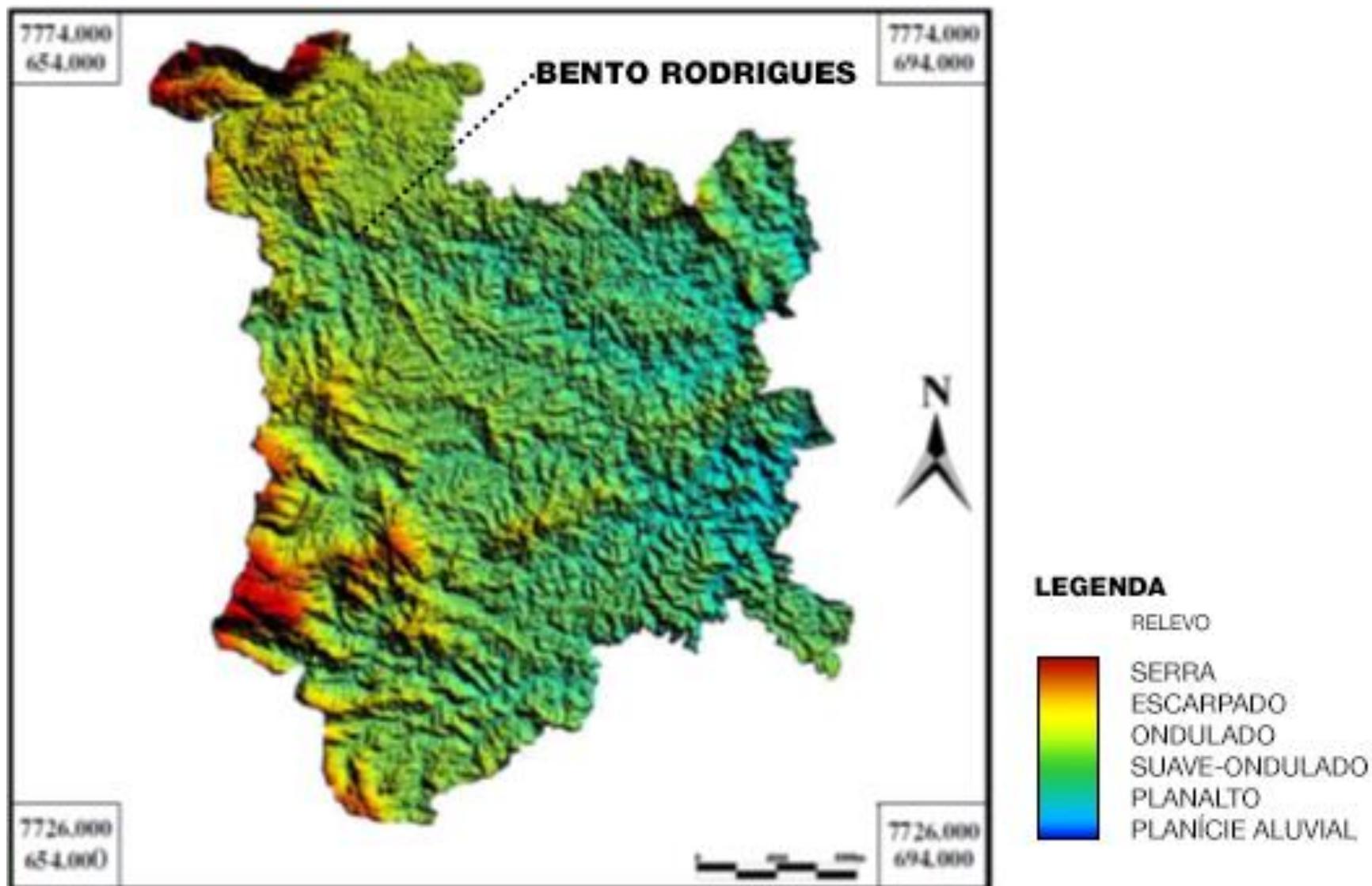
Estudos do Grupo Nova Lima (Godoy, 2017) apontam que “a retirada do minério nessas cavas ao longo do tempo alterou consideravelmente os fluxos dos córregos locais, resultando em infiltrações nos aquíferos e mudança na estabilidade da área. Essas alterações têm efeitos pouco previsíveis e são raramente monitorados. Nesta área são encontradas rochas de resistências ao intemperismo muito desiguais: quartzitos, quartzitos ferruginosos e sericita xistos, além de itabiritos profundamente decompostos e cobertos de canga, clorita xistos e quartzitos arqueanos”. Neste panorama

a simples locação de uma barragem num espaço com tais características enuncia riscos potenciais, mas difíceis de serem previstos.... Além disso, trata-se de zona sísmica, reconhecida há muito desde Gorceix (1884) e corroborada por Saadi (1996, 2001), em extenso estudo técnico regional, e por Mello (1997), que explicou a gênese das lagoas do médio Rio Doce (GODOY, 2017, p. 23)

FIGURA 60 Localização de Bento Rodrigues em relação à Serra do Caraça . Fonte: Google Earth, 2015. Editado pelos autores.



FIGURA 61 Modelo digital de terreno para a área do Município de Mariana Fonte: SOUZA, 2004. Editado pelos autores.



6.1.2. Cobertura Vegetal

Segundo Saadi, o povoado de Bento se situa:

na borda da Serra do Caraça, um dos braços mais imponentes da Cadeia do Espinhaço com escarpas rochosas e elevadas, sendo um ambiente típico dessa zona de transição de biomas: guarda fauna e flora características do ambiente Cerrado e da Mata Atlântica. Os solos são predominantemente neossolos litólicos, neossolos quartzarenos e cambissolos haplicos perferricos, pouco apropriados para agricultura em grande escala (SAADI, 2015, em GODOY, 2017, p.18).

De acordo com a SEMAD, a vegetação predominante na região é caracterizada por áreas de campos naturais, nas quais destacam-se a presença de vegetação de gramíneas e ciperáceas, áreas de pasto e culturas, com matas naturais constituídas por árvores de grande e médio porte. Constata-se também a presença de mata tropical latifoliada perene, matas de galeria e áreas de reflorestamento, destacando as matas de eucaliptos.

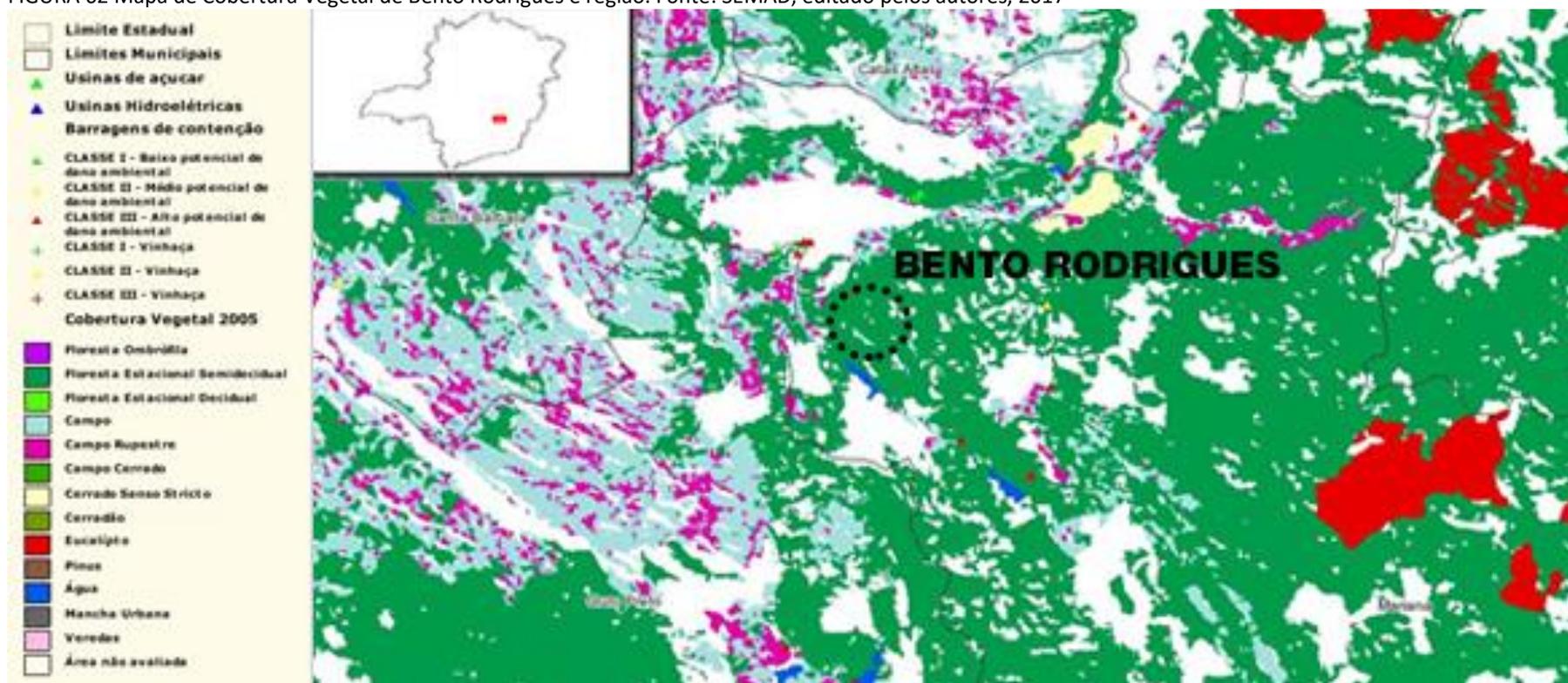
Em Bento Rodrigues predomina a vegetação típica de Floresta Estacional Semidecidual. Este tipo de vegetação, também conhecida como subcaducifólia, é característico de ambientes menos úmidos, com chuvas intensas de verão seguidas por um período de estiagem e geralmente ocupa a zona de transição entre a região costeira úmida e o interior semiárido, desenvolvendo uma floresta ombrófila densa (SEMAD).

Conforme descreve Godoy, há em Bento Rodrigues os campos sujos (Savana Parque), definido pelo Manual Técnico da Vegetação Brasileira, como um “subgrupo de formação constituído essencialmente por um estrato graminóide, integrado por hemiptófitos e geófitos de florística natural ou antropizada, entremeado por nanofanerófitos isolados.” (MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA apud GODOY, 2017, p.19)⁵⁷ e no local se encontram também as Florestas de Galeria ou Matas de Galeria, que são caracterizadas “por uma vegetação florestal que acompanha cursos d’água de pequeno porte formando corredores fechados. Ocorrem, de forma geral, nos fundos de vales e cabeceiras de drenagem. São mais frequentes as espécies arbóreas perenifólias, com pouca expressão de espécies caducifólias (Ratter et al., 1973; Ribeiro & Walter 2008, apud, Godoy, 2017, p. 21). Na região de Bento Rodrigues esta fisionomia específica ocorre por toda a área de Savana Parque, acompanhando as drenagens desde suas nascentes até os cursos de maior calibre e são geralmente circundadas por vegetação campestre, com transição brusca evidente. (ibid).

⁵⁷ “Na Savana Parque é bastante notória a variabilidade estrutural da vegetação, bem como a diversidade florística. Ribeiro & Walter (2008) expõem que a composição florística do Campo Rupestre pode variar bastante em poucos metros de distância. Dependendo de características específicas dos microhabitats, como profundidade do solo, declividade, disponibilidade hídrica, entre outros fatores, ocorre uma composição de flora diferenciada. Devido às

condições edafoclimáticas restritivas nas áreas de Campo Rupestre quartzítico, observa-se uma flora com alta taxa de endemismos e ocorrência de plantas raras, de grande interesse para conservação”. (GODOY, 2017, p. 20).

FIGURA 62 Mapa de Cobertura Vegetal de Bento Rodrigues e região. Fonte: SEMAD, editado pelos autores, 2017



6.1.3. Hidrografia

O município de Mariana está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Doce, na qual podem ser identificadas sete sub-bacias. O distrito de Santa Rita Durão e, por consequência, Bento Rodrigues, estão inseridos na Bacia do Rio Gualaxo do Norte, tributário do Rio Doce. Esta bacia é conformada pelo Rio Gualaxo do Norte e tem como principais afluentes os córregos Ouro Fino, Bento Rodrigues, Santarém (também conhecido pela população como Moisés) e Mirandinha. De acordo com o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce, a Bacia do Rio Gualaxo do Norte se encontra inserida na Bacia do Rio do Carmo que, por sua vez, pertence à Unidade de Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos (UPGRH) Rio Piranga (Souza, 2004).

No entanto, pode-se observar uma perda expressiva da fauna e flora locais, das opções de lazer se se conectavam ao leito do rio, na qualidade da água e um impacto visual negativo a partir da mudança do aspecto estético da paisagem, após o rompimento da barragem:

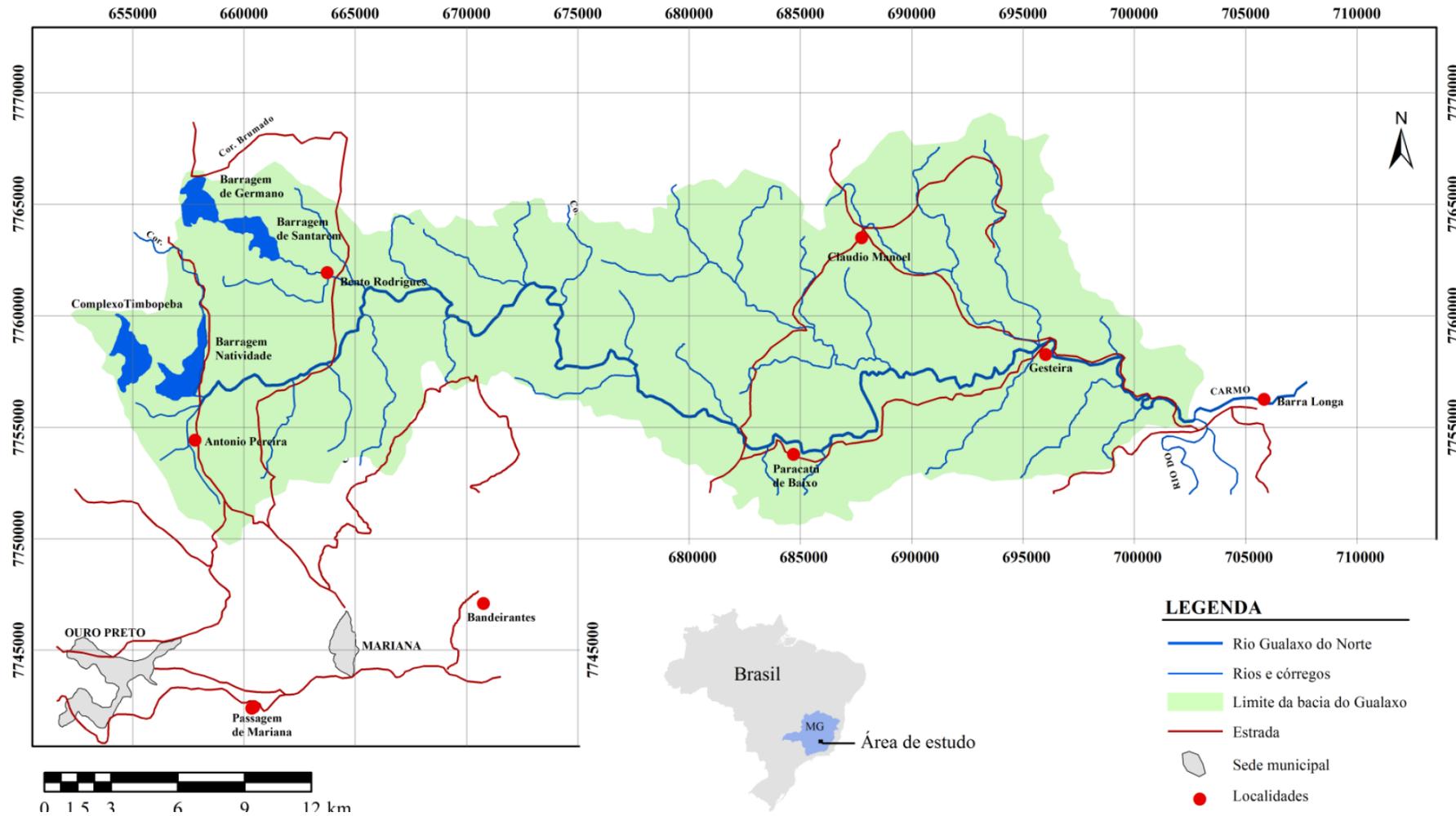
Se no entorno e dentro das vilas pode-se perceber o retorno das matas e arbustos, o mesmo não acontece com o rio Gualaxo do Norte. O principal elemento natural na paisagem que recorta o território definido para este trabalho ainda continua fortemente marcado pela cor ocre da onda de rejeitos. Esse rastro não apenas dificulta a recuperação da fauna e flora do rio, como impossibilita a utilização do mesmo para o lazer

das populações que ainda vivem próximos ao seu leito. Além disso, a água que antes era utilizada para irrigar plantações de produtores rurais e saciar a sede de criações e animais silvestres está impossibilitada de ser utilizada. Não se pode deixar de notar o negativo impacto visual que, sem dúvida, influenciam diretamente nas pessoas que costumavam circular e viver por essas áreas e observar e sentir o frescor e a liberdade que um rio limpo oferece. (Godoy, 2017, p.31-32)

FIGURA 63 Cursos d'água em Bento Rodrigues. Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pelos autores, 2018.



FIGURA 64 Mapa de Cobertura Vegetal de Bento Rodrigues e região Fonte: SEMAD, editado pelos autores, 2017



6.1.4. Clima

Bento Rodrigues, localizado ao longo da Serra do Espinhaço e do Caraça, se encontra em região de clima classificado de acordo com Köppen-Geiger como subtropical de altitude – Cwb, com inverno seco e verão anemo, que tem temperaturas médias entre 18° C a 22° C (SIMÕES *et al.*, 2015). O índice pluviométrico varia entre 1000 a 1500mm/ ano, sendo que os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são os que registram as maiores precipitações (GALVAN, s.d.).

Godoy (2017) chama atenção para a neblina característica da região:

Nas pesquisas de campo para este diagnóstico, realizada em maio do ano corrente, tanto na região de Paracatu de Baixo como em Bento Rodrigues, uma característica marcante é a neblina que compõe a paisagem no início da manhã. Sob essa neblina, crianças iam para escola, trabalhadores iam para o campo, meninos andavam a cavalo dentro dessa massa de ar úmido que certamente faz parte do imaginário dos nativos. Desprezar essas características é não levar em consideração especificidades que moldaram os modos de vida dessas populações. (GODOY, 2017, p. 26).

FIGURA 65 Neblina na estrada de acesso a Bento Rodrigues. Fonte: Pólen Consultoria. L. Godoy, fevereiro 2017, p. 27.



FIGURA 66 Neblina no amanhecer em Bento Rodrigues. Fonte: Pólen Consultoria. L. Godoy, fevereiro/2017, p.27.



6.2. Características Socioeconômicas

De acordo com informações do Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), conforme dados do Censo Demográfico de 2010, Mariana possuía neste ano 54.219 habitantes, dos quais 47.642 habitantes viviam na zona urbana e 6.577 viviam na zona rural. O município é composto por nove distritos: Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes (Ribeirão do Carmo), Padre Viegas (Sumidouro), Cláudio Manoel, Furquim, Passagem de Mariana e Cachoeira do Brumado.

Em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, IDH-M de Mariana foi de 0,742. Segundo a classificação do PNUD, o município estava entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8), o que representou um aumento deste valor, desde o ano de 2000, no qual seu IDH-M foi de 0,620.

O IDH-M constitui-se da avaliação de três dimensões centrais, que são a longevidade, a renda e a educação e pretende indicar parcialmente a qualidade de vida da população dos municípios. Em 2010, a Longevidade foi o indicador que teve a melhor influência no valor total do IDH, 0,874, apresentando um aumento de 0,787 em 2000 para 0,874 em 2010. A Educação, no entanto, foi o indicador que teve maior aumento neste mesmo período, passando de 0,474 em 2000 para 0,664 em 2010 e a Renda também aumentou 0,638 para 0,705. (Atlas de Desenvolvimento Humano, 2010).

Inserido na região do quadrilátero ferrífero, o território de Mariana tem como principal vocação a atividade minerária, sendo que os royalties recebidos pela municipalidade representam sua maior arrecadação, destacando-

se a extração de mineiro de ferro, bauxita, manganês e ouro, exercida pela mineradora Samarco (SOUZA, SOBREIRA E PRADO, 2005). Observa-se, no entanto, que apesar do maior valor de sua arrecadação originar-se da atividade minerária, esta não era responsável pelo maior número de trabalhos gerados no município, que vieram do setor Comércio, como constatado a seguir.

Em 2010, de acordo com a distribuição da população por grandes grupos de ocupação, a principal atividade econômica do município era o Comércio, ocupando 14,9% dos habitantes, seguido pelas Indústrias Extrativas, ocupando 14,2% dos habitantes. Seguiu-se o setor de Construção, com 11,7% da população e de Educação, com 9,3% dos ocupados, enquanto a atividade agrícola ocupava 7,4% dos habitantes (IBGE, 2010).

TABELA 4 IDH total de Mariana e seus componentes Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010. Elaborada pelos autores

Ano	IDH	Longevidade	Renda	Educação
2000	0,62	0,787	0,638	0,474
2010	0,742	0,874	0,705	0,664

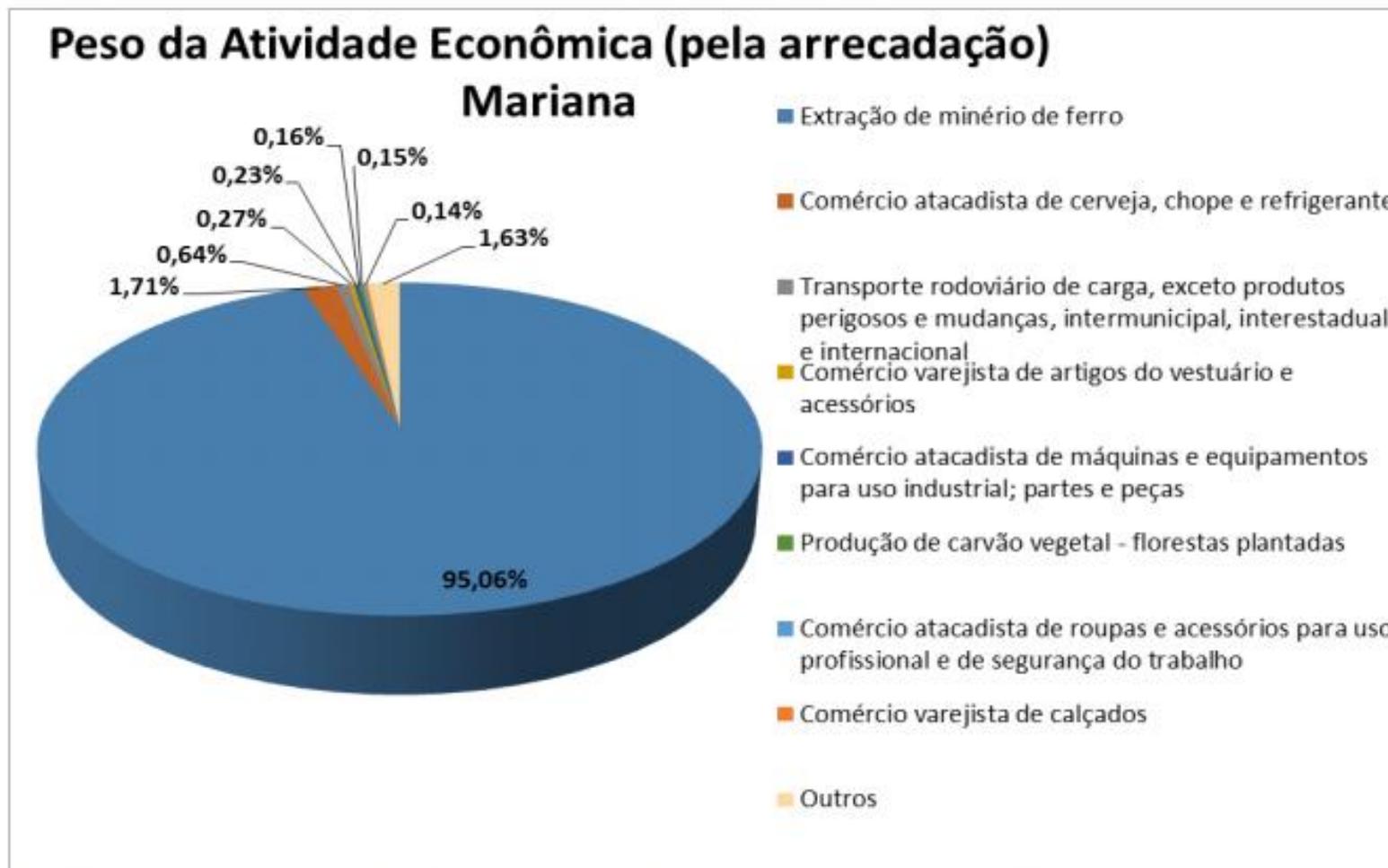
Com relação à arrecadação municipal de acordo com o peso da atividade econômica, de 2013 a 2015 destacou-se de maneira muito expressiva a extração de minério de ferro, responsável por 95% do seu total, sendo que todas as outras atividades somadas representavam apenas 5% do valor arrecadado. Este percentual foi mais elevado no comércio atacadista de bebidas, 1,71%, seguido por outras atividades não especificadas, 1,63%. O transporte de carga, comércio varejista, comércio atacadista de máquinas e equipamentos, produção de carvão mineral e o comércio atacadista de roupas e calçados representavam menos de 2% do total.

TABELA 5 Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações. Fonte: IBGE, 2010.

Seção de atividade	N	%
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.737	7,4
Indústrias extrativas	3.346	14,2
Indústrias de transformação	1.148	4,9
Eletricidade e gás	45	0,2
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	187	0,8
Construção	2.764	11,7
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	3.514	14,9
Transporte, armazenagem e correio	1.030	4,4
Alojamento e alimentação	854	3,6
Informação e comunicação	103	0,4
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	105	0,4
Atividades imobiliárias	10	0,0
Atividades profissionais, científicas e técnicas	389	1,7
Atividades administrativas e serviços complementares	378	1,6
Administração pública, defesa e seguridade social	1.571	6,7
Educação	2.195	9,3
Saúde humana e serviços sociais	733	3,1
Artes, cultura, esporte e recreação	224	1,0
Outras atividades de serviços	575	2,4
Serviços domésticos	1.545	6,6
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-
Atividades mal especificadas	1.074	4,6
Total	23.528	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

GRÁFICO 1 Atividades econômicas de Mariana/MG. Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016



Nota: elaboração pela equipe da Subsecretaria de Investimentos Estratégicos/ SEDE - informações agregadas da arrecadação municipal para o período entre janeiro de 2013 e novembro de 2015.

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, 2015.

6.2.1. Agropecuária e Pesca

Segundo o IBGE (2006), Mariana possuía 286 estabelecimentos legais de atividade agropecuária, em uma área de 18.031 hectares. Destas, 129 eram lavouras permanentes, 193 temporárias, além de 229 pastagens naturais. As lavouras se caracterizavam pelo cultivo da banana, do café, da laranja, do feijão, da cana de açúcar, da mandioca e do milho em grão.

Dentre as atividades agropecuárias destacavam-se efetivos de rebanho bovino, suíno, galináceos e vacas ordenhadas, que produziam em torno de 4.979 litros de leite, 138 mil dúzias de ovos de galinha, 8 mil dúzias de ovos de codorna e 14.765 kg de mel/ano (IBGE, 2015).

O hábito da pesca, relatado por muitos moradores da região, foi relativizado quanto à sua importância na economia de Mariana nos dados do IBGE relativos às informações coletadas entre 2010 e 2014. No entanto, possuía sua importância nas práticas alimentares dos habitantes. A pesca

não surge entre as atividades principais na composição da base econômica do município”, tendo baixa representação.” Tal realidade, todavia, “não exclui a pesca e a agricultura dos hábitos das comunidades atingidas”, mas torna-se claro que o costume de pescar não se apoiava na

comercialização, mas sim para a subsistência dos moradores. Tal prática, como dito, conecta os atuais habitantes às gerações passadas que também usavam o rio dessa forma: “servir como atividade de lazer” e “integrar as populações com o ambiente vivido e partilhado.” Os peixes mais comuns encontrados na região e que faziam o gosto dos moradores, segundo os seus relatos, eram piau, lambari, traíra, entre outros encontrados na Bacia do Rio Doce (PATARO, 2017, p. 34 apud LIMA; ANDRADE, 2017, p.59)

Os dados referentes ao município de Mariana, apesar de englobarem os valores de seus nove distritos, não retratam com precisão a situação de cada um deles, pois se constituem como um somatório de todos e ainda podem ser fortemente influenciados pelos valores do distrito sede, que frequentemente apresentam resultados distintos das localidades rurais. Assim, buscou-se dados relativos a Bento Rodrigues, que foram parcialmente encontrados no Censo de 2010, data base do último censo realizado no Brasil, nos arquivos digitais do IBGE⁵⁸.

⁵⁸ Não foram encontrados mais dados socioeconômicos discriminados de Bento Rodrigues em outros estudos.

O povoado de Bento configura um setor censitário⁵⁹ - a menor unidade territorial de pesquisa do IBGE- de Santa Rita Durão, distrito de Mariana. Conforme o Censo, o povoado tinha nesta data 492 pessoas residentes, entre estes 241 homens e 251 mulheres, o que revela um equilíbrio entre as pessoas do sexo feminino e do sexo masculino. Na localidade havia 121 domicílios particulares permanentes⁶⁰, 27 domicílios não ocupados⁶¹, 15 domicílios particulares permanentes não ocupados, de uso ocasional, e nenhum domicílio improvisado⁶². (IBGE, Atlas do Censo Demográfico, 2010).

Estes dados apontam que todos os moradores de Bento possuíam domicílios próprios e não havia o regime de aluguel e que poucas edificações eram para uso temporário. Também não havia nenhum domicílio improvisado, portanto, o povoado não possuía problemas de déficit habitacional.

A média do número de moradores por domicílios particulares permanentes foi de 4,07, revelando que as famílias locais eram um pouco mais numerosas do que a média mineira, de 3,2 habitantes/domicílio, sendo esta similar à média nacional, de 3,3 habitantes/domicílio.

Com relação as faixas etárias, constata-se que a maioria de sua população era jovem, encontrando-se na faixa de 10 a 44 anos, sendo que as faixas de

idosos, dos 65 anos e mais são menores e também possuíam em sua soma-tória menos moradores do que a faixa etária das crianças entre 0 a 9 anos revelando que, no geral, o povoado possuía mais crianças e jovens do que idosos. O grupo etário com maior quantidade de moradores foi o de 30 a 34 anos, com 43 moradores e o grupo com menos moradores foi o de 80 a 84 anos, 1 morador, refletindo o que foi constado anteriormente e sugerindo que o município possuía um grupo expressivo de população economicamente ativa, em idade produtiva, no total de moradores.

TABELA 6 Média de moradores em domicílios particulares ocupados, por situação do domicílio e localização da área, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Média de moradores em domicílios particulares ocupados									
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Total	Situação do domicílio							
		Urbana				Rural			
		Cidade ou vila		Área urbana isolada	Área rural (exceto aglomerado)	Aglomerado			
		Área urbanizada	Área não urbanizada			De extensão urbana	Povoado	Núcleo	Outros aglomerados
Brasil	3,3	3,3	3,4	3,4	3,6	3,6	3,8	3,8	4
Minas Gerais	3,2	3,2	3,3	3,4	3,4	3,4	3,4	3,5	3,2

⁵⁹ “Setor censitário: unidade de controle cadastral formada por área contínua, integralmente contida em área urbana ou rural, cuja dimensão, número de domicílios e de estabelecimentos permitem ao Recenseador cumprir suas atividades em um prazo determinado, respeitando o cronograma de atividades. O setor censitário é a área de trabalho do Recenseador” (IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010, 2013. p.252)

⁶⁰ “Domicílio particular permanente: Domicílio construído a fim de servir exclusivamente para habitação e que, na data de referência, tem a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.” (IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010, 2013. p.150)

⁶¹ “Domicílio vago: Domicílio particular permanente que não tem morador na data de referência, mesmo que, posteriormente, durante o período da coleta, tenha sido ocupado.

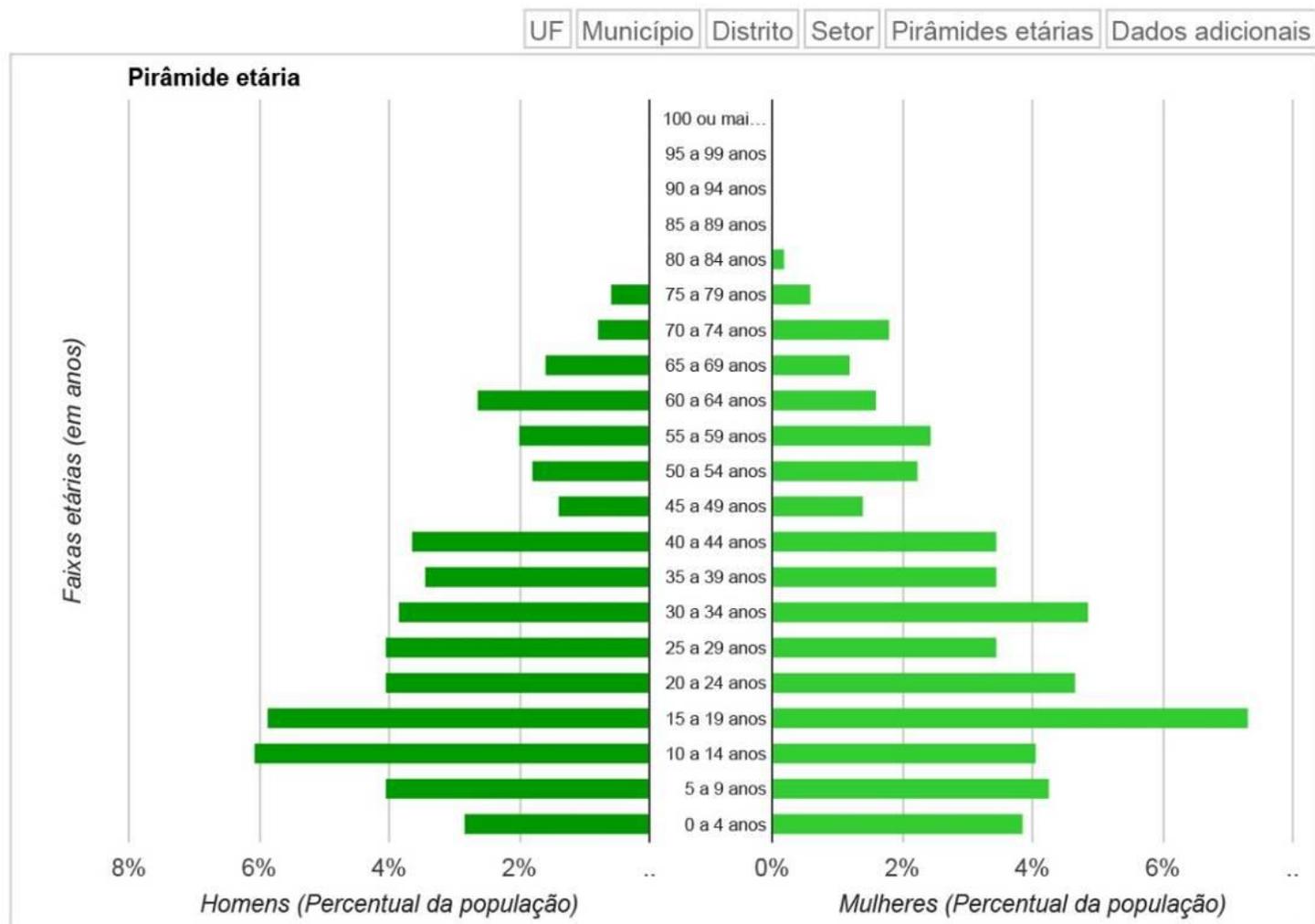
São exemplos: imóveis à venda, imóveis para alugar etc., sem moradores nessa data.” (IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010, 2013. p.151)

⁶² “Domicílio Improvisado – É o domicílio localizado em unidade não residencial (loja, fábrica, etc.) ou com dependências não destinadas exclusivamente à moradia, mas que na data de referência estava ocupado por morador. Exemplos: prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas, etc. que estavam servindo de moradia na data de referência foram considerados domicílios particulares improvisados”. <<https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>> Acesso em: 15 Abril 2017

GRÁFICO 2 Pirâmide Etária de Bento Rodrigues. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

UF: Minas Gerais
Município: Mariana

Distrito ou subdistrito: SANTA RITA DURÃO
Setor: 314000150000003



O valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas responsáveis por estes domicílios era de R\$ 562,26, próximo ao valor do salário mínimo que, em 2010 era de R\$510,00.

Apenas dois domicílios se declararam sem nenhuma renda, enquanto nenhum domicílio entrevistado tinha rendimento nominal mensal *per capita* inferior a 1/8 do salário mínimo, ou o equivalente a R\$63,75 e nenhum domicílio informou rendimento nominal mensal per capita superior a 5 salários mínimos ou R\$2.550,00. A maior parte dos entrevistados informaram rendimento nominal mensal domiciliar per capita entre 1/4 e um salário mínimo, ou seja, entre R\$127,50 e R\$510,00 per capita, sendo que, como mencionado o valor médio mensal dos moradores era próximo de um salário.

Estes dados revelam que a maioria dos moradores recebia um salário mínimo e que não havia pessoas em situação de extrema pobreza ou grandes desigualdades referentes as rendas recebidas pelos moradores, o que lhes conferia uma situação de provável equilíbrio econômico.

Conforme dados do IBGE (Censo 2010), Bento Rodrigues possuía 176 endereços, sendo 148 domicílios particulares, 10 edificações em construção e 18 com função não residencial, que estão descritas na tabela que se segue, onde observa-se a existência de uma Policlínica, três igrejas e uma casa paroquial, seis bares, uma associação comunitária, um galpão da horta familiar e outro de maquinário, um ginásio esportivo municipal, um armazém e uma casa de reunião da Vale.

Constata-se na lista abaixo a ausência da Escola Municipal de Bento Rodrigues e percebe-se que o povoado possuía uma possível suficiência nos serviços locais cotidianos, pois havia estabelecimentos comerciais, na área da

educação, da saúde, dos esportes e da área da produção, além dos estabelecimentos religiosos, o que foi reforçado nos grupos focais, pelos atingidos.

FIGURA 67 Ginásio Poliesportivo de Bento Rodrigues. Foto: Samantha Nery, 2016.



TABELA 7 Lista de endereços não residenciais de Bento Rodrigues. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Logradouro	Nº	Espécie de endereço	Tipo
RUA DONA OLINDA		Est.outras finalidades	POLICLINICA MUNICIPAL
RUA SAO BENTO	165	Est.outras finalidades	GALPAO DE MAQUINARIO
RUA CONEGO VELOSO	197	Estabelecimento de outras finalidades	BAR DO PAULO
RUA CONEGO VELOSO		Estabelecimento de outras finalidades	GUARDA DE MATERIAIS DE HORTA FAMILIAR
RUA ALIPIO VIANA	40	Estabelecimento de saúde	BAR DO BARBOSA
RUA DONA OLINDA	56	Estabelecimento de outras finalidades	BAR DO BARBOSA
RUA SAO BENTO	343	Estabelecimento de saúde	BAR DO JUCA
RUA CARLOS PINTO	79	Estabelecimento de outras finalidades	IGREJA ASSEMBLEIA DE DUS
RUA CARLOS PINTO		Estabelecimento de outras finalidades	GINASIO ESPORTIVO MUNICIPAL
PRACA SAO BENTO	18	Estabelecimento de outras finalidades	BAR DA SANDRA
RUA OURO FINO	6BR	Estabelecimento de outras finalidades	CASA DE REUNIOES DA VALE
RUA SAO BENTO	288	Estabelecimento de outras finalidades	ARMAZEM NOSSA SENHORA APARECIDA
RUA SAO BENTO		Estabelecimento de outras finalidades	BAR DO SOBREIRA
RUA RAIMUNDO MUNIS		Estabelecimento de outras finalidades	CASA PAROQUIAL
PRACA SAO BENTO		Estabelecimento de saúde	IGREJA DE SAO BENTO
RUA NOSSA SENHORA DAS MERCES	11	Estabelecimento de outras finalidades	ASSOCIACAO COMUNITARIA
RUA NOSSA SENHORA DAS MERCES		Estabelecimento de outras finalidades	IGREJA NOSSA SENHORA DAS MERCES

Considerando a economia do povoado de Bento Rodrigues, havia no local a produção de frutíferas e hortas. Destacava-se a produção da geleia de pimenta biquinho, que de acordo com dados da EMATER (2017), coordenada por um grupo de mulheres que constituíram a Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues - AHOBERO. O produto vinha apresentando ótima aceitação e, além de ser comercializado na região, estava sendo preparado um processo para exportação desta geleia.

Na pesquisa realizada por Curi Filho et. al. (2015) sobre as experiências de economia solidária em Bento Rodrigues, meses antes do rompimento, destaca-se o papel que a Ahobero desempenhava na produção e geração de renda local.

A AHOBERO produz pimenta biquinho, da qual se fabrica a geleia de pimenta, e tem na agricultura familiar a fonte de emprego e renda dos seus associados. Atualmente, é composta por doze integrantes responsáveis por todo o procedimento de fabricação, que se dá, basicamente, pelo plantio/colheita, preparo das pimentas, cozimento, higienização e enchimento dos potes, rotulagem/embalagem e estocagem (CURI FILHO et al., 2015, p. 45-6).

Aranha (2015) complementa estas informações demonstrando que embora a AHOBRO tenha nascido em 2002, somente em novembro 2010 foi fundada legalmente como associação, aglutinando nova oportunidade e fonte de rendas para as famílias locais. Conforme as palavras da presidente da Associação, entrevistada pelo Canal Rural:

A associação para nós era assim, o orgulho nosso né, porque nós lutamos tanto para construir, fazer prédio, ter o que a gente tinha lá dentro, produzir a nossa geleia igual ela era reconhecida, e hoje assim, questão de minutos aquele barro levou tudo embora... É muito triste, dói demais” (BIGHETTI, 2015a).

Este panorama local se complementa com dados da publicação elaborada pela FORÇA TAREFA (2016), constatando-se que Bento Rodrigues possuía microempresas no setor do comércio varejista, com destaque para os produtos alimentícios, o comércio de produtos hortifrutigranjeiros, lanchonetes e

similares, comércio varejista de bebidas e bares, e a presença de uma consultoria em gestão empresarial.

TABELA 8 Empresas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo registradas na JUCEMG. Fonte: Junta Comercial de Minas Gerais, 2015 In Força Tarefa, 2016.

Distrito/Bairro	Início Atividades	Enquadramento	Atividade Econômica
BENTO RODRIGUES	20020301	Microempresa	COMERCIO VAREJISTA DE MERCADORIAS EM GERAL, COM PREDOMINANCIA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - MINIMERCADOS, MERCEARIAS E ARMAZENS
BENTO RODRIGUES	20130103	Microempresa	COMERCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS
BENTO RODRIGUES	20140224	Microempresa	FABRICACAO DE PRODUTOS DIVERSOS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
BENTO RODRIGUES	20140520	Microempresa	LANCHONETES, CASAS DE CHA, DE SUCOS E SIMILARES
BENTO RODRIGUES	20021001	Microempresa	COMERCIO VAREJISTA DE BEBIDAS
BENTO RODRIGUES	20080201	Microempresa	ATIVIDADES DE CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TECNICA ESPECIFICA
DISTRITO PARACATU	20020401	Microempresa	BARES E OUTROS ESTABELECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM SERVIR BEBIDAS

7. Desastre Tecnológico e Repercussões

No dia cinco de novembro de 2015 ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, pertencente à Empresa Samarco Mineração S/A, tendo como acionistas a companhia anglo-australiana BHP Billiton Ltda. e a Vale S.A. Com o rompimento, vazaram 34 milhões de m³ de lama de rejeitos, sendo que a barragem continha cerca de 50 milhões de m³ de rejeitos de mineração de ferro (BRASIL, 2016), ou seja, refluíram dois terços do total de rejeitos da barragem.

O desastre causou dezenove mortes, a destruição de Bento Rodrigues, povoado de Santa Rita Durão, no município de Mariana, Minas Gerais, afetando diretamente trinta e cinco municípios mineiros e três cidades do Estado do Espírito Santo e deixando inúmeros desabrigados. O caminho da lama alterou a paisagem das regiões afetadas, percorrendo 680 km dos Rios Gualaxo do Norte, Carmo, Doce e sua área estuarina, afetando também as áreas urbanas, danificando edificações, avenidas, praças, igrejas, hotel, hortas, fazendas e as áreas rurais.

Entre as localidades rurais diretamente atingidas pela lama de rejeitos pode-se mencionar Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Camargos, Águas Claras, Pedras, Ponte do Gama, Gesteira, além dos municípios de Barra Longa/MG, Rio Doce/MG e Santa Cruz do Escalvado. A passagem da onda de cheia e dos sedimentos ao longo da calha dos cursos d'água está retratada na FIGURA 70 (ver ANEXO G, que tem defendido os direitos das comunidades atingidas, bem como a salvaguarda e preservação de seus patrimônios materiais e imateriais).

A FIGURA 71 retrata o caminho que a “lama” percorreu da barragem até o Oceano Atlântico, estando demarcadas as principais localidades atingidas, Parques Estaduais, Usinas Hidrelétricas, Áreas de Proteção Ambiental (APA), terras indígenas, Projetos de Assentamento (PA) e a área de reprodução e desova das tartarugas, no mar.

Este desastre pode ser entendido como um evento, no sentido descrito por Paul Ricoeur: o evento não precisa corresponder necessariamente a um “tempo curto”, ou a um acontecimento pontual de uma narrativa cotidiana contada pelo ouvinte. O evento é, na verdade, de acordo com a leitura de Barros das ideias de Ricoeur

tudo aquilo que produz algum tipo de mudança no interior de uma narrativa: pode assinalar o início de um processo, demarcar o seu fim, produzir uma mudança de curso, agregar mais movimento a um processo em andamento, estancar este processo, ou acrescentar ao relato um novo elemento informativo... (Ricoeur apud BARROS, 2017)

FIGURA 68 Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem. Foto Teresa C. Guerra Andrade, outubro 2016.



FIGURA 69 Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem. Foto Teresa C. Guerra Andrade, outubro 2016.

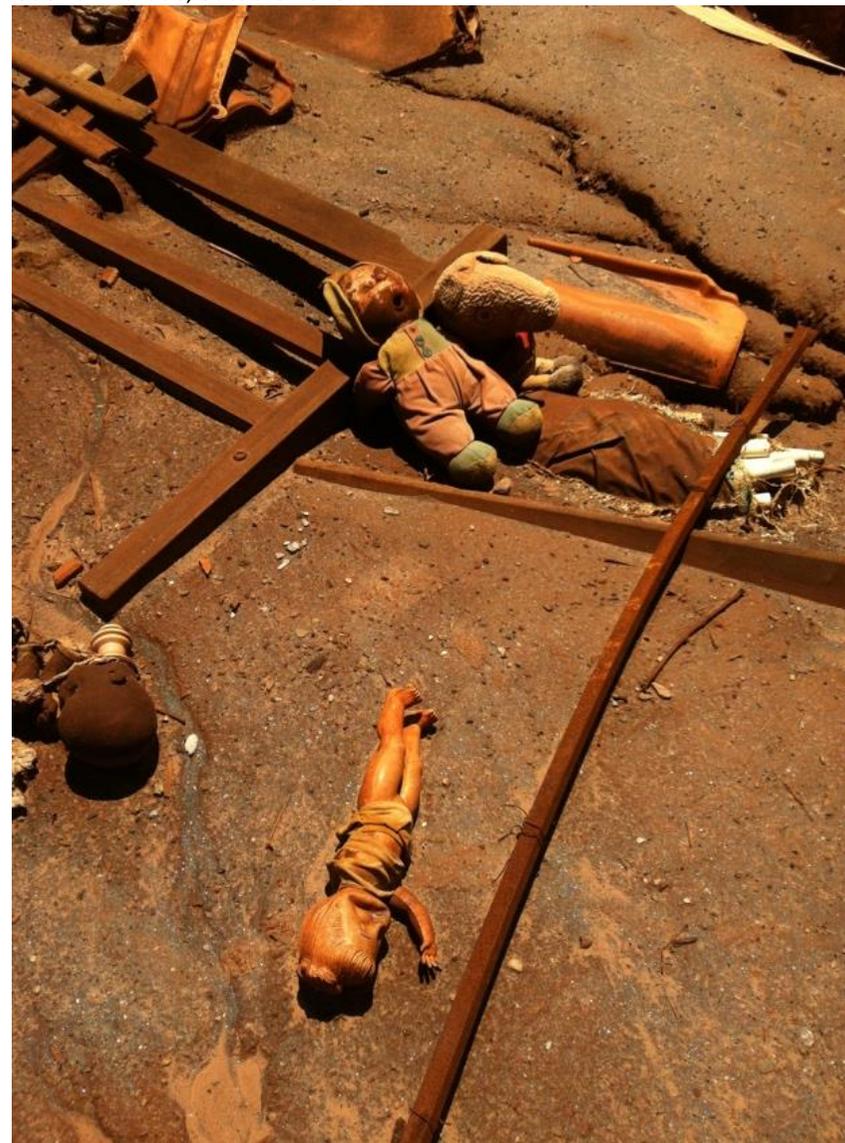
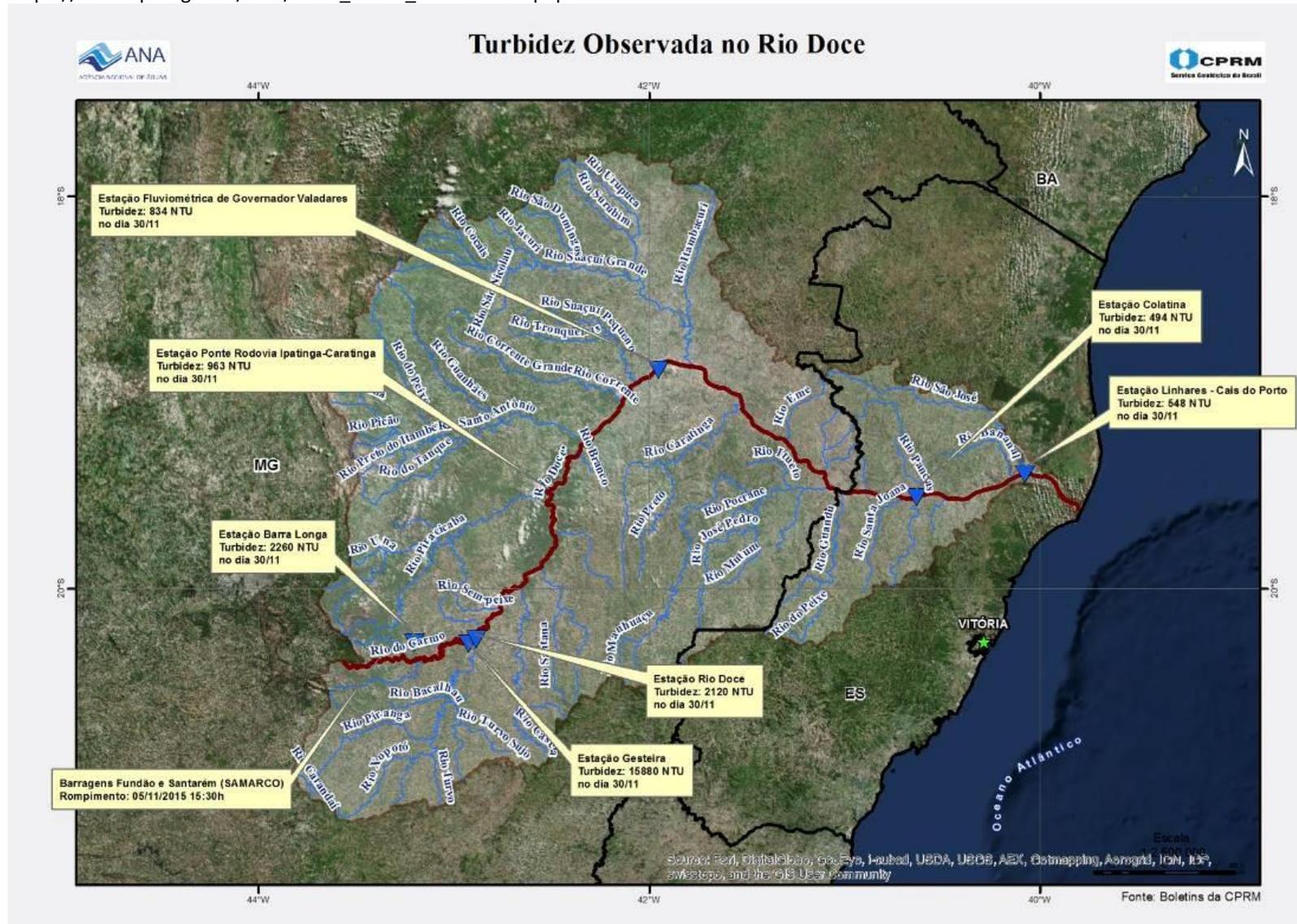


FIGURA 70 Passagem da Onda de Cheia e chegada da água com elevada turbidez. Denúncia do MPF, ... p. 15. Fonte: CPRM, 2018. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php#>



Assim, a definição do evento não se dá por sua extensão temporal, mas sim por sua qualidade, seu poder de transformação ou de intensificação no interior da narrativa que o inclui (BARROS, 2017), como no caso do desastre ocorrido em Bento. Não foi a extensão de seu tempo que o caracterizou como um evento, como um acontecimento único, mas sim o inenarrável poder de transformação com o qual ele atingiu tanto a existência do pequeno povoado de Bento Rodrigues, como causou um rastro de destruição impactante nos povoados vizinhos, ameaçando permanentemente a essência do Rio Doce em sua diversidade ímpar, as suas populações ribeirinhas, entre outras perdas de grande magnitude.

Em Bento Rodrigues, por sua vez, constata-se claramente a mudança de curso em sua existência a partir deste evento; há o antes do desastre e o depois do desastre, tanto em relação à sua materialidade territorial como em termos da preservação de sua comunidade em termos identitários e simbólicos.

Como apontado na Denúncia do Ministério Público Federal (2017):

em Bento Rodrigues a inundação causou o desabamento de vários imóveis residenciais, comerciais, igrejas, pontes e prédios públicos, deixando mais de 300 (trezentas) famílias desabrigadas, além de vítimas fatais. Na corrida pela vida, a grande maioria dos moradores de Bento Rodrigues não teve tempo de salvar quaisquer pertences, sendo obrigados a fugirem

para terrenos mais altos na região, onde não pudessem ser arrastados/soterrados pela lama.

Bento foi a localidade mais destruída. Das suas 251 edificações, 207 foram afetadas: a maioria de suas casas veio abaixo e só ficaram vestígios. Poucas edificações na parte mais alta foram preservadas, incluindo a Igreja das Mercês. Da Igreja de São Bento, que ficava na parte mais baixa, só sobraram o assoalho de madeira e alguns vestígios posteriormente encontrados nos rejeitos. Dentre os moradores de Bento faleceram 5 pessoas. Os quase 600 sobreviventes foram relocados na cidade de Mariana, mas todos perderam os seus pertences. Muitos se salvaram por pouco, alguns foram salvos no mar de entulhos. Muitos caminharam pela mata a pé para se socorrerem e não sabiam se seus parentes e amigos haviam sobrevivido. Algumas horas depois do rompimento, a Defesa Civil auxiliou no resgate dos moradores (Dieguez, C., 2016).

O rompimento da barragem de Fundão foi considerado o maior desastre ambiental envolvendo barragens de rejeitos no Brasil (MINAS GERAIS, 2016). De acordo com a *International Strategy for Disaster Reduction* (UNISDR) o conceito de desastre é estabelecido como:

Séria interrupção do funcionamento de uma comunidade ou sociedade que causa perdas humanas e/ou importantes perdas materiais, econômicas ou ambientais, que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar com a situação utilizando seus próprios recursos. Um desastre é uma função do processo de

risco. Resulta da combinação de ameaças, condições de vulnerabilidade e insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco. (UNISDR, 2009, p.13-14).

No Brasil, a Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, em seu Art. 1º, I, estabelece como conceito:

Desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios (BRASIL, 2012).

FIGURA 72 esq. Bento Rodrigues oito meses após o desastre. Foto: Samantha Nery, 2016



FIGURA 73 dir. Bento Rodrigues oito meses após o desastre. Foto: Lucas Salgado, 2016.



O risco de desastre é considerado como “potencial de ocorrência de ameaça de desastre em um cenário socioeconômico e ambiental vulnerável”. O desastre é, portanto, o resultado da combinação de um evento adverso, uma ameaça, somada às situações de vulnerabilidade (BRASIL, 2017, p. 23) que, neste caso, estavam configuradas por uma série de questões, como a própria condição técnica vulnerável que se encontrava a barragem.

Os desastres podem ser classificados quanto à sua origem, periodicidade, evolução e intensidade. A Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012, em seu Art. 7º, § 1º, estabelece: “Quanto à origem ou causa primária do agente causador, os desastres são classificados em: I – Naturais; e II – Tecnológicos” (BRASIL, 2012):

§ 2º São desastres naturais aqueles causados por processos ou fenômenos naturais que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos.

§ 3º São desastres tecnológicos aqueles originados de condições tecnológicas ou industriais, incluindo acidentes, procedimentos perigosos, falhas na infraestrutura ou atividades humanas específicas, que podem implicar em perdas humanas ou outros impactos à saúde, danos ao meio ambiente, à

propriedade, interrupção dos serviços e distúrbios sociais e econômicos (BRASIL, 2012).

Considerando-se essas classificações, o desastre decorrente do rompimento da Barragem de Fundão é classificado quanto à origem como: “2. Tecnológico, 4. Relacionado a Obras Cívicas, 2.4.2. Rompimento / Colapso de Barragens”, conforme a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE (BRASIL, 2014). A classificação brasileira é adotada de acordo com a classificação utilizada pelas Nações Unidas, do Banco de Dados Internacional de Desastres do Centro para Pesquisa sobre Epidemiologia de Desastres – CRED, da Organização Mundial de Saúde - OMS/ONU (NAÇÕES UNIDAS, 2009).

O banco de dados internacional, *The International Disaster Database, Center for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED*, registrou o desastre decorrente do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão no ano de 2015, como um desastre tecnológico, o que aponta para o seu reconhecimento em nível mundial:

EM-DAT: Disasters Of The Week

[...] Week 44-2015: October 26 - November 1st

Natural disasters:

2015-0476 Earthquake; Afghanistan and Pakistan

2015-0477 Floods; Somalia

2015-0482 Floods; Tindouf region, Algeria

2015-0485 *Floods; Bhagdad; Irak*

Technological disasters:

2015-0483 *Shipwreck with migrants; Greece*

2015-0486 *Collapse of a dam; Mariana, Brazil*

2015-0495 *Fire in a discotheque; Bucarest, Romania*

[...] (NAÇÕES UNIDAS, 2017).

De acordo com o estudo realizado pela Bowker Associates, que fez análises comparativas entre outras ocorrências similares, apenas cinco acidentes com barragens de rejeitos excederam 10 milhões de m³ de lançamentos, até hoje, em todo o mundo (Oliveira, 2016):

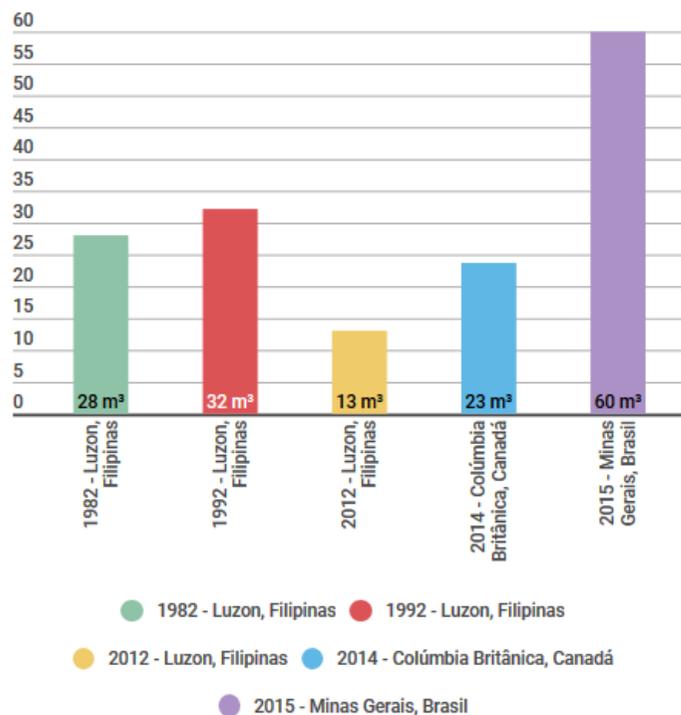
Se for considerado o volume de rejeitos despejados - 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m³) - o acidente em Mariana (MG) equivale, praticamente, à soma dos outros dois maiores acontecimentos do tipo já registrados no mundo - ambos nas Filipinas, um em 1982, com 28 milhões de m³; e outro em 1992, com 32,2 milhões de m³ de lama. Os dados estão presentes em estudo da Bowker Associates - consultoria de gestão de riscos relativos à construção pesada, nos Estados Unidos - em parceria com o geofísico David Chambers. Apesar de a pesquisa calcular, com base no tamanho da barragem mineira, o volume de 60 milhões de m³ de rejeitos lançados na tragédia, a Samarco informa que o montante correto é de 32 milhões de m³ (Oliveira, 2016)

Além de se destacar pelo volume de rejeitos despejados no ambiente, o desastre também apresentou a maior distância percorrida pela lama comparando-o com eventos similares, representando 600 quilômetros (km) de trajeto do material até o Oceano. No histórico deste tipo de acidente, em segundo lugar aparece um registro ocorrido na Bolívia, em 1996, com metade da distância do trajeto da lama, 300 quilômetros. (Oliveira, 2016)

Há ainda outro item no qual o desastre apresenta um “ineditismo numérico”, que é o custo para a reposição das perdas ocasionadas pelo desastre. O investimento necessário para esta reposição, no caso brasileiro, está orçado pela consultoria norte-americana em US\$ 5,2 bilhões até o momento. O maior valor contabilizado com a mesma finalidade, após os anos 1990, foi de um acidente com perdas próximas a US\$ 1 bilhão, na China. "Essas avaliações não levam em consideração a 'limpeza' das áreas afetadas, nem a 'correção' de danos diversos, alguns dos quais podem não ser economicamente viáveis ou tecnicamente realizáveis", acrescenta o estudo da consultoria norte-americana. No entanto, este dado revela a dimensão do impacto causado, como pondera a pesquisadora Lindsay.

GRÁFICO 3 “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos” . Fonte: Portal EBC, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>

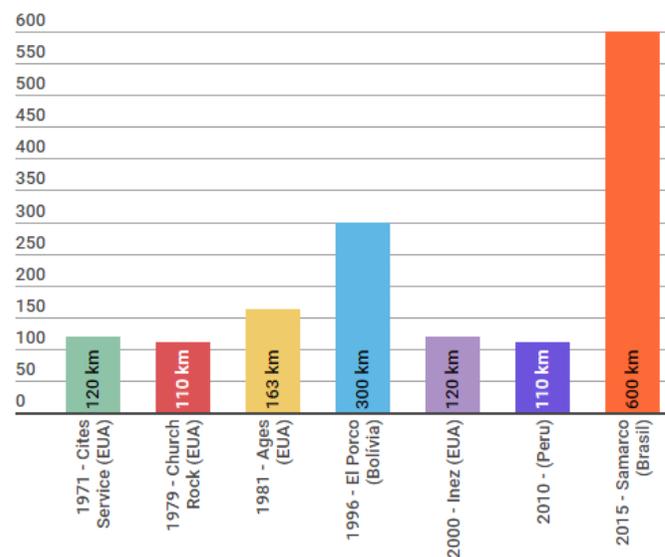
Cinco maiores acidentes mundiais com barragens em volume de resíduos



* O ranking leva em consideração o volume de resíduos despejados nos acidentes, em milhões de metros cúbicos (m³). Fonte: Bowker Associates Science & Research in the Public Interest, novembro de 2015

GRÁFICO 4 “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos”. Fonte: Portal EBC, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>

Maiores desastres mundiais com barragens em distância percorrida



Valores fazem referência à distância percorrida, em quilômetros, pelos rejeitos após o rompimento das respectivas barragens. Fonte: "Bowker Associates Science & Research in the Public Interest", novembro de 2015

Segundo a análise de Oliveira (2016)

embora os números exatos permaneçam um pouco distorcidos, a diferença de magnitude em relação a catástrofes passadas torna inequivocamente claro que o caso da Samarco é o pior registrado na história sobre essas três medidas de gravidade", pontua Lindsay Newland Bowker, coordenadora da Bowker Associates. O estudo registra, de 1915 a 2015, um total de 129 eventos com barragens - de 269 conhecidos - e projeta, em média, um acidente grave por ano no período de uma década. Todas as catástrofes na mineração são ocasionadas por erro humano e falhas ao não se seguir as melhores práticas estabelecidas, o melhor conhecimento, a melhor ciência

Neste sentido, percebe-se a enorme dimensão do volume de rejeitos, da distância percorrida pela lama e dos custos para que medidas mitigadoras sejam efetivadas, sem tratar dos custos irrecuperáveis.

A própria Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo VI, Art. nº 225, estabelece que “todos têm direito ao meio ambiente⁶³ ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida,

impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Verifica-se, portanto, uma referência à promoção do desenvolvimento sustentável e à qualidade de vida, como um direito fundamental dos cidadãos (BENJAMIN, 2011), direito este que foi seriamente abalado a partir deste evento.

Bruno Sena Martins, antropólogo do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal, comparou o desastre industrial ocorrido em Bhopal na Índia, no ano de 1984, em função do vazamento de gases tóxicos, ao desastre tecnológico decorrente do rompimento da barragem de Fundão. O pesquisador destacou que a violência e os traumas gerados em função do desastre serão sentidos pelas próximas gerações dos sobreviventes (MARTINS, 2017).

Nos municípios atingidos pelos rejeitos foram constatadas diversas ocorrências de agravos à saúde e depressão nos habitantes após o desastre, o que será comentado mais adiante. Uma antiga moradora relata os momentos difíceis vividos pela população logo após o desastre, quando tiveram que deixar Bento Rodrigues:

- Você vê o exemplo do dia após a tragédia que nós ficamos lá a noite toda, eles não tiraram a gente, no outro dia a gente foi, nós fomos praticamente expulsos. Com xingo, nós saímos com xingo... (teve até batalhão de choque), os policiais xingando a gente, cê tem que ver, na maior humilhação que nós passamos

⁶³ De acordo com a Resolução nº 306/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): “XII - Meio ambiente: conjunto de condições, leis, influência e interações de

ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 2002).

- Manifesta depois, xinga depois... A minha casa sendo tomada e o guarda me xingando. Vai xingar depois, manifesta depois... nós igual cachorros lá, ué?

- Teve dois moradores que não queria sair, teve que tirar eles na marra

- Não precisava daquilo....

- Puseram nós, começou a tirar dentro da caminhonete, começou a afundar, aí colocou a gente na fila. A gente não podia fazer assim, ó... (entorta a fila não!). Não podia entortar a fila não, eles barravam a gente assim, ó! A vizinha caiu na lama lá assim, a gente baixou pra pegar.... fila! Reto! Reto, todo mundo reto! Debaixo de grito que nós saímos de lá

- Eu saí do mato, lá, suja, machucada, com minha filha, machucada, toda arranhada da mata, não podia gritar não, que o guarda, ó, vai manifestar depois

- Cala a boca!!

Tendo em vista o impacto socioambiental decorrente do rompimento da barragem de Fundão, são apresentados a seguir os danos causados pelo desastre a partir de três categorias: danos ambientais, danos materiais e danos humanos.

FIGURA 74 Foto aérea de Bento Rodrigues em 2005. Fonte Google Earth, 2017



FIGURA 75 Foto aérea de Bento Rodrigues um dia após o rompimento da barragem em 06 de novembro de 2015. Fonte Google Earth, 2017



FIGURA 76 Fotoaérea de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem em 24 de dezembro de 2015. Fonte Google Earth, 2017



FIGURA 77 Fotoaérea de Bento Rodrigues após a construção dos Diques S3 e S4 em 31 de dezembro de 2018. Fonte Google Earth, 2019



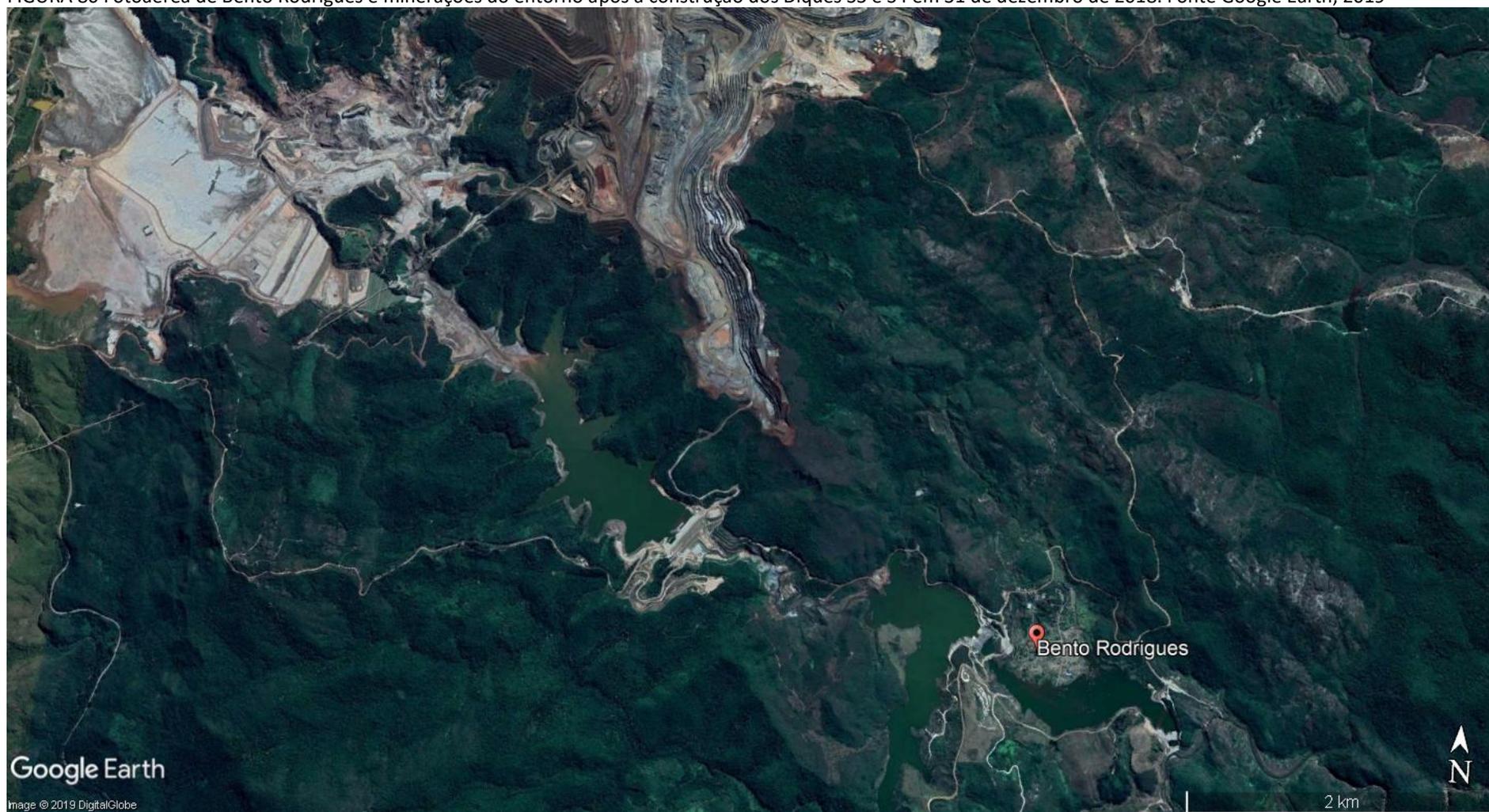
FIGURA 78 Foto aérea de Bento Rodrigues e minerações do entorno em 2005. Fonte Google Earth, 2017



FIGURA 79 Foto aérea de Bento Rodrigues e minerações do entorno após o rompimento da barragem em 26 de julho de 2016. Fonte Google Earth, 2017



FIGURA 80 Fotoaérea de Bento Rodrigues e minerações do entorno após a construção dos Diques S3 e S4 em 31 de dezembro de 2018. Fonte Google Earth, 2019



7.1. Rompimento da Barragem de Fundão

- A Defesa Civil fez com a gente um curso, fez a gente perder duas horas aqui, depois levou a gente lá pra dentro do Bento pra fazer um treinamento como fugir da lama, sendo que nós já tínhamos fugido, nós já sabíamos....

Essa fala de um dos atingidos no grupo focal ilustra o contrassenso das ações da empresa e do Estado frente ao contexto no qual vivem após o desastre ocasionado pelo rompimento da Barragem do Fundão. Esse contrassenso é constatado não apenas pela ausência prévia de um Plano de Contingência de Barragens no caso específico, mas se relaciona com a maneira pela qual a indústria extrativista mineral vem funcionando no país, apresentando em seu histórico uma série de negligências e lacunas técnicas.

Neste sentido, Henri Acsehrad, em seu artigo *Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre*, ressalta que o rompimento da Barragem de Fundão não foi um “acidente, mas [fruto] do resultado de decisões tomadas sob a égide de uma lógica econômica de curto prazo com pouca consideração por suas implicações sociais e ecológicas [...]” (ACSELRAD, 2017, p.155), elencando problemas que vão desde a inexistência de planos de emergência e falta de fiscalização, processos de licenciamento questionáveis, além de pouca transparência nas informações fornecidas pela empresa, tanto antes quanto após o desastre. De acordo com o autor, esse modelo de barragem “pouco custosos e menos seguros”, são causadores de 40% dos desastres com barragens no mundo. O artigo também chama atenção para o Memorando Interno do Banco Mundial (THE ECONOMIST, 1991), que apresenta a justificativa econômica para a instalação de setores industriais mais prejudiciais ao meio ambiente em países periféricos, sobretudo nas áreas mais pobres desses países, de acordo com basicamente dois motivos:

a) porque os mais pobres, em sua maioria, não vivem mesmo o tempo necessário para sofrer os efeitos da poluição ambiental; b) porque, na “lógica” econômica, pode-se considerar que as mortes em países pobres têm custo mais baixo do que nos ricos, pois os moradores dos países mais pobres recebem salários mais baixos. (SUMMERS apud ACSELRAD, 2007, p.161,162)

Nessa perspectiva, Alves (2015, s/p.), cita que “no Brasil o rompimento de barragens de rejeitos minerários é o mais recorrente” (ALVES, 2015, s/p). O autor indica que entre 1986 e 2015 seis barragens se romperam em Minas Gerais, cinco de rejeitos minerários e uma de rejeitos industriais, totalizando 34 óbitos e prejuízos ambientais incalculáveis. Destes desastres, o de Mariana foi aquele com maior amplitude de danos causados, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Além disso, o autor ressalta que outras quatro barragens (duas de água e duas para geração de energia) se romperam fora do estado, nos últimos doze anos, no Brasil, o que demonstra também que o estado de Minas Gerais foi o mais impactado por estes desastres.

O Rompimento da Barragem do Fundão remete à considerações que transcendem a escala dos locais diretamente afetados pelo desastre, pois trata-se de um evento que reflete vários equívocos econômicos e políticos que vão desde a escala local até a global. Houve tragédias anteriores e haverá futuras se mantidos os modelos vigentes relacionados à esta atividade produtiva.

A esse respeito, Santos e Milanez (2017), no texto intitulado *A construção do desastre e a ‘privatização’ da regulação mineral: reflexões a partir do caso do Vale do Rio Doce* mostram como a regulação mineral tem seguido as tendências neoliberais de autorregulação em escala global. Essa tendência estabelece um regime de controle ambiental da indústria extrativista mineral no

TABELA 9 Barragens que se romperam nos últimos 15 anos em Minas Gerais. Fonte: Alves, 2015.

LOCAL	ANO	NOME	TIPO	DANOS CAUSADOS
Itabirito	1986	Barragem de Fernandinho	Barragem de rejeitos minerários	7 óbitos
Nova Lima	2001	Barragem de Macacos	Barragem de rejeitos minerários	5 óbitos
Cataguases	2003	Barragem em Cataguases	Barragem de rejeitos industriais	Contaminação do rio Paraíba do Sul, mortandade de animais e peixes e interrupção do abastecimento de água de 600.000 pessoas
Mirai	2007	Barragem da Rio Pomba/Cataguases	Barragem de rejeitos minerários	Mais de 4000 pessoas desabrigadas ou desalojadas
Itabirito	2014	Barragem da Herculano	Barragem de rejeitos minerários	3 óbitos
Mariana	2015	Barragem Fundão	Barragem de Rejeitos minerários	19 óbitos, 8 desaparecidos 600 desabrigados ou desalojados, interrupção do abastecimento de água de milhares de pessoas e poluição do rio São Francisco e do mar no ES, interrupção da atividade pesqueira e afetação ao Turismo em Regência/ES

Brasil, na qual o Estado e suas agências regulatórias estão capturados pelos interesses dos “regulados”. Isso significa que não há neste caso uma atuação ileso dos envolvidos. Além disso, aponta-se que há consideráveis limitações institucionais e socioculturais que se relacionam com o fato de a gestão ambiental ter sido criada com o objetivo principal de se obter desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, o processo de gestão ambiental no qual se insere a Barragem de Fundão em Mariana pode ser identificado como determinante da tragédia e mantenedor das práticas que a produziram, conforme indicam Santos e Milanez (2017). Dentre os argumentos dos autores que corroboram essa afirmação, mostrando a influência das corporações internacionais nas decisões governamentais de regulação, se destacam:

- O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) são documentos chave do licenciamento, elaborados/contratados pelas empresas interessadas na licença em questão, o que mostra claramente um conflito de interesses. Por esse motivo, têm se mostrado insuficientes para caracterizar os potenciais impactos ambientais de grandes projetos, pois tendem a minimizar os impactos negativos ou a excluí-los dos estudos. Essa foi uma das estratégias adotadas nos licenciamentos que dizem respeito à Barragem de Fundão. Em geral as áreas diretamente afetadas foram reduzidas para o sítio de inserção da barragem excluindo-se, inclusive, a comunidade de Bento Rodrigues dessa delimitação, justamente a comunidade que se encontrava na área de maior risco, no caso de um desastre. As alternativas de localização

da implantação das barragens também foram pouco contempladas no Estudo e se restringiram à questão do que era economicamente mais favorável, do ponto de vista da empresa.

- O processo de licenciamento ambiental, exceto em casos excepcionais em que os processos são indeferidos, se constitui apenas uma etapa processual para a obtenção das licenças obrigatórias. No caso da Barragem de Fundão, o fato de existir uma licença prévia e de instalação de otimização da Barragem em 2014 e outra para o alteamento e unificação das Barragens de Fundão e Germano em 2015, possibilitam inferir que as obras que estavam sendo realizadas na Barragem no momento do desastre estavam licenciadas;
- A fragmentação do licenciamento ambiental em etapas, bem como a apresentação de informações parciais (referente a uma parte de um complexo minerário, por exemplo) e diferentes (para cada audiência pública se divulga um estudo diferente, com informações podem diferir entre si) durante o processo de licenciamento e sobretudo nas etapas que incluem a realização das audiências públicas, são abordagens orientadas para o “subdimensionamento dos impactos e do número de atingidos, compreendendo-os separadamente e como especificidades de cada projeto ou obra. Deste modo, igualmente fragmenta-se o debate com a sociedade em diferentes e inúmeras audiências e produz-se um excesso de informações difusas e inarticuladas, separadas em diferentes órgãos

ambientais e instâncias de poder político” (SANTOS e MILANEZ, 2015, p. 129). No que se refere à Barragem de Fundão observou-se a apresentação de três diferentes EIA/RIMAs, disponibilizados à sociedade em momentos distintos, para a realização das audiências públicas;

- “As deficiências, desinformações e descumprimentos ambientais, presentes nas diversas fases do licenciamento (...), são contornados por meio do subterfúgio das condicionantes, que acabam por flexibilizar esse processo (...) o uso de condicionantes permite acelerar o processo de licenciamento, pois permitem a pronta concessão das licenças, determinando novos prazos para o cumprimento das exigências novas ou reincidentes. Em muitos casos, as respostas às condicionantes apenas cumprem mais uma etapa processual, sem necessariamente solucioná-la” e novamente os problemas que porventura existam continuam insolúveis (SANTOS e MILANEZ, 2017, p. 132).
- Antes da tragédia a Samarco acumulou 18 autuações por motivos ambientais. Em todos os casos, a estratégia da mineradora tem sido recorrer jurídica e tecnicamente nos processos, deslegitimando os órgãos e técnicos responsáveis pela autuação. Em último caso, são reduzidos o valor das multas aplicadas e postergados ao máximo o processo, aguardando a prescrição do crime cometido e, portanto, o cerne das autuações se mantém sem soluções;

- “O contexto de queda do preço das commodities, que se iniciou em 2011, pressupõe uma estratégia empresarial de redução de custos operacionais e de investimentos, o que pode afetar a segurança e a qualidade das obras”. (SANTOS e MILANEZ, 2017, p. 128). A opção por unificação da Barragem de Fundão à de Germano se caracteriza por uma decisão que considerou o custo reduzido desta escolha em relação à outras opções, que coincidiram com a fase de queda no preço das *commodities*;
- Em relação ao monitoramento das barragens, a fiscalização realizada pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) ocorre de maneira complementar ao trabalho do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A FEAM se utiliza dos dados fornecidos pelas empresas para a elaboração do Inventário de Barragens do Estado de Minas Gerais e os complementa com auditorias *in loco*, em alguns casos. No inventário publicado em 2014, as três barragens da Samarco (Germano, Fundão e Santarém) tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor. Quatro meses antes da tragédia, a barragem de Fundão teve ainda sua estabilidade atestada pelo engenheiro da empresa VogBR, auditoria contratada pela Samarco. “Dessa forma, o sistema implantado para monitoramento de barragens em Minas Gerais não garante a efetiva segurança das barragens. Assim como no caso do licenciamento ambiental, isso pode ser atribuído ao conflito de interesses associados à escolha das empresas que realizam as avaliações”. (SANTOS e MILANEZ, 2017, p. 133). Soma-se

a isso a baixa capacidade dos órgãos de controle em interferir nos casos em que as barragens não têm sua estabilidade garantida pelas auditorias., que permanecem por anos nessas condições e, ao longo deste período, podem causar grandes danos;

- Mesmo após da tragédia, a assinatura do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) proposto pelos órgãos executivos do Governo Federal, Estado de Minas Gerais e Estado do Espírito Santo pode ser entendido como “um ‘salto’ do paradigma da regulação fraca para a autorregulação” (SANTOS e MILANEZ, 2017, p. 134). O TTAC resultou na criação da Fundação Renova, uma organização privada responsável pela recuperação, mitigação e compensação dos impactos causados pelo rompimento da barragem Fundão, objetivando maior celeridade e efetividade na resolução dos conflitos, buscando por ato voluntário das partes a resolução da controvérsia. No entanto, a celeridade e efetividade só seriam possíveis por meio de um controle adequado dos órgãos reguladores, o que não ocorre devido à baixa capacidade de controle de tais órgãos, conforme já apresentado. Entre os diferentes problemas apontados por Santos e Milanez (2017) no que concerne a assinatura do TTAC, destacam-se diferentes formas de exclusão da sociedade no processo, sobretudo a exclusão dos atingidos, que vem protestando contra este fato, como comentado nos grupos focais.

Desde outra perspectiva, Acserald (2017) acredita que o debate público acerca dos riscos ambientais foi ampliado após a ruptura da barragem de Fundão, o que pode ser aproveitado como uma oportunidade para que um novo *modus operandi* comece a ser discutido nesta área. Assim, a tragédia de Bento Rodrigues se mostra um evento a partir do qual se pode rediscutir e repensar a forma de exploração mineral no país, que tem se desenvolvido até o momento valorizando, acima de tudo, o desenvolvimento econômico das empresas minerárias em detrimento da proteção à vida das populações e do meio ambiente do seu entorno.

FIGURA 81 Cruzes em Bento Rodrigues. Foto: João Pedro Otoni, abril de 2019



7.2. Danos Ambientais

Os danos ambientais causados pelo desastre são de gravidade extrema o que, nesse sentido, demanda estudos e monitoramentos constantes sobre seus efeitos a curto, médio e longo prazos.

Poucos dias após o rompimento da barragem, em 26 de novembro de 2015, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) publicou um Laudo Técnico Preliminar sobre os impactos ambientais⁶⁴ decorrentes do desastre, destacando os impactos às áreas de preservação permanente, à ictiofauna, à fauna, à qualidade da água e os impactos socioeconômicos.

O Governo de Minas Gerais promulgou, também em novembro de 2015, o Decreto nº 46.892/2015, instalando uma Força Tarefa para avaliação dos danos causados pelo desastre e em fevereiro de 2016 publicou o relatório correspondente ao decreto supracitado.

O IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), a Agência Nacional das Águas (ANA), o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o Estado de Minas Gerais, O Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), a Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) e a Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH) propuseram uma ação civil pública, ACP nº 0069758-61.2015.4.01.3400, contra a SAMARCO Mineração S/A, a VALE S/A

⁶⁴ De acordo com a Resolução nº 306/2002 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA): “XI - Impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante

das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais” (BRASIL, 2002).

e a BHP Billiton Brasil Ltda., exigindo a reparação do impacto socioeconômico e socioambiental (BRASIL, 2016).

Em fevereiro de 2016 foi publicada a Nota Técnica nº 001/2016 - Presid. /IBAMA, Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) relativo ao rompimento da barragem de Fundão, contemplando a reparação e a compensação dos danos socioeconômicos e socioambientais incluindo: a) programas socioeconômicos; b) programas socioambientais; c) governança e financiamentos para a implantação dos programas. A TTAC propõe que os responsáveis pelo desastre ambiental implementem ações de reparo dos danos incluindo “medidas que tornem os corpos hídricos e demais áreas terrestres, costeiras, estuarinas e marinhas atingidas capazes de restaurar seus recursos bióticos e abióticos de maneira sustentável” (BRASIL, 2016, p. 12). Entre os principais danos socioambientais ocorridos nas regiões atingidas, de acordo com a TTAC, pode-se mencionar:

- a) *Vazamento de cerca de 34 milhões de m³ de rejeitos de mineração;*
- b) *Destruição de habitat e extermínio da ictiofauna dos Rios Gualaxo, Carmo e Doce, totalizando 680 km de rios;*
- c) *Assoreamento do leito dos rios;*
- d) *Alteração do fluxo hídrico;*
- e) *Alteração na qualidade da água;*
- f) *Destruição da vegetação ripária e aquática;*

- g) *Devastação da vegetação e cobertura por rejeitos de uma área de 2.000 ha nas margens dos rios Gualaxo do Norte e Carmo;*
- h) *Elevação da turbidez dos rios atingidos;*
- i) *Interrupção do abastecimento de água em vários municípios e localidades;*
- j) *Contaminação por lama de 170 Km de praias, assim como a Reserva Biológica (Rebio) Comboios, local onde há a desova de tartarugas;*
- k) *Impacto sobre estuários na foz do rio Doce;*
- l) *Mortandade de animais de produção;*
- m) *Impacto em plantações nas áreas rurais;*
- n) *Restrição de acesso à água para dessedentação animal e humana;*
- o) *Impacto às áreas de reprodução de peixes;*
- p) *Restrições à pesca;*
- q) *Acúmulo de água em rejeitos, possibilitando a criação de ambientes propícios a proliferação de vetores de doenças;*

- r) *Impacto na qualidade do ar em função da poeira proveniente de rejeitos, principalmente no período seco;*
- s) *Danos à saúde das populações afetadas;*
- t) *Impacto no modo de vida e nos valores culturais dos povos indígenas;*
- u) *Impacto ambiental sobre o Parque do Rio Doce (BRASIL, 2016)*
- v) *Impacto na qualidade do ar em função da poeira proveniente de rejeitos, principalmente no período seco*
- w) *Danos à saúde das populações afetadas.*

Em resposta aos problemas, o próprio TTAC estabeleceu, entre os programas socioambientais a serem implementados, um Programa de Educação, Comunicação e Informação, que incluem Educação Ambiental e preparação para as emergências ambientais; Programa de informação para a população; Programa de comunicação nacional e internacional.

Entre as áreas protegidas que foram atingidas pelo desastre destaca-se o Parque Estadual do Rio Doce, declarado como Sítio Ramsar desde fevereiro de 2010, de acordo com a Convenção de Ramsar - Tratado Internacional de Áreas Úmidas - realizada na cidade iraniana de Ramsar, pois o parque do Rio Doce constitui a maior área contínua de Mata Atlântica preservada em Minas Gerais e é um dos três maiores sistemas de lagos do país, juntamente com Pantanal Mato-grossense e o Sistema Amazônico (BRASIL, 2016). Também

foram atingidos o Parque Estadual Sete Salões, a Floresta Nacional Goytacazes e o Corredor da Biodiversidade Sete Salões Aymoré (ZONTRA e TROCATE, 2016).

Além disso, têm sido elaborados monitoramentos constantes e relatórios pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) sobre a qualidade das águas superficiais do Rio Doce e dos sedimentos, conforme parâmetros de turbidez, sólidos totais, sólidos em suspensão totais, arsênio total, entre outros, assim como os metais: alumínio dissolvido, ferro dissolvido, cobre dissolvido, cromo total, cádmio total, chumbo total, manganês total, mercúrio total e níquel total (MINAS GERAIS, 2016). Foram ainda publicados relatórios da Universidade Federal do Espírito Santo (2016), pelo Departamento de Oceanografia e Ecologia e pelo Greenpeace (2017) sobre a contaminação por metais pesados na água utilizada por agricultores familiares na Região do Rio Doce nas seguintes cidades: Belo Oriente (MG), Governador Valadares (MG) e Colatina (ES). De acordo com a pesquisa, verificou-se que girinos estão concentrando altos níveis de metais pesados como Ferro, Bário, Cádmio, Manganês, Zinco, Níquel, Cromo, Alumínio, Cobre e Titânio em seus organismos. Até mesmo em pontos onde não ocorreu a passagem da lama de rejeitos, foram encontrados girinos contaminados, indicando que houve contaminação através do lençol freático (GREENPEACE, 2017).

Cabe ressaltar que a lama “alterará as características físico-químicas do solo, comprometendo o equilíbrio nutricional das populações arbóreas remanescentes” (BRASIL, 2016, p. 11). O período chuvoso propicia inundações e, portanto, conseqüente carreamento superficial de sedimentos e a movimentação de rejeitos depositados, agravando ainda mais o cenário das regiões atingidas pelo desastre.

7.3. Danos Materiais

7.3.1. Danos Econômicos

Os danos sobre a economia na escala macrorregional estão relacionados especialmente com o uso da água, portanto, consequência dos problemas ambientais descritos anteriormente. Segundo o “*Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG*”⁶⁵ destacam-se na escala macrorregional os impactos sobre as atividades industriais e pecuárias. Já na escala microrregional, os maiores impactos relacionados se encontram nas mudanças nas atividades de mineração e agropecuária, e a redução da arrecadação tributária.

Segundo o *Relatório*, considerando a escala macrorregional, os prejuízos econômicos privados identificados pelos municípios apresentam-se de forma resumida na tabela a seguir, onde a atividade com maior prejuízo econômico privado foi a Indústria, com R\$208.290.000,00 de prejuízos, com destaque para Belo Oriente, cuja indústria teve R\$200 milhões de perdas, em decorrência da paralisação temporária da Cenibra Papel e Celulose, devido à impossibilidade de captação de água. Também apresentam perdas expressivas o Município de Ipatinga, com R\$ 8 milhões, devido ao cancelamento de contratos com empresas que fabricam peças exclusivas para a mineração, sediadas nesse município; e Resplendor, com R\$ 280 mil, em decorrência da paralisação da CAPEL, indústria de laticínios. O setor de Serviços foi o

FIGURA 82 "Onda de lama" encontra o mar Atlântico. Foto: Ricardo Moraes/REUTERS, 2016



⁶⁵ Relatório desenvolvido pelo Grupo da Força-Tarefa e publicado em fevereiro de 2016 - Em resposta ao desastre, o Governo de Minas publicou, no dia 20 de novembro de 2015, o Decreto nº 46.892/2015, que instalou uma Força-Tarefa para avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento das Barragens de Fundão e Santarém, localizadas no povoado de Bento Rodrigues, no Município de Mariana. Os trabalhos reuniram

representantes de órgãos e entidades do Estado (SEDRU, SEMAD, Gabinete Militar do Governador, IGAM, Mesa de Diálogo, Advocacia Geral do Estado, COPASA e CEMIG) e de municípios afetados (Mariana, Rio Doce, Governador Valadares, Ipatinga, Tumiritinga, Belo Oriente), e foram coordenados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU.

segundo mais prejudicado, com prejuízos somando mais de R\$ 40 milhões, seguido do setor pecuário, que apresentou prejuízos de mais de R\$ 20 milhões. O Comércio e a Agricultura tiveram prejuízos menores quando comparados aos demais setores. No total, mais de R\$ 280 milhões foram contabilizados em prejuízos econômicos privados. Cabe ressaltar que segundo a Força-Tarefa, nem todos os municípios afetados declararam prejuízos financeiros privados, sendo provável que levantamentos mais aprofundados resultem em valores maiores.

Ainda de acordo com esse *Relatório*, os prejuízos econômicos públicos na escala macrorregional tiveram no abastecimento de água o mais oneroso prejuízo, ultrapassando 80 milhões de reais, assim como os serviços de geração e distribuição de energia elétrica, com mais de 16 milhões. O sistema de esgoto de água pluvial e o sistema de esgoto sanitário foram também fortemente impactados. Equipamentos de assistência médica e de saúde pública de modo geral e ensino tiveram também prejuízos consideráveis. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta esses e demais prejuízos econômicos do setor público com os valores por município. Apenas os municípios de Alpercata, Dionísio, Governador Valadares, Periquito e Resplendor declararam prejuízos públicos. Desses, o maior impacto foi sentido em Governador Valadares, totalizando mais de 130 milhões de reais em prejuízos diversos.

Na economia regional, os setores mais atingidos foram o da produção mineira e das atividades agropecuárias, mais especificamente no Município de Mariana. É importante destacar que a área classificada no *Relatório* como microrregional, possui sistema econômico pouco diversificado. Mariana

apresenta-se altamente dependente da mineração, pois, 95% da atividade econômica do município representa a extração de minério de ferro, com a existência de alguma atividade agropecuária e pequenos comércios. Barra Longa, por sua vez, apresenta modesta atividade agropecuária, em boa parte voltada à subsistência e à venda do excedente, além da presença de pequenos comércios e serviços. Por fim, o município de Rio Doce, com características bem próximas às de Barra Longa, apresenta como excepcionalidade a produção de energia elétrica, em decorrência da presença da Usina Hidroelétrica - UHE Risoleta Neves, administrada pelo Consórcio Candonga, atividade que também foi impactada.

No município de Mariana, além da Samarco, existem outras mineradoras, como a Vale, que apresenta diversas minas para extração de minério de ferro no município ⁶⁶: Mina da Alegria, Mina de Fazendão e Mina Timbopeba. Posto isso, deve ser considerado que os números a respeito da arrecadação, fundamentalmente os relativos às variações da atividade após outubro de 2015, devem ser relativizados pela existência de outras mineradoras atuando na região.

Referente aos prejuízos econômicos privados apresentados nesse Relatório, destacam-se o prejuízo da indústria em Mariana e o prejuízo da Samarco, que em um primeiro momento contabilizava R\$ 215.000.000,00. Os prejuízos na agricultura superam os R\$ 6 milhões. O total de prejuízos privados contabilizados em Mariana, em um primeiro momento, chega a R\$ 223.051.550,50. Barra Longa teve prejuízos privados principalmente na pecuária e comércio, que estão relacionados à onda de lama de rejeitos que invadiu propriedades, acarretando em danos à infraestrutura e à

⁶⁶Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/across-world/Paginas/default.aspx> Acesso em: 29/12/2015.

manutenção das atividades econômicas. Os demais setores também foram atingidos, com exceção da indústria, totalizando R\$ 16.811.763,08 de prejuízos. Rio Doce, por sua vez, também apresentou fortes prejuízos na indústria, que estão relacionados à UHE Risoleta Neves. Os demais setores atingidos somam prejuízos de R\$ 12.503.704,84. No município de Santa Cruz do

Escalvado, houve paralisação das atividades de extração de areia e ouro, perdas na comercialização de peixes, prejuízos no turismo local de uma forma geral, considerando pousadas e restaurantes. Com exceção do setor de serviços, os demais setores sofreram danos calculados em aproximadamente R\$ 700 mil.

TABELA 10 Valores dos prejuízos econômicos privados dos municípios atingidos, em escala macrorregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.109. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa.

Atingidos pela barragem	Prejuízo econômico privado					Total dos Prejuízos Privados
	Agricultura	Pecuária	Indústria	Comércio	Serviços	
Aimorés	R\$ 781.000,00	R\$ 1.400.000,00	-	-	-	R\$ 2.181.000,00
Alpercata	R\$ 50.000,00	R\$ 30.000,00	-	-	-	R\$ 80.000,00
Belo Oriente	-	-	R\$ 200.000.000,00	R\$ 100.000,00	-	R\$ 200.100.000,00
Bugre	R\$ 50.000,00	R\$ 10.000,00	-	-	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.860.000,00
Caratinga	-	-	-	R\$ 340.000,00	-	R\$ 340.000,00
Córrego Novo	-	R\$ 1.500.000,00	-	-	-	R\$ 1.500.000,00
Dionísio	R\$ 50.000,00	-	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 450.000,00
Fernandes Tourinho	R\$ 42.500,00	R\$ 66.000,00	-	R\$ 27.880,00	-	R\$ 136.380,00
Galileia	R\$ 30.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 200.000,00
Governador Valadares	R\$ 1.934.000,00	R\$ 17.010.000,00	-	-	R\$ 128.000,00	R\$ 19.072.000,00
Ipatinga	-	-	R\$ 8.000.000,00	R\$ 12.000.000,00	R\$ 40.000.000,00	R\$ 60.000.000,00
Periquito	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	-	-	-	R\$ 400.000,00
Resplendor	-	R\$ 21.000,00	R\$ 280.000,00	-	R\$ 180.000,00	R\$ 481.000,00
São José do Goiabal	R\$ 20.000,00	R\$ 50.000,00	-	R\$ 100.000,00	R\$ 240.000,00	R\$ 390.000,00
Sem-Peixe	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	-	R\$ 100.000,00	-	R\$ 220.000,00
Total	R\$ 3.197.500,00	R\$ 20.417.000,00	R\$ 208.290.000,00	R\$ 12.937.880,00	R\$ 42.568.000,00	R\$ 287.410.380,00

TABELA 11 Valores dos prejuízos econômicos públicos dos municípios atingidos, em escala macrorregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.120. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa.

	AIMORÉS	ALPERCATA	DIONÍSIO	GALILEIA	GOV. VAL.	PERIQUITO	RESPLENDOR	TOTAL
ASSISTÊNCIA MÉDICA, SAÚDE PÚBLICA E ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS MÉDICAS	-	-	-	R\$ 50.000	R\$ 3.575.396	-	-	R\$ 3.625.396
ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL	R\$ 3.000.000	R\$ 350.000	-	R\$ 500.000	R\$ 80.074.729	R\$ 250.000	R\$ 155.000	R\$ 84.329.729
ESGOTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E SISTEMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS	-	-	-	-	R\$ 10.074.729	-	-	R\$ 10.074.729
SISTEMA DE LIMPEZA URBANA E DE RECOLHIMENTO E DESTINAÇÃO DO LIXO	-	-	-	-	R\$ 16.138.817	-	-	R\$ 16.138.817
SISTEMA DE DESINFESTAÇÃO/DESINFECÇÃO DO HABITAT/CONTROLE DE PRAGAS E VETORES	-	R\$ 30.000	R\$ 100.000	R\$ 20.000	-	-	-	R\$ 150.000
GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	R\$ 1.500.000	-	-	-	-	R\$ 500.000	-	R\$ 2.000.000
TELECOMUNICAÇÕES	-	-	-	-	R\$ 438.614	-	-	R\$ 438.614
TRANSPORTES LOCAIS, REGIONAIS E DE LONGO CURSO	-	-	R\$ 10.000	R\$ 15.000	-	-	-	R\$ 25.000
DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, ESPECIALMENTE OS DE USO DOMÉSTICO	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0
SEGURANÇA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0
ENSINO	-	-	-	R\$ 5.000	R\$ 2.216.791	-	R\$ 25.000	R\$ 2.246.791
OUTROS CUSTOS	-	-	-	-	R\$ 21.832.326	-	-	R\$ 21.832.326
TOTAL DOS PREJUÍZOS PÚBLICOS	R\$ 4.500.000	R\$ 380.000	R\$ 110.000	R\$ 590.000	R\$ 134.351.402	R\$ 750.000	R\$ 180.000	R\$ 140.861.402

Em relação à economia rural da microrregião, o Relatório utilizou o levantamento de dados realizados pela EMATER que considerou, além dos municípios de Mariana, Barra Longa e Rio Doce, o município de Ponte Nova, uma vez que algumas propriedades rurais foram atingidas em decorrência do refluxo de rejeitos que atingiu o Rio Piranga. Foi levantado o número de 195 propriedades atingidas, a maior parte destas localizadas em Barra Longa. Segundo a EMATER os principais aspectos do impacto sobre a atividade econômica rural foram a morte de animais (semoventes) e impossibilidade de

dessedentação; perdas de máquinas e equipamentos; perdas de lavouras; paralisação na produção de leite e problemas com escoamento da produção rural.

A TABELA 11 apresenta uma síntese do levantamento feito pela EMATER e as estimativas de perdas nos municípios de Mariana, Barra Longa e Rio Doce e Ponte Nova.

TABELA 12 Número de propriedades atingidas por município. Fonte: EMATER apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.38. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa.

	MARIANA	BARRA LONGA	RIO DOCE	PONTE NOVA	TOTAL
NÚMERO DE PROPRIEDADES ATINGIDAS	52	136	3	4	195

TABELA 13 Valores dos prejuízos econômicos privados dos municípios atingidos, em escala microrregional. Fonte: SEDRU/MG apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.37. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa.

Atingidos pela barragem	Prejuízo econômico privado					
	Agricultura ¹	Pecuária ²	Indústria ³	Comércio ⁴	Serviços ⁵	Total dos Prejuízos Privados
Mariana	R\$ 878.340,00	R\$ 6.273.210,50	R\$ 215.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 223.051.550,50
Barra Longa	R\$ 743.882,08	R\$ 14.567.881,00		R\$ 1.000.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 16.811.763,08
Rio Doce	R\$ 256.000,00	R\$ 414.000,00	R\$ 11.539.704,84	R\$ 100.000,00	R\$ 194.000,00	R\$ 12.503.704,84
Santa Cruz do Escalvado	R\$ 100.000,00	R\$ 110.000,00		R\$ 479.418,00		R\$ 689.418,00
Total	R\$ 1.978.222,08	R\$ 21.365.091,50	R\$ 226.539.704,84	R\$ 2.079.418,00	R\$ 1.094.000,00	R\$ 253.056.436,42

1 Prejuízos relacionados à perda de plantação e máquinas e equipamentos (tratores, caminhões, entre outros).

2 Prejuízos relacionados à morte de animais e perda de infraestrutura de apoio (curral, galinheiro, pastagens, entre outros).

3 Prejuízos relacionados ao faturamento da SAMARCO e UHE Risoleta Neves.

4 Prejuízos relacionados a pequenos comerciantes.

5 Prejuízos relacionados ao turismo (pousadas, hotéis, entre outros).

OBS.: Os valores de prejuízos na agricultura e pecuária para os municípios de Mariana, Barra Longa e Rio Doce foram calculados segundo levantamento da EMATER-MG.

TABELA 14 Síntese dos prejuízos às propriedades rurais Fonte: EMATER apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.40. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa.

Item	Quantidade	Valor (R\$)
Número de Propriedades Atingidas	195	---
Número de Pessoas Residentes nas Propriedades Atingidas	295	---
Terras Atingidas (ha)	1.270,50	15.576.089,58
Construções Atingidas (unidade)	216	5.234.810,00
Cercas Atingidas (metro linear)	161.571	977.000,00
Quantidade e Valor das Máquinas e Equipamentos Atingidos	293	760.389,00
Quantidade e Valor dos Animais Perdidos	1.596	651.630,00
Número de Produtores e Valor das Dívidas de Crédito Rural	34	3.395.506,85
Valor Total Estimado de Prejuízo	---	26.595.425,43

Segundo os dados, o prejuízo em termos de terras atingidas é bastante considerável, contabilizando mais de 15 milhões de reais e o valor das dívidas de crédito rural, o qual os produtores tiveram que incorrer chega a mais de R\$ 3 milhões, enquanto o total dos prejuízos chega a R\$26.595.425,43. Com relação aos impactos sobre a base tributária da microrregião, observa-se que:

A extração do minério de ferro, realizada pela empresa Samarco, segundo informações da prefeitura municipal, bem como de dados da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, representa, seguramente, mais de 80% da arrecadação do município de Mariana. Estima-se um recolhimento de aproximadamente R\$ 9 milhões por mês. Desde a ocorrência do desastre, a SAMARCO está com suas atividades de extração paralisadas, o que gera fortes impactos sobre a arrecadação municipal. Ainda não há previsão de retomada das operações. Nesse sentido, em um primeiro momento, além de levantar os prejuízos relacionados à falta de arrecadação do mês de dezembro de 2015, apresenta-se um mecanismo de restituição das perdas para os anos subsequentes, em um cenário simulado com a operação reduzida ou sem a operação da Samarco.

Até o mês de outubro de 2015, a produção de energia elétrica representava aproximadamente 80% da arrecadação do município de Rio Doce (SEF, 2015). Com a paralisação das atividades da UHE Risoleta Neves, foram ocasionados impactos drásticos sobre a base tributária do município, apesar dos números não serem relativamente expressivos. Vale ressaltar que a barragem de Candonga foi responsável pelo bloqueio da lama que seguiu desde a barragem de Fundão, passando pelos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce (trecho de aproximadamente 77 km). Desse modo, a referida barragem tornou-se drasticamente tomada por lama. Desde o ocorrido as atividades da UHE foram paralisadas e não há previsão para retomada.

O município de Rio Doce estimou, para os próximos seis meses, o que seria uma previsão inicial de retorno das atividades, um prejuízo na arrecadação

de R\$ 855.770,89⁶⁷. Trata-se de uma estimativa baseada na média de arrecadação da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFH), no retorno de ICMS (a geração de energia representa 94% do valor adicional fiscal - VAF que o município informa para cálculo do retorno de ICMS) e no ISS - Imposto sobre Serviços prestados no município. Além disso, o município informou que com os danos ao lago de Candonga há um grande prejuízo à atividade turística, uma vez que o lago era caracterizado como grande atrativo, por receber pescadores e visitantes.

Segundo informações da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, os 35 municípios que compõem a área impactada pelo desastre tiveram uma arrecadação total de impostos e taxas estaduais, de janeiro a dezembro de 2015, de R\$ 1.023.732.968,64 (um bilhão, vinte e três milhões, setecentos e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos),

sendo que, desse total, R\$ 125.003.593,16 (cento e vinte e cinco milhões, três mil e quinhentos e noventa e três reais e dezesseis centavos) são referentes à arrecadação dos municípios da microrregião em análise. No entanto, vale destacar que o município de Mariana representou, no ano de 2015, aproximadamente 98% do total arrecadado na microrregião.

Com relação aos municípios da microrregião, como dito anteriormente, a dinâmica de arrecadação depende, em grande parte, do município de Mariana, que também já apresentava certo arrefecimento da atividade. No entanto, como é possível observar, a média de arrecadação para o ano de 2015, considerando apenas os meses de janeiro a novembro, é ligeiramente superior à observada quando também se considera o mês de dezembro no cálculo. Isso evidencia que o desastre, apesar de ter causado impacto imediato na

⁶⁷Informação apresentada no formulário enviado pelo município de Rio Doce.

questão fiscal dos municípios, não alterou a dinâmica de queda, apenas a acentuando.

TABELA 15 Média de arrecadação pelos municípios da microrregião. Fonte: Secretaria de Estado da fazenda (SEF)

Municípios da Microrregião			
Média de Janeiro a Dezembro		Média de Janeiro a Novembro	
2010	R\$ 4.277.234,34	2010	R\$ 4.379.401,73
2011	R\$ 4.557.188,12	2011	R\$ 4.602.752,98
2012	R\$ 7.906.198,20	2012	R\$ 6.953.833,16
2013	R\$ 31.804.065,44	2013	R\$ 17.624.960,38
2014	R\$ 29.744.749,08	2014	R\$ 30.342.297,96
2015	R\$ 10.416.966,10	2015	R\$ 10.967.794,98

Assim, o cálculo de danos na base tributária baseia-se na diferença entre a média de janeiro a novembro de 2015 e o valor real da arrecadação real em dezembro de 2015, o que indica perdas de receitas da ordem de aproximadamente R\$ 7 milhões para os municípios da microrregião, conforme a tabela a seguir.

TABELA 16 Indenização fiscal para a microrregião para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Secretaria de Estado da fazenda (SEF)

Arrecadação real em Dezembro de 2015	R\$ 4.357.848,43
Média de arrecadação de Janeiro a Novembro de 2015	R\$ 10.967.794,98

Perdas em Dezembro de 2015	R\$ 6.609.946,55
----------------------------	------------------

No que diz respeito à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM e à Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH, o município de Mariana teve uma ligeira queda na arrecadação da CFEM no ano de 2015.

TABELA 17 Média de arrecadação da CFEM para o município de Mariana, 2014 e 2015. Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

Média de arrecadação da CFEM (Mariana)	
Janeiro a Dezembro de 2014	R\$ 8.838.324,83
Janeiro a Dezembro de 2015	R\$ 8.699.133,92

TABELA 18 Perda fiscal para o município de Mariana para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

CFEM (Mariana)	
CFEM de Janeiro de 2016	R\$ 7.589.332,22
Média de arrecadação da CFEM para o ano de 2015	R\$ 8.699.133,92
Perda estimada para Janeiro de 2016	
	R\$ 1.109.801,70

Em relação aos valores da CFURH e dos royalties pela exploração de recursos hídricos (considerando a parte que deve ser rateada entre a União, Estado e município) observa-se que, para o município de Rio Doce, a média dos valores para 2015 apresenta redução com relação a 2014. Além disso, deve-se levar em consideração que o desastre em Mariana teve efeito imediato na arrecadação dessa compensação pelo município, o que faz com que se considere, para fins de ressarcimento, a média de janeiro a novembro de 2015, sugerindo-se o ressarcimento imediato pelos prejuízos em dezembro, ficando a cargo da ANEEL o rateio desse valor entre a União, Estado e município.

TABELA 19 Tabela com a média de arrecadação da CFURH e de Royalties para o município de Rio Doce, 2014 e 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Rio Doce (Arrecadação de CFURH e Royalties)			
Média de Janeiro a Dezembro		Média de Janeiro a Novembro	
2014	R\$ 23.170,02	2014	R\$ 24.327,80
2015	R\$ 19.347,67	2015	R\$ 20.274,07

TABELA 20 Perda fiscal para o município de Rio Doce para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

CFURH e Royalties (Rio Doce)	
Arrecadação real em Dezembro de 2015	R\$ 9.157,30
Média de arrecadação de Janeiro a Novembro de 2015	R\$ 20.274,07
Perda estimada para Dezembro de 2015	R\$ 11.116,77

Para o município de Santa Cruz do Escalvado, a dinâmica apresentada é a mesma que aquela utilizada para o Rio Doce, conforme tabela a seguir.

TABELA 21 Média de arrecadação da CFURH e de Royalties para o município de Santa Cruz do Escalvado, 2014 e 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

Santa Cruz do Escalvado			
Média de Janeiro a Dezembro		Média de Janeiro a Novembro	
2014	R\$ 20.078,63	2014	R\$ 21.081,93
2015	R\$ 16.766,26	2015	R\$ 17.569,06

TABELA 22 Perda fiscal para o município de Santa Cruz do Escalvado para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

CFURH e Royalties (Santa Cruz do Escalvado)	
Arrecadação real em Dezembro de 2015	R\$ 7.935,52
Média de arrecadação de Janeiro a Novembro de 2015	R\$ 17.569,06
Perda estimada para Dezembro de 2015	R\$ 9.633,54

(Grupo Força-Tarefa, 2016, p.40-46)

7.3.2. Danos à infraestrutura

Considerando uma escala mais ampliada, os rejeitos minerários que atingiram a bacia do Rio Doce além de comprometerem o abastecimento de água potável em 10 municípios, ocasionaram a paralização das atividades da Usina Hidrelétrica de Baguari, localizada em Governador Valadares. No município de Iapu e Conselheiro Pena, a balsa parou, dificultando o acesso às comunidades vizinhas. O transporte entre os municípios de Bugre e Belo Oriente, que era feito por balsa, passou a ser feito por canoas, o que dificultou a travessia de cargas, elevou o valor cobrado pelo transporte e diminuiu a segurança para as pessoas.

Na escala microrregional o impacto sobre as infraestruturas públicas e privadas se concentrou nas áreas entre a barragem rompida, Fundão, e a barragem de Candonga, já no município de Rio Doce. Algumas localidades ficaram sem acesso por terra, devido à queda de pontes e ao excesso de lama nas

estradas, dificultando também o levantamento das perdas. O *Relatório* registra a destruição de oito pontes no trecho de Mariana a Rio Doce. Vários quilômetros de estradas próximas ao percurso do rio Gualaxo do Norte, do rio do Carmo e do Rio Doce, até a barragem da UHE de Candonga foram interrompidas. As comunidades de Gesteira e Barretos ficaram sem acesso no primeiro momento⁶⁸.

No *Relatório* foram mapeadas via imagens satélite as pontes, estradas e outros equipamentos de uso público afetados em Mariana, dos quais somente os de Bento Rodrigues serão apresentados, no capítulo específico sobre os impactos materiais e humanos do povoado.

A tabela a seguir faz uma síntese das informações que a Prefeitura de Mariana encaminhou à Força-Tarefa, em janeiro de 2016, com relação ao estágio de recuperação das pontes e estradas.

Em Barra Longa houve dano à Praça Manoel Lino Mol, Rua Venâncio Lino Mol, Avenida Beira Rio, Rodovia Edmundo Mariano da Costa Lanna, Rua Matias Barbosa e outras; além de danos a dois campos de futebol e um parque de exposições. Entre as infraestruturas, públicas e privadas, destacam-se os danos em unidades habitacionais, infraestruturas públicas de saúde e de ensino.

Em Mariana, as maiores perdas foram em unidades habitacionais, principalmente nos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Segundo informações que constam no Relatório do IBAMA (2015), das 251 edificações

⁶⁸Essas informações constam nos Relatórios apresentados pela EMATER e Defesa Civil-MG.

mapeadas em Bento Rodrigues, 207 apresentaram sobreposição com o polígono da área atingida, ou seja, 82% das edificações existentes foram

atingidas. Também foram destruídas unidades básicas de saúde, a quadra poliesportiva, pontes, estradas, ruas, escolas e sedes de associações comunitárias. As perdas de Mariana, conforme observado nas tabelas a seguir, quando somadas chegam a R\$ 103.488.031,00.

TABELA 23 Relação de pontes e estradas atingidas em Mariana. Fonte: Prefeitura de Mariana apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.45 Editada pelos autores.

PONTES E TRECHOS DE ESTRADA	STATUS DE RECUPERAÇÃO
Ponte do trevo de Paracatu sentido Águas Claras	Recuperada
Ponte do Bucão	Recuperada
Ponte Campinas sentido Barreto	Recuperada
Ponte do Gama sentido Mariana	Em obras
Ponte-estrada de acesso para Santa Rita (Bento Rodrigues)	Ainda não reparada
Ponte-estrada acesso Mariana	Ainda não reparada
Ponte-estrada de acesso para Camargos	Ainda não reparada
Ponte de Bicas	Ainda não reparada

TABELA 24 Danos à infraestrutura privada na escala microrregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA AREFA, 2016, p.58. Editada pelos autores.

Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. Obs.: correspondem aos valores que os municípios estimaram para a infraestrutura perdida ou danificada. Isso não quer dizer que esses serão os valores para a reconstrução ou reforma total dos bens, uma vez que isso envolve outros fatores, tais como a possibilidade de utilização do terreno, melhoria relacionadas à técnicas de construção, entre outros.

ATINGIDOS PELA BARRAGEM	UNIDADES HABITACIONAIS			DANOS À INFRAESTRUTURA INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE SAÚDE		INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO		
	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	VALOR ESTIMADO DE PERDAS R\$	DESTRUÍDAS	VALOR ESTIMADO DE PERDAS R\$	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	VALOR ESTIMADO DE PERDAS R\$
MARIANA	349	-	51.756.700	2	380.715	4	-	4.383.625
BARRA LONGA	40	93	2.657.600	-	-	2	1	700.000
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	-	1	60.000	-	-	-	-	-
TOTAL	389	94	54.474.300,00	2	380.715,00	6	1	5.083.625,00

TABELA 25 Danos à infraestrutura pública na escala microrregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.53. Editada pelos autores.

Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. Obs.: correspondem aos valores que os municípios estimaram para a infraestrutura perdida ou danificada. Isso não quer dizer que esses serão os valores para a reconstrução ou reforma total dos bens, uma vez que isso envolve outros fatores, tais como a possibilidade de utilização do terreno, melhoria relacionadas à técnicas de construção, entre outros. *O Município de Rio Doce estimou um custo de R\$400.000,00 para a recuperação do Lago de Canndonga, uma vez que o considera como equipamento de uso público.

ATINGIDOS PELA BARRAGEM	INSTALAÇÕES PÚBLICAS DE USO COMUNITÁRIO			DANOS À INFRAESTRUTURA OBRAS DE INFRAESTRUTURA PÚBLICAS		
	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	VALOR ESTIMADO DE PERDAS R\$	DESTRUÍDAS	DANIFICADAS	VALOR ESTIMADO DE PERDAS R\$
MARIANA	11	-	7.392.541	26	-	39.574.450
BARRA LONGA	2	-	800.000	6	-	5.400.000
RIO DOCE	-	1	400.000*	-	1	500.000
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	-	-	-	-	1	150.000
TOTAL	13	1	408.192.541,00	32	2	45.624.450,00

Além dos prejuízos diretos destacados acima, o isolamento de algumas comunidades causou também prejuízos indiretos, ainda não mensurados como, por exemplo, a dificuldade enfrentada pelos produtores locais de leite no escoamento de sua produção. Grande parte do leite produzido nestas fazendas teve que ser descartado nos dias seguintes ao evento. Menos de uma semana após o desastre (09/12/15), informações publicadas no Canal Rural já confirmavam a perda de aproximadamente 30 mil litros de leites na região de Mariana (BIGHETTI, 2015c).

Considerando ainda os danos à infraestrutura, houve interrupção do fornecimento de energia elétrica em algumas comunidades da região. Segundo a CEMIG, houve reparos nas comunidades Camargos (65 clientes), Paracatu de Baixo (116 clientes), Pedras (59 clientes), Campinas (87 clientes) e Ponte do Gama (49 clientes) em Mariana; Águas Claras (733 clientes) no município de Cláudio Manuel e Barretos/Gesteira (60 clientes), no município de Barra Longa. Desse modo, em todas as comunidades atendidas pela CEMIG o fornecimento foi reestabelecido. Houve também intermitência de energia elétrica nos distritos de Ponte do Gama, Campinas e Paracatu de Baixo.

O laudo elaborado pelo IBAMA citou a ocorrência de desabastecimento de combustíveis nas localidades afetadas, em decorrência dos problemas de acesso, o que foi reestabelecido rapidamente.

De um modo geral, houve destruição e/ou comprometimento de infraestruturas como currais, galinheiros, pequenas pocilgas, cercas, paiol, residências e depósitos. No município de Barra Longa, aproximadamente 70 propriedades rurais foram impactadas, sendo geralmente de produção em escala familiar, voltada para a pecuária e a agricultura de subsistência.

O abastecimento de água foi comprometido em vários locais, em função dos danos nas captações e dos impactos sobre algumas nascentes. Em sobrevoos realizados na área afetada, foi notada, também, presença de atividades de dragagem no rio.

FIGURA 83 Bento Rodrigues 3 anos após o desastre. Foto: Samantha Nery, abril 2019.



7.3.1. Prejuízos econômicos públicos advindos da exploração e atividade minerária de iniciativa privada

Foi feito também um levantamento sobre os prejuízos econômicos na esfera pública, vinculados a ações emergenciais que os órgãos públicos necessitaram tomar para mitigar o impacto do desastre sobre a população e a perdas de receitas decorrentes da interrupção de alguns serviços, como o de abastecimento de água, esgotamento sanitário e geração de energia elétrica (GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016).

O município de Mariana apresentou a maior parte de seus prejuízos relacionados a serviços de atendimento médico de urgência e transporte dos atingidos, mas também teve prejuízos relacionados ao abastecimento de água da população uma vez que, no primeiro momento, arcou com o abastecimento alternativo das populações de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, que tiveram que ser deslocadas para a sede do município. Em seguida, essa situação foi suprida por iniciativas da Samarco e também por ajudas humanitárias coordenadas pela Defesa Civil. O sistema de esgotos, a limpeza urbana e o sistema de ensino também precisaram de um esforço maior do

município, o que acarretou em alguns prejuízos. Com isso, o município de Mariana acumulou um total de R\$ 1.210.850,22 em prejuízos públicos.

Barra Longa teve prejuízos concentrados no atendimento médico aos atingidos, mas também indicou prejuízos relacionados ao reforço do Sistema de Desinfestação/Desinfecção do Habitat/Controle de Pragas e Vetores, na limpeza urbana, no transporte dos atingidos e na segurança pública, totalizando R\$ 1.904.305,00.

O prejuízo percebido em Rio Doce, conforme já apontado, relacionou-se a ausência de recebimentos em compensações e impostos relacionados à produção de energia elétrica da UHE Risoleta Neves e a alguns gastos relacionados ao transporte de atingidos, no total de R\$ 869.897,29.

Além de todos os prejuízos econômicos públicos e privados é importante observar que a lama de rejeitos destruiu e destituiu diversas formas de subsistência. Muitas das comunidades atingidas tiravam o sustento da produção rural de base familiar e da promoção de serviços de hospedagem (turismo regional). Assim, com a destruição de lavouras e pastos, essas famílias ficaram sem alternativa para o seu próprio sustento e sem perspectiva de retomada de suas formas de subsistência no curto prazo. Impacto este, difícil de valorar.

TABELA 26 Tabela Prejuízos econômicos públicos Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.53. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. Os valores estão relacionados a ações emergenciais relacionadas ao desastre arcadas pelos municípios, para garantir o funcionamento dos serviços públicos, bem como estimativas para sua retomada plena. Editada pelos autores. <https://www.facebook.com/>

TIPO DE SERVIÇO/ SETOR (VALORES EM R\$)	MARIANA	BARRA LONGA	RIO DOCE	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	TOTAL
Assistência médica, saúde pública e atendimento de emergências médicas	744.407,89	50.000,00	-	-	794.407,89
Abastecimento de água potável	30.000,00	30.000,00	-	20.000,00	80.000,00
Esgoto e águas pluviais e sistemas de esgoto sanitário	85.000,00	1.000.000,00	-	-	1.085.000,00
Sistema de limpeza urbana e de recolhimento de lixo	8.000,00	500.000,00	-	-	508.000,00
Sistema de desinfestação/desinfecção do habitat/control de pragas e vetores	-	30.000,00	-	-	30.000,00
Geração e distribuição de energia elétrica	-	70.000,00	855.770,89	1.200.000,00	2.125.770,89
Telecomunicações	-	70.000,00	-	-	70.000,00
Transporte locais, regionais e de longo curso	318.442,33	52.305,00	14.126,40	-	384.873,73
Distribuição de combustíveis, especialmente os de uso doméstico	-	52.000,00	-	-	52.000,00
Segurança pública	-	10.000,00	-	-	10.000,00
Ensino	25.000,00	40.000,00	-	-	65.000,00
Outros custos	-	-	-	-	0,00
Total dos prejuízos públicos	1.210.850,22	1.904.305,00	869.897,29	1.220.000,00	5.205.052,51

7.4. Danos Humanos

Na região diretamente afetada, o desastre promoveu perdas drásticas. O “Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG” classificou os danos humanos, na área diretamente atingida pelos rejeitos de minério em três subcategorias: a primeira relacionada aos efeitos sobre a saúde pública e às condições fundamentais de segurança das pessoas; a segunda relacionada com os danos sobre os elementos simbólicos e o acesso à educação da população atingida; por fim, os impactos sobre as formas de organização social da população envolvida, todos estes discutidos a seguir.

De acordo com a tabela abaixo, o número de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e desaparecidos na região diretamente atingida foi estimado em 10482 pessoas, sendo que foram mortas 17 pessoas em Mariana, 6 ficaram feridas, 2 pessoas desaparecidas, 504 desabrigadas e 308 desalojadas. Em Barra Longa 250 pessoas ficaram feridas, 55 enfermas, 140 desabrigadas e 400 desalojadas.

Os danos humanos apresentam a descrição dos impactos na educação, cultura e lazer, segurança, saúde pública e organização social. No *Relatório* são apresentados dados como o número de mortos, feridos, enfermos, desabrigados, desalojados e outros afetados nos municípios de Aimorés, Belo Oriente, Bugre, Caratinga, Conselheiro Pena, Galileia, Governador Valadares,

Ipaba e Resplendor, que foram os municípios que indicaram algum tipo de dano humanos, além das perdas já comentadas. Com base neste levantamento somam-se mais de 311 mil atingidos em escala macrorregional, destacando-se 275 mil pessoas atingidas pela interrupção do abastecimento de água em Governador Valadares.

Este trabalho também aponta outros impactos relacionados ao abastecimento de água destes municípios, destacando-se: 1) Questões relacionadas à saúde e à segurança pública, tendo em vista a propagação de doenças que tem como princípio a água imprópria para consumo, doenças de veiculação pela água e, ainda, doenças relativas à sua ausência ou escassez; 2) Questões relacionadas à educação, lazer e cultura, que vão ao encontro da perda de direito ao uso da água e de um meio ambiente equilibrado (Art.225 Constituição Federal de 1988)⁶⁹, já citado anteriormente no capítulo que abordou o desastre 3) Questões relacionadas à interrupção de serviços de ensino como, por exemplo, no município de Resplendor, atingindo cerca de 2.590 alunos e causando fechamento de creches e centros de convivências. Outro problema foi a alteração do serviço de alimentação e a ausência de água potável nas escolas de Governador Valadares. Belo Oriente teve que suspender os serviços de educação e saúde devido às dificuldades no abastecimento de água 4) Questões relacionadas à alteração das formas de organização social, modificando a dinâmica econômica, pessoal e comunitária no

69 De acordo com os Relatórios do (IBAMA) - Os usuários do Rio Doce, do estuário, da área costeira impactada e todos os cidadãos que observam a evolução do maior desastre ambiental do Brasil sentem-se privados de seu direito ao meio ambiente sadio e equilibrado e das belezas cênicas usufruídas. Aspectos os quais são de difícil valoração. O impacto ambiental a rios de fundamental importância da Bacia do Rio Doce causa revolta,

principalmente aos usuários diretos dos mesmos para subsistência. Não há registros na história do país de um desastre ambiental de tamanha proporção. Com a situação atual da bacia, o direito fundamental de acesso e uso da água torna-se comprometido, assim como o direito ao meio ambiente equilibrado, sendo sua remediação difícil e vagarosa.

que diz respeito ao acesso e uso da água e também às características das comunidades tradicionais e indígenas que viviam na área afetada e apresentaram problemas em suas práticas sociais.

TABELA 27 Número de atingidos na escala microrregional Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.62. Editada pelos autores

Nota: tabela desenvolvida pelo Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental – GIAIA. De acordo com a Defesa Civil, a categoria outros afetados são aqueles prejudicados de alguma forma direta ou indiretamente pelo desastre.

ATINGIDOS PELA BARRAGEM	DANOS HUMANOS DIRETOS E INDIRETOS							TOTAL DE AFETADOS
	MORTOS	FERIDOS	ENFERMOS	DESABRIGADOS	DESALOJADOS	DESAPARECIDOS	OUTROS AFETADOS	
MARIANA	17	6	225	504	308	2	2807	3869
BARRA LONGA	-	250	55	140	400	-	4900	5745
RIO DOCE	-	-	-	-	3	-	360	363
SANTA CRUZ DO ESCALVADO	-	-	-	-	5	-	500	505
TOTAL	17	256	280	644	716	2	8567	10482

TABELA 28 Danos humanos na escala microrregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.125. Editada pelos autores

Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. De acordo com a Defesa Civil, a categoria outros afetados são aqueles prejudicados de alguma forma direta ou indiretamente pelo desastre. Destacam-se aí os atingidos do município de Governador Valadares, 275mil pessoas prejudicadas pelo abastecimento de água.

ATINGIDOS PELA BARRAGEM	DANOS HUMANOS DIRETOS E INDIRETOS							TOTAL DE AFETADOS
	MORTOS	FERIDOS	ENFERMOS	DESABRIGADOS	DESALOJADOS	DESAPARECIDOS	OUTROS AFETADOS	
AIMORÉS	-	-	-	-	-	-	12.000	12.000
BELO ORIENTE	-	-	-	-	-	-	10.000	10.000
BUGRE	-	-	-	-	-	-	300	300
CARATINGA	-	-	-	-	-	-	38	38
CONSELHEIRO PENA	-	-	-	-	-	-	-	46
GALILEIA	-	-	100	-	-	-	-	100
GOVERNADOR VALADARES	-	-	-	-	-	-	275.000	275.000
IPABA	-	-	-	-	-	-	1.000	1.000
RESPLENDOR	-	-	-	-	-	-	12.660	12.660
TOTAL	-	-	100	-	-	-	310.998	311.144

7.4.1. Danos à organização social

O impacto na identidade cultural dos Parques Estaduais do Rio Doce e Sete Salões (IBAMA; SEMAD) é observado no *Relatório* da Força Tarefa e se relaciona a danos na organização social, uma vez que o Rio Doce pode ser considerado o principal atributo natural da região, enquanto elemento de *identidade regional*, dando nome a mais importante Unidade de Conservação do estado, maior reserva de Mata Atlântica de Minas Gerais, Reserva da Biosfera pela UNESCO e Patrimônio da Humanidade pela ONU. O desastre gerou alteração nas condições estéticas do meio e a degradação da paisagem do Rio Doce está diretamente ligada à identidade da UC.

Mais além dessas condições estéticas, o desastre interrompeu e ou alterou as atividades rotineiras das pessoas atingidas, tais como a paralisação dos transportes na Fazenda Barcas de Santo Antônio, no município de Iapu e a paralisação das atividades dos produtores rurais de pescadores no município de Conselheiro Pena e Tumiritinga, devido à impossibilidade de utilização da água do rio. No município de Alpercata funcionários do setor de epidemiologia tiveram que ser destacados para ajudar na distribuição de água potável e mineral.

No município de Santa Cruz do Escalvado, aproximadamente 19 propriedades rurais tiveram o abastecimento de água comprometido e o município de Governador Valadares teve prejuízos referentes a horas extras, alimentação e combustível dos servidores de educação para adequação das escolas; também com os servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social referente ao trabalho de logística e mobilização para distribuição de água mineral em mais de 48 pontos.

A população do município de Bugre foi prejudicada, pois o transporte realizado por balsa entre os municípios de Bugre e Belo Oriente foi interrompido por mais de uma semana, em virtude do assoreamento. Grande parte dos 300 moradores do povoado de São Lourenço tiveram interrompidas suas atividades de pesca para consumo e complemento da renda, entre outros.

Para os índios Krenak, os impactos do desastre foram profundos e perpassam inclusive questões espirituais que refletem sua relação com o rio (IBAMA; SEDHPAC; FUNAI):

Cinco comunidades indígenas da etnia Krenak foram atingidas, impactando em torno de 450 pessoas. O rio que perpassava a aldeia foi completamente obstruído acarretando em impactos diretos de ordem econômica e, principalmente, cultural. O rio possui relevante significado religioso e a suspensão do seu uso impossibilita a prática de cultos e ritos da etnia Krenak. Além disso, a crença entende ser o rio um ente espiritual (Watu) e, portanto, toda a comunidade se vê moralmente ofendida com sua obstrução.

Os primeiros contatos da empresa com os líderes comunitários se deram após manifestação do povo Krenak, que impediu a livre transição dos trens de

minério de ferro, da empresa envolvida, na ferrovia que passa em sua comunidade. A partir de então foi selado um acordo de que a empresa pagaria sete salários mínimos a cada família Krenak por um período de quatro meses. Foram feitas ainda as seguintes reivindicações: recuperação de 45 nascentes e das áreas degradadas pelo desastre e instalação de viveiros de peixes, criação de aves e ervanários (para fitoterapia).

É papel do Estado potencializar o acesso da comunidade indígena afetada aos serviços públicos disponíveis, através de um Plano de Ação direcionado, bem como garantir a reparação moral e cultural por meio de esforços específicos, como acompanhamento psicossocial e sócio antropológico.

No Grupo de Trabalho relacionado à Organização Social houve uma contextualização sobre a comunidade indígena por parte do Coordenador Regional da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Foi relatado a existência de danos sofridos relativos à pesca e à caça, causando insegurança à

alimentação e à saúde, tendo em vista que a medicina tradicional, também, foi afetada. O desastre ocasionou danos aos ritos espirituais da comunidade, além de danos psicológicos e culturais.

Também foram relatados prejuízos à produção de leite e à agricultura. Colocou-se a demanda pela nova demarcação das terras Krenak, incorporando a área do Parque Estadual de Sete Salões, outrora retirada dos indígenas, na busca pela redução da vulnerabilidade dessa comunidade (Grupo Força-Tarefa, 2016, p.128)

Como descrito na publicação “Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG)”, a compreensão dos efeitos do desastre da Samarco/Vale/BHP não se reduziu aos aspectos do meio ambiente físico, mas também os diferentes sujeitos e suas manifestações culturais, o quadro de vida e de trabalho, a relação com o espaço e a produção dos territórios, onde devem ser garantidas as condições adequadas para a reprodução dos laços de existência comunitária.

A partir dos relatos de entrevistas, levantamento documental de informações e dados, assim como a visita de pesquisadores em Mariana, Barra Longa e demais localidades atingidas pela lama de rejeitos da barragem do Fundão, observou-se a situação da agricultura familiar camponesa impactada, que

ainda permanece sem o conhecimento mais profundo da sociedade, contribuindo para intensificar a injustiça ambiental vivenciada pelos camponeses. Assim, urge a necessidade de aprofundamento e publicização dos impactos experimentados pelos camponeses e trabalhadores da terra que vivem em comunidades, assentamentos rurais e demais áreas ribeirinhas (MENDONÇA, 2004)

FIGURA 84 Território dos índios Krenak. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.125. Nota: tabela desenvolvida pelo Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental – GIAIA

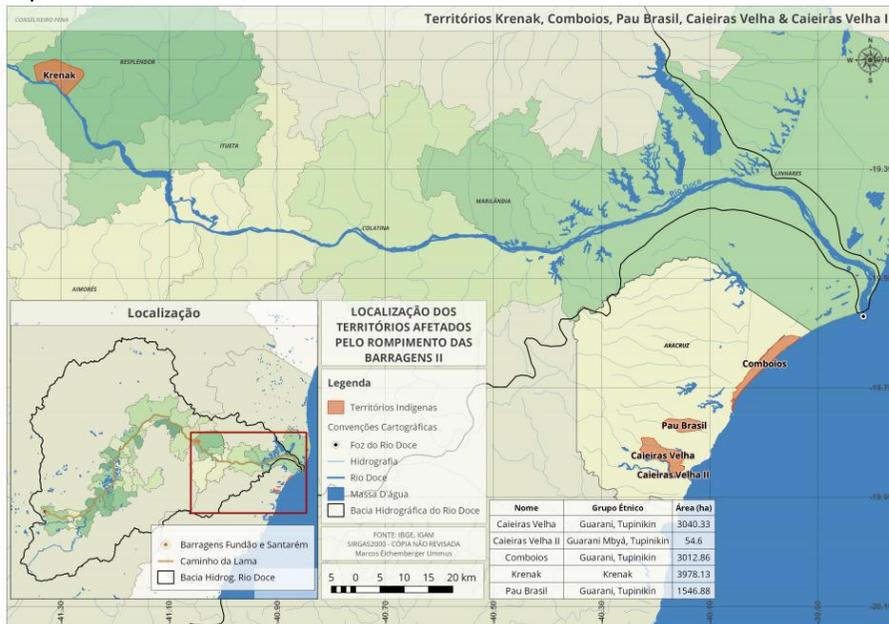


FIGURA 85 Cacique Gão - Rondon Krenak às margens do Rio Doce. Foto Cláudia Andrade, 2019.



FIGURA 86 Rio Doce dentro do território Krenak 3 anos após o desastre. Foto Zeynep Gül Ünal, 2019.



Os camponeses constituem seu território buscando em primeiro lugar sua existência, e para isso desenvolvem as distintas dimensões da vida – econômica, cultural, social etc. – em comunidade. O território que ocupam como ambiente de vida, local de morada e de trabalho coletivo e individual é que possibilita a construção de relações humanas com significados e sentidos específicos, garantindo a reprodução social e a de sua comunidade. Plantam roças, criam animais, constroem moradias, realizam festas e atividades religiosas, trocam dias de trabalho, ou seja, formam seus domínios (NASCIMENTO, 2014).

Desta maneira, a lama que destruiu bens materiais ao longo da Bacia do Rio Doce e seus afluentes também soterrou a base de reprodução socioeconômica e cultural de povos tradicionais, como dos índios e dos camponeses que viviam em áreas ribeirinhas, nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Nas margens do Rio, a existência coletiva dos camponeses tornou-se densa de territorialidades. Neste sentido, em consonância com Martins (2015) constata-se que neles existiam “as demarcações identitárias dos símbolos, das coisas que só existem como todo na obra que deu forma e vida a determinado lugar”. A vivência e as sociabilidades nas propriedades familiares, em áreas de comunidades tradicionais ou assentamentos de reforma agrária, demonstram que a identidade desses sujeitos é territorialmente constituída

na relação com a terra (que inclui os córregos, rios, as paisagens, os lugares sagrados, entre outros. A lama de rejeitos que enterrou propriedades rurais também representa o esfacelamento das condições materiais e imateriais da existência de muitos sujeitos que vivem na terra de trabalho (MARTINS, 1975). Por onde a lama passou, um universo de saberes, materializado nos territórios da existência, foi afetado tragicamente ao longo das margens da bacia do Rio Doce. De acordo com Martins (2015)

nos povoados e pequenas localidades atravessados pelo Rio Doce e por seu formador, o rio do Carmo, por onde escoava a lama mortífera, ribeirinhos acrescentam um item, para eles essencial, ao inventário de perdas e danos dela decorrentes. A lama afogou o mundo comunitário dos simples, a sociedade de vizinhança, os valores humanos centrados na pessoa, que cimentam os relacionamentos e que explicam os repetidos gestos de solidariedade e de prontidão que salvaram vidas. [...]. Nos fragmentos de entrevistas com as vítimas, que circularam pela mídia [...] não estão falando das perdas materiais: uma casa nova sempre pode ser construída, um novo sítio sempre pode ser aberto em outro terreno. Mas, a comunidade, a unidade afetiva do grupo humano, pode se perder. É uma modalidade de morte.

Ficam evidentes os elementos socioculturais que compõem os territórios e as populações que os habitam, impactadas pelo rompimento da barragem. Além disso, como vem sendo demonstrado, nestes territórios experiências na relação com a terra e a água, ou de organização coletiva para incrementar rendas locais também foram destruídas. Estes impactos socioeconômicos expõem um cenário de violenta agressão aos direitos e à dignidade das populações atingidas.

7.4.1. Danos à saúde, educação e segurança pública da população diretamente atingida

Os danos à saúde da população apresentados são variados, vão desde atendimentos aos feridos até problemas relacionados com a saúde psicológica dos afetados:

a) Exposição de animais a doenças graves (FIOCRUZ). Segundo informações da FIOCRUZ, no início do mês de janeiro de 2015 havia cerca de 485 animais abrigados em um galpão sob a responsabilidade da Samarco. São cães, gatos, galinhas, porcos, gado, cavalos, patos e outros que apresentavam doenças graves e altamente infecciosas como a cinomose e leishmaniose, já tendo ocorrido óbitos. O galpão localiza-se em área endêmica de leishmaniose visceral de Mariana, causando grande preocupação quanto à disseminação da doença.

b) Interrupção de serviços de vigilância em saúde, epidemiológica, sanitária, ambiental e saúde do trabalhador (IBAMA). O Relatório do IBAMA cita a interrupção de serviços de desinfecção de habitat e o controle de pragas e

vetores. Uma preocupação latente tem sido direcionada às condições de limpeza dos locais atingidos, principalmente, os Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana, e o distrito de Gesteira e a sede de Barra Longa, áreas que foram atingidas mais drasticamente. Essas localidades podem se tornar pontos de reprodução de vetores de doenças como Dengue, Chikungunya, Zicka Vírus, Esquistossomose, Chagas, Leishmaniose e problemas com animais peçonhentos, conforme apontado também pela FIOCRUZ.

c) Interrupção de serviços de segurança pública (IBAMA; DEFESA CIVIL). O Relatório do IBAMA também aponta a interrupção dos serviços de segurança pública. Trata-se de um problema bastante localizado, relacionado às áreas que tiveram que ser abandonadas. As duas localidades atingidas por esse aspecto são Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Nessas áreas houve registro de saques, uma vez que diversos pertences de valor foram deixados. No entanto, a Polícia Militar está fazendo a segurança dos locais e foi elaborado um plano, já colocado em execução, para a retirada dos pertences por parte dos proprietários.

d) Pessoas feridas (DEFESA CIVIL; FHEMIG). O desastre, além de mortos, deixou feridos, tendo a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais atendido a seis vítimas do desastre, sendo que cinco delas tem como causa do atendimento questão relacionada ao soterramento e a outra a intoxicação por agente químico.

e) Impacto psicológico para a população afetada (DEFESA CIVIL). Com o desastre ficou o trauma sofrido pela população atingida, tendo boa parte da população deslocada, principalmente a de Bento e Paracatu de Baixo, estado sob forte pressão psicológica por estar em condições completamente distintas de sua forma de vida original. Há também o temor relacionado à realocação definitiva, ficando a dúvida se ela se dará de forma que possibilite a

reprodução de seu habitual modo de vida, estando em consonância com os parâmetros que estavam acostumados.

f) Insegurança quanto à criminalidade. Além da insegurança em relação a outro desastre - rompimento de demais barragens - instaurou-se nos municípios atingidos uma forte insegurança em relação à violência urbana e rural, uma vez que os responsáveis pela vigilância foram direcionados para contenção de problemas imediatos e urgentes do desastre. Saques e demais crimes dessa ordem foram apontados pelos moradores.

Em um primeiro momento, a população das comunidades afetadas sentiu uma forte sensação de insegurança, por medo de que as outras barragens do Complexo Minerário de Germano viessem a se romper. Esse temor afetou tanto as pessoas diretamente envolvidas, como aquelas que permaneceram nas áreas adjacentes e temiam pelo futuro próximo.

Os impactos relacionados à educação na área diretamente atingida devem-se principalmente à interrupção das aulas nas escolas, seja por destruição das estruturas e/ou por impossibilidade de acesso. De acordo com os levantamentos da Força Tarefa, no caso dos distritos de Mariana, 172 alunos ficaram sem aulas, da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, tendo a Prefeitura viabilizado a inserção dos alunos em outras escolas. Os estudantes foram encaminhados, a partir do dia 16 de novembro de 2015, para a Escola Municipal Dom Luciano, situada no bairro Rosário, cumprindo o restante do ano letivo e o calendário de reposição sem comprometimento do processo pedagógico. O material didático e o transporte foram custeados pela mineradora.

Devido à destruição da ponte sobre o Rio Gualaxo do Norte, na localidade de Paracatu de Baixo, 295 alunos da rede municipal de ensino das escolas de

Águas Claras, Cláudio Manuel e Campinas, da pré-escola ao nono ano do ensino fundamental, ficaram sem aulas e retornaram às atividades no dia 23 de novembro de 2015, também cumprindo o calendário de reposição de aulas. A reconstrução do acesso foi custeada pela Samarco.

FIGURA 87 Complexo minerário de Germano. Fonte: Google Earth (retirado de IBAMA, 2015).



Para o ano letivo de 2016 foi ofertada aos alunos das escolas atingidas (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo) a possibilidade de permanecerem na Escola Municipal Dom Luciano, nas mesmas condições em que encerraram o ano letivo de 2015. Também foi considerada a possibilidade de se matricular em nas escolas mais próximas de suas residências naquele momento. Já em Barra Longa, 1.000 alunos ficaram sem aulas por 15 dias nas escolas das redes municipal e estadual. Em Rio Doce, aproximadamente 40 alunos estavam com dificuldades para frequentar as aulas, devido à interdição da estrada devido à lama) e seu desvio também apresentava más condições de tráfego em períodos chuvosos.

Nos impactos relacionados à cultura, merece destaque a perda de referenciais simbólicos das comunidades nas áreas diretamente atingidas pelos rejeitos, como já mencionado no caso dos índios Krenak e das populações ribeirinhas, entre várias outras perdas conectadas ao patrimônio imaterial. O patrimônio material também teve inúmeros bens danificados ou destruídos em vários municípios afetados, como obras de arte sacra, mobiliários de igrejas, muros de pedras, entre outros.

Segundo o Grupo de Trabalho da Força Tarefa, três igrejas foram diretamente atingidas: a Capela de São Bento, em Bento Rodrigues, que foi levada junto aos rejeitos, ficando apenas seu assoalho e peças encontradas na lama; a Capela de Nossa Senhora das Mercês, também em Bento Rodrigues que, embora não atingida diretamente, pode ter sofrido algum dano não constatado e a Capela de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, atingida pela lama, porém sem informações precisas a respeito dos danos sofridos. Todas faziam parte do Inventário do Patrimônio Cultural do Município de Mariana, ao contrário das manifestações culturais que não estão inventariadas porém, são fundamentais como referenciais simbólicos. Nos distritos de Paracatu de Baixo e Bento Rodrigues comemorava-se a Folia de Reis e outras festas religiosas que, a partir do desastre sofreram algumas dificuldades para ocorrerem, o que será descrito no capítulo que trata sobre os valores de Bento. No item a seguir destacam-se os impactos humanos e materiais específicos deste povoado.

FIGURA 88 Ruínas da Capela de São Bento um ano após o desastre. Foto: Anielle Freitas, 2016



7.5. Danos materiais e humanos em Bento Rodrigues

Como já mencionado, Bento Rodrigues foi o território mais impactado pelo desastre e o povoado terá que ser totalmente reconstruído em outro local, pois as casas, logradouros, espaços públicos e propriedades camponesas foram soterrados pelos rejeitos, ficando apenas poucas edificações em sua parte mais alta, mas que foram parcialmente destruídas pelos saques que se seguiram ao rompimento da barragem.

Laudos da Defesa Civil apontam que a área original do distrito foi completamente comprometida. Portanto, foi redefinido um novo local para a recolocação das famílias e, de acordo com grupos focais, a principal reivindicação é que a comunidade seja reconstruída com características próximas à configuração original do povoado e, principalmente, que a *comunidade seja a protagonista das decisões*.

Destaca-se que estudos de impacto ambiental, impactos de vizinhança, entre outros, deverão ser realizados, sempre de acordo com a legislação pertinente.⁷⁰

Após um longo processo marcados por escolhas inadequadas, onde os atingidos ganham gradativamente direito a participação – com apoio continuado da equipe da Cáritas Mariana - já passados mais de dois anos do dia do desastre, em 09/02/18 e com o apoio do MPMG, os atingidos pela barragem de

Fundão aprovaram o projeto urbanístico da nova Bento Rodrigues⁷¹, como publicado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais:

“O direito não socorre aos que dormem”. Assim, o promotor de Justiça Guilherme de Sá Meneghin, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Mariana, fez o alerta aos representantes das 176 famílias que residiam em Bento Rodrigues, distrito de Mariana destruído pelos rejeitos da barragem de Fundão. Eles se reuniram, em assembleia, na noite de ontem, 8 de fevereiro, para aprovação do projeto urbanístico da nova comunidade.

Antes do início da votação, Meneghin destacou a necessidade dos atingidos continuarem unidos e atuantes na busca de uma solução acerca do destino das vítimas da barragem de Fundão, que se rompeu em 2015. Com 175 votos favoráveis, o projeto urbanístico da nova comunidade foi

⁷⁰A Lei Federal 10.257/2001 estabelece que municípios afetados por empreendimentos de grande impacto obrigatoriamente devem possuir plano diretor e que a responsabilidade dos custos de sua elaboração deve ser da empresa. O Plano Diretor Participativo de Mariana já necessita de revisão, independente do desastre, uma vez que a Lei Federal 10.257/2001 estabelece que este deve ser revisado a cada dez anos e o de Mariana data de 2004. Portanto,

é oportuno que o Plano seja revisado incluindo a nova Bento Rodrigues e a reconstrução da parcela destruída de Paracatu de Baixo.

⁷¹ Em encontro no dia 25 de abril de 2019, entre Cáritas, pesquisadores e atingidos, os moradores relataram que não querem mais utilizar o nome nova Bento Rodrigues ou algo similar, pois “nunca será o Bento”; tendo escolhido o nome de Lavoura para a nova vila, em construção.

aprovado ao final da reunião, que contou com a participação do MPMG e de representantes do Poder Público local.

Esta é a segunda vez que os antigos moradores de Bento Rodrigues se reúnem para deliberar sobre o projeto urbanístico de reassentamento. A primeira proposta, apresentada no início de 2017 pela Fundação Renova, precisou ser reelaborada, pois continha uma série de irregularidades constatadas pelo MPMG. Entre as falhas identificadas estava a não observância a proibições existentes na legislação brasileira, especialmente sobre a vedação de construções em áreas com declividade superior a 47%.

Com a aprovação desse novo projeto, a Fundação Renova tem 60 dias para protocolar o documento, juntamente com estudos técnicos detalhados, nos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental da área escolhida para o reassentamento das

vítimas. (Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Mariana⁷²)

FIGURA 89 Canteiro de obras da Fundação Renova, construção da “Nova Bento”. Foto: João Pedro Otoni, abril de 2019



⁷² Fonte: <https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/com-apoio-do-mpmg-atingidos-pela-barragem-de-fundao-aprovam-projeto-urbanistico-da-nova-bento-rodrigues.htm#.Ws6M6ojwblU>

FIGURA 90 Casa atingida pelos rejeitos em Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2016.

FIGURA 91 Casa atingida pelos rejeitos em Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2016.



FIGURA 92 Canteiro de obras, construção da “Nova Bento” Foto: Samantha Nery, abril de 2019.

FIGURA 93 Construção da “Nova Bento”, desenho da praça. Foto: Samantha Nery, abril de 2019.



7.5.1. Danos à infraestrutura e ao patrimônio cultural

Como já mencionado, 82% das edificações existentes em Bento foram diretamente atingidas com o desastre. Com a destruição das residências e comércios, a maioria dos itens materiais relacionados ao interior das propriedades foram totalmente ou danificados. As imagens satélites a seguir retratam os rejeitos de minério que invadiram Bento Rodrigues.

FIGURA 94 Imagem de satélite Google de Bento Rodrigues/Mariana-MG após desastre. Fonte: Google Earth, 2015.

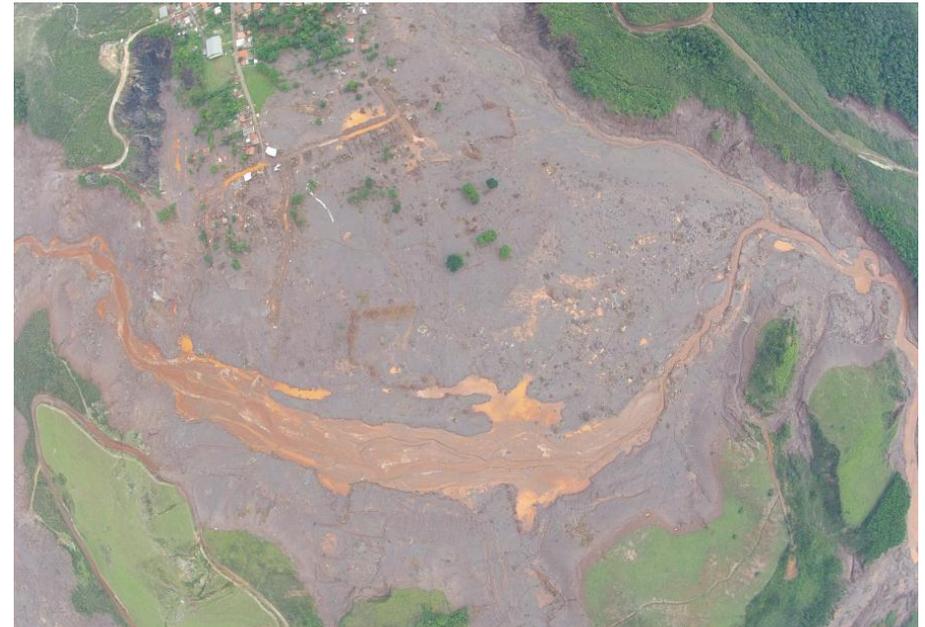


O “Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana-MG” apresentou o mapeamento dos equipamentos públicos atingidos em Bento Rodrigues, nas figuras a seguir. Elas

indicam o local das ruas e dos seguintes equipamentos: três pontes e as estradas de acesso para Camargos, para Santa Rita e para Mariana; o Campo de Futebol; a Igreja de São Bento e o cemitério; a Escola Municipal e o Posto de Saúde.

Entre as edificações atingidas pelos rejeitos dois bens imóveis de interesse cultural eram protegidos pelo Município por meio do *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Mariana*: a Capela de São Bento e a Capela de Nossa Senhora das Mercês.

FIGURA 95 Bento Rodrigues e Rio Gualaxo do Norte, Mariana-MG, após desastre. Fonte: SISCOM/IBAMA, 2015.



O desastre atingiu o patrimônio cultural material e imaterial de Bento Rodrigues, soterrando importantes elementos da identidade coletiva da comunidade, essenciais à formação, reprodução e reelaboração do modo de viver,

das experiências sociais e dos sentimentos de pertencimento ao lugar. Quando destruídos esses elementos, conseqüentemente perdem-se também as referências estruturantes da rotina dos moradores, causando a ruptura dos seus planos e da própria organização social.

FIGURA 96 Mapa ilustrativo de pontes, estradas e outros equipamentos de uso público atingidos próximos à Bento Rodrigues. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016. Nota: imagem cedida pela Prefeitura Municipal de Mariana.



Uma das maiores perdas relativas ao patrimônio cultural foi a própria destruição da paisagem de Bento Rodrigues, como elemento intrínseco ao lugar. No que diz respeito aos elementos materiais estruturadores desta paisagem merece destaque a morfologia urbana que retrata a história da ocupação desde as primeiras décadas do século XVIII. Essa localidade aparece na pesquisa histórica como *uma das regiões marianenses produtoras de ouro nas décadas de 1720 e 1730*. Nesta época, Camargos e Bento Rodrigues passaram a fazer parte da Estrada Real que conectava, margeando a Serra do Caraça, a Vila do Carmo (Mariana) às vilas de Caeté e Sabará.

FIGURA 97 Mapa ilustrativo de ruas impactadas no Distrito de Bento Rodrigues. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016. Nota: imagem cedida pela Prefeitura Municipal de Mariana.



O relatório da Pólen destaca importantes características da morfologia urbana de Bento antes do desastre:

O traçado urbano de Bento Rodrigues, prossegue a arquitetura, é cortado pelo “eixo da Rua São Bento, que liga a Capela de mesmo nome à Capela de Nossa Senhora das Mercês, implantada no ponto mais alto do terreno”. Desta rua partem perpendicularmente as outras vias, “como Rua Raimundo Muniz, surgida como beco no período

setecentista, Rua Dona Olinda e Rua Nossa Senhora das Mercês, que já fazem parte do arruamento aberto a partir do século XX.” O conjunto edificado destacava-se, antes da passagem do rejeito, “pela harmonia, havendo exemplares bem preservados dos séculos XVIII e XIX e início do XX, concentrados na Rua São Bento” (FERREIRA, 2017, p. 54).

FIGURA 98 Capela de São Bento em maio de 2016 durante processo de escavação da lama sobre o piso de campas de madeira. Foto: MPMG, maio 2016



O desastre fez com que os moradores de Bento Rodrigues tivessem que refazer suas vidas, buscando manter a sua identidade cultural através das referências às memórias individuais e coletivas. Segundo relatório da Pólen

(2017) constata-se uma ressignificação de algumas manifestações culturais, em função das mudanças sociais sofridas pela comunidade após o desastre:

[...] uma série de elementos culturais foi afetada direta e indiretamente e, no que se refere aos bens imateriais, percebe-se que algumas práticas foram rompidas, outras permanecem vigentes, mas de maneira geral ocorreu uma ressignificação do acervo de manifestações intangíveis em razão das mudanças sociais provocadas pelo rompimento da barragem.

Logo, o que se nota é que o impacto social ocasionou mudanças profundas na estrutura cultural das comunidades, afetando sobremaneira o direito das populações atingidas em participar do acervo cultural que lhes caracteriza, principalmente, no que se refere aos moradores de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo deslocados para a sede de Mariana (PATARO, 2017, p. 31-32).

Apesar da destruição dos espaços onde ocorriam suas manifestações culturais, a comunidade tem realizado alguns dos seus rituais festivos e religiosos como, por exemplo, a festa junina e a festa de São Bento, ocorridas nas ruínas do desastre. Manifestações estas que vão se reinventando, à medida em que agregam novos significados.

FIGURA 99 Festa em julho de 2017 em homenagem a São Bento, no Núcleo Histórico em meio as ruínas Fonte: Jornal A SIRENE, 2017. <https://jornalasirene.wordpress.com/2017/08/18/voltamos-ao-nossochao-para-celebrar-sao-bento/>.

Cristiano Sales, atingido de Bento Rodrigues, responsável pela celebração festiva a São Bento



ORAÇÃO A SÃO BENTO

Ó Deus, Vos que Vos dignastes a derramar sobre o bem-aventurado confessor, o Patriarca São Bento, o espírito de todos os justos, concedei a nós, vossos servos e servas, a graça de nos revestirmos desse mesmo espírito para que possamos, com o Vosso auxílio, fielmente cumprir o que temos prometido.

Por Jesus Cristo, Nosso Senhor, amém.

Imagem de São Bento doada a comunidade por fiéis de São Paulo



Moradores iluminam trajeto para a procissão da Bandeira do Padroeiro



Comunidade comemora seu padroeiro nas ruínas de sua Capela

FIGURA 100 Primeiro Arraiá dos Loucos organizado pela comunidade de Bento Rodrigues (“Loucos por Bento”) em junho de 2017. Fonte: JORNAL A SIRENE, 2017. <https://jornalasirene.wordpress.com/2017/06/09/agenda-de-junho17/>.



O impacto do desastre no modo de vida dos moradores, é também destacado a seguir, observando a relação dos atingidos com a “terra” e indicando algumas referências significativas para os bento rodriguenses, que devem ser consideradas para a reconstrução de seu cotidiano e de suas identidades.

O cotidiano de boa parte dos moradores que viviam no território do Gualaxo do Norte, marcado pela relação com o cultivo da terra e a criação de animais, foi drasticamente modificado após esse desastre tecnológico: a reterritorialização forçada na sede municipal de Mariana de centenas de habitantes dessa região levou a aquisição nos mercados locais de produtos que eles possuíam nos seus quintais. Nesse sentido, como demonstra Bianca Pataro, “houve implicações econômicas, visto que os atingidos antes do desastre não necessitavam pagar por determinados produtos.” A falta de acesso à terra para cultivo de alimentos, e até mesmo de flores, foi relatada “como questão duramente enfrentada pelas populações hoje residentes em Mariana, com a observação de que, entre os atingidos, a mudança entre casas na cidade é estratégica para se encontrar espaços onde possam plantar” (PATARO, 2017, p. 39).

Por último, vale ressaltar a necessidade de aprofundamento dos significados da paisagem cultural, considerando a trama construída a partir do fluxo entre os elementos patrimônio material e imaterial de todo o território Gualaxo e a necessidade de aprofundar os estudos sobre esse patrimônio, não só de Bento Rodrigues como de toda região atingida:

É necessário, assim, estudar o território do Gualaxo do Norte tanto em suas particularidades referentes a cada povoado quanto dentro de uma visão sistêmica que considere, por exemplo, os trânsitos culturais tecidos entre os moradores das localidades que compõem essa região. Estes trânsitos, (que) representam situações de compartilhamento de experiências distintas entre os habitantes... (PÓLEN, 2017)

7.5.2. Danos às atividades laborais

Bento Rodrigues é um pequeno povoado que possuía aproximadamente 600 habitantes, portanto, de pequeno porte. que trabalhavam em pequenos comércios, como bares e armazéns, fabricação de geleias, queijos, vinhos e na agricultura de pequena escala e criação de animais. Ressalta-se que nas últimas décadas a maioria de seus moradores não dependia diretamente das atividades minerárias.

Como suas microempresas foram destruídas faz-se necessário planejar a retomada das atividades dos seus moradores, se assim o desejarem,

estimulando-se novas iniciativas, como parte da estratégia para sua recuperação econômica. Isto também se aplica à produção de geleia de pimenta Biquinho, administrada pela Associação dos Hortigranjeiros de Bento Rodrigues. Apesar da unidade de processamento não ter sido atingida, a matéria-prima que era importada foi parcialmente perdida. Os representantes da Associação estão se articulando com o Instituto Qualidade Sustentável - IQS e com a Samarco, para a retomada da atividade em um imóvel alugado, em Mariana (Jornal Estado de Minas, 4 de janeiro de 2016).

7.5.3. Impactos Psicossociais

O deslocamento de famílias de comunidades para o centro urbano trouxe consequências culturais fortes e imediatas. As famílias dos Distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram alocadas temporariamente na sede do Município, em casas alugadas. Contudo, estão privadas de suas relações de vizinhança, além do exercício de atividades rotineiras de trabalho e lazer, gerando mais estresse para seus habitantes.

Assim, além de todas as perdas já relatadas observam-se também os impactos psicológicos sentidos. No processo pós desastre os atingidos foram confrontados por uma nova e estranha realidade política e burocrática:

assim, simultaneamente às rupturas e à desestabilização produzidas pelo rompimento da barragem, há a necessidade forçada de aprender a lidar com as novidades burocráticas, administrativas e legais, além da existência de assédios, boatos, rumores, desconfianças,

controvérsias, medos, difamações, brigas e crises, problemas muitas vezes típicos da constituição e da atuação das organizações de representação. Os moradores dos povoados imediatamente atingidos no município de Mariana, a saber: Bento Rodrigues, Camargos, Bicas, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Pedras e Campinas; e ainda Barretos e Gesteira, estes pertencentes a Barra Longa, município que também teve sua sede parcialmente arrasada pela lama de rejeitos, disputam o reconhecimento de seus direitos e o restabelecimento de suas antigas condições de vida. Todavia, tais grupos encontram dificuldades em lidar com a terminologia, o formato das políticas de reparação e as demandas organizacionais colocadas pelo Estado e pelas empresas envolvidas. Os meios, o idioma e a temporalidade dos canais padronizados e institucionalizados para a ‘participação’ revelam não apenas os limites, mas também os efeitos perniciosos da gestão do dano e do sofrimento, quando suas experiências e linguagens diversas são transformadas em atributos imediatamente apreensíveis e mensuráveis colocados sob o

registro estandardizado e numérico de instrumentos como o ‘cadastro socioeconômico’ das vítimas e a ‘matriz de perdas e danos’ (ANDRÉA ZHOURI et al., 2018, pg. 32).

No diagnóstico realizado por médicos da Rede Nacional de Médicas e Médicos Populares, que passou quinze dias em visita à região em novembro de 2015, foram apresentadas uma série de preocupações com o estado das famílias vítimas e com o tipo de atendimento dispensado às mesmas por parte dos órgãos públicos de saúde, destacando-se como demandas emergenciais àquelas relacionadas à saúde mental: estresse pós-traumático, quadros de depressão, insônia e ansiedade, não somente nos moradores que perderam suas casas ou seus entes queridos. O sentimento de angústia profunda era algo generalizado entre os moradores que viviam nos locais atravessados pela lama de rejeitos.

Um dos moradores de Bento Rodrigues e que vivia na/da terra descreve suas perdas:

- ... nossa vida foi no Bento, lá deixamos tudo. Nós tínhamos uma chácara e era muitos ovos para vender, era frangos, era muita mandioca que plantávamos. Tinha plantio de tudo. Deixamos abóbora dando e milho já crescendo

Enfim, há algo a mais nos desastres do que um conjunto de perdas materiais que possam ser mensuradas e equacionadas por meio de indenizações financeiras. O próprio processo de reabilitação pode estar repleto de violências que aviltam ainda mais as condições de vida e a autonomia daqueles que já sofreram as perdas.

FIGURA 101 Bento Rodrigues, três anos após o desastre. Foto: Samantha Nery, abril de 2019.

FIGURA 102 Pixo na parede suja de lama onde se lê: "Samarco queria nos matar, mas Jesus nos salvou" "Jesus ama o povo de Bento Rodrigues". Foto Lucas Salgado, 2016



7.6.Repercussões

O rompimento da barragem de Fundão foi um evento que iniciou sua destruição em Bento Rodrigues e seguiu causando vários impactos, se tornando uma notícia de grande destaque no Brasil e em diversos outros países do mundo, que acompanharam ao longo de quase três semanas o caminho da lama de rejeitos minerários até o Oceano Atlântico.

7.6.1. Repercussão nacional

Na noite do dia 5 de novembro de 2015 os “olhares” no Brasil se voltaram para assistir ao rompimento da barragem de Fundão no Município de Mariana/MG. Durante aquela tarde, a cobertura da mídia televisiva conseguiu imagens do trajeto percorrido pela lama de rejeitos da barragem até atingir Bento Rodrigues. O povoado, que se localiza à cerca de 2,5 quilômetros abaixo, foi quase completamente atingido e destruído pela enxurrada de lama que se seguiu, poucos minutos após o desastre. As imagens chocantes dos estragos causados pela lama foram amplamente veiculadas pela mídia. Segundo Rios (2016), a Globo destacou o desastre e seus impactos por quatro dias seguidos, durante 1 hora e 12 minutos, enquanto o Sistema Brasileiro de Televisão, SBT, destacou-os por 16 minutos, a Rede Record por 40 minutos e a Rede Bandeirantes apresentou 1 hora e 44 minutos de notícias relativas ao evento, promovendo a cobertura mais longa do evento.

Com o decorrer dos fatos, nos dias subseqüentes a cobertura da mídia televisiva foi acompanhada pela mídia impressa e digital. Alguns canais de notícias como o Portal G1 informavam continuamente à população sobre os impactos provocados pela lama. Na notícia do dia 7 de novembro já se apresentavam alguns dos estragos:

O rompimento de duas barragens da mineradora Samarco destruiu 158 das 180 casas do vilarejo de Minas Gerais. (Bento Rodrigues, complemento nosso). Depois que a lama baixou, só 22 residências estavam de pé. Centenas de pessoas seguem desabrigadas no município. Uma morte foi confirmada e 13 funcionários da empresa estão desaparecidos. Mais de 500 pessoas já foram resgatadas.

Para a operação, trilhas e pontes precisam ser refeitas porque foram levadas pela enxurrada. O objetivo é alcançar as pessoas que continuam ilhadas. Grande parte da região desapareceu sob a lama.

Segundo notícia veiculada no dia 13 de novembro, no MGTV, o prefeito de Rio Doce informava que o desastre ecológico era “incalculável”. Segundo suas palavras, havia “milhares de peixes mortos, quilômetros de matas ciliares destruídos, lama fétida e outras tantas toneladas de madeira boiando”. Além das preocupações com os seres humanos e com o meio ambiente, a mídia também abordou os efeitos econômicos do desastre, como observa-se em notícia publicada na BBC Brasil, no dia 10 de novembro:

Em função da tragédia, as ações da BHP chegaram a seu nível mais baixo em sete anos na bolsa

australiana nesta segunda-feira, enquanto as da Vale, que já haviam fechado a sexta-feira com queda superior a 7%, caíram mais 1,4% em São Paulo.

A BHP também já anunciou que está revisando sua meta de produção para 2016. O presidente-executivo da empresa, Andrew Mackenzie, e o diretor dos negócios de minério de ferro, Jimmy Wilson, devem vir ao Brasil para avaliar como contribuir na resposta à tragédia.

Na última semana, alguns bancos e consultorias de investimento divulgaram estimativas prevendo que o acidente pode afetar o preço do minério no mercado internacional, além dos projetos e resultados dessas duas companhias. (COSTA, 2015)

Todas as mídias foram acompanhando o trajeto dos rejeitos nos dias que se seguiram após o desastre. Segundo matéria publicada no Correio Brasiliense do dia 7 de novembro, a mancha de lama já havia atingido os cinco distritos de Mariana, fazendo o Rio Gualaxo do Norte subir cinco metros e ameaçando afetar municípios no Espírito Santo.

A medida em que os fatos iam se agravando, a cobertura da mídia impressa foi apresentando as apreensões de vários grupos da sociedade, incluindo pesquisadores, com os desdobramentos do desastre. Segundo notícia

veiculada no Jornal Estado de Minas no dia 6 de novembro, a Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) emitiu alerta sobre a onda de cheias e as mudanças que podiam advir no percurso. Segundo a matéria

a qualidade da água está sob risco de alteração nos próximos dias em cidades mineiras por causa do deslocamento da lama e dos rejeitos do rompimento das barragens da Samarco em Mariana, na Região Central de Minas Gerais. Os resíduos caíram no Rio Doce e nas próximas horas devem chegar às estações de tratamento de água. A Câmara Técnica de Gestão de Eventos Críticos (CTGEC) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce) emitiu um alerta na noite desta sexta-feira sobre a onda de cheia e as eventuais mudanças. (VALE, 2015)

No dia seguinte, a matéria do Estado de Minas intitulada “Tsunami de lama avança mais de 100 quilômetros e pode chegar ao Espírito Santo”, destacava que as barragens, ao longo da Bacia, operavam para tentar amortecer os danos:

o Operador Nacional do Sistema Elétrico está coordenando manobras em regime especial em barragens ao longo da bacia, para amortecer o

volume da onda. Pelo menos 15 cidades são alertadas sobre efeitos do tsunami que liberou de uma vez volume de rejeitos equivalente ao rompimento simultâneo de nove represas do porte da Pampulha, em BH. No caminho, além de Valadares estão Ponte Nova, Nova Era, Antônio Dias, Coronel Fabriciano, Timóteo, Ipatinga, Tumiritinga, Resplendor, Galileia, Conselheiro Pena e Aimorés, em Minas. Baixo Guandu, Colatina e Linhares, no Espírito Santo, já foram alertados para o risco de enchentes. (ESTADO DE MINAS, 2015b)



FIGURA 103 esq. Destruição do povoado de Bento Rodrigues, em Mariana, após o rompimento da Barragem de Fundão. Foto: Rogério Alves/TV Senado

FIGURA 104 dir. Carro fica pendurado em casa após rompimento de barragem, no povoado de Bento Rodrigues em Mariana/MG. Foto: Reprodução/Globo



FIGURA 105 Município de Barra Longa/MG. Foto: Alex de Jesus, Jornal O Tempo



FIGURA 106 Minério dentro e fora da correnteza: carregamento passa às margens das águas tingidas do Doce, perto da Usina de Aimorés. Foto: Alexandre Guzanshe/EM/D.A Press.



Por volta de 18h30 do dia 5 de novembro os rejeitos de minério de ferro chegaram ao Rio Doce. A lama afetou a bacia hidrográfica com uma área de drenagem de cerca de 86.715 Km², sendo 86% desta localizada em Minas Gerais e o restante no Espírito Santo. Tal fato ampliou significativamente a cobertura pela mídia nacional e internacional. Naquele momento os rejeitos já atingiam nove cidades destes dois estados. Segundo matéria publicada pela Carta Capital (MARTINS, 2015), no dia 15 de novembro:

as imagens aéreas parecem sugerir um desastre natural de grandes proporções. Vilarejos inteiros cobertos por espessas camadas de lama, edificações destruídas, veios d'água barrenta a empurrar para as margens despojos de toda sorte.

A devastação é resultado da passagem de um tsunami, mas não desses que se formam por sismos ou erupções vulcânicas submarinas. Na verdade, o mar está a mais de 400 quilômetros de distância.

O tsunami em questão foi provocado pelo rompimento de duas barragens da Samarco, joint venture formada por duas gigantes da mineração, a brasileira Vale, maior exportadora de minério de ferro do mundo, e a anglo-australiana BHP Billiton, maior companhia do setor.

Em matéria veiculada pelo Estadão nesse mesmo dia, intitulada “As dimensões do desastre em Mariana” destaca-se a preocupação com seus múltiplos impactos:

o grande desastre ambiental em Mariana (MG), com o rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro, tem múltiplas e complexas dimensões. Uma dessas dimensões, de grande impacto, é a deterioração ambiental do Rio Doce, com alterações graves no sedimento do rio, na fauna e na flora aquáticas e na qualidade da água. A perda de negócios e de competitividade para atrair investimentos, decorrente da deterioração ambiental, tem repercussões importantes no desenvolvimento econômico e na geração de empregos de toda a região afetada

No dia 22 de novembro os rejeitos minerários chegaram ao Oceano, no norte do Espírito Santo, transformando suas águas azuis em marrons. A presença desta lama interditou as praias de Regência Augusta e Povoação, em Linhares. Segundo matéria veiculada no Estado de Minas no dia 23, “pelo menos três quilômetros de mar já haviam sido percorridos pelos rejeitos de minério e peixes de água doce e marinhos começaram a aparecer mortos” (ESTADO DE MINAS, 2015c). O jornal destacou que o Rio Doce já era o retrato da maior tragédia ambiental do Brasil, apontando a gravidade da situação dos ribeirinhos, agricultores, peixes, gado e animais silvestres que integravam a longa

lista de atingidos pela catástrofe que alcançou o Oceano Atlântico pelo leito do Rio Doce (LOBATO, 2015).

Em matéria do dia 11 de dezembro também se destacava que “a perda de negócios e de competitividade para atrair investimentos, decorrente da deterioração ambiental, tem repercussões importantes no desenvolvimento econômico e na geração de empregos de toda a região afetada.”

Na reportagem de 15 de janeiro de 2016, “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos”, de Noele Oliveira, no Portal EBC, são publicados dados do estudo da Bowker Associates apontando análises comparativas entre outras ocorrências similares, explicitando-se a afirmação da manchete. Se for considerado o volume de rejeitos despejados no ambiente - 50 a 60 milhões de metros cúbicos (m³) - o acidente em Mariana (MG) equivale, praticamente, à soma dos outros dois maiores acontecimentos do tipo já registrados no mundo, ambos ocorridos nas Filipinas, um em 1982, com 28 milhões de m³ e outro em 1992, com 32,2 milhões de m³ de lama. Os dados estão presentes no estudo da Bowker Associates - consultoria de gestão de riscos relativos à construção pesada, nos Estados Unidos – feito em parceria com o geofísico David Chambers. Apesar da pesquisa calcular, com base no tamanho da barragem mineira, o volume de 60 milhões de m³ de rejeitos lançados na tragédia, a Samarco informa que o montante correto foi de 32 milhões de m³. (Oliveira, 2016)

Apenas cinco acidentes com barragens de rejeitos excederam 10 milhões de m³ de lançamentos, até hoje, em todo o mundo (Oliveira, 2016), revelando a magnitude do desastre (ver descrição detalhada desta análise no capítulo “Desastre”).

Conforme Rios (2016), o impacto nacional do fato foi visível, constatando-se os impactos causados ao meio ambiente e ao abastecimento de água em dois estados brasileiros, além do despejo dos rejeitos no Oceano. Além disso, ao envolver uma população que ultrapassou 20 milhões de pessoas, quase 10% do total de habitantes do Brasil e devido à gravidade dos impactos provocados em diversas searas da vida, o evento ganhou ampla relevância e, por isso, houve a necessidade não apenas interna, mas também externa, de destacá-lo. Mais ainda, um desastre ambiental de tamanha dimensão é relevante não apenas no momento do acontecimento, mas também nos momentos subsequentes, pois seus reflexos serão sentidos por períodos mais longos, tanto nos locais afetados como também pelas empresas responsáveis pelo fato. Neste sentido, nota-se que as notícias continuaram a ser transmitidas pelos meios de comunicação por vários meses, o que continua até os dias atuais, apesar de sua frequência ter diminuído.

7.6.2. Repercussão internacional

No mesmo dia do desastre, olhares de diversas partes do mundo se voltaram para o Brasil de forma questionadora e enfática, a partir do evento, noticiando-o em inúmeros veículos de comunicação internacional, em jornais impressos, eletrônicos, nas redes sociais, o que incluiu atos de solidariedade em outros países. As grandes mídias, tais como os jornais de grande circulação e referência mundial como El País, New York Times, Le Monde, site do Telegraph (Inglaterra), entre outros, iniciaram uma ampla cobertura sobre o ocorrido e seus desdobramentos, “cujas feridas sociais e ambientais continuam abertas”. (SPUTNIK NEWS, 2016)

Silva (2015) apontou em seu texto o destaque da CNN logo após o evento, “Rompimento de dique varre casas no Brasil, matando pelo menos uma

pessoa”. No site do jornal francês “Le Monde” o assunto foi a quarta notícia mais compartilhada entre os leitores, com a matéria “Brasil: deslizamento de terra gigantesco após colapso de uma barragem de mineração, detalhando como o rompimento da barragem provocou um deslizamento de terra que arrastou diversas casas.

Outro destaque foi um vídeo publicado no site do Telegraph, da Inglaterra, mostrando uma verdadeira “cachoeira” de lama devastando Bento Rodrigues, com a chamada “pessoas podem estar desaparecidas ou mortas depois que uma represa estourou em uma mina no sudeste do Brasil”. A manchete do The Guardian revelava: “Dezenas de pessoas continuam desaparecidas desde o rompimento da barragem de uma mina de minério de ferro no sudeste do Brasil, com uma aldeia destruída pelo deslizamento de terra”, ao que se segue o relato:

No dia seguinte ao acidente, o jornal britânico foi às ruas com a manchete "Rompimento mata 15 pessoas após desastre em mina da BHP Billiton". A publicação chamava a atenção para a parceria entre a Vale, a Samarco e a australiana BHP. Segundo o jornal, "a limpeza da região pode demorar mais de uma década e está afundada em controvérsias. Críticos dizem que a Samarco quer apenas cobrir a sujeira e reabrir a mina". A tragédia ocorrida em Mariana, na análise do jornal, foi um dos cinco piores escândalos empresariais de 2015,

ao lado das denúncias de manipulação de testes de emissão de gases da Volkswagen.

No Jornal "The Economist", a manchete foi: 'Negligência e erro humano são as prováveis causas do rompimento de duas barragens no Brasil'. A manchete da revista, uma das mais críticas em relação às políticas econômicas do Brasil, também explorava os impactos econômicos e sócioambientais do desastre e questionava supervisão das autoridades brasileiras e projetos de segurança das empresas envolvidas. (SPUTINIK NEWS, 2016)

Assim, durante vários dias as emissoras de TV internacionais, como a CNN, a BBC, entre outras, dedicaram cobertura exclusiva à tragédia, salientando “os esforços das autoridades brasileiras em socorrer vítimas e tentar estabelecer causas e culpados pelo acidente, considerado o pior do mundo em termos de rompimento de barragens” (SPUTINIK NEWS, 2016).

Na "BBC" a matéria "Explosão engole casas em Minas Gerais" destacou a violência do rompimento de barragens e chamou a atenção para as consequências do desastre ecológico a médio e longo prazos. (SPUTINIK NEWS, 2016).

O jornal americano “The New York Times” informou em sua versão online que a barragem de um complexo de mineração a céu aberto romperá, inundando uma comunidade próxima e revolvendo casas e carros nas lamas, com a chamada “Autoridades avaliam local de estouro de represa no Brasil”. A publicação destacou que as equipes de resgate utilizaram helicópteros para vasculhar o local em busca de sobreviventes e que as autoridades estavam tentando determinar o número de vítimas. No dia 06 de novembro, o jornal publicou a matéria intitulada “Autoridades competentes avaliam os impactos de rompimento de barragem no Brasil”:

A barragem de um complexo de mineração a céu aberto rompeu-se na quinta-feira no sudeste do Brasil, inundando uma comunidade próxima e envolvendo casas e carros nas lamas. As equipes de resgate desceram de helicópteros e vasculharam o local procurando sobreviventes.

As autoridades disseram quinta-feira que estavam tentando determinar o número de vítimas, com jornais brasileiros relatando que pelo menos uma pessoa tinha morrido. Representantes do sindicato dos trabalhadores da mina disseram temer que até 15 pessoas podem ter morrido após a explosão da barragem.

O episódio em um distrito de Mariana, uma cidade de 58.000 habitantes no Estado de Minas Gerais, surpreendeu um país que depende fortemente de barragens para produzir eletricidade e da mineração para gerar receitas de exportação. A barragem operada pela Samarco, joint venture entre a BHP Billiton, gigante de commodities da Austrália, e da Vale, mineradora brasileira,

segurava resíduos de uma operação de mineração a céu aberto.

"Precisamos de rigor para determinar o que aconteceu", disse o promotor mineiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto a repórteres na quinta-feira: "Não há barragens rompidas por acaso". Complexos hidrelétricos fornecem cerca de três quartos da eletricidade do país e grande parte da energia é usada para executar algumas minas remotas.

Imagens que foram transmitidas pela televisão mostraram casas quase cobertas de lama, com veículos espalhados nos telhados de propriedades em Bento Rodrigues, como se um furacão tivesse varrido a comunidade de cerca de 600 pessoas.

Além do dano e dos temores de que o número de vítimas possa subir à medida que as equipes de resgate exploram o local, as autoridades demonstraram preocupação de que as lamas do estouro da barragem poderiam contaminar a bacia do rio que fornece água para Belo Horizonte, uma cidade de 2,5 milhões de pessoas em Minas Gerais.

Mas Luiz Paniago Neves, inspetor do Departamento Nacional de Produção Mineral, disse que o resíduo não representa um alto risco de poluição. Ele disse aos repórteres que o resíduo consistia basicamente de rochas com pequenas quantidades de minério de ferro, em vez de resíduos químicos. Samarco, a empresa de mineração que opera a barragem, disse que buscava ajudar as vítimas e mitigar qualquer dano ambiental.

"Não é possível neste momento confirmar as causas ou a extensão do que ocorreu", disse a companhia em um comunicado. O Brasil já lutou com barragens que estouraram no passado. Inundações de uma represa rompida no Piauí, um estado no Nordeste do Brasil, matou pelo menos 24 pessoas em 2009.

E em 2012, a água rompeu uma represa no Estado do Rio de Janeiro, forçando milhares de pessoas a fugir de suas casas na cidade de Campos dos Goytacazes.

Ambientalistas afirmam que o governo do Brasil precisa fazer mais para proteger as pessoas que vivem perto de barragens. (ROMERO, 2015 apud RIOS, 2017)

FIGURA 107 Notícia veiculada no site do The New York Times.

The screenshot shows the top navigation bar of The New York Times website with the logo and a search bar. Below the navigation bar is a row of featured news items with small images and headlines. The main article is under the 'AMERICAS' section. The headline is 'Authorities Assess Toll of Burst Dam in Brazil' by Simon Romero, dated Nov. 5, 2015. To the left of the article text are social media sharing options: Email, Share, Tweet, Save, and More. The article text begins with 'RIO DE JANEIRO — A dam from an open-pit mining complex burst on Thursday in southeastern Brazil, flooding a nearby community and enveloping homes and cars in sludge. Rescue teams descending from helicopters scoured the site for survivors.' A video player is embedded in the article, showing aerial footage of the dam's devastation with the title 'Brazil Aerial Footage Shows Devastation'. Below the video player is a caption: 'Video by the broadcaster TV Globo showed the stodge flooding that resulted from a burst dam in southeast Brazil on Thursday. By REUTERS on November 5, 2015. Photo by TV Globo. Agence France Presse — Getty Images. Watch in Times Video >'. The article continues with 'The authorities said Thursday night that they were trying to determine the number of casualties, with Brazilian news organizations reporting that at least one person had died. Union officials representing workers at the mine said they feared that as many as 15 people might have died after the dam burst.' The next paragraph states 'The episode in a district of Mariana, a city of 58,000 residents in Minas Gerais State, stunned a country that relies heavily on dams to produce electricity and on mining to generate export revenue. The dam operated by Samarco, a venture between BHP Billiton, the Australian commodities giant, and Vale, the Brazilian mining company, held residue from an open-pit iron ore mining operation.' The final paragraph quotes Carlos Eduardo Ferreira Pinto, a prosecutor in Minas Gerais, saying 'We need rigor in determining what happened,' and 'No dam bursts by chance.'

Segundo Ricardo Rios, esta matéria “adota um tom sóbrio, sem usar adjetivos que possam levar o consumidor da informação a apoiar algum dos lados envolvidos no fato.” A reportagem projeta a catástrofe, ao comparar os efeitos do vazamento do resíduo de mineração em Bento Rodrigues aos efeitos de um furacão. Conforme análise do mesmo autor, “como uma das características desta projeção é o espírito de humanidade, a pessoa que ler a matéria pensará nos estragos feitos por um furacão e se solidarizará com as vítimas do acidente” (RIOS, 2017).

FIGURA 108 Notícia veiculada no El País

The image shows a screenshot of the El País website. At the top, there are navigation links for 'ESPAÑA', 'AMÉRICA', 'BRASIL', and 'CATALUÑA'. There are also links for 'INICIA SESIÓN', 'REGÍSTRATE', and 'SUSCRÍBETE'. The main header reads 'EL PAÍS' and 'INTERNACIONAL'. Below the header, there are more navigation links: 'EUROPA', 'EE UU', 'MÉXICO', 'AMÉRICA LATINA', 'ORIENTE PRÓXIMO', 'ASIA', 'ÁFRICA', 'FOTOS', 'OPINIÓN', 'BLOGS', and 'TITULARES'. The main article is titled 'La rotura de una presa deja varios muertos y desaparecidos en Brasil'. Below the title, there is a sub-headline: '• Un alud de barro en el Estado de Minas Gerais inundó viviendas y arrastró camiones'. The author is 'HELOÍSA MENDONÇA' and the location is 'São Paulo'. The date is '6 NOV 2015 - 03:39 CET'. There are social media sharing buttons for Facebook (267), Twitter (262), LinkedIn, and Google+ (0). Below the article, there is a photo of a landscape with a dam and some buildings. The caption reads: 'Viviendas afectadas por el alud de barro. / REPRODUCCIÓN TV GLOBO'. On the right side, there is a section titled 'OTRAS INFORMACIONES EN EL PAÍS' with several news items: '“El estilo de ‘True detective’ se ha perdido”' by Luis Almodóvar, 'La pasarela de Jennifer Lawrence en el estreno de ‘Los juegos del hambre’' by Carolina Baena, 'El buen samaritano es el ateo' by Javier Salas, and 'El juez militar archiva la denuncia contra la excomandante Cantero' by Miguel González.

A versão para a América do espanhol “El País” também registrou o desastre em Minas Gerais, informando que o rompimento de uma barreira “enter-rara” um distrito. O jornal informou que a avalanche de lama foi tão violenta que chegou a uma cidade a 70 quilômetros do distrito mineiro onde fica a barragem, inundou casas e arrastou carros e caminhões. . Por sua vez, o Clarín da Argentina noticiou “mortos e desaparecidos no Brasil por uma

avalanche de resíduos tóxicos”, além de destacar seus impactos nos municí-pios próximos. Importante destacar também a cobertura internacional do El País, com a matéria “El alud de barro de Brasil ya llega al mar: la avalancha provocada por la rotura de muros de contención de una mina en Minas Ge-rais hace 17 días ha recorrido 700 kilómetros”⁷³, sendo que as imagens vei-culadas mostravam a dimensão ambiental do desastre.

FIGURA 109 Noticia veicula na emissora CNN

The image shows a screenshot of a CNN news article. The top navigation bar includes 'News', 'Regions', 'Video', 'TV', 'Features', 'Opinions', and 'More...'. Below this, there are regional links: 'U.S.', 'China', 'Asia', 'Middle East', 'Africa', 'Europe', and 'Americas'. The main headline reads 'Dam break sweeps away homes in Brazil, killing at least 1 person'. The author is identified as 'By Shasta Darlington, CNN' and the article is dated 'Updated 0941 GMT (1741 HKT) November 6, 2015'. The article text describes a dam burst at an iron ore mine in Brazil, inundating a nearby town and causing at least one death. It mentions that many houses were buried and debris was spread over a wide area. A sidebar on the right titled 'More from Americas' lists other news items: 'Mexican Supreme Court opens door to legalizing marijuana', 'Justin Trudeau sworn in as Canada's Prime Minister', and 'Justin Trudeau Fast Facts'.

⁷³ A avalanche de barro de Brasil já chega ao mar: a avalanche provocada pelo rompimento de muros de contenção de uma mina em Minas Gerais há 17 dias percorreu 700 quilômetros. Tradução nossa.

FIGURA 110 Notícia veiculada no jornal The Guardian



A Cable News Network / CNN, grande emissora internacional de notícias começou a destacar o desastre de Mariana no dia 06 de novembro. A divulgação de notícias pelo The New York Times e pela CNN sobre Mariana neste dia foi importante para mostrar o fato em escala global. Segundo a análise de Ricardo Rios,

a reportagem da CNN perde o tom sóbrio e aposta em um tom mais espetacularizado, transformando o fato não em mero acidente, mas sim, em uma tragédia. A espetacularização acontece porque,

como a correspondente da CNN está ao vivo, ela possui uma visão atualizada da situação, algo que o jornal, em sua edição impressa, não pode ter, devido às condições do produto. Além disso, a CNN dispõe de imagens em movimento do local, o que dá dramaticidade na narrativa (RIOS, 2017).

O diário argentino "Clarín" noticiou "Mortos e desaparecidos no Brasil por uma avalanche de resíduos tóxicos", informando que 17 pessoas morreram, outras 50 ficaram feridas e dezenas estavam desaparecidas após o rompimento de duas barragens que continham resíduos tóxicos de uma empresa de mineração no estado de Minas Gerais.

A rede árabe "Al Jazeera" anunciou "Rompimento de barreira devasta cidade brasileira" e também deu grande cobertura ao evento, destacando os esforços dos brigadistas em salvar os sobreviventes e procurar por desaparecidos.

O site da rede "Sputnik Brasil" anunciou "Barragem se rompe e inunda distrito no interior de Minas" e detalhou as primeiras providências adotadas tanto pelo governo federal quanto estadual, enquanto o Ministério Público se mobilizava para investigar causas e responsabilidades no rompimento. Segundo informaram, a União havia colocado de imediato o Exército à disposição do governo de Minas, enquanto chegavam as primeiras brigadas de socorristas a Bento Rodrigues, o primeiro distrito a ser atingido. (SPUTNIK NEWS, 2016)

7.6.3. Mobilização da sociedade civil

No dia 04 de abril de 2017 foi entregue ao Ministério Público Federal um ofício com 371 assinaturas – dentre elas 85 pessoas atingidas, 120 organizações nacionais, 22 organizações internacionais e mais de 150 apoiadores (pesquisadores nacionais e estrangeiros) – para expressar o seu repúdio às tentativas da Samarco/Vale/BHP de assumir o controle da reparação dos danos causados pela maior catástrofe socioambiental do Brasil. Os signatários do ofício temiam que as empresas responsáveis pelo desastre tentassem diminuir os custos das reparações, prejudicando ainda mais aqueles que perderam parentes, moradias, plantações, animais, fontes de subsistência, além de seus modos de vida e a sua vida cotidiana. Por essa razão, reivindicavam que as propostas feitas pelo Grupo de Trabalho que assessorou o Ministério Público, na elaboração do Termo de Referência para o Eixo Socioeconômico das reparações, fossem incorporadas pela Força Tarefa e garantidas em juízo.

Ressalta-se também a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens / MAB, que realizou trabalho de acompanhamento das autoridades no resgate e atendimento às vítimas, e o trabalho de organização das famílias atingidas em várias áreas do Brasil. O MAB tem se mostrado uma organização bastante atuante em Mariana, promovendo fóruns, encontros, dentre outras ações em conjunto com os atingidos. Esse movimento elaborou um dossiê completo sobre o rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana (MG), causando o que chamaram de “tragédia anunciada”.

FIGURA 111 Rio Doce após desastre Foto: SECOM (ES)



FIGURA 112 Bento Rodrigues após o rompimento da barragem. Foto: Agencia Brasil/Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.



7.6.4. Mobilização de universidades

O desastre ocorrido em Mariana também entrou na agenda das ações de pesquisa e extensão de universidades brasileiras, como a Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, envolvendo diferentes grupos de pesquisa como o Grupo de Reabilitação Urbana e Arquitetônica da UFMG e o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA, vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG e o grupo de pesquisa em Conservação e Reabilitação Urbana e Arquitetônica vinculado à Escola de Arquitetura/UFMG.

O grupo Reabilitação Urbana e Arquitetônica, que trabalha desde meados da década de 90 desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão articuladas à temática da conservação, preservação e revitalização urbana e arquitetônica (UFMG, 2018) vem abordando o desastre de Bento Rodrigues desde 2016.

Complementarmente, o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA, vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da FAFICH/UFMG vem desenvolvendo, desde o ano 2001, ações de pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão de conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território vigentes em nossa sociedade. O GESTA, de caráter interdisciplinar, é composto por alunos e pesquisadores de graduação e pós-graduação das áreas de Antropologia, Sociologia, Geografia, Direito e Ciências Socioambientais. A atuação do núcleo tem privilegiado a interface entre pesquisa e extensão, buscando refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação do território, ao mesmo tempo em que almeja uma ação transformadora no tocante à capacitação político-participativa de populações afetadas por lógicas excludentes, que incluem a exploração da natureza.

Outro projeto que abordou o desastre advém do grupo de pesquisa Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG, que surgiu a partir da necessidade de compreender o papel social, econômico e ambiental da extração mineral em escala local, regional e nacional. Este se compõe por pesquisadores e alunos com formações diversas e traz conhecimentos da economia, da geografia, da sociologia e das políticas públicas para avaliar e analisar os impactos que as redes de produção associadas à indústria extrativa mineral geram para a sociedade e para o meio ambiente, através de pesquisas acadêmicas e atividades de extensão. Para tanto, desenvolve parcerias com organizações não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e comunidades que debatem ou sofrem efeitos das atividades extrativas minerais, buscando contribuir para um entendimento crítico sobre o desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos minerais.

Neste sentido, o PoEMAS realizou importantes publicações como “Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição”, em 2016. Participam desta publicação o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o Grupo Temáticas Especiais Relacionadas ao Relevo e à Água (TERRA), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e do Laboratório de Estudos Territoriais (IESTE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Grupo de Estudos e Pesquisas em Populações Pesqueiras e Desenvolvimento no ES (GEPPEDES), o Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA), o Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG), o ORGANON - Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Mobilizações Sociais, vinculado ao Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e o grupo Justiça Global.

Vinculado a Escola de Belas Artes da UFMG, o CECOR também tem realizado ações importantes. A atuação do Centro de Conservação da UFMG (CECOR)

⁷⁴ no salvamento dos bens culturais de Bento Rodrigues, quando do rompimento da barragem do Fundão, se deu em parceria com o Ministério Público de Minas Gerais, através de um plano de ação elaborado e executado com o apoio do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil. Participaram desta ação Marilene Maia – Conservadora do CECOR/UFMG, Cláudio Nadalim – Fotógrafo do CECOR/UFMG, Paula Novais – Historiadora do Ministério Público de Minas Gerais, Andréa Novais – Arquiteta do Ministério Público de Minas Gerais, Carla Santana – Conservadora da Fundação de Arte de Ouro Preto (FAOP), Jean Lúcio de Souza – representante da paróquia local e Gilson Camilo de Souza – estudante de Conservação do CECOR/UFMG (MAIA e VELOSO, 2017).

A operação de resgate começou com uma avaliação do estado em que se encontrava o patrimônio local. Além dos danos provocados pelo desastre, havia ainda o risco de roubos e vandalismo. O procedimento inicial objetivou levar as peças coletadas para a Igreja das Mercês, imóvel que estava em condições adequadas para receber os objetos, realizando-se um inventário sucinto naquele momento. Após a etapa de resgate das obras, o CECOR elaborou recomendações sobre o manejo dos bens pós-resgate, determinando a instalação de barreiras para proteger os bens culturais ameaçados e indicações para a implementação de um plano de conservação para os objetos recuperados. Os profissionais alertaram para a necessidade de se estabelecer no Brasil estratégias de ação para eventos emergenciais e catástrofes, bem como a preparação de equipes que possam atuar nessas situações de risco.

O Grupo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (GEPISA), da UFOP, objetiva discutir o rompimento da Barragem de Fundão, a fim de potencializar ações, fazer contatos de ajuda e desenvolver projetos nas áreas do Direito e da Arquitetura. Entre as ações desenvolvidas estão o acompanhamento do reassentamento de Gesteira, no distrito de Barra Longa, a produção de vídeos com narrativas dos atingidos (Narrativas Atingidas), a promoção de oficinas de assessoria jurídica e a produção de cartilhas sobre o tema, distribuídas ao longo da Bacia do Rio Doce. Outra iniciativa desenvolvida foi a criação da Rede UFOP Mariana - Rio Doce, que estuda as consequências do rompimento da Barragem e tem como objetivo identificar, organizar e integrar estudos em andamento ou finalizados na Universidade, cujo escopo são as consequências do desastre ambiental. A partir das ações identificadas, são desenvolvidas estratégias voltadas à criação de novos projetos que contemplem os cenários ambiental, social e econômico das áreas atingidas.

Os estudos do GEPISA resultaram em várias produções científicas realizadas sobre os impactos do desastre de Mariana, como por exemplo o artigo intitulado “Deep into the mud: ecological and socio-economic impacts of the dam breach in Mariana, Brazil”⁷⁵, publicado no periódico *Natureza & Conservação – Brazilian Journal of Nature Conservation*, (no. 14, 2016). O artigo faz uma aprofundada análise dos impactos ecológicos, na paisagem, sócio econômicos e na área da saúde. Conforme o artigo,

74

O Cecor - Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais é um órgão complementar da Escola de Belas Artes da UFMG, constituído para apoiar e

desenvolver ensino, extensão e pesquisa na área de conservação e restauração de obras artísticas e culturais. <https://www.eba.ufmg.br/cecor/cecor.html>.

⁷⁵ Afundados na lama: impactos ecológicos e socioeconômicos do desastre em Mariana, Brasil.

os impactos ecológicos agudos afetarão adversamente os meios de subsistência de mais de 1 milhão de pessoas em 41 municípios ribeirinhos, reduzindo o acesso local aos recursos pesqueiros, à água potável, aos locais de produção agrícola, à geração de energia hidrelétrica e às matérias-primas. As ameaças às comunidades humanas ribeirinhas são particularmente críticas para as populações desfavorecidas de áreas remotas que dependem de agricultura de subsistência e pescas, e são exclusivamente vulneráveis à exposição a longo prazo de metais pesados. Na escala da paisagem, prevemos múltiplos impactos negativos, que vão desde alterações da diversidade genética das populações de peixes até a perda de vegetação a longo prazo e pouca regeneração em áreas contaminadas. Consequentemente, a estabilidade comprometida do solo e o controle de escoamento aumentará o risco de novos distúrbios geomorfológicos, incluindo deslizamentos de terra, falhas bancárias e movimentos de massa. (FERNANDES et al., 2016, p. 35).

Outra de suas publicações é o artigo intitulado “Hidden impacts of the Samarco mining waste dam collapse to Brazilian marine fauna – an example from the staurozoans”, publicado no periódico *Biota Neotrópica*, em 2016. Segundo o artigo,

*o colapso da barragem de rejeitos do Fundão em Mariana (Estado de Minas Gerais, Brasil, n. de página) iniciou uma grande tragédia humana e provavelmente o desastre ambiental mais grave na história brasileira recente.... Após tentativas ineficazes de conter o desastre, após 16 dias, a inundação de lama atingiu o mar, onde seu impacto deverá afetar milhares de espécies de fauna e flora marinhas. Aqui, fornecemos um exemplo de uma dessas espécies, o cnidário *Kishinouyeacorbini* Larson 1980 (Staurozoa), emblemático, porque é extremamente raro, pouco estudado e sua distribuição conhecida sobrepõe a área ameaçada na costa brasileira. Com base neste caso, discutimos a necessidade de esforços para monitorar e minimizar os possíveis impactos desse crime socioambiental, bem como identificar e punir todos os atores responsáveis nesta tragédia, incluindo agências negligentes de licenciamento e*

estatais de supervisão, a fim de evitar futuras tragédias semelhantes (MIRANDA, 2016).

Após a identificação das ações de extensão, ensino e pesquisa, se pretende criar um banco de dados com todo o material já desenvolvido nesta temática. Segundo a professora Vera Guarda, integrante do projeto, atualmente o banco contabiliza cerca de 30 trabalhos, entre projetos de extensão e de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso e prestações de serviços. Ela observa que a Universidade tem conhecimentos que muitas vezes ficam limitados, presos dentro da instituição, e acredita que "as ações promovidas após o rompimento são uma maneira de extravasar o conhecimento".

Através desses exemplos de estudos, pesquisas e publicações de inúmeras universidades, que contemplam apenas uma parcela do que foi realizado até o momento, constata-se que o desastre de Mariana despertou enorme interesse na comunidade acadêmica, canalizando esforços para o desenvolvimento de pesquisas e ações nos sentidos de entender os impactos da atividade minerária em diferentes âmbitos e atuar de maneira a minimizar estes impactos, desde diferentes áreas do conhecimento, o que vem sendo realizado até os dias atuais.

FIGURA 113 Capa da publicação do grupo de pesquisa PoEMAS/UFJF.



FIGURA 114 Grupo de pesquisa do PACPS, UFMG em sua primeira visita de campo ao território atingido de Bento Rodrigues, em 2016. Foto: Lucas Salgado, 2016

FIGURA 115 Grupo de pesquisa do PACPS, UFMG em sua primeira visita de campo ao território atingido de Bento Rodrigues, em 2016. Foto: Lucas Salgado, 2016



7.7. Pós desastre: a construção dos diques

Passados alguns meses do rompimento da barragem foram executadas algumas mudanças no território de Bento Rodrigues, como a construção do dique S3, que alagou parte de propriedades públicas e privadas no povoado, citado no RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL INTEGRADO DO COMPLEXO GERMANO, RIMA (2017).

De acordo com esse Relatório, diversas ações foram adotadas para minimizar e controlar os impactos ambientais e sociais decorrentes do evento. Parte dessas ações foi organizada na forma dos programas estabelecidos no TTAC, já citado anteriormente, e de responsabilidade da Fundação Renova, responsável pela implantação de mais de 40 programas reunidos em duas principais frentes de trabalho, uma socioeconômica e outra socioambiental. Dentre essas ações observa-se a implantação de diques de contenção de sedimentos que estavam sendo carreados a partir do reservatório de Fundão para as áreas à jusante. Segundo o RIMA, embora todas as atividades de produção de minério tenham sido paralisadas no Complexo Germano devido ao rompimento da Barragem, os órgãos governamentais responsáveis pelo licenciamento ambiental mantiveram as licenças das estruturas que permitem a continuidade das ações de manutenção e monitoramento e ações caracterizadas como emergenciais:

assim, as obras emergenciais contempladas no presente licenciamento são: • Obras de reforço no dique de partida da Barragem do Germano e construção de dique de proteção; • Captação de bombeamento de água no vale do Fundão; • Obras de estabilização a jusante nos diques da Sela,

Selinha e Tulipa; • Adequações no sistema extravasor de Germano; • Obras de reforço na Barragem de Santarém; • Construção da nova barragem de Santarém; • Construção dos diques S1 e S2; • Construção das Barreiras 1, 2, 3 e 4 no interior do antigo reservatório do Fundão; • Construção do Dique S3; • Construção do Dique Eixo 1; • Acessos, áreas de empréstimo, ADMs e canteiros de obras. (AMPLO, 2017).

Além dos diques citados no RIMA, foi muito impactante para o território e para a população local a construção do Dique S4, uma vez que inundou parte das ruínas do núcleo de Bento Rodrigues. O relatório Síntese da Pólen (2017) relata o complexo processo de discussão e a posterior construção do Dique S4 ao longo do ano de 2016, que revelou fortes embates e divergências acerca de várias questões:

[...] Ele se desenha a partir de 19/01/2016, quando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mariana encaminhou um ofício à empresa Samarco S.A. solicitando medidas urgentes de redução dos riscos ambientais causados no município, como o estudo de novos anteparos (diques filtrantes) que evitassem o carreamento de material da Barragem de Fundão para o Rio Gualaxo do Norte. Até o início de 2016, a Samarco

já havia concluído três diques semelhantes na região de Bento Rodrigues, e apontou como saída emergencial para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente a construção do Dique S4 no setor situado abaixo das ruínas da Capela de São Bento.

O contexto de discussão sobre a construção do Dique S-4 ao longo de 2016 encontra-se detalhadamente exposto nos relatórios de Arquitetura e de Arqueologia que compõem este Diagnóstico Preliminar. É possível extrair destes trabalhos três questões centrais relacionadas a esse período. A primeira refere-se ao setor indicado para a construção desta obra, já que ele localiza-se num espaço de antiga ocupação, apresentando assim importantes evidências materiais sobre o processo de formação histórica de Bento Rodrigues, que já tinha sido drasticamente atingido pela passagem do rejeito em novembro de 2015. A estruturação do novo dique concretizaria, portanto, um segundo e significativo impacto negativo na paisagem local, pois a submersão deste espaço pelo lago que seria formado pela

barragem impediria a curto e médio prazos estudos sobre os danos causados nesta área pelo rompimento da Barragem de Fundão.

Os documentos que registram os debates construídos entre a empresa Samarco S.A., a Fundação Renova, o MPMG, a Superintendência Regional do IPHAN e o DEPAM/IPHAN neste período permite criar uma linha de argumentações que colocou estes atores em campos opostos de observação: a empresa e a Fundação defenderam o setor escolhido como o mais viável (e eficiente) para atender à solicitação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mariana; o MPMG e a Superintendência Regional do IPHAN se posicionaram contra a possibilidade de novos impactos negativos no antigo núcleo urbano de Bento Rodrigues, sugerindo o estudo de outros setores para a realização deste empreendimento; e o DPHAN/IPHAN, situado numa esfera de decisão superior à da Superintendência Regional, reuniu uma série de argumentos (questionáveis do ponto de vista da equipe de profissionais contratados pela Pólen Consultoria) para afirmar que devido a

inexistência de bens tombados em nível federal, de “monumentos arqueológicos” e de processo de tombamento em curso na localidade de Bento Rodrigues “não caberia ao IPHAN autorizar a execução de obras ou não no local, uma vez que a instituição não tem responsabilidade legal sobre os bens ou a área em questão” (FERREIRA, 2017, p.34).

Na FIGURA 118 pode-se vislumbrar as principais estruturas e obras emergenciais realizadas no Complexo de Germano, destacando-se o S3, que se localiza no perímetro de Bento Rodrigues.

FIGURA 116 Dique S4. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019



FIGURA 117 Dique S3 e espelho d'água do Dique S4. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019



FIGURA 118 Mapa de Localização das Principais Estruturas e Obras Emergenciais . RIMA - EIA INTEGRADO DO COMPLEXO DO GERMANO - Fonte: AMPLO, 2017.



A proposta da construção do dique S4 seguiu apresentando fortes divergências ao longo do ano de 2016:

O Memorando do DEPAM/IPHAN foi expedido no dia 15/07/2016, quase três meses após os atos de tombamentos realizados em Bento Rodrigues pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT): inicialmente a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, no dia 07/04/2016, e em seguida o núcleo urbano, no dia 28/04/2016. Os três argumentos apresentados pela Deliberação 002/2016 elaborada pelo COMPAT para justificar o ato de tombamento do núcleo urbano se contrapõem aos apresentados pelo DEPAM/IPHAN, ao considerar: o “grande número de bens de valor cultural”, como a “rica imaginária”, os “sítios arqueológicos e históricos” e as “cavidades naturais subterrâneas” de Bento Rodrigues; o “cumprimento ao comando do art. 216 da CF/88”, e neste sentido evitar novos danos ao patrimônio atingido e gerir adequadamente o território afetado pelo desastre”; e rememorar a condição de “que o desastre ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 caracteriza, tristemente, um

fato memorável da nação brasileira, por ser considerado o mais grave dano ambiental do país”. O ato do COMPAT criava, sem dúvida, novas condições para o desdobramento do debate sobre a construção do Dique S4. No entanto, apesar de ter sido iniciado em abril de 2016, o seu processo ainda não foi finalizado, passados mais de um ano e meio após a sua publicação, tornando-se ineficiente para redefinir a reflexão sobre a instalação da obra no setor indicado pela empresa Samarco S.A.4 .

A segunda questão detectável no contexto de construção do Dique S4 refere-se à ausência de procedimentos para a realização de um estudo sistêmico sobre os bens culturais de natureza material existentes no setor que seria alagado por esta barragem, já que neste contexto foram evidenciadas pela empresa Samarco S.A. somente duas estruturas antigas: um muro de pedras que se localiza na entrada de Bento Rodrigues próximo às ruínas da Igreja de São Bento e o Curral e cocho de pedras que pertenciam a um Rancho que funcionou nesta localidade nos séculos XVIII e XIX.

Os relatórios técnicos produzidos pela Arcadis Logos S.A., contratada pela empresa Samarco S.A., e as Notas Técnicas produzidas pelo MPMG neste período reafirmam a importância dessas duas estruturas para se compreender o processo de ocupação e de continuidade da vida social em Bento Rodrigues nos últimos três séculos. As Notas Técnicas, que vão além dos relatórios da Arcadis Logos S.A., procuraram demonstrar de maneira mais clara o diálogo entre esses bens culturais materiais e outros existentes na localidade, realçando uma particularidade no muro de pedras de Bento Rodrigues: o uso vertical de placas de pedra (lajes) para demarcar parte do cercamento insere esta estrutura dentro de um conjunto singular de bens que fazem parte da paisagem rural mineira constituída nos séculos XVIII e XIX. Ocorrência, como assinalam os relatórios de Arquitetura e Arqueologia compostos para este Diagnóstico Preliminar, ainda pouco estudada pelos especialistas.

Apesar dos posicionamentos do MPMG e da Superintendência Regional do IPHAN de Minas

Gerais e da publicação do ato de tombamento do núcleo urbano de Bento Rodrigues pelo COMPAT, a autorização para a construção do Dique S4 foi definida no dia 20/09/2016 pelo Decreto 500 assinado pelo Governo de Minas Gerais.

A terceira e última questão relacionada a este contexto de discussão sobre a construção do Dique S4 refere-se às medidas de proteção das duas estruturas de interesse histórico e arqueológico identificadas neste processo: o muro de pedras e o curral e os chochos de pedra. Diante da autorização para a construção do dique, a Fundação Renova, que assumiu o gerenciamento das ações de reparações a partir de julho de 2016, aplicou uma técnica denominada como “envelopamento” que previa a conservação destes dois bens culturais da localidade de Bento Rodrigues. Os arqueólogos Alenice Baeta e Henrique Piló teceram as seguintes análises sobre o uso de tal técnica:

Sobre a instalação de cobertura por sacos e manta sobre segmentos de muros totalmente e parcialmente submersos, durante a nossa vistoria

no local surgiram na equipe dúvidas sobre a real eficácia deste procedimento. Não foi identificado, como já exposto, nenhum projeto técnico ou laudo específico nos processos do MPMG e no IPHAN sobre o “envelopamento” (se seria este mesmo o nome adequado desta ação) muito menos testes e análises preparatórias a respeito. O primeiro questionamento da equipe se referiu ao abafamento da estrutura que poderia causar a médio e longo prazo a instalação de microrganismos e diversos tipos de fragilidades na estrutura. Foi procurado pela equipe de Arqueologia então o geólogo, Dr. Antônio Gilberto Costa, prof. do IGC/UFMG, autor da célebre obra: “Rochas e Histórias do Patrimônio Cultural do Brasil e de Minas ” (2009), que ponderou o seguinte: “Para além disso, minerais presentes na rocha (micas e argilas) poderão sofrer ou passar por alguma expansão, o que pode comprometer a resistência do material e levar ou aumentar a sua desagregação.” Sobre a colocação de sacos sobre e ao lado do segmento do muro submerso, pairaram as dúvidas, se teriam sido realizados cálculos para observar o comportamento e resistência das rochas

com essa carga sobreposta. Reitera-se, assim, os questionamentos já realizados pela CPPC/MPMG em que solicitam esclarecimentos sobre a eficiência desse procedimento (grifo nosso) (BAETA & PILÓ, 2017, p.147-148).

Até o período de fechamento do Diagnóstico Preliminar a situação do Muro de pedras e do Curral e cocho de pedras permaneceu inalterada, despertando a preocupação dos profissionais contratados pela Pólen Consultoria quanto aos possíveis danos que a utilização desta “técnica de envelopamento” possa estar causando à preservação destas antigas e importantes estruturas (PÓLEN CONSULTORIA PATRIMÔNIO E PROJETOS LTDA, 2016, p. 14-17).

FIGURA 119 Mapa Dique S4. Fonte: SAMARCO,2016. <http://www.samarco.com/noticia/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/>



Como protestam os atingidos, nos grupos focais, sobre a polêmica construção do Dique S4:

- gostaria é que esse S4 nem acabasse de construir, terminasse de construir. Aí eu espero que vai ser, por um determinado tempo, ah! vai ser por esse determinado tempo? Abriu, é... se for pra um determinado tempo, aí, e deixá pra nós tá indo lá visitá, é... fazer o que precisa ser feito, né? Ah! Eu quero que deixa as ruínas da minha casa aqui. Ah!, fazer uma capelinha, igual ele falou, é deixar aberto pra nós ir poder lá visitar... lembrar o que o que o X disse, lembrar o que nós vivemos ali, eu vejo dessa forma

... a água tá só aumentando, já tá chegando lá muito perto da casa dele... é uma dor, uma dor, uma dor que eu sinto no coração... a gente tá vendo, dia após dia a água tá só crescendo, só aumentando, só aumentando. Eu sei que a água não vai atingir a praça aonde tá a Igreja, assim eles falaram, né? E nós tamos batendo o pé pra que pelo menos conserve; aquilo que vocês viram da Igreja pra cima, que conserve de pé. (-você tá falando da Igreja lá em baixo?) -é, da igreja de baixo (- a São Bento) Porque aquele muro, você chegou a ver um muro onde eles tã colocando uns sacos de areia do lado? (-aham) -Aquilo muro ali é muro antigo, aquilo ali é acervo do patrimônio. Não era tombado, era a divisa do meu terreno, do terreno do meu pai, com a Igreja e com a rua principal... Eles foram lá, tã fazendo aquilo, tã acionando o S4... Só que ninguém veio pra gente e falou: ô gente, nós vamos, podemos alagar seu terreno, nós vamos pagar vocês ou nós vamos comprar o terreno, ninguém fez, simplesmente correram atrás do governo, o governo

baixou um decreto lá, aonde a Samarco, foi aquela confusão no dia da reunião, porque a Samarco, o rapaz da Samarco veio falar que já depositou 136 mil reais na conta do governo de Minas Gerais, que o governo de Minas Gerais vai pagar pelos atingidos, pelo S4. Agora eu fui atingido pelo S3, primeiro; ninguém me falou nada. Agora tô sendo atingido pelo S4, ninguém também... (-veio falar nada...) E o governo de Minas Gerais vai pagar pra gente? Sendo que hoje de manhã o Governo abriu a boca, escancarou toda... O Estado de Minas está quebrado, não tem dinheiro pra nada (-verdade). Agora, se não tem dinheiro pra pagar os funcionários dele, como é que vai ter dinheiro pra pagar o que a Samarco fez aqui? Foi o que eu questionei com ele, porque a Samarco não deu a cara a tapa, igual nós demos a cara na lama? "Fosse na casa de um por um e falar: aqui ó, o seu terreno vai ter atingido, eu vou te pagar tanto no seu terreno, vai ser comodato ou vai ser comprado ou vai ser arrendado ou vai ser alugado, de qualquer forma, pelo menos ter uma conclusão pros donos. Porque o governo não é dono. A gente paga imposto pro governo. Paga imposto pra Prefeitura. E lá, no Bento, se ocês procurar, perguntar um por um aqui, ninguém é zona rural não, apesar de tava lá no meio do mato, lá nós pagava imposto igual aqui na rua, é zona urbana. Pagava taxa de luz, iluminação pública, tudo nós pagava. E agora depois que aconteceu, eles vão fazer o S4, vai alagar os terrenos, vai dar o dinheiro pro governo pro governo fazer o que?

- completando um pouco mais do que a X falou ali, é, quando eles falam do processo de entrada pra construir o S4, eu mesmo virei pra eles, os

engenheiros da Samarco, todo mundo que vinha conversar, é, eu perguntei pra eles: Vai existir o S5, o S6, vai sair construindo Ss na calha no longo do rio? (-pra tudo que é lado?) Porque só de retorno, do encontro do rio com o Gualaxo retornou quase 7km. Então, se fosse pra conter, teria que saindo construindo os Ss (-não vai acabar de Ss...). É, então, protestei na época, falei, uai, vai existem muros, vai ser envelopado os muros nas nossas áreas? Porque, os muros de pedra, né? (e é da sua propriedade, da sua família, é seu, é seu, claro...) É, da minha família, eu tenho uma parte lá... Então passaram por cima, através do decreto do governador, liberou e ficou construindo, né? Então, uma coisa que, falando por mim, uma coisa que, do que eu mais quero é que aquele S4, chega!!! (-vaze..._) 2019, que é o prazo que eles falam, né? Se for prorrogado que seja prorrogado mas depois que



volte a água do rio e tudo aí, normal, entendeu? ... Se nós provocamos um lixo aqui, criamos um lixo aqui, qual que é a nossa obrigação? ... De levar ele pro local destinado, né? O rejeito é o lixo de quem? É da Samarco, então eu vejo que ela tem que limpar mesmo (-leva pra casa deles)

FIGURA 120 Construção do Dique S3. Foto: Teresa C. Guerra de Andrade, out. 2016.

FIGURA 121 Dique S4 e muro de pedras envelopado à esquerda. Foto: Samantha Nery, abril de 2019.



FIGURA 122 Local do dique S4 antes de sua construção, visto desde a antiga Capela de São Bento. Foto: Anielle Freitas, 2016.



FIGURA 123 Dique S4 visto desde o local da antiga Capela de São Bento. Foto: Anielle Freitas, 2017



8. Valores e Atributos de Bento Rodrigues

8.1. Valores e significados do patrimônio cultural

O patrimônio material tem sido tradicionalmente avaliado e conservado por seus atributos culturais, estéticos ou outro significado histórico associado aos lugares, edificações, objetos ou paisagens. No entanto, hoje percebe-se que o patrimônio é valorizado tanto em termos econômicos, quanto políticos, sociais, espirituais, dentre outros. Percebe-se que outras motivações, provindas de interesses econômicos e políticos, por exemplo, têm se tornado importantes fatores para a gestão da conservação de bens culturais.

Nesta conjuntura, os desafios da conservação surgem da relação entre a sociedade e o bem inserido nos contextos e não dos bens culturais em si, ou seja, dos valores que lhes são atribuídos pela sociedade. Segundo Avrami (2000), seria mais importante que os envolvidos na conservação se preocupassem com as funções que o patrimônio desenvolve na sociedade e seus usos, que são as fontes reais de seu significado e a razão de ser da conservação. Neste sentido, muitas pesquisas vem sendo desenvolvidas, por exemplo, na Inglaterra, pelo *English Heritage*, nos Estados Unidos, pelo *National Park Service* e na Austrália, pelo ICOMOS, na tentativa de incorporar efetivamente a teoria “baseada em valores” ou “centrada em valores” (MASON, 2008, p. 182) no planejamento e gestão da conservação, principalmente nas tomadas de decisão relativas ao patrimônio cultural.

Entende-se que toda a ação de conservação é modelada pela atribuição de valor, num dado contexto social, com determinados recursos disponíveis, prioridades, escolhas. Assim, para Avrami (2000), os desafios contemporâneos da conservação emanariam de três fontes distintas: primeiro, das

condições físicas dos bens – incluindo materiais, estruturas e deterioração; em segundo lugar, dos contextos de gestão - incluindo fundos e recursos, políticas, etc.; e, finalmente, da “significância cultural” e dos valores sociais - incluindo os significados do patrimônio, atores envolvidos, impactos das intervenções, dentre outros.

É interessante notar que as observações acerca da necessidade de se entender a conservação nos processos sociais que a envolvem tornam-se mais prementes quando percebe-se que os esforços de pesquisa no campo têm se dado majoritariamente sobre as condições físicas dos bens culturais e patrimoniais; no entanto, a elucidação da atividade de conservação enquanto uma complexa prática social permite compreender que mesmo as intervenções sobre o patrimônio não derivam apenas de suas condições físicas, mas sim de seu contexto social, incluindo aí outros fatores complementares. A dissociação entre a conservação do patrimônio e seu contexto social seria vista como bastante danosa para a própria subsistência da atividade, já que desta forma esta corre o risco de perder seu próprio lugar na agenda social.

No âmbito internacional, no período de 1998 até 2005, o *Getty Conservation Institute* (GCI) desenvolveu uma pesquisa denominada “Ágora”, sobre os valores do patrimônio, que objetivou estabelecer vínculos entre as abordagens econômicas e culturais de valorização do patrimônio. O Instituto publicou os resultados da pesquisa em três volumes de ensaios. O primeiro se chama *Economics and Heritage Conservation: A Meeting Organized by the Getty Conservation Institute*, resultante de um encontro ocorrido em dezembro de 1998, em Los Angeles e publicado em 1999. Posteriormente, foi publicado o *Values and Heritage Conservation: Research Report*, no ano 2000, um conjunto de textos que traz uma abordagem multidisciplinar sobre o tema da valorização do patrimônio cultural e, por fim, o GCI publicou o relatório de pesquisa intitulado *Assessing the Values of Cultural Heritage: Research*

Report, em 2002, que apresenta um conjunto de abordagens valorativas, conceitos e metodologias provenientes de campos diversos de conhecimento.

Também nessa perspectiva, tiveram importante papel na pesquisa e conservação dos valores do patrimônio a *Australian Heritage Commission* (AHC) e o ICOMOS da Austrália (*Australian International Council of Monuments and Sites*). Considerando-se especialmente o contexto cultural do país (onde coexistem culturas aborígenes e contemporâneas), a gestão do patrimônio na Austrália tem se pautado primordialmente pela atribuição de diferentes valores aos objetos e lugares.

Após a Segunda Guerra Mundial, na Austrália, a comunidade começou a reconhecer o valor do seu patrimônio, surgindo inicialmente abordagens mais tradicionais que enfatizavam a arquitetura e a estética, os monumentos e os lugares, tal como delineado na Carta de Veneza (1964).

Nos anos 50 constituiu-se no país o *National Trust* – Conselho Nacional, estabelecido a partir das próprias organizações comunitárias, que desejavam ultrapassar o pensamento predominante segundo o qual “os valores do patrimônio eram arquitetônicos e estéticos e os lugares do patrimônio eram imponentes e antigos”. No entanto, o rico patrimônio aborígene estava ausente desta visão, porque em geral suas características não se encaixavam aos critérios habituais. A comunidade entendeu assim, que o Conselho

Nacional não estava expressando os “sentimentos de conexão, ambos emocionais e experienciais”, com os lugares⁷⁶ significativos e alguns destes não eram reconhecidos como valores patrimoniais legítimos.

Duas décadas depois, em 1973 o *Hope Committee of Inquiry* divulgou várias ideias novas, instaurando o *National State* – Estado Nacional, para representar as heranças compartilhadas australianas, incluindo seus espaços naturais, as heranças aborígenes e um conjunto de locais históricos que não possuíam necessariamente características excepcionais ou monumentais, mas que refletiam o que era “ser australiano”. Ao longo dos próximos vinte anos esse Comitê expandiu sua atuação, através da criação de Fundos Nacionais voltados para a conservação do patrimônio na maioria dos estados australianos, expressando uma agenda mais ampla, que incluía as mudanças sociais, preocupações ambientais, reconhecimento dos direitos tradicionais e interesses dos aborígenes.

Em 1976 foi fundado o Austrália ICOMOS, que promulgou a primeira “Carta para a Conservação de Lugares de Significância Cultural”, a Carta de Burra. Esta carta se tornou referência para inúmeros trabalhos e modificou a concepção de patrimônio, definindo-o de maneira ampla, incluindo no conceito de significado o “valor estético, histórico, científico ou social para as gerações passadas, presentes ou futuras”.

⁷⁶ No presente trabalho, “lugar” diferencia-se de “sítio” porque está imbuído de significado para uma determinada comunidade ou grupo social: “Sítios são geralmente utilizados para indicar uma localização física, enquanto “lugar, acredita-se, é criado através de envolvimento significativo ou considera-se que represente a construção social de “bem-estar” (SORENSEN, M.L.S. e VIEJO-ROSE, D., 2015, p.6). Complementarmente, segundo Yi-fu Tuan, o conceito de lugar remete ao espaço dotado de significado pelos indivíduos e grupos humanos. Na medida em que o espaço é habitado, ele é dotado de significado e criam-se vínculos que o qualificam

como “lugar”. O lugar é o espaço que adquire valor e significado. Assim, os lugares são espaços aos quais são atribuídos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas e psicológica dos seres humanos. Para o autor, “[...] quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 1983, p.83). A criação do vínculo afetivo que define o lugar está relacionada à sua dimensão temporal. De acordo com essa perspectiva, os seres humanos tornam-se afeitos ao lugar em função do tempo ali vivido ou pela lembrança dos tempos passados, totalmente ligados à memória (TUAN, 1983).

Pode-se dizer que a gestão do patrimônio nesse país tem como marco a Carta de Burra, elaborada em 1979, em Burra, uma cidade histórica mineradora localizada no sul da Austrália. Após esta data, o documento passou por revisões substanciais que resultaram na versão de 1999, adotada pelo ICOMOS. Uma das principais contribuições que se destaca no documento, além das definições conceituais que traz, é a proposição de um processo específico de planejamento na gestão da conservação do patrimônio, sugerido através de uma sequência de investigações, ações e tomadas de decisão.

A Carta sugere, assim, uma metodologia vista como um processo, baseado principalmente na identificação do lugar ou objeto como patrimônio e considerando as associações feitas a este, permitindo a compreensão e a avaliação da sua significância. Nesse contexto, a Austrália tem desenvolvido pesquisas sobre o tema, tendo também o ICOMOS da Austrália se destacado na pesquisa sobre a valorização do patrimônio cultural, juntamente com a *Australian Heritage Commission* (AHC), Comissão Australiana do Patrimônio.

Complementariamente à Carta de Burra, a *Australian Heritage Commission* reconheceu que o “significado social se constitui junto com a comunidade e com seus valores e, devido à sua própria natureza não se presta à análise do expert, na maneira como as avaliações dos valores históricos e arquitetônicos tem sido abordados”, apontando para uma transformação profunda nos parâmetros de avaliação do significado de um bem patrimonial, privilegiando mais a conexão da comunidade com o bem e os valores atribuídos a este. (JOHNSTON, 2014, p. 40)

Neste processo, portanto, o conceito de significado social dos lugares começou a ser discutido. Em 1988, o ICOMOS da Austrália definiu pela primeira vez o conceito de “significado social” como abrangendo “as qualidades através das quais um lugar se torna o foco de um sentimento espiritual, político,

nacional ou de outro sentimento cultural, para um grupo majoritário ou minoritário”. (JOHNSTON, 2014, p. 40).

Por sua vez, a AHC definiu o “valor social” conectando-o ao termo “associações”, que reflete as conexões complexas entre as comunidades e seus lugares, o que se tornou uma das marcas determinantes desta visão, ampliando os “sentimentos” já descritos pelo ICOMOS Austrália: “lugares que tem importância a partir de associações culturais ou sociais, ou são foco de forte sentimento cultural ou social para uma comunidade”. (JOHNSTON, 2014, p. 40).

A AHC também conceitualizou o termo “comunidade”, desenvolvendo uma metodologia “robusta”, através do estabelecimento de limites sobre a “natureza”, “força” e “duração da conexão” entre uma comunidade particular e seu lugar. Existem algumas ideias centrais que descrevem essa relação entre a comunidade e um determinado lugar:

- há uma emoção forte presente nesta relação, sentida pela geração presente e não pela comunidade passada ou futura;
- esta emoção ou sentimento deve persistir ao longo de um determinado período de tempo.

Entre as atividades desenvolvidas, podemos destacar algumas pesquisas que culminaram em relevantes publicações, como a organizada em 1992, que se compõe de uma série de seminários realizados para debater o artigo de Chris Johnston intitulado “O que é Valor Social?” Um Documento de Reflexão, publicado pela AHC. Nesse documento, a autora desafiava os profissionais da conservação do patrimônio a se tornarem intérpretes dos valores atribuídos

pela comunidade (JOHNSTON, 1992), tratando sobre os “significados sociais” dos lugares.

Johnston defende que atribuir significados e construir identidades pessoais e coletivas através de nossas relações com o lugar é um processo cultural, social e político. Sua elaboração envolveu uma pesquisa ampla, realizada junto a um grupo de profissionais e organizações de patrimônio por toda a Austrália, identificando dois discursos distintos, ainda presentes na atualidade:

- A essência do patrimônio está em sua construção (na matéria). O lugar é externo, conhecido e tangível;
- O lugar é experienciado através da relação – o lugar (e seu significado) é, portanto, interno, sentido e afetivo: “a noção de conexão está sempre incorporada à noção de lugar, porque lugares são centros de significado criados através de processos e relacionamentos”. (JOHNSTON, 2014, p. 41).

Assim, o significado social em voga incorpora o “sentido do lugar”, mas as relações construídas ali são “invisíveis” para as pessoas “de fora” e demandam um processo de investigação para que este sentido se revele. O aspecto social do patrimônio é um de seus valores centrais e seu reconhecimento pode auxiliar a valorizar a continuidade das tradições, tanto pela própria comunidade envolvida diretamente, como também auxiliar que comunidades externas compreendam e valorizem estas tradições, que são articuladas e reforçadas através do seu patrimônio.

O reconhecimento do patrimônio é uma maneira poderosa de perfilhar a própria existência de uma comunidade, assim como negá-lo expressaria a

sua “aniquilação”, visto que o patrimônio frequentemente é uma maneira através da qual a identidade comunitária pode ser reconhecida, articulada e reforçada (JOHNSTON, 2014, p. 41) Logo, o processo de reconhecer que os habitantes conhecem e entendem profundamente “seu ambiente” é empoderador e propicia o reconhecimento e reforço de sua identidade:

Buscando compreender o valor social estamos olhando para a nossa essência – nossas tradições culturais (passado), nossa identidade cultural (presente) e nossas aspirações culturais (futuro) e como nós criamos e damos sentido ao nosso ambiente. (HESTER, 1979, em JOHNSTON, 2014, p. 41).

Ao mesmo tempo, considerar os valores sociais como uma expressão das conexões entre pessoas e lugares pressupõe mudanças, visto que as relações são ativas e vivas. As mudanças podem ocorrer com a “perda” ou deslocamento de uma comunidade ou quando um lugar é destruído. Por outro lado, o valor social pode ampliar-se ao longo do tempo. Ainda que os valores sejam, até certo ponto, transitórios, isto não impede o seu reconhecimento.

Johnston (2014, p.42) propõe uma abordagem para a compreensão do valor social, especificando:

- Fatores que podem ser utilizados para definir uma comunidade, geográfica e socialmente, e seu reconhecimento interno ou externo enquanto comunidade;

- Abordagens disponíveis focadas nas técnicas antropológicas de “perguntando, ouvindo e observando”.

De tal modo, esse valor pode ser compreendido ao se entender os indicadores de significância de um lugar e as suas características, que podem ainda apresentar os limites desta relação, através da força relativa da associação, duração da associação e importância relativa do lugar para a comunidade em questão.

Segundo as pesquisas desenvolvidas, para registrar-se um bem que possuía valor social expressivo e deveria ser preservado, eram observados os seguintes parâmetros, de acordo com o Estado Nacional, na Austrália (JOHNSTON, 2014, p.44):

- O lugar deveria ser identificado por uma comunidade, possuindo uma existência continuada na atualidade, como uma “entidade definível”;
- Havia uma continuidade demonstrada de uso ou de associação com o lugar, significados ou uma importância simbólica por um período mínimo de 25 anos ou mais (representando a transição de valores para além de uma geração);
- Havia evidências da existência de uma conexão ou associação com o lugar realizada por determinada comunidade, incluindo evidências de uso, desenvolvido através de uma conexão mais profunda, que vai além do valor utilitário.

Além destas ações e pesquisas, a Austrália também adotou o “Código de Ética de Co-existência na Conservação de Lugares Significativos”, em 1998, que busca abarcar essa co-existência de valores, incluindo os conflitantes, e oferece um guia no reconhecimento da diversidade cultural de valores e nos direitos de grupos culturais em identificarem e cuidarem dos lugares que possuem significado cultural para eles.

Apesar das diferenças culturais entre os países, é interessante analisar sinteticamente a política de preservação do patrimônio no Brasil, que também vem se modificando e se ampliando ao longo dos anos. Segundo a análise de Maria Cecília Londres Fonseca, as posturas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN tem mudado, na tentativa de tornar-se uma instituição sensível aos diferentes significados do patrimônio cultural.

A trajetória da conservação no Brasil pode ser vista nitidamente sob o contexto da modernização cultural ocidental, segundo o qual constituir-se-iam o sentido do patrimônio em vários outros países, ou seja, incluindo “as práticas voltadas por valores leigos, à autonomização das diferentes esferas da vida social, e à constituição dos Estados-nações, legitimada sobre noções como cidadania e interesse público” (FONSECA, 1997, p.217). Nota-se gradualmente a inserção da produção cultural de diferentes grupos e etnias, imigrantes e zonas do território nacional de ocupação mais recentes; a crescente preocupação com a cultura popular e industrial e outros estilos artísticos, que passaram a ser considerados na proteção patrimonial. “Entretanto”, observa a autora, “essa imagem *objetiva* da nacionalidade ainda está longe de ser representativa da pluralidade cultural brasileira” (FONSECA, 1997, p.217).

Essa espécie de “mapa do Brasil passado” mostrava um “país que foi passado a limpo formando um conjunto de bens móveis e imóveis tombados”, com

lugares e tempos privilegiados (RUBINO, 1996, p. 105), um mapa formado por um conjunto hierarquizado de bens culturais, excluídas as marcas inde-sejadas do passado recente. De qualquer forma, se por um lado, a atuação do SPHAN permitira a recomposição de quatro séculos da história do país, por outro, “nos ofereceu um auto-retrato de uma geração que marcou a vida cultural brasileira deste século e com quem dialogamos ainda hoje, explícita ou implicitamente” (RUBINO, 1996, p. 105).

Nos últimos anos, pode-se notar uma tentativa de se ampliar a representação cultural nacional construída pelas instituições estatais, conectada aos interesses econômicos, sociais e posteriormente às questões relacionadas à cidadania. Nesse sentido, ressalta-se a própria alteração da denominação de “Patrimônio Histórico e Artístico” presente no Decreto Lei nº 25, de 1937, para “Patrimônio Cultural” brasileiro, na Constituição Federal de 1988, a construção de políticas de patrimônio mais democráticas e a importância dada recentemente ao conceito de “referência cultural”. A CF estabelece, em seu artigo 216, que o patrimônio cultural brasileiro é formado pelos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e a noção de referência cultural ajuda a compreender e problematizar a representatividade dos bens culturais na prática da preservação do patrimônio pressupondo, cada vez mais, a participação ampla e irrestrita da sociedade.

Assim, no caso brasileiro, o conceito de referências culturais possui um papel fundamental nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Segundo Fonseca (2001),

quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas

referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens - que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico - para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não tem um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor - seja valor histórico, artístico, nacional etc. - a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder. (FONSECA, 2001, p.112)

Portanto, entende-se que o patrimônio é o reflexo da sociedade na qual é produzido, sendo que mesmo que ele não seja construído pela coletividade, é essa sociedade quem o acaba legitimando e incorporando o seu teor simbólico. Pode-se concluir que qualquer definição que surja de patrimônio

remete a um fator comum, o de patrimônio simbólico, representado pelo entrelaçamento híbrido entre a materialidade e a imaterialidade dos objetos que marcam determinado tempo e sua gente. (BRUSADIN, 2011).

Fonseca defende que, mesmo frente à essa perspectiva de ampliação do campo do patrimônio, ainda se faz necessário politizar a atividade de conservação possibilitando, principalmente, a apropriação dos bens pelos diferentes grupos sociais, assim como permitindo a circulação destes bens no *espaço público*. Fonseca aponta como transformação necessária na atuação sobre o patrimônio uma mudança nos procedimentos e critérios de seleção dos bens culturais, incorporando efetivamente a participação da sociedade para assegurar, através de mecanismos apropriados, a sua representatividade (FONSECA, 1997, p. 222). Consequentemente, essa perspectiva, ao mesmo tempo em que permite uma política de preservação mais abrangente e democrática, também lança novos desafios para a gestão do patrimônio cultural no Brasil.

No cerne da discussão sobre os valores do patrimônio cultural, atualmente constata-se que as questões envolvidas na gestão da conservação dos bens culturais se difundiram, ampliando significativamente a participação dos atores envolvidos, além da interação de distintas áreas do conhecimento científico, campos profissionais e estamentos administrativos. Por outro lado, como afirma González-Varas, “a conservação dos bens culturais se compromete igualmente e de modo complementar, com a defesa da natureza e do equilíbrio ecológico e ambiental” (GONZALÉZ-VARAS, 1999, p.14). Assim, as questões e tomadas de decisão envolvidas no processo de conservação estão relacionadas não apenas à preservação da memória social e histórica e à busca da identidade cultural e da diversidade cultural, mas também se relacionam à possibilidade da continuidade da espécie humana sobre o planeta.

8.2. Sítio Histórico de memória sensível

Dentro desta perspectiva ampla que reflete uma evolução no conceito de patrimônio e o reconhecimento dos seus valores associativos, na atualidade há uma grande preocupação com a preservação de lugares de memória sensível (AUSTIN, 2002). Muitos países têm se preocupado em rever e avaliar ações do passado e refletir sobre seus impactos na vida contemporânea. Assistimos cada vez mais à transformação da violência em patrimônio (ASHWORTH, 2008). Tal afirmação, longe de enfatizar uma ideia negativa, aponta a possibilidade de se trabalhar o passado e de trazer uma nova interpretação para seus significados ou mesmo dar-lhes o devido valor. Preservar “lugares de memória sensível” pressupõe trabalhar com memórias traumáticas e violentas, resignificando-as. Como nos lembra Ashworth, “a violência passada deve ser lembrada e relacionada, não apenas para forjar empatia com as vítimas do passado, mas também para tornar menos provável qualquer repetição futura de tais eventos em circunstâncias comparáveis (ASHWORTH, 2008, p.242).

Desta maneira, como afirma Elspeth Frew, a preservação de “lugares de memória sensível”, associados a eventos traumáticos e violentos, tem por objetivo possibilitar a rememoração de tais eventos em honra daqueles que ali morreram, mas também para validar a memória dos sobreviventes e lembrar do peso e da necessidade de vigilância, para que eventos como esses não mais aconteçam (FREW, 2012), proposta que se relaciona integralmente com o desastre de Bento Rodrigues, como sendo um lugar afetado por grande violência e que, pretende-se, seja lembrado e reconhecido em seus diferentes significados e através de suas memórias, no intuito de se aprender e evitar eventos similares no país.

A partir do desastre, Bento Rodrigues se apresenta como um sítio de memória sensível, onde o processo de desenvolvimento encerrou-se abruptamente e revelou um dos temas “sensíveis” na história brasileira, que é a relação conflituosa estabelecida entre a atividade minerária e as populações de seu entorno.

Buscando compartilhar os desafios potenciais e as oportunidades na interpretação destes sítios relacionados com a memória do lugar e as práticas indicadas nestes casos, foi fundada há alguns anos a Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência (*International Coalition of Sites of Memory / ICSC*)⁷⁷ uma ONG que, a pedido do *World Heritage Centre*, da Unesco, preparou um estudo sobre a Interpretação dos Sítios de Memória (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018).

Segundo a ICSC:

sítios de memória são lugares que são investidos com significância histórica, social ou cultural referente a natureza dos eventos que ocorreram ali. Estes sítios podem ter uma significância particular devido ao seu papel em moldarem a identidade de uma comunidade ou nação. (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p. 25).

Este documento descreve a importância da interpretação como uma parte essencial do gerenciamento de todos os sítios do patrimônio e particularmente dos Sítios de Memória. São recomendadas abordagens apropriadas para a interpretação, que frequentemente incluem narrativas múltiplas e visões conflitivas dos valores de um sítio, com a necessidade de se respeitarem as associações especiais entre as pessoas e o lugar.

Com a ampliação do conceito de patrimônio nas últimas décadas e como um fator importante para a identidade de comunidades e grupos, é necessário identificar e descrever a significância de um lugar ou de um objeto, incluindo seus valores intangíveis, especialmente através da compreensão de seus valores associativos, que, no caso dos Sítios de Memória, estão relacionados com a lembrança e com as comemorações ocorridas em determinado sítio (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018).

De acordo com o documento, um Sítio de Memória é definido como “uma localização específica com evidência arquitetônica ou arqueológica, ou ainda com características específicas da paisagem que podem ser conectadas com aspectos memoriais do lugar” (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p.11), devendo-se considerar múltiplas narrativas nos planos interpretativos, para confrontar efetivamente as lições do passado, além de apoiar a participação da comunidade e seu sentimento de “posse” do lugar.

Um exemplo brasileiro desta categoria de “sítio histórico sensível” está no processo de tombamento do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, que foi

⁷⁷ A ICSC é “a única rede mundial dedicada à transformação dos lugares que preservam o passado em espaços dinâmicos que promovam a ação cívica das lutas atuais por direitos humanos e por justiça” e desde sua fundação eles ampliaram os nove sítios iniciais relativos à

“lembrança” para quase duzentos “Sítios de Consciência”, com o objetivo de conectar o passado ao presente e a memória à ação (www.sitesofconscience.org) Acesso em março 2018.

reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade. O Cais, localizado na cidade do Rio de Janeiro, “é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira ... mas também para a história do mundo”, considerado o maior porto escravagista da história da humanidade. O Cais era o local de chegada do tráfico de africanos escravizados no Brasil, entendido como pertencente à categoria de temas sensíveis que “despertam a memória de eventos traumáticos e dolorosos e lidam com episódios e processos históricos de violação de direitos humanos... Trata-se do mais contundente lugar de memória da diáspora africana fora do continente africano” (IPHAN, 2016, p.13). Neste entorno encontram-se os armazéns onde os cativos eram expostos e vendidos, o local onde eram tratados os enfermos recém-chegados e o Cemitério dos Pretos Novos, destinos dos que morriam na chegada.

Assim, o sítio do Cais do Valongo destaca-se como o maior vestígio do tráfico negreiro no continente americano e é o único que se preservou materialmente, representando o maior vestígio da migração forçada na história da humanidade. Os objetos que foram encontrados nas escavações arqueológicas revelam a pluralidade de matrizes africanas que foram trazidas para o Brasil e a própria “capacidade dos escravizados em expressar suas marcas identitárias, ao mesmo tempo que as reinventavam na situação de cativo” (IPHAN, 2016, p. 142)

Este sítio de memória remete a aspectos de dor e a sobrevivência na história dos antepassados brasileiros e, portanto, trata-se também de um “sítio de memória de caráter sensível” ao abordar aspectos como a violência e o tratamento desumanizador das vítimas africanas na história da escravidão e que representou quase quatro séculos de opressão e exploração do trabalho de milhões de pessoas (IPHAN, 2016, p.92), como uma herança viva que

expressa a resistência e a afirmação das comunidades afrodescendentes nas Américas.

Em termos mundiais, outros lugares de memória sensível são Auschwitz-Birkenau, campo de concentração e extermínio nazista alemão e a prisão de Robben Island, na África do Sul, ambos revelando em sua materialidade histórias de dor e pavor dos seres humanos, bem como sua capacidade de sobrevivência, lembrando à humanidade sobre as “consequências de negação da dignidade humana” (IPHAN, 2016, p.93)

Nos anos 90 foi desenvolvido um novo conceito, ‘Sítios de Consciência’, no cruzamento da defesa dos Direitos Humanos e da conservação do patrimônio, definidos como lugares que:

- Interpretam a história através de um sítio;
- Envolvem o público em programas que estimulam diálogo sobre temas sociais prementes;
- Compartilham oportunidades para envolvimento público e ação positiva sobre temas levantados no local;
- Promovem justiça e culturas universais dos Direitos Humanos (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p.14,15)

Portanto, um Sítio de Consciência é um Sítio de Memória, mas aquele que “confronta ativamente a histórica do que aconteceu no sítio e *estimula* visitantes a refletirem e agirem nas implicações da história contemporânea” (INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p. 25), em geral celebrando eventos presentes na memória recente, enquanto os Sítios de

Memória tendem a ser definidos após um tempo mais longo desde a ocorrência do evento.

8.3. Bento Rodrigues como Sítio de Consciência

Um Sítio de Consciência apresenta um compromisso inabalável com o futuro e vai sempre se utilizar de uma fonte primária como catalizador para discutir e retificar as repercussões atuais do sítio, como se defende no caso da manutenção e preservação do território de Bento que, em conexão com seus valores, possibilita uma reflexão sobre o evento do desastre e a necessidade de preservação dos direitos e a vida humana e a proteção ambiental na prática das atividades minerárias no Brasil (*ibid*), em muitos aspectos constituindo uma visão prospectiva e curativa em relação ao ocorrido.

Assim, os Sítios de Consciência confrontam a história ocorrida em determinado lugar, estimulando visitantes a refletirem nas implicações contemporâneas destas histórias.

A proposta de tombamento vai ao encontro a este conceito, constatando-se que Bento Rodrigues é, indiscutivelmente, um sítio de memória sensível e pode se tornar um Sítio de Consciência ao ser preservado para reflexões que permitam a consciência nacional sobre atividades minerárias que tanto trazem benefícios econômicos como tem o potencial de causar destruições inimagináveis, incluindo perdas humanas, sociais, ambientais irreversíveis.

FIGURA 124 Casa de Bento Rodrigues. Foto: João Pedro Otoni, abril de 2019



Neste caso, o arruinamento prematuro de Bento o transformou em sítio de memória sensível, resultando em um lugar que combina valores históricos, culturais, estéticos, arqueológicos, sociais e espirituais, que estão fortemente ancorados nos elementos físicos remanescentes, como lembranças do passado recente e longínquo e também como “reavivamentos” da memória recente que desejam ser preservados por sua comunidade local⁷⁸ e pela comunidade nacional, para se tornar um Sítio de Consciência, como expressam os atingidos:

⁷⁸ Comunidade é entendida como “qualquer grupo que compartilha características culturais ou sociais, interesses, e uma continuidade constatada ao longo do tempo, e que se distingue em relação a outros grupos. Algumas características, interesses, necessidades e percepções

que definem a distinção de uma comunidade estão diretamente associadas ao patrimônio (NARA +20: on heritage practices, cultural values and the concept of authenticity, 2014, em INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE, 2018, p.12)

-...manda pintar uns postes lá, né? Por umas tintas brancas lá pra não sumir as marcas lá da tragédia

-as vezes as pessoas até julgam a gente, assim, fala que nós não temos as casas mais lá, a história da Samarco só tem 40 anos, Bento existe há mais de 300...

- 306

- pra que construir em área de risco? Onde que tinha área de risco

....

-e no mais seria limpar marcos, né? Como Bento é um caso... a lama chegou até ali, naquele ponto. Um marco ali, ó, um marco de concreto, porque as árvores vão desaparecer, uma coisa nesse sentido, pra ver, não só nós, não só nós de Bento, nossos parentes daqui, sei lá, 40, 50 anos, mas que o mundo, outras pessoas de outros lugares, venham..., puxa vida! Isso aqui, o que que aconteceu? (-ver, o que que aconteceu com a nossa vida...) isso aqui foi o quê?, engenheiros (-ganância!), engenheiros que não projetaram a barragem direito... quem lá tá estudando lá, você é engenheiro, civil, né, que constrói barragem?, eu não sei, mas nessa linha, puxa vida, eu tô querendo ser isso, mas pra mim ser um engenheiro eu vou ter que ter muita responsabilidade, eu vejo que tem que ser uma coisa construída nessa linha. Porque? Muitas marcas que existem lá naqueles arvoredos daqui a pouco vão desaparecer, porque o arvoredo cai... (-pra ficar a marcação, né?) pra ficar

Bento Rodrigues 300 e tantos anos, pra essa marca fica lá 900 anos, 1 milhão de anos, o que for...

-enquanto tiver mundo, né?

-exatamente...

-que sirva de estudo pras gerações futuras inclusive que conheça aquele projeto de construções, não só de barragens, mas que a construção possa afetar a população.... talvez isso seja até uma matéria... vocês que vão ser engenheiros, projetistas, pra vocês conviver com a responsabilidade, que vocês sejam responsáveis por aquilo que vocês vão construir. Então a ideia é, seria até como forçar que todos os engenheiros, pelo menos nas universidades de Minas, tivessem lá uma aula, pelo menos uma aula lá dentro, pra ver o que que é responsabilidade

8.4. Valores e atributos de Bento Rodrigues

Como apontado, todas as decisões que concernem à transformação de um objeto ou lugar em “patrimônio”, considerado um bem cultural significativo, e assim por diante, bem como todas as decisões sobre o que, como e porque preservar, são tomadas em função de uma articulação de valores atribuídos aos bens culturais, que se define como “significância cultural”.

A significância cultural indica a “importância” de um objeto ou lugar como um “todo”, e pode ser determinada através da análise dos valores atribuídos a ele. Assim, a significância cultural refletiria sempre o grau de importância de um objeto ou lugar e está relacionada ao conjunto de valores a ele atribuídos através das associações realizadas entre determinados grupos e um bem ou lugar em questão (AUSTRALIA ICOMOS, 1999) e a avaliação dessa significância cultural é vista por muitos autores como parte do processo de planejamento e gestão da conservação (MASON, 2002; AUSTRALIA ICOMOS, 1999, 2004).

Reconhecer a necessidade de abordagem dos valores do patrimônio cultural pressupõe novos desafios metodológicos. Assim, a avaliação dos valores enfrenta hoje várias dificuldades, que surgem da própria natureza diversa dos valores do patrimônio, incluindo o fato dos valores mudarem com a passagem do tempo e serem fortemente influenciados por fatores contextuais, ou ainda pelo fato desses valores frequentemente se encontrarem em conflito. Neste mesmo sentido, as diferentes visões que os pesquisadores podem ter de um bem cultural e seus diferentes olhares, regidos por diferentes epistemologias e modos de expressão, podem indicar perspectivas diversas, difíceis de se equacionar.

Frente à essa extrema complexidade na constituição e manutenção dos valores, alguns pesquisadores têm sugerido tratar a questão através do estabelecimento de tipologias de valores (MASON, 2002), acreditando-se que essas poderiam explicitar e articular os interesses dos diferentes atores envolvidos num processo de decisão, segundo uma linguagem comum, na qual estes podem se expressar e discutir, ao longo de um processo de tomada de decisão. Assim, ressalta-se o aspecto prático do estabelecimento desta tipologia, favorecendo a comunicação e compreensão comum dos diferentes processos de valorização aos quais o patrimônio é submetido, tornando-se um importante instrumento de pesquisa.

Na análise do caso de Bento Rodrigues, utilizou-se a tipologia de valores do patrimônio proposta por Mason (2002) e baseada na Carta de Burra (1999), que possibilita decompor a significância cultural em tipos constituintes de valores do patrimônio, onde a significância cultural de um bem seria dada pelo conjunto dos valores atribuídos a Bento Rodrigues. Nesta classificação tipológica parte-se do pressuposto de que os valores socioculturais estão, tradicionalmente, na origem das ações de conservação, entendendo-se que os valores relacionados a um objeto, edificação ou lugar apresentam um significado para pessoas ou grupos sociais com relação à sua beleza, idade, ou sua associação com pessoas ou eventos significativos, contribuindo sobremaneira para a criação da identidade grupal e cultural de uma comunidade. Portanto, é central para a avaliação de Bento Rodrigues a compreensão de sua significância cultural refletida em um conjunto de valores.

Considerando esta tipologia, o *valor histórico* é reconhecido na origem do patrimônio e se relaciona à sua “capacidade de convencer ou estimular uma relação com o passado” (MASON, 2002, p.11), podendo emanar da idade do material de fabricação do objeto ou de sua associação com pessoas ou eventos significativos, sua raridade ou unicidade, qualidades tecnológicas ou

potencial documental. Da mesma maneira, podemos destacar o *valor científico* dos bens culturais, quando são considerados importantes fontes de informação e conhecimento, quer seja sobre a humanidade, quer seja sobre o substrato físico sobre o qual desenvolve-se a vida.

No que diz respeito ao valor histórico de Bento Rodrigues, destaca-se, primeiramente, o reconhecimento do local como símbolo nacional e internacional dos impactos dos desastres tecnológicos na vida humana. Como ensinamento para a sociedade brasileira, Bento Rodrigues se inscreve no rol dos acontecimentos traumáticos que marcam a história do país a partir da verdadeira tragédia ambiental e social que num pequeno povoado se configurou, e que fará, assim como às gerações vindouras, reforçar o que não se deseja para o futuro.

Além disso, em Bento Rodrigues pode-se considerar que o processo de formação histórica do povoado seguiu um padrão típico dos antigos povoados de Minas Gerais. A ocupação inicial deu-se na planície entre os córregos Santarém e Ouro Fino, que posteriormente desenvolveu-se conforme as demandas da sociedade. Assim, mesmo com seu desenvolvimento, o povoado manteve suas características morfo-tipológicas, com destaque para as Capelas de São Bento e das Mercês, localizadas nas extremidades do caminho tronco, principal rua do povoado. A Capela das Mercês, construída no século XIX e ainda existente, apresenta características das capelas mineiras tradicionais.

No antigo povoado as edificações implantavam-se como habitual nestes núcleos urbanos, ao longo das vias, no alinhamento e com tipologia arquitetônica típica de um pavimento, comum nos povoados mineiros do mesmo período. Os lotes eram, em geral, amplos, favorecendo a existência de quintais que colaboravam para a subsistência da população. Nas palavras de Auguste de Saint-Hilaire, o conhecido botânico, naturalista e viajante francês que

esteve na região no século XIX, Bento Rodrigues era uma “povoação situada à margem de um córrego, entre morros pouco elevados, e que apresenta aspectos bastante pitorescos com a presença de numerosas bananeiras plantadas pelos habitantes em torno de suas casas” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.87). Notava-se ali a importância dos quintais nas casas dos moradores do povoado, constituindo importantes extensões domésticas e locais de socialização e troca entre vizinhos. Portanto, em Bento Rodrigues era muito comum o cultivo nos quintais onde, geralmente, era feito o manejo entre as atividades produtivas em pequena escala, como criações de animais, plantação de hortas e pomares.

Assim como vários núcleos urbanos e povoados mineiros, Bento Rodrigues integra o trajeto da antiga Estrada Real, rota histórica através da qual se fazia o transporte de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. Este percurso foi estruturado e tornou-se a maior rota turística do país, resgatando suas tradições, valorizando a identidade e as belezas da região.

Por sua vez, os *valores culturais e simbólicos* referem-se a *todos* os significados compartilhados que são associados a um bem cultural, que não estão relacionados aos aspectos históricos e cronológicos do bem. Os bens culturais estão, na maioria das vezes, imbuídos de significado espiritual, nos quais o *valor espiritual* podem “emanar das crenças e ensinamentos religiosos, mas também podem incluir experiências de visitação de lugares” (MASON, 2002, p.12). (ver o capítulo anterior sobre Patrimônio Cultural).

Complementariamente, o *valor social* refere-se àqueles aspectos que facilitam as conexões sociais, redes comunitárias e outras relações que não necessariamente estão relacionados aos valores históricos. Segundo Mason, esses valores podem incluir o *uso* de um lugar para encontros sociais como

“celebrações, mercados, ou seja, atividades que não necessariamente se beneficiam dos valores históricos de um bem cultural, mas, sobretudo, do espaço público” (MASON, 2002, p.12). Pode-se afirmar que um dos atributos centrais do patrimônio é o seu “valor social”, relacionado com a continuidade de suas tradições e com a identidade local. Entende-se que, como citado pela Comissão Australiana do Patrimônio (AHC) o significado social se constitui, acima de tudo, junto à comunidade, que constrói e atribui valores para um bem/lugar de patrimônio, pois o protagonismo é dado à conexão/associação da comunidade com esse bem.

Conforme descrito no capítulo Metodologia, no processo de pesquisa e análise dos valores de Bento foram utilizadas inúmeras fontes de dados, tanto advindos da comunidade externa como foram realizados junto aos “atingidos” dois grupos focais, além de conversas informais e trocas de informações continuadas com a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais o que, acredita-se, oferece ao trabalho maior validação em relação às perspectivas, valores e desejos dos próprios bento rodriguenses.

No que diz respeito ao *valor social*, Bento Rodrigues é um local que, antes do desastre, possuía qualidades de grande relevância para seus moradores, sendo o lugar onde foram vividas suas histórias de vida, a história de seus antepassados e onde muitos pretendiam criar seus filhos e netos e permanecer ao longo da vida.

Havia uma grande apropriação espacial do distrito, tanto no sentido concreto como simbólico. Os moradores “utilizavam” seu espaço com grande eloquência, encontrando naquele povoado de pequeno porte a estrutura que necessitavam para sua vida cotidiana: a “venda”, os pomares com grande quantidade de frutas, criações de diversos animais, como galinhas, porcos, cavalos e bois, pessoas qualificadas para a realização de serviços

locais, a cachoeira de Ouro Fino, a Escola Municipal, as festas que ocorriam ao longo de todo o ano, destacando-se a Festa de São Bento e a Festa de Nossa Senhora das Mercês, entre outras, os torneios de truco e futebol, a convivência com seus amigos e parentes, fontes de grande significado devido aos seus relacionamentos de valor.

FIGURA 125 Procissão de páscoa em 2014. Foto: Autor desconhecido, 2014



Nos grupos focais, os “atingidos” relataram com orgulho as histórias de seus antepassados, sua chegada a Bento, a construção das casas de família – algumas centenárias - as narrativas de vida que foram passadas de geração em geração. Há fortes sentimentos de pertencimento ao lugar e orgulho em serem bento rodriguenses, o que para eles apresenta um valor identitário inquestionável. Suas identidades pessoais e coletivas foram moldadas e reforçadas no território de Bento Rodrigues, como moradores daquela localidade específica, demonstrando através destas características um valor social e histórico muito expressivo.

Como descrito no conceito de significância cultural, são as associações que definem este valor e em Bento Rodrigues havia conexões complexas e expressivas entre a comunidade e seu “lugar”, que possui tanto associações culturais como sociais para seus moradores. O território era o lugar de ancoragem desses sentimentos e de suas emoções, era o *locus* que aportava sua existência concreta e permitiu a construção de um simbolismo espacial duradouro, inabalável ao longo de várias gerações, revelando um elevado grau de coesão social entre os moradores, como visto em suas conexões e na descrição de aspectos da vida cotidiana. Segundo eles:

-Ai, sabe uma coisa que era gostoso no Bento? Pegar fruta no terreno dos outros (risos) Nossa! Mexerica, milho, banana... Procê ter ideia, a gente passava, aqui ó, o lote dele era do lado da Igreja, a gente passava, costumava passar até dentro da Igreja (-e passava mesmo) (Risos)... mexerica

-A gente ia arrumar a Igreja, e esse lote deles...

-Só pra ver comê que tava o lote, só pra ver

-Antes de eu ir morar no Bento meu pai já tinha essa propriedade lá, e já tinha o pomar. Aí quando eu vim pra lá o pomar tava doente, eu fui, troquei, reformei o pomar todo (- nossa, era mais de 300 pés de mexerica) Aí tinha banana, mexerica, mas banana lá a gente comia era muito (-é) (-jaboticaba era bom demais!) Jaboticaba os pés lá era centenário. Mexerica, aquela quantidade... Os amigos meus de Mariana não pode contar não que eles gostavam de dar prejuízo. Eu chegava lá, abria no portão e falei – toma, dá

prejuízo agora, vão vê a quantidade que cê vai conseguir chupar (-é!) o cara ia lá e chupava 3, 4 mexerica...

-Precisa acha que nós éramos santo não, né, gente? Passava dentro da igreja

.....

-Era muito divertido, um pegava do outro. Lá em casa também eles pegavam

-Mas era mesmo

-Se ocê ia na casa de pai de X comprar banana, cê mais comia, do que cê comprava... (risos) mais comia do que comprava

-la fazer degustação de vinho de X...

-Nossa, gente! Não, a gente fazia degustação não. Depois chegava lá já tava tudo tonto. E ninguém levava nada! (risos).....

...

-Ah, é! Tinha também na época de jogo era gostoso, a gente ia pro campo, brigava, xingava, cantava... (-é!)

Ao mesmo tempo, os moradores conviviam continuamente com a possível ameaça de enfrentarem o rompimento de parte da barragem e pressentiam que, no caso de um desastre, certamente suas casas seriam atingidas, em maior ou menor grau. Esse era um “pesadelo” contínuo, persistente em suas vidas, mas “ignorado”, porque Bento representava a casa, o lar e, portanto,

não lhes parecia plausível uma mudança de local devido à uma ameaça potencial, especialmente porque a mineração lhes garantia que ali era um local seguro que estava sendo continuamente monitorado, segundo relato deles. Os moradores temiam “algo”, mas acreditavam estar protegidos e não tinham noção da dimensão dessa “ameaça”.

As características apresentadas nos grupos focais e nas leituras refletem que o microcosmos de Bento revelava um equilíbrio sócio econômico para a maioria dos seus habitantes. Eles se reconhecem como moradores daquele pequeno território e ainda não se acostumam com a perspectiva de viverem na “cidade” de Mariana, que lhes possibilita um tipo de vida diferente da que viviam antes do desastre. Nas palavras dos atingidos:

- ... Porque hoje nós tamos na cidade. Nós não éramos acostumados com cidade, nós somos acostumado lá no nosso canto, aonde todo mundo conhece todo mundo

A comunidade local e, em alguns casos, a comunidade externa (vizinhos, mídia, comunidade nacional, etc.) tem o potencial de reforçar esses valores através do reconhecimento de seu patrimônio material e imaterial, o que expressa e avigora sua própria existência. Ao revés, negá-lo expressaria sua “destruição” o que, nesse caso se tornou muito complexo, porque com o desastre a existência física de Bento tal como era anteriormente, desapareceu e impossibilitou a utilização cotidiana do território, com perda expressiva de grande parte do seu patrimônio material.

Assim, se esse valor se conecta à sua existência física, enquanto espaço de ancoragem e reforçador de sua identidade e como espaço de usos cotidianos, o que aconteceu com o valor social de Bento Rodrigues após o desastre? O valor social de Bento ficaria alterado?

Constata-se que devido à uma forte conexão com o lugar, a comunidade encontrou formas de continuar visitando o povoado constantemente, como falam os atingidos sobre o uso do território:

-Tá! Mas aqui, mesmo sem crachá você deixou de ir no Bento?

-Não, e nem vou deixar....

-Tanto que eles falaram comigo que tava afim de ir lá, eu vou quase todo dia. Hoje mesmo eu tava lá

....

-A gente vai de qualquer jeito, né? (risos)

-Agora nas férias agora nós vamos lá e vamos limpar lá (a sua casa?). É! Sim, é... A minha casa não foi atingida, é uma daquelas lá do alto...

-As que foram roubadas, depredadas... roubaram janelas, portas...

-Nas férias nós vamos lá limpar e... final de semana nós vamos pra lá...

-Não tem como ficar, não ir lá não gente!

Apesar destas idas constantes da comunidade, o uso do território se encontra bastante limitado, especialmente comparando-se com a vida que tinham ali e considerando as próprias dificuldades de acessibilidade pós-desastre, devido ao fechamento da estrada, como protestam com veemência os atingidos:

-Tem que arrumar uma estrada pra gente chegar lá, né? Porque aquilo ali não é ... aquilo ali não é jeito, eu nunca cheguei em Bento daquele jeito...

-Parasse aquelas obras lá, que eles não tem direito lá dentro (-não tem!)...

-- Não tem estrada mais, dentro tá todo tomado...

-não tinha que ficar dando volta...

-Não, mas ter o acesso cheio de caminhão pra gente chegar lá, o acesso que era da gente, o acesso que era da gente...

-E manter o acesso de Bento... não o acesso que eles tão mexendo

Desta forma, para os moradores o valor social segue vivo e Bento se tornou aquilo que Pierre Nora (1984) denomina “lugar de memória”. Segundo o autor, “os lugares de memória são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade. (NORA, 1984, p. XXIV). Em Bento são os “restos” materiais e as suas próprias memórias que eles visitam, como uma forma de manterem a conexão e seus valores com o lugar e de reforçarem suas identidades.

De acordo com Nora (1984), os lugares de memória apresentam uma tríplice acepção: *lugares materiais* onde a memória social se ancora e pode ser apreendida pelos sentidos; *lugares funcionais* porque tem ou adquiriram a função de alicerçar memórias coletivas; *lugares simbólicos* onde essa memória coletiva - essa identidade se expressa e se revela.

Bento Rodrigues é um lugar de memória na acepção de Nora (1984), pois é um “lugar carregado de uma vontade de memória”. Para os moradores, Bento se tornou um lugar de memória, material, funcional e simbólico, do encontro e recordação de suas histórias de vida, reforçando inclusive a coesão do grupo, em torno de sua sobrevivência e da luta por alcançarem uma nova vida digna. No grupo focal eles falam:

- Mas a gente tem força, mas assim, até quando?

-Até quando?

-Até onde essa força vai, até quando? Não! Até a gente consegue ir com essa força?

-Só vai acabar essa força quando cê não tiver mais fé, minha filha, e eu tenho, então eu vou

-Não, claro, gente, eu vou aguentar firme

-Nós vamos

-Até onde que vai?

-A gente vai aguentar, vai aguentar firme

-Eu sei!

Com o desastre muitos defendem, inclusive, que o grau de solidariedade e a união veio à tona uma vez mais entre os bento rodrigueses, reforçando sua

capacidade de organização e “proteção” intra-grupo, o que uma senhora expressou como sendo o “todos por todos” presente no povoado. Quando perguntados sobre o que fazia a comunidade de Bento ser “aquela” comunidade”, os atingidos responderam:

-As nossas festas, ué?

-A união do grupo! É por causa disso, que no meio da comunidade daquele tamanho só perdemos quatro pessoas, que eles falam que são dezenove, eles são de companhia. São só quatro, duas crianças, dois anjinhos e dois idosos que tinham problemas (-dois anjinho, dois idosos). Um senhor trancou dentro do quarto, que aquele tinha problema de cabeça... a outra não podia ver chuva que passava mal, a hora que viu a lama... E foi só os quatro. Agora, o resto foi a união, porque eu falo porque, o motorista do ônibus largou os passageiros de Santa Rita, voltou, porque ele também era do Bento, foi criado na região, voltô pra pegar os alunos. Os pessoal entrou em casa pegou os pessoal, os idosos, botaram nos carros. O carro de X saiu com o pessoal, carregando os idosos... (-ali é, sempre foi, todos por todos, né?) O X, o irmão dela, a mesma coisa, o pessoal, a união foi o povo, foi muito bonito...

- Tá, mas aí adquiriu ela como (a união)?

- Com festas, as nossas festas, tinha a Festa de São Bento, tinha a Festa Nossa Senhora das Mercês

.....

- ... mesmo assim, a gente fala de união, beleza e tal, mas lá no Bento o pessoal era bem individual mesmo, assim. É, cada um na sua casa, tranquilo, ninguém incomodava ninguém, cê entendeu? Isso faz falta demais, entendeu? Então assim, a gente fazia nossa festa, ia alguns vizinhos, ia outros (-saía pra rua...) tomando vinho com um e com outro, comia na casa de um, comia na casa de outro, virava aquela farra, comendo e bebendo, então isso aí faz muita falta

-Ah, mas tinha briga também...!

-Tinha briga também (risos) mas pronto, faz parte...

-Faz parte...

-Nós ... em comunidade, era tudo perfeito... não, não era não....

-Todo mundo tem defeito, todo mundo, ninguém é perfeito, também se fosse perfeito seria sem graça, seria sem graça

-Já domingo lá, né, gente? Tinha torneio de truco, pra reza acontecer tinha que tocar o sino

-Brigava, né, X? Mas quando alguém precisava do outro estava ali, independente do que...

-Cê podia até estar de mau, podia tá um inferno lá, podia nem olhar na cara da pessoa, mas precisô cê ia, cê ajudava, cê fazia o que podia o que não podia...

Este sentimento de solidariedade comunitária também se reflete no depoimento de outra moradora, que salvou muitas vidas com seu gesto:

“Peguei minha moto, abri a porteira e fui embora gritando ‘A barragem estourou! Corre que a barragem estourou!’. Fui gritando para todo lado, tirei o capacete, passei lá em casa, virei na Rua do Cascalho, e depois fui correndo mesmo, porque minha moto parou. Na hora que vi que não tinha mais ninguém no Bento, eu subi correndo para a parte mais alta.” (PAULA GERALDA ALVES, Bento Rodrigues, Livro “Atingidos”, 2016, em SANTOS, L.C. e KIND, L. 2017)

Outra questão que se revela fundamental nas falas da comunidade é o valor inquestionável que cada morador possui em relação à sua propriedade que, apesar de em sua maioria ter tido as construções destruídas pelo mar de lama, revela o apego ao lugar, ainda que estejam presentes apenas os resquícios das casas e seus bens enterrados, que representam o que restou da vida que eles tinham antes do desastre e o espaço físico no qual eles reconhecem suas histórias, identidades e seus sonhos, como falam alguns moradores:

-Eu num tô ni casa minha, eu tenho papel, documentação tuda que eu tinha. Então tem que ter direito de ir lá até eu ter outro documento na mão do que eu tinha, eu acho que eu tenho que ter acesso ali. O que eu tenho ali no meu nome tá ali hoje. Eu não tenho nada no meu nome hoje

-Mesmo depois também, né, X? (-é....) Porque o que nós temos lá, primeiro que a nossa história da gente tá ali, né, gente? (-a memória, a história...) mesmo que eles tentaram nos tirar a gente a força dali.... Eu acho que aquilo ali tem que ser mantido mesmo que, depois né, dá construção do novo Bento...

Como mencionado, no período que se seguiu ao desastre, e acredita-se que como forma de minimizar suas perdas e ressignificá-lo, os “atingidos” seguem utilizando o território de Bento para inúmeras atividades, como a realização das festas tradicionais locais, missas e sepultamentos. Muitos moradores seguem reconhecendo os pilares e fundações de suas casas que ainda estão ali e caminham por suas ruas, agora cobertas pelo mato. Após alguns embates, eles conseguiram o direito de visitar o território de maneira irrestrita e tem se utilizado dele sempre que possível, demonstrando uma vez mais sua conexão permanente com o lugar e devido a esta ancoragem no território desejam que Bento continue sendo usado, mantendo-se seu valor de uso, inclusive depois que o novo Bento seja construído:

-É porque ali pra ser mantido, aquilo ali tem que ter atividade. Único jeito de manter aquilo ali, entendeu? É fazer missa lá... é ter atividade ali, tem que ter atividade...

-É tentar conservar o que tem.....

-A gente ir dormir lá...

-Se tiver atividade lá consegue manter, se não tiver não consegue

.....

-Tem mais. A gente quer assim, mesmo tendo o Bento, as festas no Bento, lá vai ter que ter também. Igual nós fizemos esse ano. Esse ano nós brigamos até com, com quem viesse na frente. A de São Bento nós fizemos escondido. Mas a de Nossa Senhora da Aparecida nós conseguimos na Justiça, fazê-la lá. Com chuva, sem chuva, o tempo tava horroroso mas o tempo, ao mesmo tempo que ele tava ruim, ele conspira a nosso favor, ele melhorou e nós pudemos fazer tudo que a gente queria, entendeu? Então mesmo tendo o Bento, se tiver uma festa no Bento, lá no Bento, vai ter outra lá no antigo, isso cê pode ter certeza. Nossa Senhora das Mercês também, do mesmo passo. E o dia que a gente quiser, pessoal quiser jogar um truco no Bento antigo, vai ter o truco lá. Basta querer...

-A gente quer os dois...

-A gente quer os dois. Sim

- Eu imagino um Bento que eu possa ir lá a hora que eu quiser, entrar e sair do jeito que eu sempre entrei a vida inteira, fazer nossas festas, tudo...

Além disso, como comentado anteriormente, Bento Rodrigues tornou-se um “lugar de memória sensível”, um lugar associado à memória de traumas, da violência, da perda. Os lugares de memória sensível são “aqueles que despertam a memória de eventos traumáticos e dolorosos e que lidam com a história tanto de episódios como de processos mais extensos de violação de direitos humanos” (IPHAN, 2016, p.120), como claramente apontado em denúncia do Ministério Público Federal, que caracteriza o descaso da mineradora “cujos erros técnicos de implementação e manutenção foram conscientemente manipulados para reduzir custos e aumentar dividendos” (MPF).

Para a primeira edição do jornal A Sirene - divulgado em Mariana e região após o desastre - seu idealizador, um jornalista que havia nascido na região de Bento, Nolasco, pediu aos moradores que escrevessem sobre o que eles gostariam de levar do antigo Bento Rodrigues para o novo, a ser construído pela Samarco e que apontam novamente para seus bens materiais e imateriais e para seus valores intangíveis:

a lista é uma reflexão sobre o desbaratamento do fluxo da vida. Eis o que escreveram: as serenatas, a escada de pedra, o pé de esponjeira, os vizinhos, as igrejas, o banco de pedra da praça, a praça, o cemitério, o lambari frito, o “ranca” na quadra, a brincadeira na rua, as cachoeiras, a vida livre. (A Sirene, em Dieguez, C., 2016).

FIGURA 126 Sala de uma das casas saqueadas na parte alta de Bento. Foto: Samantha Nery, 2016.



FIGURA 127 Placa na propriedade da família Quintão, ao lado da Igreja São Bento. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019



Portanto, a partir desta análise de seus valores e considerando-se as concepções de Johnston (2014) apresentadas anteriormente, Bento Rodrigues é um bem que possui indiscutível valor social expressivo e deve ser preservado, a partir de três requisitos básicos constatados:

- Existe a identificação do lugar por sua comunidade; o que é completamente visível no caso de sua comunidade;
- Há uma continuidade demonstrada tanto de uso como de associação com o lugar, incluindo a transição de seus valores para além de uma geração, o que também foi demonstrado pela continuidade das

histórias locais contadas por seus moradores, que incluem a permanência de valores transgeracionais para além do período de 25 anos e também o reconhecimento de valores herdados de seus antepassados, reforçando os laços afetivos dos moradores de Bento nos dias atuais;

- A conexão com o lugar vai além do seu valor de uso, o que neste caso também se demonstra pela afetividade presente nos dias atuais, apesar das perdas materiais ocorridas em seu território, pelo luto profundo que muitos moradores relatam diante da perda de suas referências territoriais e identitárias - pelas saudades de pequenas e grandes lembranças e conexões que extrapolam o valor de uso, mas revelam seu caráter imaterial.

Como alguns atingidos expressaram no segundo grupo focal:

-E a gente tem o amor por lá... e a gente nasceu lá.... lá não estava a venda, entendeu, lá não estava a venda....

- É, e não está!

-E não está!

Além disso o território, reconhecido integralmente por seus moradores, passou a englobar um novo significado, o significado nacional de uma tragédia até então impensável, revelando que há momentos nos quais o

“impensável” acontece e que os cuidados que deveriam ser tomados por todos os responsáveis foram insuficientes para evitar o desastre.

Constata-se que além do reconhecimento do valor de Bento para seus próprios moradores, o evento gerou enorme reconhecimento do evento e suas repercussões na comunidade externa ocorreram em diferentes níveis: local, regional, nacional e até mesmo em nível mundial, demarcando-o com novos símbolos, leituras e novas significações.

De acordo com Sorensen e Viejo-Rose (2015. p.7) “lugares” são também *loci* para experiências e eventos, meios para recordar e focos de memória. Através dessas conexões lugares proporcionam testemunho para eventos: eles são evidência”. Bento agora representa esse lugar de memória e de testemunho. Revela a evidência, a antítese do que não pode ser permitido na atividade minerária em qualquer lugar do mundo; é símbolo de descaso, “crônica da morte anunciada”, do que nunca mais deve se repetir; é um exemplo para que sejam constituídas outras formas de gerenciamento para uma barragem e aponta para o imperativo de uma revisão ampla nas práticas da mineração contemporânea, de forma que as ações futuras sejam opostas as que foram praticadas neste caso - antes, durante e depois do desastre.

Em Bento Rodrigues também pode-se destacar o *valor estético*, que se refere às qualidades do bem cultural e ao seu potencial de evocar experiências estéticas e de possibilitarem a fruição do bem. A localidade, que outrora destacava-se pela riqueza de seus recursos naturais, possuindo exuberantes serras e cachoeira, atualmente é marcada pelo contraste entre o cenário de destruição e a paisagem pujante, oferecendo ao observador uma impactante experiência estética.

Com o rompimento da barragem, Bento Rodrigues é um povoado inicialmente criado e devastado pela atividade de exploração mineral. Como fonte e *valor científico*, pode-se concluir que os remanescentes do povoado constituem testemunhos do passado e fornecem expressivo potencial de investigação arqueológica. Tais testemunhos incluem os antigos muros de pedra, os vestígios das antigas técnicas minerárias, bem como as ruínas das edificações, destacando-se as ruínas da Igreja de São Bento, suas Campas Mortuárias e o cemitério adjacente. Além de suas características arquitetônicas, a Capela das Mercês possui em sua lateral um cruzeiro constituído por uma estrutura de pedras que o sustenta, sendo esta ladeada por outra edificação em pedras que caracteriza um túmulo e, também, uma extensa área sedimentar com valor científico e arqueológico subsuperficial, associado a sepultamentos e atividades da prática religiosa e cotidiana.

No local, nota-se ainda a presença de importantes vestígios, como as bases de pedra da igreja e dos muros laterais que a separavam do cemitério; o presbítero de madeira os restos da escada que dava acesso ao coro; e as campas que registram a antiga prática de se enterrar os mortos dentro das igrejas. O cemitério das Mercês também é uma referência cultural importante para a comunidade de Bento Rodrigues, que se encontra coberta pelos rejeitos, mas constitui local fundamental para o desenvolvimento de ações de recuperação, visando recuperar histórias e referências acerca da localidade e da comunidade. A Capela de Nossa Senhora das Mercês, com o cruzeiro sobre lajeado de pedra, constitui uma referência cultural precisa à toda a comunidade de Bento Rodrigues tanto por sua projeção na paisagem, quanto por conter sepultamento. É um local de realização de atividades religiosas e de vivência social local. Carrega assim, vestígios específicos relacionados a este escopo de ações atrelando-os de modo indissociável às práticas culturais e religiosas do município. Por este motivo, detém valor científico e arqueológico, tanto, suas estruturas, estratigrafias quanto sua paisagem.

Ao longo da formação dessa paisagem a comunidade local foi construindo suas *referências culturais*, importantes para manutenção de sua memória e identidade. Como podemos observar nos acontecimentos após o rompimento da barragem, a comunidade tem buscado manter as suas práticas culturais no local, como as celebrações religiosas, tais quais casamentos, batizados, sepultamentos e Festas de São Bento, Santo Antônio e Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Mercês, bem como as festas populares, como o torneio de truco e o campeonato de futebol. Além disso, o povoado era marcado pela produção de alimentos típicos, como geléias, galinhada, coxinha, vinhos, queijos, entre outros, que possuem grande significado para a comunidade, como detalhado no capítulo sobre Patrimônio Cultural.

Bento Rodrigues também possuía esse patrimônio intangível que foi fortemente impactado pelo rompimento da barragem. Como já mencionado, o que o povoado foi e o que ainda representa para a população permeia o imaginário e a memória afetiva dos antigos moradores e daqueles que o frequentavam. O lugar é a referência cultural de uma comunidade centenária que agora carrega em sua memória os elementos estruturantes de sua identidade cultural possuindo, portanto, importante valor afetivo e referencial.

Bento Rodrigues constitui-se um importante lugar de memória sensível, onde seus remanescentes foram protegidos pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana – MG, com participação da comunidade. Apesar da tragédia ocorrida, mantém-se parte do povoado, principalmente na parte alta da localidade na qual estão situados a Capela de Nossa Senhora das Mercês e o cemitério para os quais os moradores eventualmente se deslocam para atividades religiosas, sociais e comunitárias. Além do próprio casario nesta parte que, apesar de ter sofrido saques, permaneceu.

O povoado de Bento Rodrigues, com os elementos que o compõe - íntegros ou em ruínas – constitui reminiscência de uma estrutura outrora existente e é testemunho do desastre ocorrido, elo de ligação entre o que foi e o que ainda significa o povoado para seus moradores e para todos os brasileiros. Como um lugar de memória sensível, tem potencial inegável para tornar-se um “Sítio de Consciência”.

Figura 128 “Pixo” em uma das paredes enlameadas: “Bento Rodrigues Saudades”.
Foto Samantha Nery, 2016.



Ontem

[...]

Tudo foi breve

e definitivo.

Eis está gravado

não no ar, em mim,

que por minha vez,

escrevo, dissipo.

Carlos Drummond de Andrade, 1945

9. Zonas de proteção

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Mariana, Minas Gerais, Brasil.

NOME DO BEM: Bento Rodrigues

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 20°14'15.48"S 43°25'3.27"O

LIVROS DO TOMBO PARA INSCRIÇÃO DO BEM:

Histórico

Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

9.1. Perímetro e justificativa

A definição dos perímetros de tombamento e de entorno dos vestígios de Bento Rodrigues possui prerrogativas ímpares pelo fato acometido no local e já explicitado nesse dossiê. Estes perímetros foram definidos a partir da demarcação das áreas atingidas e não atingidas pelos rejeitos, que compõem aquilo que é compreendido como o núcleo social do povoado, além de outras áreas que possuem vestígios importantes para a história de formação da localidade e sua sobrevivência ao longo dos anos. O que se tem claro é a elementar intenção de resguardar esse lugar enquanto narrativa da história de seu povo, e ainda, enquanto amostra da destruição que a atividade mineira descomprometida e irresponsável pode causar ao seu entorno, e como nesse caso, muito além dele.

Nesse sentido, é proposta a definição de três diferentes perímetros, dois deles limitam tombamentos e um abarca o entorno relevante à proteção dos

perímetros justificados. Como a lama de rejeitos vinda da tragédia devastou a maioria das estruturas físicas edificadas e esvaiu o traçado, a organização urbana local, e grandes referências identitárias no povoado e em seu entorno, a identificação dos perímetros se amparou principalmente nos parâmetros físicos geográficos.

O Perímetro de Tombamento T1 é compreendido pela região dentro do vale de Bento Rodrigues atingida pelos rejeitos, correspondendo em resumo ao território limitado pela cota de altitude 720 metros em relação à cota de nível do mar. O Perímetro de Tombamento T2 é definido por um percurso de proteção paralelo às margens do Córrego Ouro Fino, desde sua nascente, englobando as ruínas arqueológicas das Fazendas do Ouro Fino e Padre Fraga, e ainda a porção do extremo norte do povoado, não atingida pelos rejeitos minerários. Já o Perímetro de Tombamento T3 é compreendido pela gruta com a Nsa. Sra. Aparecida no caminho entre Bento e “Nova Bento”, ponto importante destacado pelos moradores para suas festividades religiosas.

A área de entorno, corresponde aos alcances visuais partindo das Capelas das Mercês e de São Bento, pontos de vistas essenciais à identidade do povoado, somados à região onde hoje se localiza o dique S3, onde no passado, existia o campo de futebol e resquícios de uma mina de ouro. A área de entorno ainda corresponde à porção do território compreendida na visão dos moradores como Bento Rodrigues, visto que não há uma delimitação legal das bordas do povoado. A área de entorno ainda busca proteger a visada

desde o povoado até o Pico do Inficcionado, porção singular da formação da Serra do Caraça, e marco⁷⁹ geográfico daquele território.

9.1.1. Perímetro de tombamento T1

Como já dito anteriormente, o Perímetro de tombamento T1 é compreendido pela região dentro do vale de Bento Rodrigues atingida pela lama, correspondendo em resumo ao território limitado pela cota de altitude 720 metros em relação à cota de nível do mar, e descrito da seguinte maneira:

T1a define o início da poligonal, formado pelas coordenadas 20°13'41.56"S e 43°25'14.98"O, corresponde ao ponto do extremo norte atingido pela lama no vale onde estava conformado o povoado, dele, em sentido horário, desloca-se cerca de 750 metros até que o perímetro atingido pela lama faça interseção com o traçado da Estrada Real, e conforme ali T1b. Partindo de T1b, formado pelas coordenadas 20°13'57.01"S e 43°24'59.38"O, desloca-se cerca de 550 metros seguindo pela cota de altitude de 720 metros na porção leste, passando pelo ponto de referência T1c. Partindo de T1c, formado pelas coordenadas 20°14'12.07"S e 43°24'49.70"O, desloca-se cerca de 640 metros seguindo pela cota de altitude de 720 metros na porção leste até alinhar-se com o limite sul do dique S4, e conformar ali T1d, no antigo encontro dos córregos Santarém e Ouro Fino. Partindo de T1d, formado pelas coordenadas 20°14'26.57"S e 43°24'34.50"O, desloca-se cerca de 350 metros a oeste, abarcando o perímetro sul do referido dique e se

estendendo até a cota de altitude 720 metros, e dessa maneira, conformando ali T1e. Partindo de T1e, formado pelas coordenadas 20°14'29.94"S e 43°24'45.06"O, desloca-se cerca de 650 metros, acompanhando o perímetro de devastação da lama, até a cota de altitude 720 metros, na face sudoeste do povoado, onde se tem como referência o ponto T1f. Partindo de T1f, formado pelas coordenadas 20°14'34.07"S e 43°25'6.27"O, desloca-se cerca de 830 metros, até que o recorrido da lama, ou seja, até que a cota de altitude 720 metros faça interseção com os limites do dique S3, e conforme ali T1g. Partindo de T1g, formado pelas coordenadas 20°14'13.88"S e 43°25'24.51"O, desloca-se cerca de 400 metros, seguindo o perímetro leste do referido dique, até a interseção com os limites da lama, ou seja, até a cota de altitude 720 metros, definindo dessa maneira T1h. Partindo de T1h, formado pelas coordenadas 20°14'1.61"S e 43°25'23.27"O, define-se como limite os vestígios da lama que abraçaram a porção norte do povoado, até encontrar T1j, de coordenadas 20°14'0.34"S e 43°25'2.48"O a 50m a oeste do ginásio poliesportivo, passando nesse intermédio pelo ponto de referência T1i, de coordenadas 20°14'9.01"S e 43°25'16.21"O, no ponto mais a oeste da Rua Dona Olinda, no momento em que esta faz uma curva a norte. Segue-se pelo ponto de referência T1k, de coordenadas 20°14'6.94"S e 43°25'12.17"O, no encontro das Ruas Carlos Pinto e Dona Olinda, passando pelo ponto de referência T1l, de coordenadas 20°14'5.65"S e 43°25'4.69"O no encontro da Rua São Bento com uma rua perpendicular a esta, sem nome, até encontrar T1m, como já descrito. Partindo de T1m, formado pelas coordenadas 20°14'0.34"S e 43°25'2.48"O, no encontro da Rua São Bento com

⁷⁹ De acordo com Lynch (2011) os marcos são um tipo de referência no espaço, na qual o observador é externo a ela. São elementos geralmente "distantes, tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais. Podem estar dentro da cidade ou a uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante". Lynch ainda fala sobre a importância desses

referenciais na paisagem e no papel social que desempenham, e de como a paisagem é parte integrante das culturas, e nos casos em que os grupos sociais possuem forte ligação com a terra, trabalhando, criando e interagindo diretamente com a natureza, estes possuem grande identificação com seu meio e relutam em deixá-lo, ele "representa a continuidade e estabilidade num mundo incerto".

Rua Nsa. Sra. Das Mercês, desloca-se cerca de 650 metros, seguindo o caminho da lama, ou seja, abarcando o vale limitado pela cota de altitude 720 metros, rumo à porção norte desse perímetro, até encontrar T1n. Partindo de T1n, formado pelas coordenadas 20°13'45.13"S e 43°25'18.22"O, desloca-se cerca de 150 metros, sentido nordeste, rumo a T1a, englobando os vestígios de lama ao norte do antigo povoado, até conectar-se ao T1a, de coordenadas 20°13'41.56"S e 43°25'14.98"O, e de onde partiu a definição desse polígono de tombamento. As coordenadas acima descritas englobam uma área de 947.841,00 metros quadrados, abraçada por um perímetro de 6.432 metros.

9.1.2. Perímetro de tombamento T2

O Perímetro de Tombamento T2 é definido por um percurso de proteção paralelo às margens do Córrego Ouro Fino, desde sua nascente, englobando as ruínas arqueológicas das Fazendas do Ouro Fino e Padre Fraga, e pela porção norte do povoado, não atingida pela lama.

O ponto inicial do Perímetro de Tombamento T2 coincide com o primeiro ponto do Perímetro de Tombamento T1, acima descrito, ou seja, parte do ponto nomeado como T1a, de coordenadas 20°13'41.56"S e 43°25'14.98"O, e dele, desloca-se cerca de 350 metros, sentido norte, rumo a T2a, de coordenadas 20°13'31.40"S e 43°25'18.70"O, que engloba nesse percurso, as ruínas arqueológicas da Fazenda do Ouro Fino. Partindo de T2a, desloca-se cerca de 350 metros, rumo ao ponto de referência T2b, de coordenadas 20°13'25.21"S e 43°25'28.09"O, que se encontra a 100 metros de distância da margem direita do Córrego Ouro Fino, delimitando assim, uma franja de proteção para o referido córrego. Partindo de T2b, desloca-se cerca de 2.300 metros, margeando o Córrego Ouro Fino, a uma distância de 100 metros de

sua margem direita, até atingir o ponto de referência T2c, de coordenadas 20°12'24.84"S e 43°26'14.48"O, que circunda a nascente de tal córrego, a uma distância de 100 metros da mesma. Partindo de T2c, desloca-se cerca de 200 metros, ainda definindo um raio de proteção para a referida nascente, rumo ao ponto de referência T2d, de coordenadas 20°12'28.30"S e 43°26'19.34"O. Partindo de T2d, desloca-se cerca de 1.100 metros, margeando o Córrego Ouro Fino, a uma distância de 100 metros de sua margem esquerda, pela cumeeira de um dos lados do vale do Morro do Braga, até atingir o ponto de referência T2e, de coordenadas 20°13'55.20"S e 43°25'28.12"O, que abraça a vertente leste do Morro do Braga.

Partindo de T2e, define-se como fronteira o limiar da vertente leste do morro que abriga a Cruz das Almas, definindo um percurso de cerca de 250 metros, até encontrar o ponto de referência T1h, de coordenadas 20°14'1.61"S e 43°25'23.27"O, que coincide com o ponto de referência do perímetro de tombamento T1. A partir desse ponto, o recorrido sul do Perímetro de Tombamento T2, é concomitante ao limite norte do Perímetro de Tombamento T1, até atingir o ponto T1a, de coordenadas 20°13'41.56"S e 43°25'14.98"O, envolvendo dessa maneira a porção do povoado não atingida diretamente pela lama, ou seja, altitudes superiores a 720 metros. Entre T1h, de coordenadas 20°14'1.61"S e 43°25'23.27"O, e T1a, de coordenadas 20°13'41.56"S e 43°25'14.98"O, identificam-se pontos intermediários, definidos por T1i, de coordenadas 20°14'9.01"S e 43°25'16.21"O, T1j, de coordenadas 20°14'0.55"S e 43°25'15.17"O, T1k, de coordenadas 20°14'6.94"S e 43°25'12.17"O, T1l, de coordenadas 20°14'5.65"S e 43°25'4.69"O, T1m, de coordenadas 20°14'0.34"S e 43°25'2.48"O, e finalmente, T1n, de coordenadas 20°13'45.13"S e 43°25'18.22"O, e que antecede ao T1a, de coordenadas 20°13'41.56"S e 43°25'14.98"O, que arremata a poligonal em questão. As coordenadas acima descritas englobam uma área de 1.182.804,00 metros quadrados, abraçada por um perímetro de 9.850 metros.

9.1.3. Perímetro de tombamento T3

O Perímetro de Tombamento T3 é definido pela gruta da “Santinha” e seu entorno imediato, localizada na estrada de acesso à Bento Rodrigues desde o local da “Nova Bento”.

O Perímetro de Tombamento T3 é delimitado pela poligonal conformada pelos pontos T3a 20°16'26.50"S 43°25'34.56"O, T3b 20°16'28.42"S 43°25'33.36"O, T3c 20°16'29.07"S 43°25'35.45"O, T3d 20°16'31.12"S 43°25'35.29"O, T3e 20°16'32.12"S 43°25'37.83"O, T3f 20°16'30.63"S 43°25'38.98"O e T3g 20°16'27.29"S 43°25'38.41"O.

FIGURA 129 Gruta da "Santinha" na estrada entre Bento Rodrigues e "Nova Bento". Foto: Anielle Freitas, abril de 2019.

FIGURA 130 Imagem de Nossa Senhora Aparecida guardada dentro da gruta. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019



Figura 131 Demarcação do Perímetro de Tombamento T1 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos



FIGURA 132 Demarcação do Perímetro de Tombamento T2 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos



Figura 133 Demarcação do Perímetro de Tombamento T3 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas



Figura 134 Relação entre os Perímetros de Tombamento T1 e T2 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos



9.1.4. Área de entorno

O Perímetro de entorno imediato corresponde aos alcances visuais partindo das Capelas das Mercês e de São Bento, pontos de vistas essenciais à identidade do povoado. Tal limite proposto define-se pela sobreposição do alcance visual partindo dos marcos descritos.

O Perímetro de Entorno E1, inicia-se no ponto de referência E1a, de coordenadas 20°13'23.57"S e 43°24'50.28"O, e desloca-se em sentido horário, cerca de 2.500 metros, até encontrar o ponto de referência E1b, formado pelas coordenadas 20°14'30.72"S e 43°24'3.19"O, e coincidente com os vestígios de lama no extremo leste dos limites do vale no qual se localiza o povoado. Partindo de E1b, desloca-se cerca de 990 metros, rumo ao ponto de referência E1c, de coordenadas 20°15'1.27"S e 43°23'53.97"O, abarcando assim nos limites internos de tal perímetro parte da antiga Fazenda Gualaxo. Partindo de E1c, desloca-se cerca de 1900 metros, rumo ao ponto de referência E1d, de coordenadas 20°15'26.66"S e 43°24'53.29"O, e coincidente com o Rio Gualaxo do Norte, onde este se encontra com a estrada para

a localidade de Camargos. Partindo de E1d, desloca-se cerca de 2000 metros, rumo ao ponto de referência E1e, de coordenadas 20°14'54.85"S e 43°25'52.78"O, ponto mais ao sul do atual dique S3. Partindo de E1e, desloca-se cerca de 2.500 metros, pela cumeeira do morro a oeste do povoado até atingir E1f, porção mais ao sul da antiga barragem de água de Santarém. Até encontrar E1i, de coordenadas 20°11'52.35"S e 43°25'33.59"O, percorre 6.000 metros margeando as instalações minerárias existentes (diques, cavas, barragens, etc...) e passa por pontos de referências intermediários, nomeados: ponto de referência E1g, de coordenadas 20°13'32.67"S e 43°26'5.63"O, no extremo sudeste da cava da mina de Fábrica Nova, e ponto de referência E1h, de coordenadas 20°12'34.78"S e 43°26'26.45"O, e que antecede o ponto E1i, como descrito. Partindo de E1i, desloca-se cerca de 3.100 metros, sentido sudeste, rumo ao ponto de referência E1a, de coordenadas 20°13'23.57"S e 43°24'50.28"O, e que deu início a esse polígono de entorno imediato. As coordenadas acima descritas englobam uma área de 16.608.850,00 metros quadrados, abraçada por um perímetro de 18.793 metros.

Figura 135 Demarcação do Perímetro de Entorno E1 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos



FIGURA 136 Relação entre os Perímetro de Entorno E1 e os Perímetros de Tombamento T1 e T2 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos



Figura 137 Relação entre os Perímetro de Entorno E1 (rosa) e os Perímetros de Tombamento T1 (amarelo), T2 (vermelho) e T3 (ciano) . Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos



10. Diretrizes de Gestão e Intervenção

Em relação à gestão do sítio protegido pelo tombamento e quanto ao que competem futuras intervenções em suas áreas delimitadas, são apresentadas diretrizes que deverão guiá-las, de forma a garantir a preservação e conservação dos seus valores e significados, descritos anteriormente neste dossiê. As diretrizes serão elencadas em grupos de ação, de modo a facilitar a compreensão geral e os objetivos almejados, lembrando que estas são diretrizes guias, portanto, aquelas de caráter prático e operacional deverão ser discutidas, escolhidas e implantadas através do Comitê Gestor, que deve buscar através de suas ações ganhos mútuos a todos os atores envolvidos com o sítio em questão.

10.1. Gestão do bem

1. Deverá ser criado um Comitê Gestor (CG), que será responsável pela tomada de decisões e gestão futura do sítio protegido. O Comitê deverá ter 10 membros efetivos, e 10 suplentes, composto por membros de diferentes grupos diretamente envolvidos com o bem, tendo ao menos um representante dos seguintes grupos: moradores de Bento Rodrigues, Fundação Renova, Prefeitura Municipal de Mariana, COMPAT, IEPHA, IPHAN. A representação e participação da Samarco se dará em nível consultivo dentro do Comitê Gestor (CG).
2. Deverá ser elaborado um regimento interno com estabelecimento de prazos para o mandato do Comitê Gestor (CG) eleito, além de regulamentação quanto ao seu funcionamento.

3. Deverá ser criado um Plano de Gestão de curto, médio e longo prazo de ação, sendo necessária a revisão deste a cada 5 anos, de forma a buscar atualizar e melhorar sua aplicação através dos resultados já obtidos.
4. O CG deverá possuir autonomia legal para ser o responsável pela tomada de decisões em relação ao bem.
5. O Gerente de Projeto deverá ser indicado pelo Conselho Gestor e referendado pela comunidade atingida de Bento Rodrigues.
6. O Gerente de Projeto deverá exercer um papel meramente executivo, obedecendo às orientações do Conselho Gestor.

10.2. Proteção dos valores e características do sítio e do seu entorno

7. Deverá ser criado um museu de território em Bento Rodrigues.
8. Deverá ser construído um memorial da tragédia, junto ao museu, com sede em Bento Rodrigues.
9. Deverão ser colocados marcos ao longo do trajeto da passagem dos rejeitos, por toda a Bacia do Rio Doce. Estes deverão ter a marca da altura em que os rejeitos alcançaram naquele lugar, além de outras informações que se julgue necessárias. Estes marcos devem possuir conexão com o memorial e com o museu de alguma forma, seja esteticamente, seja informacional, ou mesmo de forma digital.

10. Deverão ser preservadas as ruínas das edificações como se encontram, bem como a marca dos rejeitos sobre as mesmas, cuidando-se para que esta diretriz seja aceita pelos moradores e respeite o direito de propriedade de cada um deles. A retirada dos rejeitos, quando necessária, deverá ser feita de forma pontual e apenas para garantir a maior fruição do sítio tombado, a segurança e o livre acesso dos antigos moradores no uso do território para suas práticas sociais.
11. Deverá ser garantido o uso do território pela comunidade Bento Rodriguense para a realização de suas manifestações culturais, religiosas e demais atividades sociais.
12. A Capela de Nossa Senhora das Mercês deverá ser tombada isoladamente e restaurada para continuar a receber suas celebrações, e continuar sua função como lugar de encontro dos moradores da localidade, assim como o uso de seu cemitério deverá ser garantido às gerações futuras.
13. As ruínas da Capela de São Bento deverão ser tombadas e continuar sua função como lugar de encontro dos moradores da localidade, assim como o uso de seu cemitério deverá ser garantido às gerações futuras. Seu restauro e futuras intervenções devem ser discutidas entre os moradores, a Arquidiocese e o CG.
14. Deverão ser preservadas as visadas para a Serra do Caraça e Pico do Inficionado, bem como a visual do caminho dos rejeitos desde a barragem de Fundão. Esta última visual não deverá sofrer nenhum

tipo de tratamento de forma a embelezar o rastro de destruição que os rejeitos causaram, até o momento de sua chegada no povoado. Deverá ser garantido que a visão das barragens desde o povoado exista, para que os futuros visitantes possam ver e sentir a presença e a curta distância do perigo que aquela comunidade estava sujeita em sua vida diária, embora a comunidade não tivesse ciência disso.

15. Córregos e nascentes da região deverão ser identificadas e monitoradas, e ter áreas de proteção de 100m para cada um dos lados de suas margens. Suas nascentes deverão ser protegidas e reflorestadas. Esta diretriz se aplica aos córregos e nascentes que estão fora do caminho da lama e da visual do povoado até a barragem.

10.3. Acesso e gestão dos visitantes

16. Deverá ser garantido o total e irrestrito acesso à região tombada.
17. Deverá ser criado um *site*, cujo conteúdo deverá ser submetido ao Conselho Gestor e/ou aos moradores, contendo todas as informações sobre o sítio tombado, sobre o desastre, sobre o museu de território, os marcos e o memorial.
18. Deverá ser criado um programa de interpretação composto pelos marcos implantados no território, com envolvimento das comunidades.

19. Deverão ser consolidadas as vias internas do povoado e os acessos ao sítio.
20. Sugere-se a criação de uma reconstrução virtual do povoado, de imersão 3D, que crie a possibilidade de se visitar o território em três momentos: antes da lama de rejeitos, com os rejeitos logo após o desastre e atualmente, considerando-se a presença dos diques S3 e S4.
21. As áreas atualmente alagadas pelo dique S4 deverão ser esvaziadas e suas áreas restauradas por processos ecológicos de renaturalização ou mantidos com as marcas da lama, conforme desejo dos moradores, sendo as famílias devidamente indenizadas pelo tempo de permanência do dique S4 em suas propriedades.
22. Sugere-se a criação de um parque ecológico ao longo do leito dos córregos e dos rios afetados, ligando as principais áreas e povoados atingidos.
23. Deverá ser garantida a plena participação dos moradores de Bento Rodrigues na gestão do Museu de Território e do Memorial.
24. Sugere-se a criação de um Museu Comunitário com a identificação dos ofícios e valores do povoado de Bento Rodrigues, com exposições permanentes e temporárias.
25. Práticas de Fruição do Patrimônio Cultural devem ser pensadas para dar sentido a experiência dos visitantes em sintonia com localidade.
26. Deverá ser ofertada qualificação profissional aos atingidos por meio de Programas de Educação Patrimonial e Ambiental, visando

assegurar sua plena participação no processo, além da viabilização de sua contratação enquanto profissionais para atuação no sítio tombado (como guias e demais profissionais necessários para o pleno funcionamento do sítio).

10.4. Mineração

27. Será proibido qualquer tipo de atividade de mineração na área tombada e na sua área de entorno.
28. A mineração na vizinhança das áreas protegidas deverá ser rigorosamente fiscalizada, a fim de se evitar novos desastres.
29. Deverá ser incentivada a pesquisa para novas técnicas de mineração e recuperação das áreas atingidas.
30. Deverão ser ofertados cursos de primeiros socorros e de ações emergenciais em caso de novos desastres a todos os moradores de áreas de risco da região, bem como aos futuros visitantes do museu e memorial.
31. Deverá existir no museu de território uma parte destinada à história da mineração em Minas Gerais, para tratar dos riscos, problemas e falhas no sistema atual, além de relatar sobre o desastre e suas consequências.

10.5. Pesquisa e informação

32. Deverá ser estimulada a pesquisa arqueológica na região, e os sítios arqueológicos identificados deverão ser demarcados para sua proteção imediata.
33. Deverão ser mapeadas as fazendas históricas e as antigas delimitações do povoado de Bento Rodrigues.
34. Deverão ser mapeadas e catalogadas todas as pesquisas realizadas a respeito de Bento Rodrigues, tanto pós quanto pré-desastre. Quando de livre acesso, deverão possuir *link* junto ao site do bem tombado.
35. Sugere-se a criação de um fundo de incentivo (mantido através do fundo proveniente de medidas compensatórias da mineração) às pesquisas que envolvam a recuperação das áreas atingidas, o reuso do rejeito e melhorias nos processos de mineração.
36. Todas as informações e pesquisas produzidas a partir do fundo ou pelo CG deverão ser de livre acesso público, disponibilizadas através do *site*.

10.6. Gestão de riscos

37. Deverá ser criado um plano emergencial, incluindo treinamento e capacitação a ser ofertado para todas as pessoas que tiverem

interesse em visitar a localidade de Bento Rodrigues e seus arredores.

38. Deverão receber melhorias, reforços e constante monitoramento, referente à segurança e a riscos de novos rompimentos, as barragens e cavas ainda existentes na região, que de alguma forma possam afetar novamente a localidade de Bento Rodrigues, em caso de um novo desastre.
39. Deverão ser integrados os planos de gestão de risco com o plano de gestão do bem, de forma a maximizar seus resultados.

Estas Diretrizes de Gestão e Intervenção do território de Bento Rodrigues foram apresentadas aos atingidos e discutidas entre eles ao longo do segundo semestre do ano de 2018. Em janeiro de 2019 a equipe de pesquisadores recebeu dos atingidos um documento que trazia alguns questionamentos em relação à conteúdos do Dossiê e sugeria principalmente algumas mudanças que, em geral, refinavam as Diretrizes.

Foi realizado então novo encontro entre Cáritas, pesquisadores e atingidos no dia 25 de abril de 2019, em Mariana, para fechamento do Dossiê de Tombamento. Alguns dos presentes haviam participado desde o início deste trabalho e o grupo aprofundou questões relativas ao processo de gestão do território, de acordo com suas prioridades, interesses e desejos, sendo acatadas todas as suas sugestões e assimiladas ao texto final.

11. Museu de Território

11.1. Um Museu de Território para Bento Rodrigues

Dentre os diversos estudos e análises realizados após o desastre, visando a proteção das áreas atingidas no que se refere aos bens patrimoniais, tangíveis e intangíveis, a proposta de implantação de um Museu de Território em Bento Rodrigues vem de encontro às demandas contemporâneas de salvaguarda, onde se destaca a trilogia: Território, Comunidade e Patrimônio – bases que definem a proposta de um Museu de Território.

A escolha do povoado de Bento Rodrigues para tal ação justifica-se pelo forte impacto causado no percurso histórico desta localidade, alterando sua paisagem, ocupação e, conseqüentemente, os valores simbólicos e identitários de sua comunidade, como discutido no capítulo que trata sobre os valores associativos constatados neste caso. É importante ressaltar que o rompimento da barragem se tornou um evento de proporções devastadoras em várias dimensões e o Museu de Território de Bento Rodrigues tem, portanto, uma missão política, social, cultural e econômica, perante a comunidade local, municipal, estadual, federal e internacional, dentro da proposta que o lugar possa ser reconhecido como um Sítio de Consciência, de acordo com as características definidas pela UNESCO e pela International Coalition of Sites of Conscience (2018).

O Museu de Território pressupõe a integração entre a paisagem cultural, natural, valores tangíveis e intangíveis, comunidade, identidade, memória, tempo e sustentabilidade. Retrata a autenticidade de um grupo, seu vínculo com o território e o percurso histórico da ocupação. O percurso histórico vai do presente ao passado. A museografia permite que a comunidade reconheça a si mesma, reforce seus valores e seus bens e os preserve e resignifique continuamente. Esta questão é singularmente importante para os bento rodriguenses, que frequentemente retornam ao local devastado, quer seja em dias comuns ou em datas festivas, em um movimento de resistência muito significativo que ressalta seu amor ao território, um “desejo” pela preservação de suas memórias e dedicação às suas tradições. Como expressa um morador:

-Eu imagino um Bento que eu possa ir lá a hora que eu quiser, entrar e sair do jeito que eu sempre entrei a vida inteira, fazer nossas festas, tudo...

A proposta de implantação do Museu de Território promove desde a sua concepção, através de uma gestão multidisciplinar, o contributo de diversas áreas de conhecimento, e a participação da comunidade é imprescindível em todas as etapas e representando para a comunidade um agente de transformação positivo.

11.2. Reflexões sobre o co

Até a década de 1970, a maioria dos museus em todo o mundo adotava um modelo tradicional, que se constituía como uma instituição formal, em um espaço onde são reunidas coleções de objetos raros e de valor reconhecida-mente excepcional, que nascem de decisões político-administrativas e de-mandam financiamentos e investidores. Os temas expostos eram compostos exclusivamente por coleções e apenas um público elitizado tinha a possibili-dade de dominar seus códigos de linguagem. Este modelo de museu privile-gia, portanto, a autoridade de especialistas, sem necessariamente estabele-cer-se uma relação com a comunidade local, ainda que esteja sempre inse-rido em um determinado território, com características próprias (VARINE, 2005).

Como as equipes de museólogos envolvidos geralmente possuem formação clássica, essas instituições têm vocação essencialmente científica e cultural, visando o desenvolvimento e a perpetuação do conhecimento e da comuni-cação global, através de uma linguagem formal e destinada um público res-trito. Para isso, frequentemente são usados recursos tecnológicos sofisticados, no intuito de atrair visitantes, às vezes afastando o próprio museu do contexto social e econômico que o envolve.

Em 1972 foi realizado um encontro da UNESCO e do ICOM (Conselho Inter-nacional de Museus) em Santiago do Chile, para discutir-se o papel dos mu-seus, que já vinha sendo questionado como desintegrados dos territórios e das comunidades locais. A partir de uma apresentação feita por Jorge Henri-que Hardoy, que defendia uma nova atitude dos museus tradicionais em re-lação à sociedade, um grupo de doze museólogos da América Latina conce-beu um novo conceito para a museologia, denominado “Museu Integral”,

sendo criado coletivamente a partir da participação da comunidade e dedi-cado ao desenvolvimento de um território, de uma região (VARINE, 2014).

Esta proposta parte da premissa de que cada território possui como recursos a sua população e os seus patrimônios materiais e imateriais. Seus cidadãos não só representam uma mão-de-obra valiosa, mas ao mesmo tempo são agentes produtores do patrimônio cultural local que, juntamente com as ri-quezas naturais representam seus valores e, assim, podem se tornar parte do desenvolvimento da comunidade, contando-se com a sua participação continuada.

Scheiner enfatiza que os museus devem possuir como característica essen-cial a permeabilidade a todas as formas de expressão humana e comenta que “[...] todos os museus possuem importância para as comunidades a que ser-vem”. A autora destaca a relevância do aporte intersocial, chamado Museu Inclusivo e considerado como uma meta prioritária do ICOM. Nesse sentido, os museus devem atuar como um espaço de inclusão, onde diferentes co-munidades possam se reconhecer (SCHEINER, 2012, p. 28).

Assim, a nova museologia, em contraposição à museologia tradicional reivin-dica museus que cumpram a sua função social, estabelecendo laços mais es-treitos com as comunidades locais, obtidos por meio de uma comunicação dialógica e inclusiva. Espaços estes que abarquem novos, múltiplos e diver-sos patrimônios e discutam questões territoriais diversas, levantadas pela antropologia e pela “Nova História”; museus que sejam reconhecidos como agentes de mudança e promotores do desenvolvimento, ensejando a melho-ria da qualidade de vida das pessoas.

Enquanto os museus tradicionais têm por objetivo "servir" prioritariamente ao conhecimento e à cultura, o principal objetivo de um museu comunitário

é "servir" à comunidade e buscar a promoção de seu desenvolvimento, entendendo por desenvolvimento local o "processo pelo qual um território detecta e usa todos os recursos disponíveis (naturais, humanos e culturais), por meio das forças ativas da comunidade" (VARINE, 2014. p. 26).

Conforme Waldisa Guarnieri aponta, esta nova museologia possibilita a transformação do patrimônio em herança e o fato museal deixa de ser o objeto em si e passa a representar a interação entre o homem e a sua realidade. Esta museologia contempla "[...] não o estudo compartimentado do homem, do objeto ou do cenário, mas a relação entre eles" (KASEKER, 2014, p. 35).

A nova museologia possui uma vocação política, pois é um instrumento de desenvolvimento sustentável do território local e da comunidade, com o objetivo de torná-la capaz e autônoma (VARINE, 2005). Nesta perspectiva, o museu é constituído com a atuação de militantes e/ou da comunidade local, que são ao mesmo tempo agentes e espectadores, sem que haja a necessidade de uma qualificação formal, valorizando-se seus saberes e a cultura do lugar (ibid).

Assim, um dos diferenciais centrais da nova museologia é a valorização e preservação do patrimônio que é reconhecido pela comunidade, presente em seu cotidiano, considerando seus valores, o território e as relações sociais inseridas naquele contexto. Além disso, a Nova Museologia é um movimento sem um modelo organizacional pré-estabelecido, valorando a museografia do território e enfocando primordialmente na função social do museu.

De acordo com esta linha de pensamento surgiram também outras nomenclaturas para esta proposta, a museologia da libertação ou museologia comunitária, que tem o intuito de libertar as pessoas da alienação cultural, libertar sua capacidade de imaginação e iniciativa e sua consciência relativa aos seus direitos de propriedade sobre o patrimônio material e imaterial. Pretende-se que a comunidade se torne ativa neste processo, sendo sujeitos e atores de seu futuro, como parceiros do desenvolvimento sustentável (VARINE, 2014).

Independente da nomenclatura, o principal é que enquanto os museus tradicionais têm por objetivo "servir" prioritariamente ao conhecimento e à cultura (analisada sob um viés mais clássico do termo), o principal objetivo de um museu comunitário é "servir" à comunidade e buscar a promoção de seu desenvolvimento, entendendo por desenvolvimento local o "processo pelo qual um território detecta e usa todos os recursos disponíveis (naturais, humanos e culturais), por meio das forças ativas da comunidade" (VARINE, 2014. p. 26). Sendo assim, o museu comunitário possui uma dimensão cultural muito significativa podendo ser um meio para ampliar e valorizar a cultura do lugar, através do seu objetivo de produzir mudanças locais e regionais positivas, ligadas às raízes sócio-culturais e psicológicas da comunidade local.

Ressalta-se o papel fundamental da comunidade em todas as etapas da formação de um museu comunitário, desde a sua idealização até à sua implantação, funcionamento e gestão (VARINE, 2005). A sua constituição pressupõe a elaboração de um diagnóstico local, um levantamento participativo e o desenvolvimento de um plano de investimento para o patrimônio.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial se apresenta como um instrumento valioso na construção de conhecimentos e conscientização da comunidade

sobre o valor deste patrimônio, possibilitando sua participação na conservação e manutenção do bem cultural em questão (VARINE, 2007).

O próprio museu funciona não como um bem estabelecido, mas é concebido como um processo, um organismo vivo em transformação, envolvendo o patrimônio e o território circundante, pretendendo ser como "um ser vivo, como a própria comunidade, em constante movimento para se adaptar às mudanças que acontecem nela e em seu ambiente, seja ele regional, nacional ou global" (VARINE, 2014, p. 29).

Este museu, como instrumento central para o desenvolvimento, possui alguns eixos. Ele não precisa necessariamente possuir um edifício ou uma coleção fixa, mas geralmente possui um centro de recursos e de documentação, bem como um banco de dados e uma rede de cooperados, podendo possuir uma biblioteca e arquivos especializados no(s) tema(s) que for central para o determinado museu, com ênfase na formação dos atores envolvidos em sua continuidade.

As atividades do museu, particularmente referentes à pesquisa e à sua apresentação, são conectadas a esse desenvolvimento local, em cooperação com os demais instrumentos econômicos, sociais, educacionais e culturais já existentes. Como processo, o museu de território ou comunitário deve se configurar como mediador de mão dupla entre os atores do desenvolvimento e a comunidade, sendo construído e reconstruído paulatinamente pelo povo e auxiliado por profissionais. O resultado não é um museu no sentido comum da palavra, mas certamente é um conceito museológico, articulado a um esforço global de desenvolvimento (VARINE, 2014).

São alguns exemplos da nova museologia o Projeto Identidade Quarta Colônia, no Rio Grande do Sul, Brasil; o Caminhos Drummondianos, em Itabira,

Minas Gerais, Brasil; o Ecomuseu do Seixal, na Serra do Caldeirão, em Portugal, entre vários outros concebidos em diversos países do mundo.

11.3. Reflexões sobre um Museu de Território para Bento Rodrigues

A partir da concepção de território como espaço vivido e lugar onde são construídos e reconstruídos os valores de uma comunidade, a proposta da elaboração de um Museu de Território para Bento Rodrigues vem de encontro à proposição que defende a continuidade da memória e da história de seus habitantes e a preservação de seu patrimônio no âmbito local e nacional, desejo apresentado pelos próprios atingidos, de forma espontânea, abordado nos grupos focais

- deixar lá do jeito que tá?

-É, os restos, sem mexer em nada

-Eu gostaria de fazer uma ressalva. Pelo menos no que diz respeito ao meu, a minha parte, a minha casa.... me incomoda muito a lama.... (-é, só isso) Porque, mesmo tando em ruínas. Eu gostaria que ficasse as ruínas, porém sem a lama... na minha casa, o que sobrou lá... um pedaço de fogão a lenha, os três palmos lá.... eu gostaria que eles tivessem lá sem a lama assim

-Eu penso um pouco diferente, mas é baseado no que o X falou. Alguns locais é difícil, por exemplo, nas nossas áreas lá, na minha casa, na casa onde eu fui criado. Era retirar, mas retirar com um certo cuidado pra ver, ah! A base tá aqui, deixar a base da casa. Lá hoje eu não sei se tem base, deixar a base, do

jeito que ela tiver, e poder fazer nada dentro dessa propriedade que é sua, você não vai poder. Ah! Não vou poder? Então eu vou plantar árvores, entendeu? E deixar mesmo pra gente estar indo visitar, lembrar das épocas boas e lembrar também do ruim, porque alguma coisa ruim que aconteceu com a gente quando a gente era criança, era muitas das vezes pra aprender, né? Então eu penso dessa forma, deixar mesmo pra lembrança nossa e no geral também, pro mundo inteiro, pessoas tá podendo ir lá e visitar, saber até aonde a lama foi, até a altura, se possível ainda colocar uns marcos, demarcar a área onde ela atingiu, pra servir de estudos, pra geração nova, que tá vindo aí e até mesmo pros velhos, pros velhos que diziam ser engenheiros e não viu que a barragem tava comprometida...

...

- Não só construir um Novo Bento, mais próximo, vão dizer assim, igual não vai ter como, mas bem próximo, o máximo possível, mas deixar o Bento antigo, vamos dizer assim, o nosso Bento, o verdadeiro, vão dizer assim, deixar lá pra nós ir passear, fazer, nós tá lá dentro. E, voltando atrás do que eu falei, colocar marcos até aonde a lama chegou, pra servir de exemplo pro mundo inteiro ver

- Até mesmo eu acho que identificar, né? Porque cada um tinha a sua casa ali, as casas que hoje, no nosso caso, a nossa casa não está ali. O que nós conseguimos visualizar lá é um pedaço de coluna, desse tamanho assim.... só! É a única coisa que sobrou. Então, assim, eu acho que poderia colocar,

como falou, marcos, né, pra poder identificar, cada casa que não está ali, demarcar tudo direitinho, onde que era o que (-as ruas, né?) as ruas (-e mesmo as que estão)

-As casas... e mesmo as que estão identificar, quem era o proprietário, tudo, deixar tudo ali com fotos (-com fotos).

- Com fotos da casa. Eu queria assim, que limpasse a minha casa e colocasse a foto da minha casa lá e identificasse de baixo ali, entendeu? Porque aí quando uma pessoa de fora viesse ia saber que aquela casa existiu ali... com a foto, ia ver, entendeu? Porque muita gente chega lá e acha que é o que os outros falam mesmo, uma casinha ali, outra lá (-um barraquinho de lona), uma casa de barraco de lona... Não era. Minha casa era centenária, eu queria a foto dela lá, tudo bonitinho, entendeu? (-quero muito que eles limpam ali, o piso de pedra que tá enterrado lá) só pras pessoas verem que ali existia um lugar e um lugar bonito, entendeu? E também a identificação das barragens, porque muita gente chega lá: - Da onde que vem a barragem? De lá, pronto! Era o que eu queria.

-A casa dos meus pais tinha mais de trezentos anos... aí quando elas crescerem, aí a gente poder levar elas lá e falar assim, aqui é onde a gente cresceu ó, aqui é onde seu avô, bisavô, seu tataravô, aqui, tinha uma vila, entendeu, aqui existiam vidas e hoje tá isso, entendeu?

.....

- acrescentando um pouco, é, assim o meu pensamento o que deveria ser feito, por exemplo, lá baixo, onde é a casa onde eu fui criado, eu não sei se existe pelo menos uma base lá, limpar pra ver se acha; o local que é a minha casa eu não sei também se tem base, uma coluna eu sei que tem por lá, mas é junto da garagem, então é limpar, (-limpar e deixar sem rejeito) mas não chegar e limpar entrando com máquina não, ah! Tem uma casa aqui, é limpar, e as ruínas que tã ali, ali aquele S4, por isso que eu perguntei antes do tombamento, se seria só a parte de cima, porque ali dentro de onde tá alagado existem muros de pedra, que é dos terrenos da família, então neste sentido e dentro desse formato.... Então, o quê que restou na praça próxima à igreja, que serviria de um marco? Existe lá hoje um poste, então aquele poste de hipótese alguma poderia ser tirado, marcar nele qual, aonde a lama atingiu, aí depois os arvoredos lá igual existem arvoredos, mas lá morreu mas existe a mata, daqui não sei quantos anos vai desaparecer, então seria nos poste, então ali naquela parte de baixo só resta este poste, que era uma referência muito boa, é, falta uns 30 cm pra tampar, depois subindo a rua São Bento, próximo a casa do Raimundo existe outro poste, que daria pra fazer outra referência, aonde atingiu, dali pra cima começar a plano... e dali poderia falar até, como é que eu falo pra vocês, uma legenda, poste com a marca de tal lugar, o local que a lama atingiu e, pelos lados, né? Do outro lado do córrego Moisés, lá só vai ter arvoredos, e constrói marcos (-marca os pontos....), referência, por exemplo, a ruína de uma casa, tá lá, vai tá ali, o que que era antes, o que que era depois, o que que era antes, referente a... o que que era antes? Porque ninguém vai ter uma referencia no dia, como

que a casa dele era no dia 05 de novembro... (- um marco pra gente, né?) 05 de novembro de 2015... então, esse tipo de referência. Pro lado do cascalho e só depois, pra cima do Zé Barbosa ali que começou a ter postes, existe as marcas também... pro lado de baixo lá....

Neste caso, a transformação do espaço devastado do povoado em museu pode se tornar um instrumento de resistência que referencie a preservação dos valores de sua comunidade e uma estratégia para revalorizar a identidade local, preservar o espaço físico como um lugar de memórias e propiciar uma nova apropriação do território por seus habitantes, além de se tornar um registro vivo e uma forma de protesto contra a maneira como as atividades minerárias vinham sendo realizadas no território.

A língua alemã faz uma distinção entre dois tipos de denominação para monumentos e lugares, *Denkmal* e *Mahnmal*, que parece bastante adequada para se pensar na categorização e no tratamento a ser dado aos lugares de memória difícil, como é o caso de Bento Rodrigues. *Denkmal*, o termo mais comum, foi utilizado pela primeira vez por Martinho Lutero, como uma tradução para o grego *mnemosynon* e para o latim *monumentum* (lat. *monēre* = “lembrar”). Ele pode tanto ser um objeto construído para se garantir a memória de alguém ou de um ato, quanto uma criação cultural transmitida do passado às gerações posteriores. Assim, pode-se chamar de *Denkmal*, por exemplo, um busto contido numa praça, que celebra o fundador de uma cidade e, numa perspectiva mais moderna, um bem arquitetônico, ao qual se atribui valor especial por ter sido, por exemplo, o lugar de nascimento de uma figura histórica importante.

Já o termo *Mahnmal*, de origem mais recente, traz em si a ideia contida no radical *mahn-* que significa o processo (ativo) de lembrar um acontecimento

a alguém, exortando-o a fazer (ou deixar de fazer) algo. Assim, um *Mahnmal* (muitas vezes traduzido como “memorial”, para o português), será uma forma especial de monumento que, por sua própria presença pública, deve manter viva uma lembrança – geralmente dolorosa – causando consternação e alertando o público para algo que não deve ser esquecido, nem repetido. Um *Mahnmal* pode ser produzido artisticamente como, por exemplo, o Memorial ao Holocausto, em Berlim, mas também pode ser um objeto que servia originalmente para outro fim e após o acontecimento para o qual se quer chamar a atenção, foi ressignificado como um Memorial como, por exemplo, a Igreja Memorial Kaiser-Wilhelm, em Berlim, que foi conservada como ruína, com o objetivo de lembrar consciente e ativamente das razões de sua destruição, o que se sugere que seja realizado no caso do território de Bento Rodrigues, que se torne um *Mahnmal*.

Em termos práticos, propõe-se a elaboração de um diagnóstico, junto ao levantamento e elaboração do inventário de patrimônio material e imaterial, a ser realizado conjuntamente com os bento rodriguenses definindo-se, portanto, o que deve ser preservado e o interesse da população pela salvaguarda dos seus bens no espaço da cidade arruinada. Em um segundo momento, deverão ser pensadas as estratégias de valorização do patrimônio já definido como prioritário, para integrar a constituição do museu de território. Como já comentado, a contribuição da Educação Patrimonial e Educação Ambiental⁸⁰ na formação de atores locais que possam atuar constituindo redes de ação dentro e fora do território é essencial. Este projeto de Educação Ambiental também pode representar um importante instrumento na construção de valores, conhecimentos, práticas e ações educativas, tendo como

finalidade a preservação do patrimônio natural, artístico, histórico e cultural da comunidade. Tais ações educativas podem ser direcionadas ainda aos funcionários de empresas mineradoras, assim como voltadas para a conscientização dos visitantes acerca da atividade minerária.

Ressalta-se que esta proposta somente atenderá seu objetivo se for, em todas as suas etapas, desenvolvida com o envolvimento direto da comunidade, como se propõe a nova museologia, mantendo e ressignificando seu espaço sócio-cultural e promovendo o desenvolvimento. Além disso, busca-se evitar que qualquer ação resulte numa narrativa arbitrária da memória, de maneira que as vozes dos atingidos não sejam em nenhum momento silenciadas e suas narrativas sejam, assim, preservadas.

Enfim, o Museu de Território tem-se mostrado uma eficiente estratégia para que as comunidades se apropriem de seu patrimônio e amplifiquem seus valores, podendo converter ações estruturadas e coordenadas em desenvolvimento para regiões que se encontravam fragilizadas.

Assim, o espaço de Bento Rodrigues pode vir a ser novamente um espaço de uso cotidiano, com uma proposta sempre conectada à participação de seus moradores, buscando transmitir aos visitantes as narrativas ali presentes, pré e pós desastre, que incluem os valores identificados e o significado do próprio desastre. Através da constituição deste espaço de rememoração, do “não esquecer”, no sentido do *Mahnmal*, propicia-se um novo desenvolvimento para o lugar e para seus habitantes, reconstruindo ou construindo novos olhares através das perdas vividas em seu território. A implantação

⁸⁰ De acordo com a Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 1º - Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a

conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

hábil de um Museu de Território para Bento Rodrigues permite, ainda, emergir a concepção de paisagem e território como um recurso cultural e econômico, promovendo também crescimento turístico e financeiro para a região.

Por fim, acredita-se que um Museu de Território para Bento Rodrigues terá a capacidade de reforçar os laços da comunidade com seu lugar, manter viva a sua cultura e memória, além de ancorar seus valores centrais no território e promover uma reflexão local, nacional e internacional acerca das atividades minerárias e suas relações com o ambiente.

FIGURA 138 “Pixo” em uma das ruínas “Essa Marcou Nossas Vidas”. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019.



12.Documentação Cartográfica e Fotográfica

FIGURA 139 dir. Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Anielle Freitas, 2016

FIGURA 140 esq. abaixo. Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016

FIGURA 141 dir. abaixo. Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Luciana Féres, 2016



FIGURA 142 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Luciana Féres, 2016



FIGURA 143 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Luciana Féres, 2016



FIGURA 144 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016



FIGURA 145 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016



FIGURA 146 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016



FIGURA 147 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016



FIGURA 148 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016



FIGURA 149 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016



FIGURA 150 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016

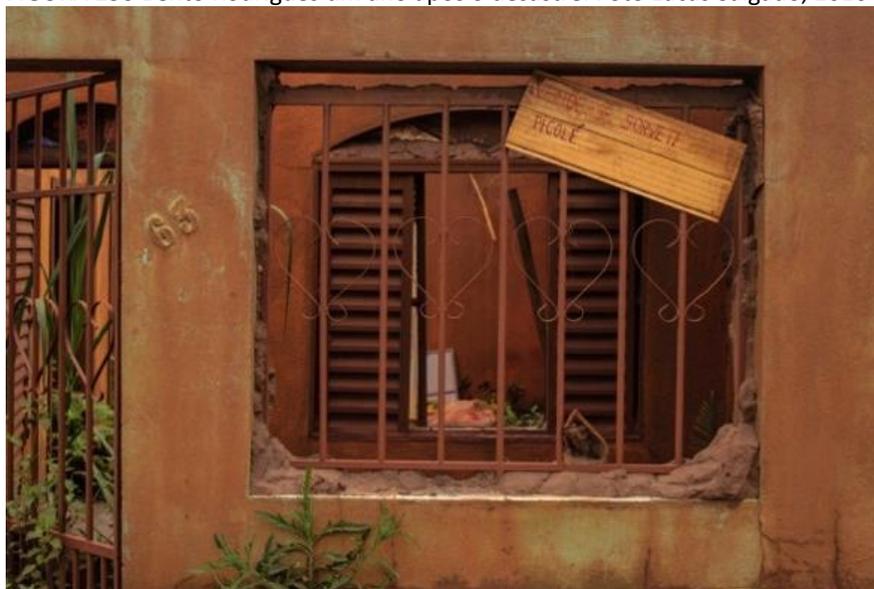


FIGURA 151 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016



FIGURA 152 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016



FIGURA 153 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Anielle Freitas, 2019

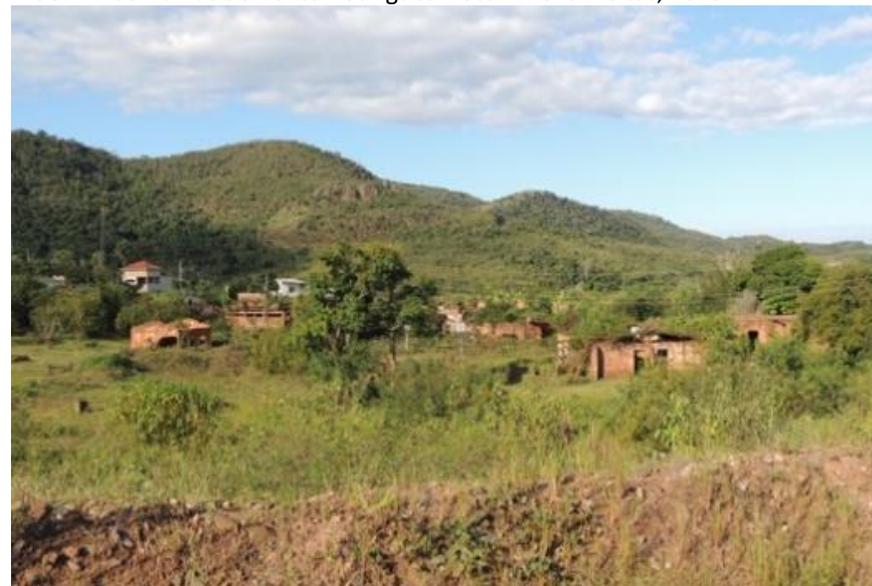


FIGURA 154 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Anielle Freitas, 2019



FIGURA 156 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2019



FIGURA 155 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2019



FIGURA 157 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019



FIGURA 158 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019



FIGURA 159 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019



FIGURA 160 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019



FIGURA 161 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019



13.Referências Bibliográficas

“Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos” no Portal EBC. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos> Acesso abril 2018

ACSELRAD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia de um desastre. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolencaeresistencia1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018

A Actualidade. Anno III – Numero 128 – 1880, p 2.

ALVES, Henrique Rosmarinho. O rompimento de barragens no Brasil e no mundo: desastres mistos ou tecnológicos? Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/uploads/artigo_HRA.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018

A Ordem” Anno III Número 159. Ouro Preto 7 de Junho de 1892. P. 2.

A Provincia de Minas. Anno VIII Numero 488. Ouro Preto, 7 de Outubro de 1887, p. 4.

AGÊNCIA PÚBLICA, 2017. Disponível em: <<http://apublica.org/2017/04/watu-morreu/>> Acesso em: 10/05/17.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750 – 1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

ÁLVARES, Karla Valladares. *O Eixo Turístico Mariana – Santa Bárbara: Paisagens e Lugares Turísticos*. Belo Horizonte: PUC/MG, 2003.

AMPLO; SAMARCO. Relatório de impacto ambiental – RIMA – EIA Integrado do Complexo Germando. Agosto, 2017.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *A Rosa do Povo*. Companhia das Letras, S.P., 1945.

ANDRADE, Carlos Drummond de. In: *Boitempo I*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1968.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: UFV, 2008. 255p.

ANDRADE, Francisco Eduardo. *Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Humanas e Sociais Departamento de História*. Mariana, 2011. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/1564738/universidade-federal-de-ouro-preto>>. Acesso em novembro de 2016.

ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf>>. Acessado em novembro de 2016.

Anuário Estatístico de 1921. Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. Serviço de Estatística Geral. Ano I, Volume II. Imprensa Oficial. 1926, 984p.

Anuário Estatístico de 1921. Secretaria da Agricultura de Minas Gerais. Serviço de Estatística Geral. Ano I, Volume II. Imprensa Oficial. 1926, 984p. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Mariana (MG). Jurandyr Pires Ferreira (org.). 1959. p.49-57.

APM – Arquivo Público Mineiro. Lista Nominativa de Bento Rodrigues, Mariana. 1833.

APM – Arquivo Público Mineiro. Secretaria de Governo da Capitania (Seção Colonial). SG-CX.56-DOC.31 de 30/10/1802.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. “Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto”. I Encontro Memorial do Instituto de Ciências humanas e Sociais – Mariana / MG, 9-12 de novembro de 2004. (www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62). Acesso 10 jan 2018.

ASHWORTH, G.J., 2008. The memorialization of violence and tragedy: human trauma as heritage. In: B. Graham and P. Howard, eds. *The Ashgate research companion to heritage and identity*. Hampshire, UK: Ashgate, 231–244.

AUGUSTO, Leonardo. Lama das barragens de Mariana poderá chegar ao mar na terça-feira. O Estado de S. Paulo, 7 de novembro de 2015.

AUSTIN, N. K. (2002), Managing heritage attractions: marketing challenges at sensitive historical sites. *Int. J. Tourism Res.*, 4: 447-457. doi:10.1002/jtr.403

AUSTRALIA ICOMOS. Assessing Social Values: Communities and Experts. Australian Heritage Commission, 1996.

AUSTRALIA ICOMOS. Managing a Shared Heritage. *Historic Environment*, vol. 11, no. 2 & 3, 1995.

AUSTRALIA ICOMOS. The Burra Charter, 1999. The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance. 2013. Disponível em: <www.icomos.org/australia/burra.html>. Acesso em 05 nov 2017.

AUSTRALIA ICOMOS. The Illustrated Burra Charter: good practice for heritage places. 2004.

AUSTRALIA ICOMOS. Whose Cultural Values? *Historic Environment*, vol. 10, no. 2 & 3, 1993.

AVRAMI, Erica; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. Values and Heritage Conservation: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.

AZEVEDO, Úrsula Ruchkys. Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para criação de um geoparque da UNESCO. UFMG, Instituto de Geociências, 2007.

BAETA, Alenice & PILÓ, Henrique. Relatório Técnico de Geografia. Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão. Lagoa Santa: Pólen Consultoria. 2017.

BAETA, Juliana. Contaminação do rio Doce ameaça vida marinha no Espírito Santo. O Tempo. 9 de novembro de 2015.

BARROS, José D'Assunção. Teoria da História. Acordes historiográficos - Uma nova proposta para a Teoria da História. Vol. IV. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

BARROS, José d' Assunção. Paul Ricouer: a construção da narrativa histórica. *Lusíada. História*. V. 2, n. 8, 2011. P. 389-414. <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/lh/issue/view/103>. Acesso em 05 mai 2018.

BEGNAME, José Geraldo. Morro do Fraga. *Cultura em Revista*. Revista eletrônica. Artigo de 21 de fevereiro de 2012. Disponível em: <http://www.culturaemrevista.com.br/index/exibe_noticia2.php?id=10>. Acesso em novembro de 2016.

BEGNAME, José Geraldo. Morro do Fraga. *Cultura em Revista*. Revista eletrônica. Artigo de 21 de fevereiro de 2012. Disponível em:

BENJAMIN, Walter. Correspondencia, Benjamin, Walter. *Das Passagen-Werk*, Fronklurt/M.: Suhrkomp, 1983,

BARRUCHO, Luís. 'Estamos apreensivos e revoltados', diz líder comunitário sobre chegada de lama ao mar. *BBC Brasil*. 21 de novembro de 2015.

BNDigital. Biblioteca Nacional Digital Brasil. 2018. Disponível em <<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>> Acesso em 01 de setembro de 2018.

BRASIL. Decreto nº 7.257, de 4 de agosto de 2010. Brasília (DF), 2010.

BRASIL. Instrução Normativa nº 01, de 24 de agosto de 2012. Brasília (DF), 2012.

BRASIL. Nota Técnica nº 001/2016 – Presid/IBAMA Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta Relativo ao Rompimento da Barragem do Fundão em Mariana, MG. 2016.

BRASIL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa- Exercício 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRASIL. Decreto do Conselho de Ministros nº 1.165 de 8 de julho de 1862. Brasília, 1962. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretoconselhodeminist>

BRASIL. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Getúlio Dornelles Vargas, pelo Ministro do Estado dos Negócios da Fazenda, Dr. Artur de Souza Costa- Exercício 1942. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista de Franca, 2011.

BRUSADIN, Leandro Benedini. Notas sobre o Dossiê de tombamento de Bento Rodrigues. 2018

BUNBURY, Charles James Fox. Narrativa de Viagem de Um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835) - Account of a Journey in Brazil in 1833-35. Publicado pelo Ministério da Educação e Saúde no Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1940, Volume LXII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942

CAMPOS, Eduardo. Uma visão sobre Bento Rodrigues. Mariana, O Espeto, 2016.

CANADIAN REGISTER OF HISTORIC PLACES. Writing Statements of Significance. Parks Canada, 2011. Disponível em: <http://www.historicplaces.ca/media/5422/sosguideen.pdf>. Acesso em: 20 agosto de 2016.

CANNIGIA, Gianfranco. Architectural Composition and Building Typology-Interpreting basic building. Alinea: Florence, 2001

CAOMA Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Defesa do Meio Ambiente, do Patrimônio Histórico e Cultural e da Habitação e Urbanismo. Caso Samarco: Relatório de Atividades da Força-tarefa do MPMG. s/d.

CARNEIRO, Patrício Aureliano Silva. Do sertão ao território das Minas e das Gerais [manuscrito]: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2013.

CARRARA, Ângelo Alves. *Paisagens rurais do Termo de Mariana*. Termo de Mariana II: história e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP. 2004, p.87-97.

Carta Topográfica Catas Altas - Código: SF-23-X-B-I-1, IBGE, 1976.

CARVALHO, Francisco de Assis. Entre a palavra e o chão: Memória toponímica da Estrada Real. 2012. 535f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Paisagem Cultural e Patrimônio: desafios e perspectivas. Anais do 1o Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto. Brasília: IPHAN; Belo Horizonte: IEDS, 2017.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia Maria de. Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

Constitucional. Anno III Nº 91. Sabbado 23 de Maio de 1868. Pag 4

CONZEN, M. P. Thinking about urban form: papers on Urban Morphology, 1932–1998. Oxford: Peter Lang, 2004.

CORREIO BRASILIENSE. Mar de lama ameaça outras cidades de Minas. Correio Brasiliense, 7 de novembro de 2015.

COSTA, Antônio Eduardo; RENNERT, Friedrich Ewalde; FURTADO, Júnia Ferreira; SANTOS, Márcia Maria Duarte dos. Cartografia das Minas Gerais: da Capitania à Província. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. Atlas em Portifólio, 31 mapas em 29 folhas, escala não determinada.

COSTA, Ruth. A tragédia em Mariana pode afetar o mercado global do minério? BBC Brasil, São Paulo, 10 novembro 2015.

COTTA, Francis Albert. O “sistema militar corporativo” na América portuguesa. Diamantina: Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ear//comunicacoes/francis_albert_cotta.pdf>. Acesso em novembro de 2016.

COTTA, O “sistema militar corporativo” na América portuguesa. Diamantina: Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina – Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar//comunicacoes/francis_albert_cotta.pdf> Acesso em

COUTO, José Vieira. Memória sobre as Minas da Capitania de Minas Geraes, suas descrições, ensaios e domicílio próprio; à maneira de itinerário. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1842. Digitalizado pelo Google.

CPRM, 1993. Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil, Mariana. Folha SF.23-XB-1. Estado de Minas Gerais. Escala 1:100.000. Org. por Orisvaldo Ferreira Baltazar e Frederico Ozanam Raposo. Brasília, DNPM/CPRM. 196 p.

CRAVO, Télió Anísio. Pontes e estradas em uma província no interior do Brasil oitocentista: engenharia, engenheiros e trabalhadores no universo construtivo da infraestrutura viária de Minas Gerais (1835 – 1889). 356 f. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CRUZ, Cícero Ferraz. Fazendas do Sul de Minas. Brasília, DF: IPHAN/ Programa Monumenta, 2010.

DE LA TORRE, Marta, Ed., Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

DE LA TORRE, Marta (ed.). Heritage Values in Site Management: Four Case Studies. Los Angeles: Getty Conservation Institute. 2005.

DE LA TORRE, Marta. Values and Heritage Conservation. heritage & society, Vol. 60 No. 2, November, 2013, 155–166.

DEMAS, M. Planning for Conservation and Management of Archaeological Sites: A values-based approach. In: TEUTONICO, J.M.; PALUMBO, G. Management Planning for Archaeological Sites. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002. p. 27-54.

DIAS, Renato da Silva. Entre a Cruz e a Espada: religião, política e controle social nas Minas do Ouro (1693 – 1745). VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 26, nº 43: p.155-175, jan/jun 2010.

DIEGUEZ, Consuelo. A ONDA: Uma reconstituição da tragédia de Mariana, o maior desastre ambiental do Brasil. Anais da Catástrofe. Em Revista Piauí. Ed. 118. Jul. 2016. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-onda-de-mariana>>. Acesso em: 15 de março de 2016.

DIÓRIO, Renata Romualdo. Os libertos e a construção da cidadania em Mariana, 1780-1840. (Tese) Programa de Pós-Graduação em História Social, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2013, 269p

DOLLFUS, O. Espaço geográfico. Difel, São Paulo, 1975.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO de MINAS GERAIS - EMATER. Geleia de pimenta é opção de renda para grupo de mulheres no município de Mariana. 2012. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8824#.Wb74mPOGNdh> Acesso em: jul 2017.

ENES, Thiago. De Como Administrar Cidades e Governar Impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745 – 1808). Dissertação (Mestrado) 301 p. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2010.

ENES, Thiago. De Como Administrar Cidades e Governar Impérios: almotaçaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745 – 1808). Dissertação (Mestrado) 301 p. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2010.

ESCHWEGE, William L. (Barão) Notas Geognósticas e Montanísticas sobre as Lavras de Ouro de Minas Geraes. Cp 5º, parte 3ª do Pluto Brasilienses. Tradução pelo Bacharel Rodolpho Jacob, Secretario archivista do Archivo Publico Mineiro. 1897.

ESTADO DE MINAS. Lama de rejeitos da Samarco interdita praias de Regência Augusta e Povoação, em Linhares. Estado de Minas. 23de novembro de 2015c.

ESTADO DE MINAS. Tragédia em Mariana repercute no mundo Jornais de várias partes do mundo mostram as buscas pelas vítimas do rompimento das barragens na região Central de Minas. Estado de Minas, 6 de novembro de 2015a.

ESTADO DE MINAS. Tsunami de lama avança mais de 100 quilômetros e pode chegar ao Espírito Santo. Estado de Minas. 7 de novembro de 2015b.

EUGÊNIO, Danielle de Fátima. Arrematantes de Obras Públicas em Vila do Carmo e Cidade de Mariana (1711-1808). Dissertação (Mestrado) 117p. Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP, 2013.

FARIA, Simone Cristina de. Os “homens do ouro”: perfil, atuação e redes dos Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. Dissertação (Mestrado) – UFRJ / IFCS / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2010.

FARIA, Simone Cristina. Os homens do ouro: perfil, atuação e redes de Cobradores dos Quintos Reais em Mariana Setecentista. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010, 198p. MAIA, Moacir Rodrigo de Castro. As vendas de secos e molhados: o abastecimento dos moradores da leal Vila do Carmo na primeira metade do século XVIII. In: Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Cláudia Maria das Graças Chaves, Maria do Carmo Pires, Sônia Maria de Magalhães, organizadoras - Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p.106-121.

FERNANDES, G. W.; GOULART, F. F.; RANIERI, B. D.; COELHO, M. S.; DALES, K.; BOESCHE, N.; BUSTAMANTE, M.; CARVALHO, F. A.; CARVALHO, D. C.; DIRZO, R.; FERNANDES, S.; GALETTI JR, P. M.; MILLAN, V. E. G.; MIELKE, C.; RAMIREZ, J. L.; NEVES, A.; ROGASS, C.; RIBEIRO, S. P.; SCARIOT, A.; SOARES-FILHO, B. Deep into the mud: ecological and socio-economic impacts of the dam breach in Mariana, Brazil. *Natureza & Conservação*, v. 14, p. 35-45, 2016.

FERREIRA, Francisco Ignacio. Repertório jurídico do mineiro: consolidação alfabética e cronológica de todas as disposições sobre minas, compreendendo a legislação antiga e moderna de Portugal e do Brasil. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1884. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227321>>. Acesso em novembro de 2016.

FERREIRA, Luís Gomes. Erário Mineiral. Organização Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2002. Disponível em: < <http://books.scielo.org>>. Acesso em novembro de 2016.

FIEMG. Instituto Estrada Real. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/estradaareal>>. Acesso em novembro de 2016.

FIGUEIREDO, Cecília Maria Fontes. Inventário da série “termos de arrematação e contratos – 1715- 1928” do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Mariana, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FORÇA TAREFA. Decreto nº 46.892/2015. Relatório: Avaliações dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana – MG. Belo Horizonte, 2016.

FREITAS, Anielle ; CASTRIOTA, Leonardo Barci . Conservação e valores na proteção da paisagem cultural de Bento Rodrigues. In: Encontro Internacional ArquiMemória 5, sobre preservação do patrimônio edificado: O global, o nacional e o local na preservação do patrimônio, 2017, Salvador - Bahia - Brasil. Anais do V Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio edificado - ArquiMemória. Salvador: IAB/BA; Faculdade de Arquitetura UFBA, 2017.

FREW, Elspeth A. Interpretation of a sensitive heritage site: the Port Arthur Memorial Garden, Tasmania, *International Journal of Heritage Studies*, 18:1, 2012, p.33-48, DOI: 10.1080/13527258.2011.603908

FURTADO, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: Códice Costa Matoso – Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor geral das de Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749

GALVANI, E. Unidades climatológicas brasileiras. Climatologia I. Departamento de Geografia, USP, São Paulo.

GALVÃO, Pedro. Livro 'Mariana' mostra o que restou de belo em meio à tragédia. Livro 'Mariana' mostra o que restou de belo em meio à tragédia. 08/05/2016 10:00 <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2016/05/08/noticia-e-mais,179664/livro-mariana-mostra-o-que-restou-de-belo-em-meio-a-tragedia.shtml> Acesso abril 2018

GODOY, Lucas. Relatório Técnico de Geografia. In PÓLEN, Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão. Lagoa Santa, 2017.

GONZÁLES-VARAS, Ignacio. Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Relatório: Avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana. Belo Horizonte 2016.

GREENPEACE. Girinos como bioindicadores da qualidade da água do Rio Doce. Junho 2017. Disponível em: http://www.greenpeace.org.br/hubfs/Campanhas/Agua_Para_Quem/documentos/GP_girinosbioindicadoresRioDoce.pdf Acesso em: 18 set. 2017.

HASENCLEVER, Ernst. Ernst Hasenclever e sua viagem às províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais / organizado por Débora Bendocchi Alves; traduzido por Friedrich E. Renger. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015. Disponível em: https://issuu.com/edsonbrandao/docs/hasenclever_em_baixa. Acesso em novembro de 2016.

HEINECK, Carlos Alberto. Programa de Ouro no Brasil. Minas e Jazidas Antigas de Ouro no Brasil. Parâmetros Geológicos e Mineiros. Belo Horizonte: COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINEIRAS – CPRM, 1983. Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/3404/Minas_jazidas_antigas_ouro_BR.pdf?sequence=1. Acesso em novembro de 2016.

HENRIQUES, José Cláudio. Ernst Hasenclever, mais um viajante estrangeiro. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades — Patrimônio Cultural da Humanidade: teoria, metodologia e aplicação. Tese de Doutorado. Recife/UFPE, 2011.

IBGE, Atlas do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=264529> Acesso em: 15 Abril 2017

IBGE. Histórico de Mariana. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=314000> Acesso em: 20/12/2017.

IEF. Parecer Único de Compensação Ambiental. GCA/DIAP no 121/2014. Belo Horizonte, 28 de julho de 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cadastro Central de Empresas, 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Agropecuário 2006. IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Produção da Pecuária Municipal 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTÍSTICO NACIONAL. IPHAN. Cartas patrimoniais. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na Lista do Patrimônio Mundial. Rio de Janeiro: IPHAN, 2016.

INTERNATIONAL COALITION OF SITES OF CONSCIENCE. Interpretation of sites of memory. Study commissioned by the World Heritage Centre of UNESCO and funded by the Permanent Delegation of the Republic of Korea. 2018. <http://whc.unesco.org/document/165700>. Acesso 10 mai 2018.

IPHAN. Centro Histórico de Diamantina. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/32>. Acesso em 29/10/2016.

JEROME, Pamela. The Values-Based Approach to Cultural-Heritage. APT Bulletin, Vol. 45, No. 2/3, Special Issue On Values-Based Preservation (2014), pp. 3-8.

JOHNSTON, CHRIS. Inhabiting Place: Social Significance in Practice in Australia. Author(s): APT Bulletin, Vol. 45, No. 2/3, SPECIAL ISSUE ON VALUES-BASED PRESERVATION (2014), pp. 39-47 Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/23799526>. Acesso em: 6 de agosto de 2016.

JOHNSTON, Chris. What is social value? Canberra: Australian Government Publishing Service, 1992.

KASEKER, Davidson Panis intitulada Museu, território, desenvolvimento - diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP). Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 2014

LIMA, Kleverson T. de. Práticas missivistas íntimas no início do século XX. (Dissertação). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. 2007. 152p.

LIMA, Kleverson T. de. *Relatório Técnico de História*. Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão. Lagoa Santa: Pólen Consultoria. 2017. 88p.

LOBATO, Paulo Henrique. Rio Doce é o retrato da maior tragédia ambiental do Brasil. Estado de Minas, 22 de novembro de 2015.

LOGAN, William; REEVES, Keir (ed.). Places of Pain and Shame: Dealing with 'Difficult' Heritage. New York: Routledge, 2009.

LOPES, Quelen Ingrid. O mercado de bens rurais, extrativos e urbanos do termo de Mariana: interações sociais, econômicas e espaços de produção (1711-1779). Programa de Pós-Graduação em História. Área de Concentração: Poder, Mercado e Trabalho, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2015, 448p.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 3a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011

LYNCH, Kevin. What time is this place? Editora The MIT Press. Cambridge, Massachusetts. 1972

MAIA, Marilene C. e VELOSO, Betânia R. Poster Taking emergency action: A rescue operation to save cultural properties in Brazil. ICOM, TRIENNIAL CONFERENCE Linking past and future. Copenhagen. Setembro de 2017.

Disponível em: <<https://www.eba.ufmg.br/cecor/cecor.html>> Acesso em 25 junho de 2018.

MARIANA, Prefeitura Municipal de. Inventário de Proteção do Arquivo Cultural da região de Mariana. Secretaria de Cultura e Turismo. 2004

MARQUIS-KYLE, Peter; WALKER, Meredith. The Illustrated Burra Charter : Good Practice for Heritage Places. Burwood: Australia ICOMOS, 2004.

MARTINS, Rodrigo. Mar de lama, literalmente: Os rejeitos da Samarco atingem nove cidades em Minas e no Espírito Santo. 15/11/2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/revista/876/mar-de-lama-literalmente-6686.html>. Acesso em: maio de 2017.

MARTNS, Bruno Sena. Palestra realizada na Universidade Federal de Minas Gerais, em 26 de abril do ano de 2017, intitulada: Versos de outras lutas: diálogos entre o desastre de Bhopal / Índia e o desastre Mariana - Rio Doce.

MASON, R. ; E. AVRAMI. Heritage Values and Challenges of Conservation Planning. In: TEUTONICO, J.M.; PALUMBO, G. Management Planning for Archaeological Sites. Los Angeles: Getty Conservation Institute, 2002. p. 13-26.

MASON, Randall. Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices. In: DE LA TORRE, MARTA, ed., Assessing the Values of Cultural Heritage: Research Report. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002.

MASON, Randall. Management for Cultural Landscape Preservation. Insights from Australia. In: LONGSTRETH, Richard. Cultural Landscapes: Balancing Nature and Heritage in Preservation Practice. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008. (p. 180-196).

MASUO, Kousuke. An organic method of village rehabilitation through a reconstruction archetype based on vernacular architecture. Proceedings of the International Seminar on Urban Form, ISUF 2015. Rome.

MATA, Karina Paranhos da. Os Homens Ricos das Minas Gerais Setecentistas e as Estratégias Sociais em Busca da Nobilitação in II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social. Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a30.pdf>>. Acesso em novembro de 2016.

MAWE, John. Travels in the Interior of Brazil, particularly in the Gold and Diamond Districts of that Country. London: Longman, 1812.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. Forças militares no Brasil Colonial: Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do Século XVIII. Rio de Janeiro: E-Papers, 2009.

MENEZES, C; CYMBALISTA, R. A elaboração do Plano Diretor em uma cidade histórica: a experiência de Mariana, Minas Gerais. In: CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula. (Org.). Planos Diretores: Processos e Aprendizados. 1ed. São Paulo: Instituto Pólis, 2009, v. 51, p. 33-54.

MINAS GERAIS. Relatório: avaliação dos efeitos e desdobramentos do rompimento da Barragem de Fundão em Mariana – MG. 2016.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMAD. INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM. Monitoramento da qualidade das águas superficiais de Rio Doce no Estado de Minas Gerais. Relatório Técnico. 2016, 75p.

MINISTÉRIO DA FAZENDA – CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA. Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1965. Volume I – Apreciação sobre a Gestão Financeira e Patrimonial da União em 1965. Contas Financeiras e Patrimoniais. Balanços de Autarquias. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1969.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 24 DE AGOSTO DE 2012. Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=822a4d42-970b-4e80-93f8-dae395a52d1&groupId=301094. Acesso em 15 dez 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2016

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Nota Técnica Nº 41, 2016.

MINISTÉRIODA FAZENDA – CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA. Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MINISTÉRIODA FAZENDA – CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA. Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1947. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

MINISTÉRIODA FAZENDA – CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA. Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1953. Volume I – Contas Financeiras e Patrimoniais. Balanços de Autarquias. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1954.

MINISTÉRIODA FAZENDA – CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA. Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1945. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

MINISTÉRIODA FAZENDA – CONTADORIA GERAL DA REPÚBLICA. Balanços Gerais da União Relativos ao Exercício de 1965. Volume I – Apreciação sobre a Gestão Financeira e Patrimonial da União em 1965. Contas Financeiras e Patrimoniais. Balanços de Autarquias. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1969.

MIRANDA, L.S., MARQUES, A.C. Hidden impacts of the Samarco mining waste dam collapse to Brazilian marine fauna – an example from the staurozoans (Cnidaria). Biota Neotropica. 16(2): e20160169.

MONTAÑO, E. A. Los lieux de mémoire: una propuesta historiográfica para el análisis de la memoria. Historia y Grafia, nº 31, pp. 165-192, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/589/58922941007.pdf>. Acesso em 10 jun 2018.

MOURA, Maria Teresa T. et al. Relatório Final do Diagnóstico Arqueológico da Expansão da Mina Fábrica Nova. Belo Horizonte: Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda, 2009.

MYERS, David, SMITH, Stacie Nicole; SHAER, May. 2010. A Didactic Case Study of Jarash Archaeological Site, Jordan: Stakeholders and Heritage Values in Site Management. Los Angeles, CA; Amman, Jordan: Getty Conservation Institute; Dept. of Antiquities, Hashemite Kingdom of Jordan. Disponível em:

http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/jarash_case_study. Acesso em: 20 agosto de 2016.

NAÇÕES UNIDAS. The International Disastre Database. Center for Research on the Epidemiology of Disasters – CRED. 2009. Disponível em: <<http://www.emdat.be/>>. Acesso em: 03/06/2017.

Narrativa de Viagem de Um Naturalista Inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais (1833-1835) - Account of a journey in Brazil in 1833-35. Publicado pelo Ministério da Educação e Saúde no Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1940, Volume LXII, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1942.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida. A política eleitoral e judiciária na construção do Estado Imperial. Minas Gerais. (Mariana, 1828-1848. Tese (Doutorado em História) 228 f. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

NASCIMENTO, Joelma Aparecida. Os “Homens” da Administração e da Justiça no Império: Eleição e Perfil Social dos Juizes de Paz em Mariana, 1827-1841. Dissertação (Mestrado em História) 188 f. Instituto De Ciências Humanas. Universidade Federal De Juiz De Fora. Juiz de Fora, 2010.

NEVES, Maila de Castro; et al (Orgs). Pesquisa sobre a saúde mental das famílias atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana. Disponível em: <<https://site.medicina.ufmg.br/inicial/wp-content/uploads/sites/7/2018/04/Relatorio-Prismma-.pdf>>.

NORA, Pierre. Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In : Pierre NORA (org). Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, [1984]. Vol 1 La République. pp. VII a XLII. p. XXIV.

NORA, Pierre. Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire Representations. No. 26, Special Issue: Memory and Counter-Memory. [University of California Press](http://www.jstor.org/stable/2928520) (Spring, 1989), pp. 7-24. <https://www.jstor.org/stable/2928520>

O Bom Senso” Anno 2º Número 141. Quinta feira 30 de junho de 1853. Página 1. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional.

O GLOBO. Tragédia em Mariana (MG) ganha destaque no mundo. Assunto é um dos mais compartilhados no site do francês ‘Le Monde’. O Globo. 6 de novembro de 2015.

OLIVEIRA, José Eduardo de. Bento Rodrigues: Trajetória e Tragédia de um Distrito do Ouro. 2015

OLIVEIRA, Noele. “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos” no Portal EBC
Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos> acesso abril 2018

PEREIRA COSTA, Staël de Alvarenga, GIMMLER NETTO, Maria Manoela. Fundamentos de Morfologia Urbana. Belo Horizonte. C/Arte. 2015

PIRES, Maria do Carmo. O Termo de Vila de Nossa Senhora do Carmo/Mariana e suas freguesias no século XVIII. In: Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal. Cláudia Maria das Graças Chaves, Maria do Carmo Pires, Sônia Maria de Magalhães, organizadoras - Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012, p.26-48.

PLANO INTEGRADO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA DO RIO DOCE. 2010. Disponível em: < <http://www.cbhdoce.org.br/pirhparhs/plano-diretor-da-bacia-do-doce-pirh>> Acesso em: 14 maios 2018.

PMM – Prefeitura Municipal de Mariana. Dossiê do processo de tombamento da Igreja de Santo Antônio do subdistrito de Paracatu de Baixo, Categoria Bem Imóvel, dezembro de 2016 / exercício de 2018. 93p.

PÓLEN, Consultoria, patrimônio e projetos; CÁRITAS. Diagnóstico preliminar dos bens culturais identificados no território atingido em Mariana pelo rompimento da Barragem de Fundão. Mariana, Novembro de 2017.

POULIOS, Ioannis. Moving beyond a values-based approach to heritage conservation, Conservation And Mgmt Of Arch. Sites, Vol. 12 No. 2, May, 2010.

POULIOS, Ioannis. Past in the Present: A Living Heritage Approach. Meteora, Greece. 2014.

PREFEITURA DE MARIANA. Distritos de Mariana. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/todos-distritos>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

PREFEITURA DE MARIANA. Localização. Disponível em: <<http://www.mariana.mg.gov.br/localizacao>>. Acesso em: 15 set. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA. Lei 2855 de 15 de maio de 2014. SAMARCO. Sobre a Samarco. Disponível em: <<http://www.samarco.com/institucional/a-empresa>>. Acesso em 1/11/2016

REZENDE, Dejanira Ferreira de. Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779) Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. 2013. Disponível em: <http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3543/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_%20Minera%C3%A7%C3%A3o%20Morros%20Minas.pdf>. Acesso em novembro de 2016.

REZENDE, Dejanira Ferreira de. Mineração nos morros das Minas Gerais: conflitos sociais e o estilo dos pequenos exploradores (1711-1779) Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. 2013.

RIBEIRO, Loredana. Maria, Párvoa Exposta, Domingos, Padre Maculado. Ensaio de Arqueologia Histórica in Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Volume 6, nº 2, Julho-Dezembro 2012.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

RIOS, Ricardo Matos de Araújo. A Repercussão Internacional do Acidente de Mariana no The New York Times e na CNN. Anais do 3o Seminário de Relações Internacionais: Graduação e Pós-Graduação. Repensando interesses e desafios para a inserção internacional do Brasil no Século XXI, Florianópolis, 2016.

RODRIGUES, Aline Sueli de Lima. Caracterização da bacia do rio Gualaxo do Norte, MG, Brasil [manuscrito] : avaliação geoquímica ambiental e proposição de valores de background. Tese (doutorado). Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto: 2012. Disponível em: www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/.../TESE_CaracterizaçãoBaciaRio.pdf. Acesso em: abr, 2018.

RODRIGUES, Suzana Braga et TEIXEIRA, Hércia Maria da Silva Veriato. Os vazios institucionais na mineração: um estudo de caso em Mariana. Revista Tecer, Vol. 3, n4, maio 2 file:///C:/Users/m1458095.CA/Downloads/1202-3588-1-PB.pdf acesso abril 2018

ROMEIRO, Adriana. Dicionário histórico das Minas Gerais: período colonial. 3ª ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RÖSSLER, Mechtild. Linking Nature and Culture: World Heritage Cultural Landscapes. In: Cultural Landscapes: The Challenges of Conservation. Paris: UNESCO, 2002.

RUBINO, Silvana Barbosa. O mapa do Brasil Passado. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: IPHAN, 1996, pp. 97-105.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte. Itatiaia, 1973, p.23.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Trad. Vivaldi Moreira. BH: Itatiaia, SP: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes. Tome Premier. Paris: Grimbert et Dorez, Libraires, 1830.

SANTOS, Luana Carola dos e KIND, Luciana. Narrativas sobre a lama no município de Mariana: Costuras sobre a vida e a morte. (2017). XII Encontro Regional Sudeste de História Oral. Alteridades em tempos de (in) certeza: escutas sensíveis. www.sudeste2017.historiaoral.org.br. Acesso em: 30 março 2018.

SANTOS, Márcio Roberto Alves. Fronteira do sertão baiano: 1640 – 1750. 2010. 433f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira; MILANEZ, Bruno. A construção do desastre e a 'privatização' da regulação mineral: reflexões a partir do caso do vale do Rio Doce. In: ZHOURI, Andréa. (Org.). Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. [livro eletrônico]. Iguana: ABA, 2017. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/ebook_mineracaoviolencairesistencia1.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências. Humanas, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. SEMAD. Disponível em: < <http://www.siam.mg.gov.br/siam/login.jsp>>

SILVA, DGB., org., KOMISSAROV, BN., et al., eds. Os Diários de Langsdorff [online]. Translation Márcia Lyra Nascimento Efgg and others. Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader?printsec=frontcover&output=reader&id=hW0uBAAQBAJ&pg=GBS.PP1.w.2.0.0>>. Acesso em novembro de 2016.

SILVA, G; BOAVA, D; MACEDO, F. Refugiados de Bento Rodrigues: o desastre de Mariana, MG. TERMINAR DEPOIS

SILVA, Olintho Pereira da. A Mineração em Minas Gerais: Passado, Presente e Futuro. Revista Geonomos 3, pg. 77-86, IGC, UFMG, 1995.

SIMÕES et al. Aspectos climáticos do Estado de Minas Gerais. Revista brasileira de climatologia. Ano 11, v. 17. Jul dez 2015.

SITIO ARQUEOLÓGICO CAIS DO VALONGO. PROPOSTA DE INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Jan. 2016

SØRENSEN, Marie Louise Stig; VIEJO-ROSE, Dacia. War And Cultural Heritage: Biographies of Place. New York: Cambridge University Press, 2015.

SOUZA, Cristiano Oliveira de. Os Membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica: Prestígio e Poder nas Minas (Século XVIII). Dissertação de mestrado. Juiz de fora: UFJF, 2008.

SOUZA, Elias. Belezas de Bento in A Sirene. Ed. 14 Março, 2016 p. 3. Acessada em <<https://issuu.com/umminutodesirene/docs/asireneed1final>> em 23 de novembro de 2016

SOUZA, Leonardo Andrade de. Diagnóstico Do Meio Físico Como Contribuição Ao Ordenamento Territorial Do Município De Mariana (Mg). Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2004, 166p. (Tese de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil).

SOUZA, Leonardo Andrade de. SOBREIRA, Frederico Garcia. PRADO FILHO, José Francisco do. Cartografia e Diagnóstico Geoambiental aplicados ao ordenamento territorial do Município de Mariana – MG. UFOP, 30/12/2005.

SULLIVAN, Sharon; PEARSON, Michael. Looking After Heritage Places. Melbourne: Melbourne University Press, 1995.

TAINER, J.; LUCAS, J. G. Epistemology of the significance concept. In: American Antiquity, n. 48 (4), p. 707-719, 1983.

TRINDADE, Cônego Raimundo. Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde / SPHAN, 1945.

TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 1998.

TUAN, Yi-fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

TUNDISI, José Galizia; CIMINELLI, Virgínia S. T.; BARBOSA, Francisco A. R. As dimensões do desastre em Mariana. O Estado de São Paulo, 11 de dezembro de 2015.

UNESCO. Blaenavon Industrial Landscape. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/984>. Acesso em: 20 de junho de 2016b.

UNESCO. Cultural Landscapes: the Challenges of Conservation. Paris: UNESCO, 2002.

UNESCO. Iwami Ginzan Silver Mine and its Cultural Landscape. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1246>. Acesso em: 20 de junho de 2016a.

UNESCO; ICOMOS. World Heritage Cultural Landscape. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/>>. Acesso em: 21 maio, 2016.

UNISDR. INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER REDUCTION. Terminología sobre Reducción del Riesgo de Desastres. Ginebra, 2009, 38p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. ESCOLA DE ARQUITETURA. Grupos de pesquisa. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/site/v2/index.php/pesquisa/gp/>. Acesso em: abril de 2018.

URTIZBEREA, Iñaki Arrieta (ed.) Lugares de Memoria Traumática. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2016.

VALE, João Henrique do. Comitê teme poluição de água em cidades mineiras com detritos de barragens. Estado de Minas, 6 nov. 2015.

VALE/ Sete Soluções e Tecnologia Ambiental Ltda. Diagnóstico Arqueológico da Expansão da Mina Fábrica Nova: Relatório Final. Belo Horizonte, 2009. 229p.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo contínuo. In: Cadernos do CEOM – Centro de Estudos do Oeste de Santa Catarina. Ano 27, n. 41, dez 2014.

VARINE, Hugues de. O museu comunitário é herético ? In: Coletânea de Artigos. Rio de Janeiro: ABREMC (Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários), 2005. p. 4. Disponível em <<http://www.abremc.com.br/artigos1.asp?id=9>> Acesso em 28 de março de 2018.

VASCONCELLOS, Sylvio de. Arquitetura Colonial Mineira. 1957

VASCONCELLOS, Sylvio de. Vila Rica: formação e desenvolvimento; residências. São Paulo: Perspectiva, 1977.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os últimos carijós: escravidão indígena em Minas Gerais: 1711-1725. Revista Brasileira de História, vol.17, nº34, São Paulo, 1997.

VON MÜHLEN, Caroline. Primórdios da vida judicial de São Leopoldo: o Juiz de Paz e a sua atuação. In História: Debates e Tendências – v. 14 nº 1, jan/jun, 2014. p.36-48.

WALKER, Meredith. The Development of the Australia ICOMOS Burra Charter. APT Bulletin, Vol. 45, No. 2/3, Special Issue on Values-Based Preservation (2014), pp. 9-16

XAVIER, Tatiana Paiva. Paisagens que se transformam: um estudo dos impactos causados na paisagem de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana-MG. 2016.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone; RIBEIRO, Cecília; AGUIAR, Bárbara. Judgement and validation in the Burra Charter Process: Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage sites. City & Time 4:2. 2009. Disponível em: <http://www.ct.ceci-br.org>. Acesso em: 20 agosto de 2016. Acesso em 24 de dez. 2017.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O Desastre no Rio Doce: Entre as Políticas de Reparação e a Gestão das Afetações. In: ZHOURI, Andréa;; OLIVEIRA, Raquel et all (Orgs.). Mineração: violências e resistências [livro eletrônico]: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. 1.ed. Marabá, PA : Editorial iGuana; ABA, 2018.

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles (Org.). Antes fosse mais leve a carga. A questão mineral no Brasil, vol.2. Milanez et all. Editora Iguana. Marabá (PA), 2016, 237p.

SITES CONSULTADOS:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/desastre-ambiental-no-rio-doce/noticia/2015/12/barragem-que-rompeu-ha-1-mes-traz-mar-de-lama-e-prejuizos-para-o-es.html>. Acesso em 10 abril 2018

<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/12/um-mes-da-tragedia-de-mariana-o-que-os-governos-fizeram-em-30-dias.html> . Acesso em 10 abril 2018

<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/12/ibama-diz-que-quase-15-mil-hectares-foram-destruidos-por-desastre.html>. Acesso em 10 abril 2018

<http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/noticia/2015/12/apos-47-dias-lama-continua-vazando-de-barragem-da-samarco-em-mariana.html> . Acesso em 10 abril 2018

http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/06/interna_gerais,705192/professores-salvaram-alunos-de-escola-em-bento-rodrigues-veja-o-depoi.shtml. Acesso em 10 abril 2018

<http://ovelhamag.com/duas-diretoras-e-um-rastro-de-lama/>. Acesso em 10 abril 2018

<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?search=desastre+ambiental+bento+rodrigues&title=Especial:Pesquisar&go=lr&searchToken=9u70a7uwzze7dsquyo3ov7iyq> . Acesso em 10 abril 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=J3opm32N4Kk> . Acesso em 10 abril 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=g6yymyoyNE>. Acesso em 10 abril 2018

<https://vimeo.com/145429726> . Acesso em 10 abril 2018

https://www.youtube.com/watch?v=WMHqSp7lse8&index=2&list=PLY-5Qp0_Y1YujAz3inisINbTznUFv6Oop . Acesso em 10 abril 2018

<https://www.youtube.com/watch?v=QOpS4CRkgqg> . Acesso em 10 abril 2018

<https://www.sitesofconscience.org/pt/inicio-2/> . Acesso em 10 abril 2018

<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopseporsetores> . Acesso em 10 abril 2018

ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Resultados_do_Universo/Agregados_por_Setores_Censitarios/ Acesso em 10 abril 2018

<https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopseporsetores> Acesso em: 15 Abril 2017

<https://jornalggn.com.br/noticia/engenheiro-diz-que-alertou-samarco-sobre-risco-de-rompimento-da-barragem> GGN O Jornal de todos os Brasis. Acesso em 16 fev. 2018

<https://site.medicina.ufmg.br/inicial/wp-content/uploads/sites/7/2018/04/Relatorio-Prismma-.pdf>>. Acesso em 10 abril 2018.

<http://caritas.org.br/>> Acesso em: maio de 2017.

<http://iphan.harmisweb.com.br/uploads/archaeological_researchs/Relat_Final_IPHAN_Diagn_Fabrica_Nova_.pdf> Acesso em: Abr. 2018

<http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/3404/Minas_jazidas_antigas_ouro_BR.pdf?sequence=1> Acesso em

<http://www.culturaemrevista.com.br/index/exibe_noticia2.php?id=10> Acesso em 10/11/2016

<http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20Opul%C3%Aancia%20do%20Brasil.pdf>> Acesso em: 18/11/2016

<<http://www.institutoestradaareal.com.br/estradaareal>> Acesso em 2/11/2016.

<<http://www.ufop.br/noticias/pesquisa-e-inovacao/grupos-de-pesquisa-da-ufop-desenvolvem-projetos-com-os-atingidos>> Acesso em 18/05/2018.

<http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/3543/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_%20Minera%C3%A7%C3%A3o%20Morros%20Minas.pdf> Acesso em: maio de 2017.

<<http://www.ufjf.br/lahes/files/2010/03/c2-a30.pdf>> Acesso em: maio de 2017.

LISTA DE IMAGENS | TABELAS | GRÁFICOS

FIGURA 1 Apresentação da Declaração de Significância no 1o Simpósio Científico do ICOMOS Brasil Foto: Sonale Cordeiro , 2017..... 8

FIGURA 2 Apresentação da Declaração de Significância em Mariana, maio de 2017. Foto: Guilherme Araújo , 2017 9

FIGURA 3 Apresentação da Declaração de Significância em Mariana, maio de 2017. Foto: Guilherme Araújo , 2017 9

FIGURA 4 Grupo de Pesquisa PPGACPS na visita a Bento Rodrigues Foto: Lucas Salgado, 2016. 10

FIGURA 5 Panorâmica do povoado, dezembro de 2016. Foto: Lucas Salgado, 2016. 10

FIGURA 6 Apresentação do Dossiê de Tombamento durante o 2o Simpósio Científico do ICOMOS, em Belo Horizonte, abril de 2018. Foto: Teresa C. Guerra de Andrade, 2018..... 12

FIGURA 7 Apresentação do Dossiê de Tombamento do grupo com os atingidos, Jornal A Sirene e Cáritas Mariana, em Belo Horizonte, abril de 2018. Foto: Teresa C. Guerra de Andrade, 2018. 13

FIGURA 8 Reunião entre pesquisadores, atingidos e Cáritas para a devolutiva das observações dos moradores sobre o Dossiê de Tombamento, Mariana, abril de 2019. Fonte: João Pedro Otoni, abril de 2019..... 13

FIGURA 9 Localização de Mariana em relação à Minas Gerais. Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2006. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Mariana.svg..... 14

FIGURA 10 Localização de Bento Rodrigues, e demais distritos e povoados de Mariana . Fonte: Mapa elaborado pelos autores a partir do mapa disponível em

<https://i.pinimg.com/originals/65/e1/6a/65e16aa08ff1f6e11e230a48cda0b6b7.jpg> 15

FIGURA 11 Principais acessos à Bento Rodrigues. Fonte: Google Earth, editado pelos autores, 2017..... 16

FIGURA 12 Visada 1: Modelo digital de elevação demonstrando a localização de Bento Rodrigues e da barragem de Fundão – Data da Imagem: 20 de julho de 2015. Fonte: Google Earth, editado pelos autores, 2017. 17

FIGURA 13 Visada 2: Modelo digital de elevação demonstrando a localização de Bento Rodrigues - Data da Imagem: 20 de julho de 2015. Fonte: Google Earth, editado pelos autores, 2017. 18

FIGURA 14 Capela Nossa Senhora das Mercês. Foto: Anielle Freitas, 2019. 20

FIGURA 15 Capela de São Bento a direita e “Bar da Sandra” a esquerda. Foto: Gratiae Urbs Consultoria, julho de 1999. Disponível em <https://direitoeurbanismo.wordpress.com/2015/11/23/sobre-o-rio-de-lama-e-os-moradores-de-bento-rodrigues/> 22

FIGURA 16 Serra do Espinhaço. Fonte: <http://www.serradoespinhaco.com.br> 23

FIGURA 17 Quadrilátero Ferrífero. Fonte: <https://seliganageologia.wordpress.com/2014/05/13/estratigrafia-do-quadrilatero-ferrifero/>..... 24

FIGURA 18 Território do Gualaxo do Norte: Floresta Estacional Semidecidual, Matas de Galerias e Savana Parque. Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy. 2017. 26

FIGURA 19 Território do Gualaxo do Norte: Floresta Estacional Semidecidual, Matas de Galerias e Savana Parque. Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy. 2017. 26

FIGURA 20 Território do Gualaxo do Norte: Floresta Estacional Semidecidual, Matas de Galerias e Savana Parque. 26

FIGURA 21 Sítio Arqueológico de Mirandinha, Mariana. Fonte: IPHAN/Henrique Piló. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/639/> acessado em 04/04/2018.....27

FIGURA 22 Carta da Capitania de Minas Gerais entre o rio Paraopeba e Ribeirão do Carmo, elaborada por Padre Diogo Soares (1684-1748) em 1734/1735. É possível visualizar os nomes dos povoados de (Ribeirão do) Carmo (atual Mariana), Camargos, Bento (Rodrigues), Inficionado e Antônio Pereira. Fonte: Rede Memória, 2018, recorte feito pelos autores. Disponível em: <http://bdlb.bn.gov.br/redeMemoria/handle/123456789/301451>.....28

FIGURA 23 Mineração: técnica do talho aberto. Fonte: ESCHWEGE, 1979.31

FIGURA 24 Garimpeiro. Gravura de Oswaldo Goeldi, 1895-1961. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon789633.jpg32

FIGURA 25 Caravana de tropeiros descansando em um rancho. Rugendas (c.1824). Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_143.jpg . Editada pelos autores.....33

FIGURA 26 Mapa das divisas de fazendas em Bento Rodrigues e Camargos (1911). Fonte: Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana (ACSM. Processo de demarcação das fazendas Gualaco, Mirandinha, Cruz das Almas e São José. 1902/1911. Documentação do Fórum de Mariana. Fora de catálogo). Editado pelos autores.34

FIGURA 27 Ruínas da Capela de São Gregório e Nossa Senhora do Livramento . Fonte: Acervo particular. Lucas de Godoy, 2017.44

FIGURA 28 Recorte do Mapa do Termo de Vila Rica e demais regiões, 1766. Fonte: SIAAPM. Arquivo Público Mineiro, 2018. Disponível em http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos/brtacervo.php?cid=74048

FIGURA 29 Mapa da Comarca de Vila Rica. José Joaquim da Rocha, 1779. Fonte: Biblioteca Digital mundial. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/854/>49

FIGURA 30 Detalhe do mapa da Comarca de Vila Rica por José Joaquim da Rocha, iluminado por Cláudia Andrade, em 2018, onde é possível observar Bento Rodrigues na bifurcação do caminho dos Diamantes, podendo passar por Camargos para se chegar em Mariana ou por Antônio Pereira. Fonte: Biblioteca Digital mundial. Disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/854/>. Editado pelos autores.50

FIGURA 31 Rancho na região da Serra do Caraça. Spix & Martius, 1823. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1250074/icon1250074_08.jpg55

FIGURA 32 Catas Altas, Rugendas, 1834. Ao fundo, avista-se trecho da Serra do Caraça, pertencente a cadeia da Serra do Espinhaço. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_051.jpg60

FIGURA 33 Família de camponeses, Rugendas, 1834. Ao fundo, avista-se trecho da Serra do Caraça, pertencente a cadeia da Serra do Espinhaço. Fonte: BNDigital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon94994/icon94994_141.jpg60

FIGURA 34 Mapa de viagem de Ernest Hasenclever de Ouro Preto a Sabará (1839). Nele é possível verificar que haviam dois caminhos entre Bento Rodrigues e o arraial de Inficionado, um deles passando pelo Morro do Fraga, que também estava ligado a Antonio Pereira por um caminho secundário. Fonte: <http://www.scielo.br/img/revistas/hcsm/v21n1//0104-5970-hcsm-S0104-59702014005000001-gf02.jpg>.....63

FIGURA 35 Capela de São Bento em 1969. Foto: Demerval Pimenta, 1969.64

FIGURA 36 Mariana, início século XX. Fonte: IBGE. Histórico de Mariana. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=314000> Acesso em: 20/12/2017.....69

FIGURA 37 Sr. Filomeno, um dos atingidos, em visita ao território de Bento Rodrigues, na esquina de sua casa. Foto: Lucas Salgado, 2016.....72

FIGURA 38 Setor norte do povoado de Bento Rodrigues 2005. Fonte: Google Earth, 2018..... 73

FIGURA 39 Setor norte do povoado de Bento Rodrigues 2015. Fonte: Google Earth, 2018..... 73

FIGURA 40 Galeria de exploração subterrânea, Bento Rodrigues Fonte: BAETA & PILÓ, 2017, apud LIMA; ANDRADE, 2017. 76

FIGURA 41 Muro de pedra “fincada”, tipologia de cercamento excepcional de currais e propriedades do povoado de Bento Rodrigues. Mariana, MG. Este local foi atingido pelos rejeitos e submerso pelo dique S4. Fonte: Artefacto Consultoria. A. Baeta, 2013. P.47..... 77

FIGURA 42 Muro de pedra “envelopado”, no limite com o dique S4. Fonte: João Pedro Otoni, abril de 2019. 77

FIGURA 43 Sítio arqueológico Morro do Fraga, foto que mostra o canal de adução cortado na Rocha e, no plano do fundo, a cavidade natural subterrânea. Foto: Márcio Albano, 2009. 78

FIGURA 44 Sítio arqueológico Louça Azul, foto de fragmentos de louça na superfície do interior da cavidade natural. Foto: Márcio Albano, 2009. 78

FIGURA 45 Sítio arqueológico Cruz das Almas: Foto de parte do canal de adução cortado na rocha. Foto: Márcio Albano, 2009. 79

FIGURA 46 Foto de uma das entradas da galeria vertical, construída ao lado do canal de adução. Foto: Márcio Albano, 2009. 79

FIGURA 47 Horta cultivada em Mariana por Antônio Cabeção, da comunidade de Bento Rodrigues. Fonte: Pólen Consultoria. K. Lima, maio/2017. 80

FIGURA 48 Vista geral do povoado de Bento Rodrigues. Predomínio das árvores frutíferas e das hortas existentes nos quintais das residências. Fonte: Autor desconhecido. Grupo WhatsApp Memórias das Casas Bento, década de 2000. 80

FIGURA 49 Capela de São Bento externamente, antes do rompimento. Fonte: Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana, MG..... 83

FIGURA 50 Interior da Capela de São Bento, antes do rompimento. s/d. Foto: Autor desconhecido. Grupo WhatsApp Memórias das Casas Bento, década de 2000. 83

FIGURA 51 Base da Capela de São Bento no momento das escavações em 2015/2016. Fonte: MPMG, maio 2016. 83

FIGURA 52 Igreja de Nossa Senhora das Mercês Fonte: Fundação Renova, s.d. Disponível em <http://www.estilonacional.com.br/web/?p=814> 84

FIGURA 53 Edificação à Rua São Bento nº 107 – Bento Rodrigues, Mariana.Época: Século XVIII. Sistema construtivo: estrutura de madeira, vedação empau a pique. Fonte: Grupo WhatsApp *Memórias das Casas Bento*, década de 2000. 85

FIGURA 54 Edificação de D. Efigênia Fernandes, à Rua São Bento, nº 322 – Bento Rodrigues, Mariana. Época: década de 1980. Sistema construtivo: tijolinho. Casa original de pau a pique, provavelmente dos Séc. XVIII a XIX. Fonte: Grupo WhatsApp Memórias das Casas Bento, década de 2000. 85

FIGURA 55 Mapa da Estrada Real, na parte alta de Bento Rodrigues. Foto: Samantha Nery, 2016. 87

FIGURA 56 Festa junto a Capela de São Bento. Foto Autor desconhecido, s.d.a 91

FIGURA 57 Festa na praça em frente a Capela de São Bento. Foto Autor desconhecido, s.d.a 91

FIGURA 58 Bar da Sandra a esquerda e Capela de São Bento ao fundo. Foto www.penaestradaareal.tk, s.d. Editada pelos autores..... 92

FIGURA 59 Mapa dos pontos de interesse cultural e sítios arqueológicos de Bento Rodrigues. Fonte: Pólen, 2017..... 93

FIGURA 60 Localização de Bento Rodrigues em relação à Serra do Caraça . Fonte: Google Earth, 2015. Editado pelos autores. 96

FIGURA 61 Modelo digital de terreno para a área do Município de Mariana Fonte: SOUZA, 2004. Editado pelos autores.....	97	FIGURA 73 dir. Bento Rodrigues oito meses após o desastre. Foto: Lucas Salgado, 2016.....	117
FIGURA 62 Mapa de Cobertura Vegetal de Bento Rodrigues e região. Fonte: SEMAD, editado pelos autores, 2017.....	99	FIGURA 74 Foto aérea de Bento Rodrigues em 2005. Fonte Google Earth, 2017 ..	123
FIGURA 63 Cursos d'água em Bento Rodrigues. Fonte: Google Earth, 2018. Elaborado pelos autores, 2018.....	100	FIGURA 75 Foto aérea de Bento Rodrigues um dia após o rompimento da barragem em 06 de novembro de 2015. Fonte Google Earth, 2017.....	124
FIGURA 64 Mapa de Cobertura Vegetal de Bento Rodrigues e região Fonte: SEMAD, editado pelos autores, 2017.....	101	FIGURA 76 Fotoaérea de Bento Rodrigues após o rompimento da barragem em 24 de dezembro de 2015. Fonte Google Earth, 2017.....	125
FIGURA 65 Neblina na estrada de acesso a Bento Rodrigues. Fonte: Pólen Consultoria. L. Godoy, fevereiro 2017, p. 27.....	102	FIGURA 77 Fotoaérea de Bento Rodrigues após a construção dos Diques S3 e S4 em 31 de dezembro de 2018. Fonte Google Earth, 2019.....	126
FIGURA 66 Neblina no amanhecer em Bento Rodrigues. Fonte: Pólen Consultoria. L. Godoy, fevereiro/2017, p.27.....	102	FIGURA 78 Foto aérea de Bento Rodrigues e minerações do entorno em 2005. Fonte Google Earth, 2017.....	127
FIGURA 67 Ginásio Poliesportivo de Bento Rodrigues. Foto: Samantha Nery, 2016.....	109	FIGURA 79 Foto aérea de Bento Rodrigues e minerações do entorno após o rompimento da barragem em 26 de julho de 2016. Fonte Google Earth, 2017	128
FIGURA 68 Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem. Foto Teresa C. Guerra Andrade, outubro 2016.....	113	FIGURA 80 Fotoaérea de Bento Rodrigues e minerações do entorno após a construção dos Diques S3 e S4 em 31 de dezembro de 2018. Fonte Google Earth, 2019.....	129
FIGURA 69 Paracatu de Baixo após o rompimento da barragem. Foto Teresa C. Guerra Andrade, outubro 2016.....	113	FIGURA 81 Cruzes em Bento Rodrigues. Foto: João Pedro Otoni, abril de 2019....	134
FIGURA 70 Passagem da Onda de Cheia e chegada da água com elevada turbidez. Denúncia do MPF, ... p. 15. Fonte: CPRM, 2018. Disponível em: ">http://www.cprm.gov.br/sace/index_bacias_monitoradas.php#>	114	FIGURA 82 "Onda de lama" encontra o mar Atlântico. Foto: Ricardo Moraes/REUTERS, 2016.....	137
FIGURA 71 Trajeto dos rejeitos minerários desde Fundão até o oceano. Fonte: Barcelos, 2015.....	115	FIGURA 83 Bento Rodrigues 3 anos após o desastre. Foto: Samantha Nery, abril 2019.....	151
FIGURA 72 esq. Bento Rodrigues oito meses após o desastre. Foto: Samantha Nery, 2016.....	117	FIGURA 84 Território dos índios Krenak. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.125. Nota: tabela desenvolvida pelo Grupo Independente para Avaliação do Impacto Ambiental – GIAIA.....	158

FIGURA 85 Cacique Gão - Rondon Krenak às margens do Rio Doce. Foto Cláudia Andrade, 2019.	158
FIGURA 86 Rio Doce dentro do território Krenak 3 anos após o desastre. Foto Zeynep Gül Ünal, 2019.	158
FIGURA 87 Complexo minerário de Germano. Fonte: Google Earth (retirado de IBAMA, 2015).	161
FIGURA 88 Ruínas da Capela de São Bento um ano após o desastre. Foto: Anielle Freitas, 2016.	162
FIGURA 89 Canteiro de obras da Fundação Renova, construção da “Nova Bento”. Foto: João Pedro Otoni, abril de 2019.	164
FIGURA 90 Casa atingida pelos rejeitos em Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2016.	165
FIGURA 91 Casa atingida pelos rejeitos em Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2016.	165
FIGURA 92 Canteiro de obras, construção da “Nova Bento” Foto: Samantha Nery, abril de 2019.	166
FIGURA 93 Construção da “Nova Bento”, desenho da praça. Foto: Samantha Nery, abril de 2019.	166
FIGURA 94 Imagem de satélite Google de Bento Rodrigues/Mariana-MG após desastre. Fonte: Google Earth, 2015.	167
FIGURA 95 Bento Rodrigues e Rio Gualaxo do Norte, Mariana-MG, após desastre. Fonte: SISCOM/IBAMA, 2015.	167
FIGURA 96 Mapa ilustrativo de pontes, estradas e outros equipamentos de uso público atingidos próximos à Bento Rodrigues. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016. Nota: imagem cedida pela Prefeitura Municipal de Mariana.	168

FIGURA 97 Mapa ilustrativo de ruas impactadas no Distrito de Bento Rodrigues. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016. Nota: imagem cedidas pela Prefeitura Municipal de Mariana.	168
FIGURA 98 Capela de São Bento em maio de 2016 durante processo de escavação da lama sobre o piso de campas de madeira. Foto: MPMG, maio 2016.	169
FIGURA 99 Festa em julho de 2017 em homenagem a São Bento, no Núcleo Histórico em meio as ruínas Fonte: Jornal A SIRENE, 2017. https://jornalasirene.wordpress.com/2017/08/18/voltamos-ao-nossochao-para-celebrar-sao-bento/	170
FIGURA 100 Primeiro Arraiá dos Loucos organizado pela comunidade de Bento Rodrigues (“Loucos por Bento”) em junho de 2017. Fonte: JORNAL A SIRENE, 2017. https://jornalasirene.wordpress.com/2017/06/09/agenda-de-junho17/	171
FIGURA 101 Bento Rodrigues, três anos após o desastre. Foto: Samantha Nery, abril de 2019.	174
FIGURA 102 Pixo na parede suja de lama onde se lê: "Samarco queria nos matar, mas Jesus nos salvou" "Jesus ama o povo de Bento Rodrigues". Foto Lucas Salgado, 2016.	174
FIGURA 103 eq. Destruição do povoado de Bento Rodrigues, em Mariana, após o rompimento da Barragem de Fundão. Foto: Rogério Alves/TV Senado.	177
FIGURA 104 dir. Carro fica pendurado em casa após rompimento de barragem, no povoado de Bento Rodrigues em Mariana/MG. Foto: Reprodução/Globo.	177
FIGURA 105 Município de Barra Longa/MG. Foto: Alex de Jesus, Jornal O Tempo.	178
FIGURA 106 Minério dentro e fora da correnteza: carregamento passa às margens das águas tingidas do Doce, perto da Usina de Aimorés. Foto: Alexandre Guzanshe/EM/D.A Press.	178
FIGURA 107 Notícia veiculada no site do The New York Times.	183

FIGURA 108 Notícia veiculada no El País.....	184	FIGURA 122 Local do dique S4 antes de sua construção, visto desde a antiga Capela de São Bento. Foto: Anielle Freitas, 2016.....	202
FIGURA 109 Noticia veicula na emissora CNN.....	185	FIGURA 123 Dique S4 visto desde o local da antiga Capela de São Bento. Foto: Anielle Freitas, 2017	202
FIGURA 110 Notícia veiculada no jornal The Guardian	186	FIGURA 119 Casa de Bento Rodrigues. Foto: João Pedro Otoni, abril de 2019	212
FIGURA 111 Rio Doce após desastre Foto: SECOM (ES)	187	FIGURA 125 Procissão de páscoa em 2014. Foto: Autor desconhecido, 2014	216
FIGURA 112 Bento Rodrigues após o rompimento da barragem. Foto: Agencia Brasil/Corpo de Bombeiros de Minas Gerais.....	187	FIGURA 126 Sala de uma das casas saqueadas na parte alta de Bento. Foto: Samantha Nery, 2016.	223
FIGURA 113 Capa da publicação do grupo de pesquisa PoEMAS/UFJF.	191	FIGURA 127 Placa na propriedade da família Quintão, ao lado da Igreja São Bento. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019	223
FIGURA 114 Grupo de pesquisa do PACPS, UFMG em sua primeira visita de campo ao território atingido de Bento Rodrigues, em 2016. Foto: Lucas Salgado, 2016 ..	192	Figura 128 “Pixo” em uma das paredes enlameadas: “Bento Rodrigues Saudades”. Foto Samantha Nery, 2016.	226
FIGURA 115 Grupo de pesquisa do PACPS, UFMG em sua primeira visita de campo ao território atingido de Bento Rodrigues, em 2016. Foto: Lucas Salgado, 2016 ..	192	FIGURA 129 Gruta da "Santinha" na estrada entre Bento Rodrigues e "Nova Bento". Foto: Anielle Freitas, abril de 2019.....	232
FIGURA 116 Dique S4. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019	195	FIGURA 130 Imagem de Nossa Senhora Aparecida guardada dentro da gruta. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019	232
FIGURA 117 Dique S3 e espelho d’água do Dique S4. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019.....	195	Figura 131 Demarcação do Perímetro de Tombamento T1 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos	233
FIGURA 118 Mapa de Localização das Principais Estruturas e Obras Emergenciais . RIMA - EIA INTEGRADO DO COMPLEXO DO GERMANO - Fonte: AMPLO, 2017.	196	FIGURA 132 Demarcação do Perímetro de Tombamento T2 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos.....	234
FIGURA 119 Mapa Dique S4. Fonte: SAMARCO,2016. http://www.samarco.com/noticia/decreto-do-governo-estadual-viabiliza-obras-do-dique-s4/	199	Figura 133 Demarcação do Perímetro de Tombamento T3 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas.....	235
FIGURA 120 Construção do Dique S3. Foto: Teresa C. Guerra de Andrade, out. 2016.	201	Figura 134 Relação entre os Perímetros de Tombamento T1 e T2 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos	236
FIGURA 121 Dique S4 e muro de pedras envelopado à esquerda. Foto: Samantha Nery, abril de 2019.	201		

Figura 135 Demarcação do Perímetro de Entorno E1 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos..... 238

FIGURA 136 Relação entre os Perímetro de Entorno E1 e os Perímetros de Tombamento T1 e T2 Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos..... 239

Figura 137 Relação entre os Perímetro de Entorno E1 (rosa) e os Perímetros de Tombamento T1 (amarelo), T2 (vermelho) e T3 (ciano) . Fonte: Google Earth Pro / Edição: Anielle Freitas e Taise Travassos..... 240

FIGURA 138 “Pixo” em uma das ruínas “Essa Marcou Nossas Vidas”. Foto: Anielle Freitas, abril de 2019..... 252

FIGURA 139 dir. Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Anielle Freitas, 2016 253

FIGURA 140 esq. abaixo. Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016 253

FIGURA 141 dir. abaixo. Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Luciana Féres, 2016..... 253

FIGURA 142 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Luciana Féres, 2016 254

FIGURA 143 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Luciana Féres, 2016 254

FIGURA 144 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016 254

FIGURA 145 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016 254

FIGURA 146 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016255

FIGURA 147 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016 255

FIGURA 148 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016 255

FIGURA 149 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Samantha Nery, 2016 255

FIGURA 150 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016256

FIGURA 151 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016256

FIGURA 152 Bento Rodrigues um ano após o desastre. Foto Lucas Salgado, 2016256

FIGURA 153 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Anielle Freitas, 2019..... 256

FIGURA 154 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Anielle Freitas, 2019..... 257

FIGURA 155 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2019..... 257

FIGURA 156 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto Samantha Nery, 2019..... 257

FIGURA 157 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019..... 257

FIGURA 158 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019..... 258

FIGURA 159 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019..... 258

FIGURA 160 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019..... 258

FIGURA 161 Ruínas de Bento Rodrigues. Foto João Pedro Otoni, 2019..... 258

TABELA 1 Mariana: número de escravos, lojas e percentual dos Quintos Reais. Fonte: FARIA, 2010 & MAIA, 2012. 29

TABELA 2 Tabela de Arrecadação dos Reais Quintos no Termo de Mariana por Distrito 1721 – 1733 Fonte: Faria, 2010. p.41. Arrecadação dos Reais Quintos de Bento Rodrigues e arraiais vizinhos, Integrantes do Termo de Mariana por Distrito 1721- 1733 (Valores em oitavas de ouro) 41

TABELA 3 Listas das companhias do regimento auxiliar da cidade de Mariana aquarteladas em Furquim, Mariana, São Sebastião, Arraial do Pinheiro, Arraial de Bento Rodrigues de Camargos, Arraial do Sumidouro e São Caetano. Fonte: Manuscrito da coleção Casa dos Contos. Disponível em <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/286204> 51

TABELA 4 IDH total de Mariana e seus componentes Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano 2010. Elaborada pelos autores 103

TABELA 5 Distribuição da população ocupada por grandes grupos de ocupações. Fonte: IBGE, 2010. 104

TABELA 6 Média de moradores em domicílios particulares ocupados, por situação do domicílio e localização da área, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010 . Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. 107

TABELA 7 Lista de endereços não residenciais de Bento Rodrigues. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. 110

TABELA 8 Empresas de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo registradas na JUCEMG. Fonte: Junta Comercial de Minas Gerais, 2015 In Força Tarefa, 2016. 111

TABELA 9 Barragens que se romperam nos últimos 15 anos em Minas Gerais. Fonte: Alves, 2015. 131

TABELA 10 Valores dos prejuízos econômicos privados dos municípios atingidos, em escala macrorregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.109. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. 139

TABELA 11 Valores dos prejuízos econômicos públicos dos municípios atingidos, em escala macrorregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.120. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. 140

TABELA 12 Número de propriedades atingidas por município. Fonte: EMATER apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.38. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. 141

TABELA 13 Valores dos prejuízos econômicos privados dos municípios atingidos, em escala microrregional. Fonte: SEDRU/MG apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.37. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. 142

TABELA 14 Síntese dos prejuízos às propriedades rurais Fonte: EMATER apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.40. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. 143

TABELA 15 Média de arrecadação pelos municípios da microrregião. Fonte: Secretaria de Estado da fazenda (SEF) 146

TABELA 16 Indenização fiscal para a microrregião para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Secretaria de Estado da fazenda (SEF) 146

TABELA 17 Média de arrecadação da CFEM para o município de Mariana, 2014 e 2015. Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) 146

TABELA 18 Perda fiscal para o município de Mariana para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) 147

TABELA 19 Tabela com a média de arrecadação da CFURH e de Royalties para o município de Rio Doce, 2014 e 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 147

TABELA 20 Perda fiscal para o município de Rio Doce para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 147

TABELA 21 Média de arrecadação da CFURH e de Royalties para o município de Santa Cruz do Escalvado, 2014 e 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 147

TABELA 22 Perda fiscal para o município de Santa Cruz do Escalvado para o mês de dezembro de 2015. Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 148

TABELA 23 Relação de pontes e estradas atingidas em Mariana. Fonte: Prefeitura de Mariana apud GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.45 Editada pelos autores. 149

TABELA 24 Danos à infraestrutura privada na escala microrregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA AREFA, 2016, p.58. Editada pelos autores. 150

TABELA 25 Danos à infraestrutura pública na escala microrregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.53. Editada pelos autores. 150

TABELA 26 Tabela Prejuízos econômicos públicos Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.53. Nota: tabela elaborada a partir dos formulários municipais encaminhados à Força-Tarefa. 153

TABELA 27 Número de atingidos na escala microrregional Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.62. Editada pelos autores 155

TABELA 28 Danos humanos na escala microrregional. Fonte: GRUPO DA FORÇA TAREFA, 2016, p.125. Editada pelos autores 155

GRÁFICO 1 Atividades econômicas de Mariana/MG. Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2016105

GRÁFICO 2 Pirâmide Etária de Bento Rodrigues. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.108

GRÁFICO 3 “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos” . Fonte: Portal EBC, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>120

GRÁFICO 4 “Desastre em Mariana é o maior acidente mundial com barragens em 100 anos”. Fonte: Portal EBC, <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/desastre-em-mariana-e-o-maior-acidente-mundial-com-barragens-em-100-anos>120

ABREVIATURAS E SIGLAS

CECOR: Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais

COMPAT: Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Mariana

GESTA: Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

ICOM: International Council of Museums

ICOMOS BRASIL: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios Históricos Brasil

IEDS: Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MAB: Movimento de Atingidos por Barragens

MPMG /MP: Ministério Público de Minas Gerais / Ministério Público

UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ANEXOS

A. Tombamento Municipal de Bento Rodrigues, 2016

DELIBERAÇÃO COMPAT nº002/2016

O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando o grande número de bens de valor cultural situados nas localidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (Igrejas de Nossa Senhora das Mercês, São Bento e Santo Antônio – com rica imaginária; sítios arqueológicos históricos; cavidades naturais subterrâneas, bens culturais materiais a exemplo de muros de pedras do período colonial, edificações conhecidas como, por exemplo, o Bar da Sandra; trecho da Estrada Real, incluindo marcos turísticos do roteiro histórico), muitos deles atingidos pelo desastre de 05 de novembro de 2015;

Considerando a necessidade de se dar cumprimento ao comando do art. 216 da CF/88, evitar novos danos ao patrimônio atingido e gerir adequadamente o território afetado pelo desastre;

Considerando que o desastre ocorrido no dia 05 de novembro de 2015 caracteriza, tristemente, um fato memorável da nação brasileira, por ser considerado o mais grave dano ambiental do país; havendo necessidade de que sirva de exemplo para o futuro a fim de se evitar que novas vidas humanas sejam ceifadas em decorrência de atividades minerárias desenvolvidas à margem da responsabilidade que espera de quem exerce atividade de risco;

DELIBERA:

Art. 1º. - Ficam tombados provisoriamente como patrimônio cultural e paisagístico de Mariana os territórios das localidades denominadas Bento Rodrigues, Paracatu de Cima e de Baixo, incluindo toda a conformação original das aglomerações urbanas, impactadas pelo desastre ocorrido em 05 de novembro de 2015, com o acréscimo de uma área de 100 metros de entorno.

Parágrafo único – Os limites territoriais abrangidos pela presente deliberação serão definidos cartograficamente durante a instrução do processo de tombamento.

Art. 2º. – A gestão da área tombada dar-se-á por meio da implantação do Museu Territorial de Bento Rodrigues e Comunidades atingidas, segundo diretrizes estabelecidas pelo COMPAT.

Art. 3º. – O tombamento tem por objetivos principais:

I - Valorização, resgate e difusão do patrimônio cultural material e imaterial das comunidades atingidas pelo desastre de 05 de novembro de 2015, com absoluto respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana;

II - O desenvolvimento cultural e socioeconômico e a participação das comunidades residentes ou atingidas.

III - A identificação, a pesquisa, a proteção, promoção e resgate de todos os bens culturais existentes no território, de forma articulada.

IV - Instituição de espaços museais e culturais, incluindo a implantação de um memorial dedicado às vítimas do desastre;

V - A recuperação de áreas degradadas, a restauração e execução de ações de salvaguarda e resgate dos bens culturais atingidos pelo desastre.

VI - Promoção da educação patrimonial junto às comunidades;

VII - Promoção do turismo histórico e patrimonial;

VIII - Incentivo à produção artesanal e cultural local, incluindo os saberes e modos de fazer tradicionais;

IX - O intercâmbio com instituições públicas e privadas voltadas para a pesquisa, proteção, preservação e valorização do patrimônio natural e cultural;

X - A difusão dos riscos causados pelas atividades minerárias nas imediações de áreas habitadas e o alerta para que fatos como os ocorridos no dia 05 de novembro de 2015 não se repitam.

Art. 4º. Qualquer tipo de intervenção na área objeto do tombamento depende da compatibilidade com os objetivos acima enumerados e prévia aprovação do COMPAT.

Art. 5º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE MARIANA – MG – COMPAT

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezesseis, às 16:00 horas (dezesseis horas), reuniu-se extraordinariamente o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, na sede da Secretaria de Cultura Municipal, no prédio do CAT – Centro de Atenção ao Turista sito à Rua Direita, nº 91/93, nesta cidade, atendendo a convocação de sua Presidente. Presentes os conselheiros Ana Cristina de Souza Maia, Marlene Resende Fonseca, Anício Chaves, Rogéria Trindade, Alex Luz Tomaz, Mariana Priester, Geraldo Sales e eu, Olga Tukoff, que secretariei a reunião, em razão da ausência justificada da Secretária Maria de Fátima Melo. A Presidente iniciou os trabalhos relatando o ocorrido na audiência pública convocada e realizada pelo Conselho no último dia 19/04/2016 para discutir os destinos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu destruídas pela lama da barragem de Fundão da Samarco. Esclareceu a conselheira que a audiência contou com a participação de mais de 300 pessoas, com a presença maciça dos moradores dos locais, que manifestaram sua opinião de modo contundente. Além dos moradores, a audiência contou a participação do Ministério Público Estadual, representado pelo Promotores Antônio Carlos de Oliveira, Marcos Paulo de Souza Miranda da área do patrimônio cultural e Paulo César Vicente de Lima que atua na seara dos direitos humanos. Participaram ainda da mesa o Prefeito Municipal, Duarte Junior, o Presidente da Câmara de Vereadores Tenente Freitas, a senhora Rosângela Guimarães representando o IPHAN e a professora Márcia Arcuri, representando o curso de Museologia da UFOP. Estiveram presentes ainda à audiência os conselheiros Olga Tukoff, Marlene Resende e Rogéria Trindade, que relataram o tom emocionante que dominou a reunião, à medida em que os atingidos relatavam suas histórias e suas demandas. Ressaltaram ainda a importância da sua realização, já que obras conduzidas pela Samarco estavam ocorrendo no distrito de Bento Rodrigues sem conhecimento do Conselho, não obstante a existência de bens inventariados na região, alguns, inclusive, arrastados pela lama, como a Capela de São Bento. Foi opinião unânime dos conselheiros presentes à audiência que a comunidade deseja que seja conferida maior proteção às localidades atingidas, e que a sociedade civil possa compartilhar a gestão daqueles espaços. Em seguida a Presidente apresentou aos conselheiros a proposta de deliberação contendo as razões e os objetivos do tombamento das localidades de Bento Rodrigues e Paracatu, que foi lida pela conselheira Rogéria Trindade. Após a leitura do seu conteúdo, os conselheiros sugeriram pequenas alterações e a proposta de deliberação foi colocada em votação, tendo sido aprovado pela unanimidade dos presentes o tombamento das localidades de Bento Rodrigues e Paracatu, nos termos contidos no referida documento, que integra a presente ata. Tendo em vista a inexistência de equipe técnica no corpo administrativo da Prefeitura de Mariana para realizar o procedimento do tombamento, a Presidente propôs que fosse autorizada pelo Conselho, de imediato, a abertura de

processo licitatório para contratação de empresa especializada para este fim, o que foi acatado por todos os presentes, ficando a Secretaria de Cultura autorizada a elaborar o Termo de Referência. Passando ao próximo ponto da pauta, a Presidente procedeu à leitura da sentença judicial proferida nos autos de nº 0066890-50.2010.4.01.3800 que o IPHAN, o Ministério Público Federal e o Município de Mariana moveram em face de Arquidiocese de Mariana, Companhia Minas da Passagem e Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM e que correu perante a 18ª Vara Federal do Tribunal Regional da 1ª Região – Seção Minas Gerais que foi proferida pela Mma. Juíza Federal Dra. Vânia Cardoso André de Moraes. Referida sentença declarou o Sítio Arqueológico do Gogô ou Morro Santana, já tombado por este Conselho, como área de preservação arqueológica e determinou que o DNPM se abstenha de apreciar eventual pedido de autorização de pesquisa minerária ou exploração de jazida no local até a conclusão final do IPHAN sobre viabilidade de qualquer empreendimento na área. No corpo da sentença foi esclarecido que embora o IPHAN não pretenda o tombamento federal do perímetro do local, tem interesse sim em conferir proteção à área nos termos da Lei 3.924/61, que dispõe sobre a guarda e proteção dos monumentos históricos e arqueológicos. Foi esclarecido ainda na referida sentença que o processo em questão não tinha por objeto discutir o ato de tombamento realizado pelo Município de Mariana por meio deste Conselho, ato este que permanece válido e perfeito. Todos os conselheiros elogiaram e reconheceram a importância da decisão para a preservação do Sítio Arqueológico do Gogô. A Conselheira Rogéria ressaltou a necessidade de se encaminhar a decisão à SUPRAM, uma vez que este entendimento pode impactar eventuais pedidos apresentados àquele órgão. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e eu, Olga Tukoff, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada, será assinada pelos presentes. Mariana, 28 de abril de 2016.

Olga Tiukoff

Ana Cristina de Souza Maia

Marlene Resende Fonseca

Rogéria Trindade

Mariana Priester

Alex Luz Tomaz

Geraldo Sales

Anício Chaves

Manifesto dos atingidos pela Samarco

Dois anos de lama, dois anos de luta!

Dois anos do rompimento da barragem de Fundão. Aniversário das incertezas. Dois anos e tudo que nós, atingidos, temos de concreto são pilhas de documentos redigidos a partir de horas exaustivas de reuniões e assembleias infundáveis. As ações mitigatórias nas áreas de moradia, educação, patrimônio, entre outras, possuem ainda caráter de emergência. Até quando nossas prioridades serão vistas como emergenciais?

É lamentável estarmos como estamos dois anos depois daquilo que alguns classificaram como acidente, outros como tragédia, evento – vejamos bem, quiseram atribuir a culpa até a abalos sísmicos, a fenômenos da natureza. Mas, o que todos nós sabemos é que o rompimento de Fundão foi um CRIME. Um CRIME praticado pela mineradora SAMARCO, suas acionistas VALE e BHP Billiton, e pelo poder público que não exerceu devidamente seu papel fiscalizador. Afinal, uma empresa que trabalha com a exploração mineral não funciona sem o licenciamento de órgãos ambientais - em partes, também culpados pelo rompimento de Fundão.

Esse crime nasce da ganância e da irresponsabilidade daqueles que, mesmo conhecendo os riscos da tragédia anunciada, optaram pela negligência com o meio ambiente e com os moradores das áreas de risco. Sem sirenes, sem informações sobre como agir em casos de emergências, sem conhecimento da existência de barragens à montante de nossas vidas... Quantos de nós vivíamos a tranquilidade de nossas rotinas sem calcular o perigo que corríamos?

Por mais previsível que fosse o rompimento, a verdade é que suas consequências só agora estão sendo conhecidas. Estamos falando de um CRIME anunciado que retirou a vida de 20 pessoas – entre elas, uma criança que não teve sequer a oportunidade de nascer para o mundo. Um CRIME que deixou familiares em luto e atingiu o coração de inúmeras comunidades ao longo da Bacia do Rio Doce.

Falamos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, mas também de Camargos, Ponte do Gama, Paracatu de Cima, Pedras, Borba, Campinas. Barretos, Gesteira, Barra Longa. Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce, Sem Peixe. Governador Valadares, Colatina, Regência. Minas Gerais e Espírito Santo. Comunidades indígenas, povoados rurais, centros urbanos. Trabalhadores da cidade, do garimpo, da pesca, da terra.

Falamos das nascentes e dos rios contaminados, das matas arrancadas, dos animais que perderam e seguem perdendo suas vidas. Um sofrimento que eclodiu em Mariana, mas que corre, pelo leito do rio, de Fundão até os corais de Abrolhos, no sul da Bahia, até as águas do Oceano Atlântico, até sabe-se lá onde essa lama possa virar outra coisa que não dor e morte.

Quando se fala em um crime, espera-se que as investigações aconteçam, que os réus sejam condenados e que as vítimas possam prosseguir vivendo com dignidade. Infelizmente, não é isso que está acontecendo. Após aquele 5 de novembro, vivemos uma maratona que começou com cadastros e mais cadastros, entrevistas, reuniões e assembleias para apresentação e votação dos terrenos onde as comunidades serão reassentadas, levantamento de expectativa, visitas às áreas escolhidas, análise de maquete e projetos urbanísticos, audiências para garantir o reconhecimento das vítimas como atingidos - às vezes, em condições que se assemelham a de um réu que busca provar a própria inocência. De concreto? Estamos sem reassentamento, sem indenizações definitivas, vivendo na provisoriamente de cotidianos nos quais não nos reconhecemos.

Perdemos tanto na lama e seguimos violados em nossos direitos básicos. Ninguém está enfrentando o que cada um de nós tem passado - o constrangimento, a humilhação e a decepção de sair de uma audiência sabendo que nossos direitos estão sendo subtraídos por pessoas que não conhecem, de fato, a vida de cada comunidade. Estamos na mão de terceiros que não sabem o que perdemos, que desconhecem aquilo que nos importa. Querem nos cadastrar, mas não querem nos conhecer. Dizem que querem nos indenizar, mas não se interessam em saber o valor que damos àquilo que nos foi tirado.

O que tem marcado o dia a dia de muitos atingidos que perderam suas casas é viver na cidade, num lugar que não é seu, longe dos vizinhos e parentes. Pessoas estão adoecendo e as incertezas só aumentam. Lidamos com uma Fundação que se diz responsável pela reparação dos danos causados pelas empresas, mas que não nos passa qualquer segurança - pelos erros, pela troca constante de funcionários, pelo comportamento impositivo e restritivo de direitos, pelo uso das palavras das empresas. Fundação Renova vê atingido como impactado, crime como acidente, direito emergencial como benefício. É por isso que atingido vê Renova como Samarco, como Vale, como BHP.

Para enfrentar esta luta de Davi contra Goliath, nos organizamos. Compomos Comissões, participamos de Coletivos, escrevemos e divulgamos jornais, incomodamos os que destruíram nossa paz com audiências, passeatas, marchas, ocupações. Não abrimos mão de nossa autonomia, de acreditar em nós mesmos e não nas promessas feitas em bonitos discursos de funcionários bem pagos. Com toda a nossa luta queremos também dialogar com a sociedade e reafirmar que, de norte a sul deste país, somos todos atingidos. E temos muitos amigos nas universidades, nas Igrejas, no campo da arte e da cultura que são força generosa que nos fortalece nesta caminhada.

Esperamos que um dia tudo isso tenha fim. Que os culpados sejam punidos e que a vida de cada atingido volte ao normal. Sabemos que não será do mesmo jeito, mas que tenhamos fé, sabedoria, saúde e força para recomeçar. O cenário está repleto de difíceis incertezas. Contudo, a luta, desde que nos foi dada, nunca deixou de ser travada. Aprendendo a ser atingidos, seguimos nela.

5 de novembro de 2017

D. Manifesto Associações, Fundações e Movimentos contra os acontecimentos pós desastre

Respeito às vítimas da tragédia provocada pela Samarco (Vale/BHP Billiton) é o mínimo que se pode exigir dos responsáveis!

O rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, resultou na maior tragédia ambiental do país, provocada por inaceitável falha no controle tecnológico da empresa. Os danos ocasionados por essa catástrofe são incalculáveis, afetando mais de um milhão de pessoas na bacia do Rio Doce. O ecossistema e a biodiversidade foram profundamente impactados, ao longo dos cerca de 700 km de extensão da hidrografia regional, além do delta do Rio Doce e do oceano. Diferentes prejuízos econômicos vêm fragilizando a economia regional, emprego e renda. São danos de grande intensidade, de longa duração, de difícil reversão, e um indiscutível crime ambiental sem precedentes no país.

No cerne dos enormes prejuízos socioambientais, são muitas as vítimas: trabalhadores da Samarco e de terceirizadas, agricultores familiares e camponeses, pescadores artesanais, falcadores, comunidades tradicionais, o povo indígena Krenak, trabalhadores e artesãos envolvidos com o turismo regional, além dos consumidores da água comprometida ao longo da bacia. Cabe destacar, particularmente, as centenas de famílias que se viram obrigadas a abandonar suas moradias em Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, Mariana-MG, e em Barra Longa-MG. Perderam seus laços culturais, sua noção de vizinhança, o pertencimento a uma história e a um ambiente que moldou seu modo de viver. Tiveram excluídos seus bens, trabalho, registros, documentos e as recordações acumuladas no curso de suas vidas. Passaram a viver em condições provisórias e precárias, a elas impostas, afastadas de seu ambiente sociocultural e das condições necessárias para a sua reprodução social. Subtraídas em sua autonomia, vivem há mais de dois meses o sofrimento social imputado pela dependência em relação a empresas e às instituições. Processos institucionais de negociação apresentam-se pouco eficazes em relação ao esclarecimento dos direitos e à reparação justa dos danos.

“A gente fica em quarto apertado e sem quintal. Ninguém aguenta mais. Estamos estressados e cansados. Queremos voltar para casa”. Verbalizações como esta, expressa por moradores de habitações provisórias em reuniões entre empresas, Ministério Público e vítimas, sintetizam o drama vivido. É particularmente preocupante a situação das famílias atingidas em Volta da Capela, Barra Longa, em que, embora as famílias venham reivindicando seu reassentamento, a Samarco dispõe-se apenas a promover reformas nas moradias afetadas. Localizadas próximas ao rio, tais habitações podem estar expostas a novos riscos decorrentes da completa modificação da morfologia do rio após o desastre.

A postergação de encaminhamentos concretos e os anúncios de atividades paliativas têm acentuado o sofrimento das vítimas, conforme mostra o trecho a seguir: “Eu estou perdendo tempo aqui com vocês falando isso... a gente continua com a lama lá... Resolve o terreno. Se tiver que pagar indenização, paga.”

Neste momento, em que se anuncia a contratação pela Samarco de um projeto para a “nova Bento Rodrigues”, as entidades signatárias deste documento vêm a público chamar a atenção da sociedade brasileira e alertar tomadores de decisão de que esse processo requererá um tratamento muito cuidadoso, proporcional à delicadeza da situação. Julgamos que erros recorrentes, quando megaeempreendimentos promovem o deslocamento de comunidades inteiras de forma equivocada, sem a devida atenção aos direitos, expectativas e necessidades dos atingidos, não podem definitivamente se repetir.

O processo de construção da nova localidade e de novas moradias deve, à frente de qualquer critério, levar em consideração, no mínimo, a equivalência das condições de vida em contextos socioambientais existentes anteriormente à tragédia. Atenção especial deve ser dada aos desejos e à percepção de seus futuros moradores. Desde a escolha da nova área, passando pelos projetos urbanístico e arquitetônico, até a própria construção, devem ser etapas realizadas com acompanhamento e consulta aos moradores. Faz-se essencial ainda que, integrada à reconstrução pós-desastre, seja promovida nova dinâmica de desenvolvimento econômico e social sustentável na região afetada.

Os signatários deste manifesto, ao tempo em que se solidarizam com a população atingida, defendem:

- 1- A localização do novo assentamento trará impactos fundamentais nos laços sociais, na mobilidade, nas atividades produtivas e no acesso à educação, à saúde, ao lazer, à cultura e demais necessidades socioeconômicas e culturais dos antigos moradores de Bento Rodrigues. Portanto, não deve ser definida de forma tecnicista e vertical, considerando apenas critérios de ordem física e econômica.
- 2- Os projetos urbanísticos e arquitetônicos não devem ser fruto de uma concepção de gabinete, que reflita apenas a visão da equipe técnica. Os equipamentos urbanos, a infraestrutura e a concepção arquitetônica devem garantir a preservação da qualidade de vida dos moradores. A qualidade construtiva, por sua vez, deve assegurar a perenidade da construção e da infraestrutura. Tendo como referência acordos internacionais relacionados à redução de risco de desastres, dos quais o Brasil é signatário, a reconstrução da vida da população de Bento Rodrigues deve assegurar condições melhores e mais seguras que as originais e se integrar com nova dinâmica de desenvolvimento econômico e social sustentável em toda a região afetada.
- 3- O derramamento dos rejeitos comprometeu o abastecimento de água de localidades situadas a centenas de quilômetros de distância da barragem e provocou enorme perda de biodiversidade no Rio Doce, afetando a economia e modos de vida de populações ribeirinhas e do litoral. A lama de rejeitos acumulada no leito e margens dos cursos de água possui grande potencial tóxico e pode ser mobilizada por eventos pluviométricos, dragagens e os próprios trabalhos de recuperação das áreas soterradas. Nos próximos anos, novas plumas de contaminação podem alcançar estas localidades, inviabilizando a utilização do Rio Doce para consumo humano. Logo, atenção especial deve ser dedicada às populações atingidas ao longo dos cursos de água impactados.
- 4- Para todas essas situações, conclamamos para que espaços democráticos sejam criados, de modo que a população lesada tenha papel protagonista na tomada de decisões e no acompanhamento das atividades a serem realizadas. Particularmente, a “nova Bento Rodrigues” e demais reconstruções terão que ser produto da visão de seus moradores, que já foram severamente prejudicados pela maior tragédia socioambiental do Brasil. Até a completa reinstalação dos moradores, todas as pessoas precisam ter seus direitos fundamentais respeitados.
- 5- A gestão de todas as medidas pós-desastre necessariamente requererá investimentos, a serem necessariamente custeados pelas empresas responsáveis pela tragédia, e eficaz e eficiente arranjo institucional. Será imprescindível que o protagonismo deste processo seja do Estado, envolvendo os governos federal e dos estados e municípios atingidos, e não de quaisquer agentes privados. Transparência e controle social são valores inegociáveis nesta gestão.

1º de fevereiro de 2016

Assinam:

Associação Brasileira de Agroecologia (ABA – Agroecologia)
Associação Brasileira de Antropologia (ABA – Antropologia)
Associação Brasileira de Centros e Museus de Ciência (ABMC)
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES)
Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP)
Associação Brasileira de Limnologia - (ABLimno)
Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC)
Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)
Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS)
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)
Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE)
Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)
Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNSA)
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB)
Movimento Pela Soberania Popular Na Mineração (MAM)
Projeto Manuelzão UFMG
Rede Nacional de Médicos e Médicas Populares
Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)

E. Declaração dos Bispos

Declaração dos Bispos das Dioceses da Bacia Hidrográfica do Rio Doce

Nó dia 5 de novembro de 2015, as populações da Bacia do Rio Doce foram brutalmente atingidas pelo maior desastre socioambiental do Brasil, com o rompimento da barragem de Fundão, das mineradoras Samarco-Vale-BHP Billiton, no distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana-MG. A lama tóxica destruiu comunidades; ceifou vidas, desalojou populações inteiras, devastou o meio ambiente, atingiu o Rio Doce e chegou ao Oceano Atlântico, jogando na incerteza e na insegurança milhares de pessoas.

Como pastores do Povo de Deus, atentos aos “sinais dos tempos” e fiéis à nossa missão evangelizadora, queremos dirigir nossa palavra e nos solidarizar com os atingidos pela lama tóxica que provocou um prejuízo incalculável, que engloba aspectos ambientais, sociais e econômicos, envolve a vida de grande parte da população estabelecida nesta bacia hidrográfica e ultrapassa as localidades situadas às margens do Rio Doce.

Esperar contra toda esperança (Rm 4,18)

Nas localidades atingidas, a lama de rejeitos de minério afetou o sentimento de pertencimento de moradores, povos indígenas, ribeirinhos, pescadores, quilombolas, arceiros, artesãos, comerciantes, agricultores, pois muitos perderam casas, estilo de vida, memória, postos de trabalho, saúde, segurança e perspectiva de futuro. Mesmo em meio a tanto sofrimento, nós cristãos somos chamados a alimentar a chama da esperança.

Esse crime socioambiental, cujos efeitos repercutem na vida e nas atividades da população desta região, incide fortemente na história da Bacia do Rio Doce. Lamentamos que, passados dois anos, pouco foi feito, sobretudo por parte dos responsáveis, diante do muito que há por fazer. A atuação da Fundação Renova, criada pela Samarco, Vale e BHP Billiton, com o aval do Governo Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, não sido suficiente diante da magnitude das consequências incalculáveis dessa tragédia. Há promessas não cumpridas, o que gera desânimo e descrédito em muitas pessoas. Muitos atingidos não foram reconhecidos como tais, ficando sem receber a devida assistência da empresa responsável pelo rompimento da barragem. É preciso recordar que não se faz justiça sem respeito aos direitos e à dignidade da pessoa humana. Entretanto, até o presente, não houve punição aos culpados, nem pleno ressarcimento às populações atingidas, nem o devido reparo aos danos causados ao meio ambiente.

São conhecidos também outros casos de rompimentos de barragens de contenção de resíduos de minérios ocorridos em Minas Gerais: Itabirito (1986), São Sebastião das Águas Claras (2001), Mirai (2007), Itabirito (2014) e Mariana (2015). A dívida contraída pelas empresas responsáveis ainda não foi plenamente saldada e a atuação dos órgãos públicos não é satisfatória.

Apesar desse quadro sombrio, há pontos luminosos que brilham nos gestos de solidariedade de muitas pessoas e instituições públicas e privadas para minorar o sofrimento causado pelas duras consequências dessa tragédia. A solidariedade alimenta a esperança.

Há princípios éticos que estão sendo feridos especialmente pela irresponsabilidade, negligência e omissão por parte de empresas e de instituições governamentais. Prova disso é a assinatura de acordos referentes a reparação, compensação e indenização dos danos; a reduzida participação das comunidades atingidas nas decisões que lhes dizem respeito; e a falta da devida avaliação sistêmica e estratégica dos impactos provocados. É responsabilidade do Ministério Público e do Poder Judiciário garantir o efetivo respeito aos direitos dos atingidos, o fiel cumprimento da justiça e a devida punição dos responsáveis.

A questão da mineração

O rompimento da barragem de Fundão tornou inadiável a reflexão crítica sobre a complexa questão da mineração. Essa tragédia revelou a fragilidade e a grave insuficiência dos critérios utilizados para a definição de novas áreas de mineração, dos métodos utilizados, das técnicas de produção e gestão de barragens, das tecnologias da engenharia de mineração.

Além disso, a tragédia mostrou a vulnerabilidade da atual legislação socioambiental; a insuficiente fiscalização dos órgãos competentes; a baixa qualidade e a amorosidade das ações emergenciais; o despreparo da sociedade e dos governos para planejar, discutir, condicionar, negociar e garantir as estratégias de desenvolvimento centradas na busca da sustentabilidade. Ademais, não é suficientemente considerada a situação em que se encontram as diversas minas de exploração e os altos riscos socioambientais nelas envolvidos. Os grandes empreendimentos minerários têm sido concebidos e gerenciados sem a efetiva consideração sobre a exaustão das jazidas, os processos de fechamento de minas e as alternativas para a diversificação da economia local.

É preciso estender nosso olhar também para o impacto da mineração sobre a água. Trata-se de um bem que é finito e, ao mesmo tempo, essencial para a vida, por isso, de direito universal. A exploração insustentável das atividades mineradoras ameaça esse bem indispensável, prejudicando o meio ambiente, destruindo vegetações, provocando desequilíbrio no regime de circulação de águas superficiais e subterrâneas, modificando essencialmente o lençol freático, causando a destruição de inúmeras nascentes, levando à escassez desse bem precioso e gerando impactos prejudiciais à saúde, à produção de alimentos e à própria vida.

Economia a serviço da vida

Na raiz dessa tragédia de dimensões incalculáveis, encontra-se a sede desenfreada de lucro a ser obtido a qualquer preço, mesmo causando danos à natureza e ao ser humano: “Isto acontece porque no centro desse sistema econômico está o deus dinheiro e não a pessoa humana. Sim, no centro de cada sistema social ou econômico deve estar a pessoa, imagem de Deus [...] Quando a pessoa é deslocada e chega o deus dinheiro dá-se essa inversão de valores [...] Um sistema econômico centrado no deus dinheiro tem também necessidade de saquear a natureza” diz o Papa Francisco, no Discurso aos participantes do Encontro Mundial dos Movimentos Populares, em Roma, no dia 28 de outubro de 2014.

O Papa é incisivo ao afirmar: “A primeira tarefa é pôr a economia a serviço dos povos. Os seres humanos e a natureza não devem estar a serviço do dinheiro. Digamos NÃO a uma economia de exclusão e desigualdade, onde o dinheiro reina em vez de servir. Esta economia mata. Esta economia exclui. Esta economia destrói a Mãe Terra [...] A casa comum está sendo saqueada, devastada, vexada impunemente. A covardia em defendê-la é um pecado grave [...] Os povos e os seus movimentos são chamados a clamar, mobilizar-se, exigir – pacífica, mas tenazmente – a adoção urgente de medidas apropriadas. Peço-vos, em nome de Deus, que defendais a Mãe Terra” (Discurso em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, no dia 9 de julho de 2015).

Ao mesmo tempo em que expressamos nossa solidariedade com os atingidos por essa grande tragédia, olhamos com preocupação para as próximas gerações. O futuro está comprometido! Diante dessa triste e desafiadora realidade, os órgãos governamentais e jurídicos façam valer a justiça social e ambiental; as empresas causadoras da tragédia assumam plenamente suas responsabilidades com o ressarcimento pelos prejuízos causados e a reconstrução da vida humana e do meio ambiente; as populações locais sejam vigilantes e solidárias, buscando sempre a união e participando ativamente nos movimentos eclesiais, sociais e populares comprometidos com a defesa dos direitos e a promoção da vida digna para todos.

Apelo final

Como Bispos das Dioceses da Bacia do Rio Doce, dirigimos este apelo: Apoie os atingidos pela tragédia do rompimento da barragem de Fundão para que tenham seus direitos respeitados, sua dignidade reconhecida, seus bens ressarcidos e seu protagonismo considerado na busca de soluções que atendam a seus legítimos interesses. Estimulem os que lutam em defesa da “casa comum” para que não desanimem diante dos obstáculos e da prepotência dos grandes e poderosos. Ajudem a salvar o Rio Doce, com tudo o que ele significa para tanta gente em Minas Gerais e no Espírito Santo. Perseverem na luta a favor da vida e da esperança, na certeza de que “a paz é fruto da justiça” (Is 32, 17).

Mariana, 05 de novembro de 2017.

Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo de Mariana-MG

Dom Luiz Mancilha Vilela, Arcebispo de Vitória-ES

Dom Emanuel Messias de Oliveira, Bispo de Caratinga-MG

Dom Antônio Carlos Félix, Bispo de Governador Valadares-MG

Dom Joaquim Wladimir Lopes Dias, Bispo de Colatina-ES

Dom Marco Aurélio Gubioti, Bispo de Itabira-MG

Dom Rubens Sevilha, Bispo Auxiliar de Vitória-ES

Dom Werner Siebenbrock, Bispo Emérito de Governador Valadares-MG

Dom Odilon Guimarães Moreira, Bispo Emérito de Itabira-Fabriciano-MG

Dom Décio Sossai Zandonade, Bispo Emérito de Colatina-ES

F. Carta do PACPS/IEDS para os avaliadores externos do ICOMOS

Prezado(a) colega do ICOMOS-BRASIL,

Como você sabe, o povoado de Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana, se tornou símbolo do maior desastre ambiental no Brasil, ao ser a primeira localidade atingida pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de minério de ferro em 05 de novembro de 2015, evento que acarretou diversos problemas de ordem socioeconômica e ambiental ao longo de uma das mais importantes bacias hidrográficas da região sudeste, a Bacia do Rio Doce.

A partir de um pedido encaminhado pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico (PEDPCT) do Ministério Público de Minas Gerais e pelo Conselho de Patrimônio de Mariana, um grupo ligado ao ICOMOS-Brasil e ao Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (PPGACPS) da UFMG iniciou uma pesquisa com o objetivo de produzir um estudo para proteção do sítio.

A partir de outras investigações já em curso, optou-se por se realizar uma análise do sítio através da perspectiva da paisagem cultural, buscando englobar as questões dos valores e da significância cultural, metodologias ainda pouco utilizadas no contexto nacional. Neste sentido, o grupo produziu, durante um ano, uma Declaração de Significância, documento sucinto no qual são apresentados os valores e os significados do bem patrimonial, que depois servirão como referência e orientação para a elaboração das políticas de conservação e da gestão do sítio (AZEVEDO, 2014). Para esta etapa foram adaptadas as metodologias adotadas pelo Canadian Register of Historic Places no documento *Writing statements of significance* (2006) e no estudo *A Didactic Case Study of Jarash Archaeological Site, Jordan: Stakeholders and Heritage Values in Site Management* de 2010, do Getty Conservation Institute, tomando ainda como base, reflexões nacionais tais como as de Silvio Zancheti, no trabalho *Judgement and validation in the Burra Charter process: introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage* de 2009.

O primeiro esboço desse documento foi então apresentado à comunidade científico-acadêmica durante o Simpósio do ICOMOS Brasil, realizado em maio de 2017 em Belo Horizonte, para análise e discussão, tendo sido também apresentado à comunidade atingida de Bento Rodrigues para validação.

O passo seguinte, decidido a partir desses encontros, foi a elaboração de um Dossiê de Tombamento, documento prévio que poderia subsidiar as propostas de proteção para o sítio e que deveria ser entregue às instâncias estadual e federal. Para isso, ao lado das diretrizes dos órgãos de patrimônio (IEPHA-MG e IPHAN), o grupo buscou criar um modelo de dossiê que conseguisse englobar a metodologia de análise realizada e a Declaração de Significância.

Havendo realizado uma versão preliminar do documento-síntese, decidiu-se convidar um grupo mais ampliado de especialistas do ICOMOS-BRASIL para contribuir com nosso trabalho, submetendo o que foi realizado até agora a uma necessária revisão e crítica. A ideia foi criar um grupo de especialistas que pudesse introduzir novos olhares sobre o material já produzido, auxiliando, através da emissão de pareceres, o grupo-base a consolidar a versão definitiva do documento.

Neste sentido, considerando sua trajetória e expertise na área do patrimônio cultural, vimos convidá-lo(a) à participar conosco nesta empreitada, compondo este grupo de especialistas do ICOMOS-BRASIL.

Certos de contar com a acolhida de nosso convite, antecipamos nossos agradecimentos.

Arq. Leonardo Castriota

Presidente – ICOMOS-BRASIL

G. Síntese do trabalho do MP – novembro de 2015 a dezembro de 2017

Este anexo é um resumo das ações executadas pela Força Tarefa do MPMG (CAOMA, s.d.) e pela Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico (MINAS GERAIS, 2018) referente a Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Gesteira e Barra Longa, MG, desde o rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015 até novembro de 2017, a partir de documentos disponibilizados pela própria promotoria do MPMG e pelo Relatório realizado pela CAOMA.

H. Força -Tarefa do MPMG

De acordo com o Relatório de Atividades da Força-Tarefa do MPMG, no dia 5 de novembro de 2015, após o desastre, o Ministério Público reuniu a estrutura técnica-administrativa e, em conjunto com o Procurador-Geral de Justiça, o Promotor de Justiça de Meio Ambiente da Comarca de Mariana e o coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMA) decidiu-se pela criação de uma Força-Tarefa, para atuar de forma homogênea e articulada em todas as comarcas envolvidas no desastre e para desenvolver estratégias para mitigar, reparar e compensar os danos ambientais gerados pelo rompimento da barragem. O presente documento, Caso Samarco: Relatório de Atividades da Força-tarefa do MPMG (CAOMA, s.d.) relata as principais ações do MPMG após o desastre e tem seus pontos mais importantes citados a seguir.

Por ato do PGJ, publicado no Diário Oficial nesta data, em 7 de Novembro de 2015 criou-se a força-tarefa para apurar os fatos e repercussões referentes ao desastre, constituída pelos Promotores de Justiça Carlos Eduardo Ferreira Pinto (Coordenador), Antônio Carlos de Oliveira, Andréa de Figueiredo Soares, Bruno Guerra de Oliveira, Daniel Oliveira de Ornelas, Domingos Ventura

de Miranda Júnior, Felipe Faria de Oliveira, Francisco Chaves Generoso, Leonardo Castro Maia, Marcelo Azevedo Maffra, Marcos Paulo de Souza Miranda e Mauro da Fonseca Ellovitch. Estabeleceu-se que a atuação do MP seria focada nas medidas necessárias para a prevenção de novos incidentes e a responsabilização pelas medidas de compensação e recuperação dos impactos locais.

O MPMG e o MPF assinaram conjuntamente, no dia 16 de Novembro de 2015, o Termo de Compromisso Preliminar com a Samarco Mineração S.A., com a garantia mínima de um bilhão de reais para a adoção de medidas emergenciais.

Ajuizaram também ação civil perante a Justiça do Trabalho, visando a reintegração de todos os trabalhadores desligados da Samarco Mineração S.A., bem como a garantia de todos os empregos até a retomada integral das atividades de operação da empresa, sem prejuízo do pedido de condenação em danos morais coletivos.

Após a divulgação do laudo pericial elaborado pela equipe técnica contratada pelo MPMG, que refutou as hipóteses de acidente levantadas pela Samarco e indicou as efetivas causas do rompimento da barragem, o MP compartilhou-o com a Assembleia Legislativa de MG, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Polícia Federal.

Como garantia emergencial mínima, o MP atuou com enfoque na exigência de medidas de prevenção de novos episódios de rompimentos das estruturas remanescentes.

Em 27 de Novembro de 2015, o MPMG, em conjunto com o Estado de MG, ajuizou ação civil pública em face da Samarco Mineração S.A. e do Consórcio Candonga, responsável pela Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, tendo por

escopo a apresentação de projeção atualizada dos possíveis cenários em caso de rompimento da barragem Germano, da barragem Santarém e das demais estruturas remanescentes (dique 2, Sela, Tulipa e Selinha), com previsão de consequências e execução de um novo Plano de Ações Emergenciais para socorro de pessoas, mitigação de danos ambientais e fornecimento de água potável, além do esvaziamento da barragem UHE, para que, no caso de rompimento da barragem de Germano, a estrutura da hidrelétrica servisse de contenção.

Firmou-se, em 6 de Fevereiro de 2016, o Termo de Acordo estipulando-se diversas medidas voltadas à garantia da segurança das comunidades e do meio ambiente, tais como: Plano de Ações Emergenciais para socorro de pessoas, mitigação de danos ambientais e fornecimento de água potável; auditorias externas para aferição das condições de estabilidade das estruturas remanescentes; estruturação e treinamento das entidades responsáveis para auxílio e remoção de pessoas em caso de alerta; instalação de mecanismos de monitoramento e alerta em caso de aumento de riscos de rompimento das estruturas; cronograma específico para reforço das estruturas.

No dia 10 de Junho de 2016, firmou-se o Acordo Judicial Definitivo entre MPMG, Estado de MG, Consórcio Candonga e Samarco, tendo como escopo a dragagem emergencial dos rejeitos situados nas proximidades da barragem UHE Risoleta Neves, em conjunto com outras medidas de segurança e monitoramento.

Visto que a Samarco S.A. vinha se preparando para retomar as atividades sem proceder as medidas para a contenção dos danos ambientais e para a segurança, o MPMG ajuizou ação civil pública em face da Samarco e do Estado de Minas Gerais, tendo como objetivo a implantação de diques provisórios de segurança; apresentação e execução de soluções definitivas para

interromper o vazamento de lama e rejeitos e suspensão de licenças ambientais.

Em relação a perícias técnicas e relatórios de vistoria, é importante citar que equipe composta por técnicos da Central de Apoio Técnico do MPMG (CEAT) e analistas da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais elaboraram análises periciais para instrução dos procedimentos investigativos, como as seguintes Notas Técnicas: 107/2015, sobre o valor cultural da Capela Nossa Senhora das Mercês; 108/2015, sobre o valor cultural da Capela São Bento; 109/2015, sobre Capela Nossa Senhora da Conceição (Gesteira, Barra Longa); 110/2015, sobre Igreja de Santo Antônio (Paracatu de Baixo); 41/2016, que analisa o valor cultural de Bento Rodrigues; 57/2016, que analisa o valor cultural de Barra longa e danos do desastre; 58/2016, sobre o valor cultural de Gesteira e de Barra Longa.

Além disso, o Núcleo de Combate a Crimes Ambientais (NUCRIM) procedeu vistorias e produziu Relatórios de Vistoria, entre eles: Relatório de Informações 17/2015, sobre o comprimento da barragem da Samarco; Relatório de Fiscalização 04/2016, sobre a movimentação de massa no interior da barragem de Fundão; Relatório de Fiscalização 07/2016, sobre o rompimento do dique II da barragem de Fundão; Relatório de Fiscalização 31/2016, sobre a fiscalização de intervenções do dique S4, em Bento Rodrigues.

O Núcleo de Geoprocessamento do MPMG (NUGEO) produziu subsídios técnicos para apuração dos fatos e dimensionamento do danos a partir de análises espaciais, interpretação e produção de mapas e documentação técnico-científica com base em informações geográficas das áreas afetadas. Foram também confeccionados relatórios com enfoque na análise espacial de georreferenciamento, com interesse pontual em cálculos de área de intervenção da barragem de Santarém; distância entre fim do extravasador da barragem

de Fundão até o desagüe no córrego de Fundão; patrimônios histórico, cultural e arqueológico atingidos pelo desastre; análise dos elementos da paisagem atingidos pelos rejeitos; danos ambientais nas comarcas de Ponte Nova e Mariana; representação do caminho de São José e conjunto paisagístico do encontro dos rios do Carmo e Piranga, Barra Longa e Rio Doce/ MG; representação das áreas de alagamento dos diques S3 e S4, títulos minerários e patrimônios histórico cultural e arqueológico atingidos; áreas atingidas pelos rejeitos, previsão de alagamento do S4 e bens tombados em Bento Rodrigues; circuito turístico “Estrada Parque Caminhos da Mineração”, Mariana/MG.

Em relação à defesa do patrimônio cultural e turístico, foi realizada a operação “SOS Patrimônio”, que resgatou 260 bens culturais sacros dos escombros do desastre. Outra medida importante foi o Termo de Compromisso Preliminar firmado com a Samarco, visando a adoção de medidas emergenciais mínimas para fins de preservação do patrimônio cultural existente em Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, com realização de monitoramento arqueológico, instalação de estruturas de segurança no entorno dos bens culturais, busca por bens desaparecidos e capacitação de operários e moradores do entorno, escavação arqueológica nas capelas de São Bento, Santo Antônio e Nossa Senhora da Conceição, com resgate de bens, ações estas descritas abaixo.

Em 12 de Julho de 2016, foi ajuizada ação civil pública em face da Samarco S.A., visando a contenção do carreamento da lama na área próxima a Bento Rodrigues e a retirada da rejeitos da localidade.

No âmbito do licenciamento ambiental e retomada das atividades da Samarco, foi expedida a Recomendação nº705/2016/CGBH ao Superintendente da Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana (SUPRAM-CM)

e ao Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável para que: procedessem a reorientação do procedimento de licenciamento ambiental, de forma que sua análise contemplasse todas as atividades e estruturas integrantes do Complexo de Germano; abstivessem de conceder documentos autorizativos precários para a retomada de atividades; abstivessem de conceder licenças ambientais ou autorizações para a operação da lavra minerária antes da comprovação de medidas efetivas para a retirada da lama e rejeitos às áreas de preservação permanente dos rios e córregos atingidos.

Seguem abaixo detalhamento das atividades realizadas, de acordo com consulta ao site (<<http://patrimoniocultural.blog.br/rompimentodabarragem>>), conforme as datas de sua realização.

11 novembro 2015

Realização de vistoria na localidade de Bento Rodrigues pela equipe SOS Patrimônio. Resultados produzidos: elaboração de 4 fichas de diagnóstico específicas sobre os seguintes bens: Igreja São Bento (Bento Rodrigues), Capela Nossa Senhora da Conceição (Gesteira), Igreja das Mercês (Bento Rodrigues), Capela de Santo Antônio (Paracatu de Baixo). Instauração do Procedimento de Apoio à Atividade Fim, auxiliar do Inquérito Civil nº MPMG-0024.15.016419-2, com o seguinte objeto: “Danos ao patrimônio cultural decorrentes do rompimento da barragem da Samarco, distrito de Bento Rodrigues, Mariana/MG”.

17 novembro 2015

Realização de vistoria na localidade de Bento Rodrigues pela equipe SOS Patrimônio com a colaboração de Carla Santana, do Núcleo de Conservação e Restauração da FAOP; com o Padre Jean Lúcio de Souza (Arquidiocese de

Mariana) e com a Maria da Conceição Fernandes Brito, museóloga do Museu de Arte Sacra de Mariana. Resultados produzidos: elaboração da Nota Técnica nº 107/2015, sobre a Capela Nossa Senhora das Mercês, da Nota Técnica nº 108/2015, sobre a Capela São Bento, da Nota Técnica nº 109/2015, sobre a Capela Nossa Senhora da Conceição (Distrito de Gesteira, Barra Longa), e da Nota Técnica 110/2015, sobre a Igreja de Santo Antônio (povoado de Paracatu de Baixo).

19 novembro de 2015

Resgate/remoção das peças da Igreja das Mercês em Bento Rodrigues. A retirada foi acompanhada pelo Corpo de Bombeiros, Polícia Militar e Padre Jean Lúcio, da Paróquia de Amarantina. O material recolhido foi devidamente acondicionado em caminhão baú, transportado para a reserva técnica do Museu de Arte Sacra de Mariana, localizado na rua Direita nº 58, Mariana. As peças foram numeradas e etiquetadas. A operação S.O.S. Patrimônio resgatou 310 peças sacras na área atingida pela lama.

30 novembro de 2015

Celebração de Termo de Compromisso Preliminar com a empresa Samarco, prevendo as seguintes obrigações:

- 1) Estabelecer, no prazo de 10(dez) dias, contato com a Arquidiocese de Mariana, a fim de planejar e executar as medidas previstas no Termo de Compromisso;
- 2) Contratar, no prazo de 10 (dez) dias, equipe de arqueólogos para realização de monitoramento permanente de todas as atividades desenvolvidas nas localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu, com mobilização

imediate, bem como elaboração no prazo de 15 (quinze) dias, de projeto de resgate de bens desaparecidos;

- 3) Remeter mensalmente ao Ministério Público os relatórios de monitoramento arqueológico;
- 4) Realizar capacitação prévia para todos os operários envolvidos nas atividades desenvolvidas nas localidades de Bento Rodrigues, Gesteira e Paracatu, a fim de esclarecer sobre a existência de bens culturais na área e sobre os procedimentos de prevenção de danos que devem ser adotados;
- 5) Comunicar imediatamente ao Ministério Público e à Arquidiocese de Mariana achado de qualquer bem cultural remanescente dos templos religiosos objetos deste acordo;
- 6) Em relação às Capelas de São Bento e Nossa Senhora das Mercês (Bento Rodrigues), Santo Antônio (Paracatu) e Nossa Senhora da Conceição (Gesteira), protegidas como patrimônio cultural municipal, uma vez autorizado pela Defesa Civil e viabilizado o acesso de pessoas e equipamentos a essas localidades:
 - a) Estruturar, no prazo de 10 (dez) dias, barreira física (tapume) no perímetro do imóvel, com o objetivo de prevenir a ocorrência de furtos e ações de vandalismo;
 - b) Contratar equipe técnica habilitada (integrada, pelo menos, por engenheiro, arquiteto e conservador-restaurador) para realizar diagnóstico estrutural e dos elementos artísticos da edificação, bem como a atualização do inventário da edificação e dos bens móveis e integrados, apresentando relatório ao Ministério Público no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, com

indicação das medidas técnicas a serem adotadas, com cronograma de execução;

c) estruturar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, em parceria com a Arquidiocese de Mariana, a reserva técnica do Museu de Arte Sacra de Mariana, a fim de assegurar condições adequadas de guarda e armazenamento das peças sacras que para lá foram levadas;

d) estruturar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, plano de restauração, a ser executado por meio de equipe técnica com reconhecida expertise na área, integrada por conservadores-restauradores das peças sacras e bens integrados dos templos;

e) Efetuar o ressarcimento dos valores abaixo, referentes a honorários técnicos da equipe responsável pelos levantamentos nos imóveis objeto deste acordo, no prazo de 15 (quinze) dias.

02 julho 2016

Instauração do Procedimento de Apoio à Atividade Fim nº MPMG-0024.16.007893-7, auxiliar do Inquérito Civil nº MPMG-0024.15.016419-2, com o seguinte objeto: “Implantação do Dique S4 pela Samarco às margens do Córrego Santarém, em Bento Rodrigues – danos ao patrimônio cultural e arqueológico”.

12 julho 2016

Proposta ação civil pública (0400.16.002639-1) em face da empresa Samarco, com os seguintes pedidos:

I – Pedido de tutela de urgência, para a adoção das seguintes medidas emergenciais:

1) Obrigação de fazer a ser cumprida pela ré consistente em adotar as providências técnicas necessárias para que, até o final do mês de outubro de 2016, quando se estima o início do período chuvoso, não haja carreamento de mais sedimentos decorrentes do desastre para jusante do dique S3, situado dentro da propriedade da ré, a partir de onde se encontra o povoado de Bento Rodrigues, de forma a evitar o agravamento dos danos já produzidos em detrimento daquela comunidade e seus bens culturais (medida de contenção);

2) Obrigação de fazer a ser cumprida pela ré consistente em retirar – em uma primeira etapa – a camada de rejeitos depositada ao longo dos Córregos Santarém e Ouro Fino, considerando a calha e área de preservação permanente ao longo das margens, na extensão de 30 metros, até o final do mês de outubro de 2016, quando se estima o início do período chuvoso, mediante prévia varredura e resgate por parte de profissionais da arqueologia, com destinação do material retirado para locais autorizados ou aprovados pelos órgãos ambientais competentes (medida de recolhimento e disposição final dos resíduos gerados);

3) Obrigação de fazer a ser cumprida pela ré consistente em realizar monitoramento arqueológico ininterrupto, durante a execução das intervenções, com produção de relatórios semanais a serem encaminhados a esse Juízo;

4) Obrigação de fazer a ser cumprida pela ré consistente em providenciar a destinação imediata dos materiais de valor arqueológico para a Reserva Técnica já criada pela empresa para o recebimento de tais bens na cidade de Mariana, e acondicionamento de todo e qualquer outro objeto de

propriedade das vítimas em local adequado, com realização de inventário e comunicação a este Juízo no prazo de 30 dias a partir da coleta;

5) Seja fixada multa cominatória diária de dez milhões de reais por dia de descumprimento, até o limite de 5 dias;

6) Seja advertido que, nos termos dos arts. 297, 497 e 817 do NCPC, no caso de descumprimento da obrigação por prazo superior a cinco dias, a medida de coerção implicará em afastamento dos poderes de gestão da empresa ré, no que tange exclusivamente ao objeto desta ação, com bloqueio da importância mínima de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) e nomeação de administrador judicial para o fiel cumprimento da decisão judicial;

7) Seja comunicada a concessão da decisão liminar ao Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais e à Fundação Estadual de Meio Ambiente para que, como auxiliares do Juízo, providenciem, com urgência, a análise e definição quanto à destinação do material a ser retirado da área afetada, considerando a necessidade de fixação de condições e procedimentos para tanto, nos termos do art. 16-D da lei Estadual 7772/80;

8) Seja comunicada a concessão da decisão liminar à Comissão de Valores Imobiliários para fins de registro e verificação da divulgação como fato relevante.

II – Pedidos Finais:

1) Concessão e confirmação, ao final, das liminares requeridas a título de tutela de urgência, tornando-as provimentos definitivos;

2) Citação da ré para, querendo, responder a presente ação, no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

3) Seja a ré condenada a:

a) Recuperar integralmente a área atingida pela lama situada entre o dique S3 e o Rio Gualaxo, tornando-a à situação mais próxima possível à data anterior ao rompimento da barragem de Fundão, segundo as melhores tecnologias disponíveis, as recomendações das Cartas Patrimoniais da UNESCO e do ICOMOS, e de acordo com os procedimentos aprovados pelos órgãos ambientais competente e pelo Conselho de Patrimônio Cultural de Mariana, no prazo de doze meses;

b) Promover o restabelecimento do acesso de veículos e pedestres de Mariana a Bento Rodrigues pela rota turística da Estrada Real, com reconstrução/reparação das estruturas danificadas, segundo as melhores tecnologias disponíveis, as recomendações das Cartas Patrimoniais da UNESCO e do ICOMOS e de acordo com os procedimentos aprovados pelo Conselho de Patrimônio Cultural de Mariana, no prazo de 90 (noventa) dias;

c) Restaurar os muros de pedra e demais estruturas arqueológicas históricas de valor cultural existentes na área atingida pela lama, segundo as melhores tecnologias disponíveis, as recomendações das Cartas Patrimoniais da UNESCO e do ICOMOS, e de acordo com os procedimentos aprovados pelo Conselho de Patrimônio Cultural de Mariana, no prazo de cento e vinte dias;

d) promover o recolhimento e acondicionamento adequado de todos os pertences das vítimas que forem resgatados da área a ser recuperada, com realização de inventário e adoção de providências de conservação por parte de profissionais habilitados na área;

e) Realizar monitoramento arqueológico ininterrupto, durante a execução das intervenções;

f) elaborar os projetos necessários à execução das medidas acima, por meio de equipe técnica multidisciplinar composta, pelo menos, por arqueólogo, arquiteto, conservador-restaurador, biólogo e historiador;

g) contratar, no prazo de trinta dias, auditoria externa independente, com expertise na área de patrimônio cultural, para acompanhamento do cumprimento das medidas determinadas judicialmente, com envio de relatórios quinzenais a esse juízo;

4) Fixação de multa cominatória diária de um milhão de reais por cada obrigação descumprida, sem prejuízo da responsabilização criminal;

5) A produção de todas as provas em direito admitidas, em especial documental, pericial, testemunhal e depoimento pessoal dos representantes da ré;

6) A inversão do ônus probatório, considerando a natureza do direito posto em discussão e o dever da ré comprovar a licitude de sua conduta e a inexistência de perigo de dano.

Instauração do Procedimento de Apoio à Atividade Fim nº MPMG-0024.16.010942-7, como auxiliar do Inquérito Civil nº MPMG-0024.15.017332-6, com o seguinte objeto: “Análise técnica específica do mapeamento de todos os bens situados no circuito destruídos ou danificados pelo desastre causado pela Samarco em 05/11/2015, que causou danos de grande monta aos bens integrantes do Circuito Turístico Estrada Parque Caminhos da Mineração, instituído pela Lei Municipal nº 2855/2014”.

04 agosto 2016

Realização de audiência de conciliação na Comarca de Mariana, com a celebração de acordo nos seguintes termos:

1) o objeto do presente acordo se circunscreve exclusivamente aos aspectos relacionados aos bens culturais existentes na área protegida do distrito de Bento Rodrigues entre o dique S3 e a barra com o rio Gualaxo, não envolvendo a discussão sobre a discussão do dique S4;

2) Obrigação de fazer, por parte da requerida, consistente em adotar as providências técnicas possíveis, disponíveis e necessárias, objetivando reduzir ao mínimo possível o carreamento de sedimentos para jusante do dique S3, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, em busca de conservar os bens culturais existentes no local, até o dia 31 de outubro de 2016;

3) Obrigação de fazer, por parte da requerida, consistente em retirar a camada de rejeitos depositada ao longo dos córregos Santarém e Ouro Fino, considerando a calha e a área de preservação permanente ao longo das margens, na extensão de 30 (trinta) metros, até o dia 31 de dezembro de 2016;

3.1) A meta estabelecida de retirada é de 1.000.000 m³ (um milhão de metros cúbicos), de acordo com projetos e metodologias diferentes a serem apresentados pela requerida no prazo de 7 (sete) dias;

3.2) Durante a retirada, deverá ser realizado monitoramento arqueológico ininterrupto, segundo metodologia a ser apresentada pela requerida no prazo de 7 (sete) dias, com envio de relatórios semanais ao Ministério Público;

3.3) o cumprimento da meta prevista no item 3.1 está condicionado à liberação por parte dos profissionais da arqueologia, segundo a metodologia a ser definida e de acordo com o ordenamento jurídico vigente;

3.4) As partes signatárias têm conhecimento que, dependendo da metodologia que vier a ser escolhida, o volume de rejeitos retirados poderá ser inferior à meta estipulada;

4) Obrigação de fazer a ser cumprida pela requerida consistente em providenciar a destinação dos pertences e objetos das vítimas eventualmente encontrados na superfície de toda a área afetada para a reserva técnica já criada pela empresa, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, bem como dos materiais arqueológicos resgatados logo após o achado;

5) a requerida apresentará no prazo de 30 (trinta) dias proposta, com cronograma, contemplando as medidas pleiteadas em sede de mérito na inicial (item 3, 'a' a 'g');

6) Havendo impossibilidade de cumprimento do quanto ajustado acima, a requerida se compromete a apresentar justificativa em juízo, requerendo a prorrogação necessária do prazo para atender o acordo;

7) A multa para descumprimento dos termos do acordo é de R\$ 1.000,00 por dia de descumprimento.

04 agosto 2016

Participação do Promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda na Audiência de Instrução e Julgamento, realizada nos autos da ACP 0400.16.001481-9, ajuizada para garantir o acesso seguro às áreas degradadas pela população e pelos órgãos públicos, com a celebração de acordo nos seguintes termos:

1) a requerida Samarco se compromete a manter a segurança e o controle de acesso ao terreno de Bento Rodrigues para visitação até uma decisão final sobre a utiliza o do local;

2) Os atingidos de Bento Rodrigues ter o livre acesso das 08 às 18 horas, nas quartas-feiras, sábados e domingos, desde que passem pelo treinamento de risco junto à Defesa Civil municipal e assumam a responsabilidade mediante termo;

3) O termo de responsabilidade a ser feito pela Defesa Civil municipal deverá ser apresentado   Samarco para revisão e, em caso de impasse, será resolvido por decisão judicial na presente a o;

4) A requerida Samarco se compromete a disponibilizar o cadastramento dos atingidos ao município de Mariana, no prazo de 10 (dez) dias, protocolado nos autos e também diretamente à Prefeitura, bem como fornecer recursos necessários para regulamentar o acesso aos atingidos, como crachá identificador ou bilhetagem eletrônica;

5) O município de Mariana se compromete a regulamentar o acesso ao distrito de Bento Rodrigues a entidades e pessoas externas, mediante Decreto, cuja cópia deverá juntar até o prazo de 30 (trinta) dias, sendo que o acesso não poderá ser impedido;

6) A Defesa Civil apresentá uma rela o de materiais e equipamentos necessários   realiza o de suas atividades no local, rela o esta que será entregue   requerida Samarco e protocolizada nos autos, no prazo de 10 (dez) dias;

7) A Samarco se compromete a equipar a Defesa Civil municipal de acordo com a rela o apresentada;

8) Qualquer impasse em relação à relação dos equipamentos da Defesa Civil municipal será resolvida por decisão judicial nos autos;

9) A Samarco se compromete a apresentar projeto para construção de um novo acesso, com guarita e ponte, que seja mais fácil e seguro do que os existentes, no prazo de 10 (dez) dias, em área compatível às obras emergenciais que precisam ser feitas pela requerida Samarco;

10) em relação às festas a serem realizadas no terreno de Bento Rodrigues, tais como festa de São Bento, de Mercês, dos Finados e de Nossa Senhora Aparecida, a comissão dos atingidos, junto com equipe que organiza festas, se reunirá com a Samarco e a Defesa Civil para organizar a realização e o acesso aos eventos;

11) O reconhecimento de atingido para o acesso ao local não implica reconhecimento como impactado para outros direitos ou benefícios.

15 março 2017

Realização de visita técnica no distrito de Bento Rodrigues, na reserva técnica da Samarco em Mariana/MG e na reserva técnica do Museu da Arquidiocese de Mariana, com a presença da Coordenadora e analista da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais e do Instituto Prístino. A partir da referida visita foi elaborado o relatório de vistoria técnica nº 03/2017 pela Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais.

Visita e vistoria na Reserva Técnica da Samarco onde estão acondicionados parte dos bens resgatados. Realização de reunião pela Dra. Giselle Ribeiro de Oliveira com a Arquidiocese de Mariana.

20 março 2017

Realização de reunião, na sede da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais, com o Prof. Leonardo Castriota (UFMG/ICOMOS), ocasião em que mencionou que a UFMG ofertou no mestrado a disciplina “Um futuro para Bento Rodrigues”. Esclareceu-se que, neste curso, foram realizados estudos de métodos, estudo técnico e estudo focal com a população, com a finalidade de se pesquisar acerca dos valores atribuídos e predominantes na tragédia do rompimento, culminando no produto final denominado “Declaração de Significância”.

09 de maio de 2017

Recomendação Conjunta MPF – MPMG nº 01/2017, recomendando à Samarco Mineração S.A. e à suas controladoras Vale S.A. e BHP Biliton Brasil Ltda para que, imediatamente, adotem todas as medidas tecnicamente necessárias para a proteção do Muro de Pedras associado à Capela de São Bento, em Bento Rodrigues, distrito de Mariana/MG, impedindo sua degradação e lixiviação, especialmente na porção submersa em razão da implantação e operação do Dique S4. Recomenda, ainda, que os projetos e trabalhos de limpeza, escavação arqueológica e proteção do Muro de Pedras sejam acompanhados por equipe multidisciplinar, que conte com profissionais com formação em arqueologia, bem como sejam previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Por fim, requisita seja elaborado, em 30 (trinta) dias, por meio de profissional especializado em arqueologia e/ou equipe multidisciplinar, com ART, laudo contemplando todas as medidas adotadas para proteção do bem cultural, com remessa do mesmo ao Ministério Público e à Secretaria de Meio Ambiente. (fls. 6289/6297)

24 julho 2017

Reunião com a presença da Fundação Renova, BMA e BHP para tratar a respeito das peças sacras resgatadas que se encontram em poder da Arquidiocese de Mariana, sem estabilização – realizada na sede da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas Gerais. Deliberou-se: 1) o MPMG enviará à Fundação Renova e à Arquidiocese documentação produzida pelo Setor Técnico, consistente na sugestão de ficha técnica e de formas de transporte da peça, o que foi feito por e-mail em 26/07/2017. 2) Os participantes comprometeram-se a informar ao MPMG sobre a concordância ou não com a documentação entregue; a Arquidiocese de Mariana e a Fundação Renova apresentaram sugestões de adaptações ao material enviado; após, o Setor Técnico da Coordenadoria analisou o material elaborando o parecer 17/2017, o qual foi encaminhado à Arquidiocese de Mariana e à Fundação Renova, em 10/10/2017. 3) Solicitou-se ainda à Fundação Renova o encaminhamento dos planos de restauração das peças passíveis de restauro, bem como relatório das que não são passíveis de restauro, o que foi encaminhado ao MPMG através do ofício SEQ04793/2017/GJU. 4) A Fundação Renova comprometeu-se a encaminhar o Plano de Manejo de Rejeitos de Bento Rodrigues, o que foi encaminhado ao MPMG através do ofício SEQ04793/2017/GJU. 5) Em relação ao plano de restauro das Capelas, agendou-se nova data para a realização de reunião específica sobre o assunto.

23 agosto 2017

Realizada audiência nos autos da Ação Civil Pública n.º 0014819-10.2016.8.13.0400, em trâmite na 1ª Vara da Comarca de Mariana, que foi ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais em face da

Samarco Mineração S/A; Vale S/A, BHP Billiton Brasil LTDA, Município de Mariana e Estado de Minas Gerais.

Na ocasião, o Ministério Público apresentou proposta para complementar o acordo judicial celebrado em 04 de agosto de 2016, para: 1) Reforma/reconstrução da ponte de madeira que dá acesso a Bento Rodrigues;

2) Colocação de guarda corpo no acesso que passa entre os diques S3 e S4;

3) Cercamento da área de acordo com perímetro a ser fixado pela defesa civil de Mariana, abrangendo, no mínimo, a área tombada;

4) Construção de uma guarita na estrada que dá acesso a Bento Rodrigues, que passa pelo terreno de Lavoura, nos mesmos moldes da guarita que existe na estrada que passa por Santa Rita;

5) Reforma da vigilância física e eletrônica da área;

6) Promoção de segurança no local e permissão do livre acesso sem restrição de horário ou dia da semana aos moradores de Bento Rodrigues.

25 setembro 2017

Reunião para tratar sobre segurança das barragens, funções do Dique S4 e medidas de proteção ao muro de pedras associado à Capela de São Bento com os representantes da Samarco Mineração S.A., da Fundação Renova e da AECOM DO BRASIL LTDA realizada no Núcleo de Resolução de Conflitos Ambientais (NUCAM) do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).

01 novembro 2017

Instauração do Procedimento de Apoio à Atividade Fim nº MPMG-0024.17.017657-2, com o seguinte objeto “acompanhamento das medidas de reparação de danos ao patrimônio imaterial das comarcas de Mariana e Ponte Nova ocasionados pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco S/A”. Determinou-se o encaminhamento à Fundação Renova do Parecer nº 24/2017, elaborado pelo Setor Técnico da Coordenadoria, contendo análise do Termo de Referência para a elaboração de inventário participativo, diagnóstico e plano de salvaguarda do patrimônio imaterial das comunidades impactadas, ressaltando-se que a eficiência do Programa será avaliada pela empresa de Consultoria Ramboll e que as medidas de proteção ao patrimônio cultural devem ser aprovadas pelos Conselhos de Patrimônio dos Municípios atingidos, o qual foi encaminhado no dia 01/11/2017 por e-mail.

Instauração do Procedimento de Apoio à Atividade Fim nº MPMG-0024.17.017677-0, com o fim de “acompanhar a transferência das peças sacras resgatadas em virtude do rompimento da barragem de Fundão da Samarco S/A, em Mariana/MG, para a reserva técnica construída pela

Fundação Renova/Samarco, bem como a restauração das mesmas”. Determinou-se a requisição de informações à Fundação Renova sobre o andamento da efetiva transferência das peças sacras em poder da Arquidiocese de Mariana para a reserva técnica da Samarco.

Instauração do Procedimento de Apoio à Atividade Fim nº MPMG-0024.17.017679-6, que visa “acompanhar o tombamento de Bento Rodrigues, Mariana/MG, distrito atingido pelo rompimento da barragem de Fundão da Samarco/MG”. Determinou-se a expedição de ofício ao COMPAT de Mariana requisitando informe sobre o estágio do processo de tombamento do distrito de Bento Rodrigues, com remessa de cópia de todo o procedimento à Coordenadoria.

(MINAS GERAIS, 2018) Disponível em: <<http://patrimoniocultural.blog.br/rompimentodabarragem>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

PACPS
PÓS-GRADUAÇÃO
EM AMBIENTE CONSTRUÍDO
E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL



U F *m* G
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS

